



CÂMARA MUNICIPAL

06.MAR.2019



13
Hei

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE GONDOMAR (REOT) - PROPOSTA

Presente à consideração da Câmara, a proposta que adiante segue, sobre o assunto...
identificado em epígrafe, apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara...

A Câmara, ciente da proposta e documentos anexos e depois de se certificar que é...
competente para conhecer da questão, deliberou, por maioria aprovar a proposta
anexa:

Volta-se contra os vereadores Senhores Sr. Daniel Veiro e
Sr. José António Pinto que apresentaram a declaração de
prolato que adiante segue:

pl. reunião
p. A. I

Proposta

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Gondomar (REOT)

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), no seu artigo 189.º, estabelece que os municípios elaboram, de quatro em quatro anos, um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território a nível local (REOT) a submeter a discussão pública e à apreciação da Assembleia Municipal. A não elaboração deste relatório determina para os municípios a impossibilidade de rever os planos municipais de ordenamento do território.

Em resultado desta avaliação, devem ser identificados e ponderados os principais desvios ao plano, as causas e os impactos positivos e negativos gerados, direcionando-se esta ação para o esforço de aperfeiçoamento do processo, evitando a duplicação de erros e aproveitando as iniciativas bem-sucedidas.

Neste enquadramento, foi elaborado o REOT e submetido a Discussão Pública por um período de 30 dias, conforme deliberação da Câmara Municipal de 5 de dezembro de 2018, não tendo sido apresentada qualquer reclamação, sugestão ou observações sobre o mesmo.

Assim, propõe-se:

A aprovação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Gondomar (REOT), submetendo-o à apreciação da Assembleia Municipal, conforme refere o n.º 3 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Gondomar, 25 de fevereiro de 2019

O Presidente da Câmara



Dr. Marco Martins

Paulo Alexandre Beringel Marreiros, com início a 3 de dezembro de 2018, para a categoria de Assistente Operacional, posto de trabalho de Serviços Gerais, sendo a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao 1.º nível da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

4 de dezembro de 2018. — O Presidente da Câmara, *Carlos Pinto de Sá*.

311885677

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Aviso n.º 18933/2018

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território a nível local (REOT)

Discussão Pública

Marco Martins, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, torna público que a Câmara Municipal, em reunião de 5 de dezembro de 2018, deliberou submeter a discussão pública o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território a nível local (REOT), de acordo com o previsto nos termos do n.º 5 do artigo 189.º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

O período de discussão pública terá início no 5.º dia posterior à publicação do presente Aviso no *Diário da República* e terá a duração de 30 dias, nos termos do disposto pelo artigo 189.º Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Mais se informa que os documentos da proposta estarão disponíveis para consulta, nos dias úteis e no horário das 9.00h às 12.00h e das 14.00h às 17.00h, no Balcão Único de Atendimento, sito na Praça do Cidadão, 4420-183 Gondomar e na Divisão de Planeamento e SIG, sita na Rua 5 de Outubro, 118, 4420-086 Gondomar.

As reclamações, observações e sugestões poderão ser enviadas por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal para a Praça Manuel Guedes, 4420-193 Gondomar, ou para o correio eletrónico geral@cm-gondomar.pt ou ainda entregues diretamente no Balcão Único de Atendimento.

6 de dezembro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Marco Martins*.

311887937

MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

Edital n.º 1241/2018

Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 139.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, torna público que a Câmara Municipal, por deliberação de 31 de outubro de 2018, e a Assembleia Municipal, em sessão de 27 de novembro de 2018, aprovaram as “Alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais — Ano de 2019”.

Esse Regulamento e Tabela, cujo teor se dá aqui como reproduzido, encontram-se disponíveis para consulta na Secretaria Geral do Departamento de Administração Geral e no endereço eletrónico da Câmara Municipal de Guimarães em www.cm-guimaraes.pt, e entram em vigor a partir do próximo dia 1 de janeiro de 2019.

Para constar e devidos efeitos, será este edital afixado no átrio dos Paços do Município, publicado na 2.ª série do *Diário da República* e no sítio da internet em www.cm-guimaraes.pt.

4 de dezembro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Domingos Bragança*.

311877536

Edital n.º 1242/2018

Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 139.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, torna público que a Câmara Municipal, por deliberação de 31 de outubro de 2018, e a Assembleia Municipal, em sessão de 27 de novembro de 2018, aprovaram as “Alterações à tabela de taxas e encargos nas operações urbanísticas — ano de 2019”.

O teor das alterações a esta Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, que aqui se dá aqui como reproduzido, encontra-se disponível para consulta na Secretaria Geral do Departamento de Administração Geral e no endereço eletrónico da Câmara Municipal de Guimarães em www.cm-guimaraes.pt, e entram em vigor a partir do próximo dia 1 de janeiro de 2019.

Para constar e devidos efeitos, será este edital afixado no átrio dos Paços do Município, publicado na 2.ª série do *Diário da República* e no sítio da internet em www.cm-guimaraes.pt.

4 de dezembro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Domingos Bragança*.

311877625

MUNICÍPIO DE LAGOS

Aviso n.º 18934/2018

Unidade Operativa de Planeamento e Gestão n.º 2 do Plano de Urbanização de Lagos — Elaboração de Plano de Pormenor por Iniciativa Municipal

Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Lagos:

Faz público, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º, do RJIGT — Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), que a Câmara Municipal de Lagos, na sua reunião realizada em 21 de novembro de 2018, deliberou determinar a elaboração do Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão n.º 2 do Plano de Urbanização de Lagos, aprovando os respetivos Termos de Referência e fixando um prazo de 24 meses para a sua elaboração.

Mais se publicita que foi igualmente deliberado qualificar a não sujeição do Plano de Pormenor a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), nos termos do n.º 2 do artigo 78.º do RJIGT e ao abrigo dos critérios estabelecidos no anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual, consubstanciada no respetivo documento de justificação.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do citado diploma legal, é estabelecido um período de participação pública, pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data da publicação do presente Aviso na 2.ª série do *Diário da República*, durante o qual os interessados poderão, por escrito, formular sugestões e apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração, por correio ou através do endereço eletrónico expediente.geral@cm-lagos.pt.

Nestes termos, os elementos que constituem este processo encontram-se disponíveis para consulta na Divisão de Urbanismo, Licenciamento e Fiscalização desta Câmara Municipal (Edifício Paços do Concelho Séc. XXI, Praça do Município, 8600-293 Lagos), entre as 09:00 e as 17:00 horas, bem como no endereço eletrónico www.cm-lagos.pt.

E para geral conhecimento, se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

28 de novembro de 2018. — A Presidente da Câmara, *Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos*.

Deliberação

A Câmara Municipal de Lagos, na sua reunião realizada em 21 de novembro de 2018, deliberou:

a) determinar a elaboração do Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão n.º 2, do Plano de Urbanização de Lagos, aprovando os respetivos Termos de Referência, de acordo com o n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, fixando um prazo de 24 meses para a elaboração do mesmo, não se incluindo no prazo estipulado, os tempos inerentes à tramitação e procedimentos em conformidade com o disposto no mencionado diploma legal, às comunicações escritas pela Administração e à apreciação das entidades consultadas;

b) submeter a decisão referida na alínea anterior a um período de participação pública, pelo período de 15 dias, para formulação de sugestões e apresentação de informações, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do citado diploma;

c) qualificar a não sujeição do Plano de Pormenor a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), nos termos do n.º 2 do artigo 78.º do RJIGT e ao abrigo dos critérios estabelecidos no anexo ao Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual, consubstanciada no respetivo documento de justificação.

28 de novembro de 2018. — A Presidente da Câmara, *Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos*.

611887686

Rua Júlio Dinis, n.º 270,
Bloco A, 3.º Piso
4050-318 Porto

Tel. 22 615 10 00
lojaporto@publico.pt
De seg a sex das 09H às 18H

CLASSIFICADOS

loja P

CONHEÇA
AS NOSSAS
COLEÇÕES
DE

LITERATURA

loja.publico.pt
INFO 210 111 010



AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.

AVISO INTERRUPÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

19/12/2018 - DAS 8:00H ÀS 18:00H

**Rua da Boavista (Edifício AIDA) e Rua 1.º de Maio (entre o n.º 4 e 14)
- Freguesia de Esgueira e Freguesia de Sta. Joana - Município de Aveiro**

A AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A., informa que no dia 19/12/2018, entre as 8:00h e as 18:00h, irá interromper o abastecimento de água na Rua da Boavista (Edifício AIDA) e Rua 1.º de Maio (entre o n.º 4 e 14) - Freguesia de Esgueira e Freguesia de Sta. Joana - Município de Aveiro.

Investimento ao serviço das populações:

Esta perturbação deve-se a trabalhos relacionados com a rede de distribuição de água. Agradecemos a sua compreensão e pedimos desculpa por qualquer incómodo. Para o esclarecimento de qualquer dúvida ou obtenção de informações adicionais, utilize o número azul 806 200 217.

O Presidente do Conselho de Administração
Fernando Vasconcelos, Eng.



AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.

AVISO INTERRUPÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

19/12/2018 - DAS 14:00H ÀS 16:00H

Rua Comandante Rocha e Cunha (entre a Rua Senhor dos Afritos e Estação da CP de Aveiro) e Travessa da Rua Comandante Rocha e Cunha - Vera Cruz - União de Freguesias da Glória e Vera Cruz - Município de Aveiro

A AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A., informa que no dia 19/12/2018, entre as 14:00h e as 16:00h, irá interromper o abastecimento de água na Rua Comandante Rocha e Cunha (entre a Rua Senhor dos Afritos e Estação da CP de Aveiro) e Travessa da Rua Comandante Rocha e Cunha - Vera Cruz - União de Freguesias da Glória e Vera Cruz, Município de Aveiro.

Investimento ao serviço das populações:

Esta perturbação deve-se a trabalhos relacionados com a ampliação da rede de água do Loteamento „637. Agradecemos a sua compreensão e pedimos desculpa por qualquer incómodo. Para o esclarecimento de qualquer dúvida ou obtenção de informações adicionais, utilize o número azul 806 200 217.

O Presidente do Conselho de Administração
Fernando Vasconcelos, Eng.

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO

Aviso

Informa-se que no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 241, de 14/12/2018, se encontra publicado o Aviso n.º 18802/2018, em que determina a abertura de procedimento concursal para o recrutamento de um Assistente Técnico.

Porto, 14 de dezembro de 2018

O Presidente,
António Luís Rodrigues Faria de Carvalho



ANÚNCIO

M/F

Universidade do Minho
Direção de Recursos Humanos

Toma-se público que se encontra aberto processo de recrutamento para a contratação de um Técnico Superior, na modalidade de Contrato de Trabalho a Termo Indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho.

Ref.º CIT-3/18-EMed(1) - 1 trabalhador para exercer as funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, na Escola de Medicina da Universidade do Minho, em Braga.

REQUISITOS DE ADMISSÃO:
Possuir grau de Licenciatura.
O prazo para a apresentação das candidaturas decorre no período de 17-11-2018 a 21-11-2018.
O texto integral contendo as condições de candidatura encontra-se disponível em <https://intranet.uniminho.pt/Pages/Documents.aspx?Area=Procedimentos%20Concursuais>

O Diretor de Serviços - Luís Carlos Ferreira Fernandes



Município de Gondomar
Departamento de Planeamento Estratégico e Equipamento

GONDOMAR
Município de Gondomar

Aviso

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território a nível local (REOT) Discussão Pública

Marco Martins, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, torna público que a Câmara Municipal, em reunião de 5 de dezembro de 2018, deliberou submeter a discussão pública o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território a nível local (REOT), de acordo com o previsto nos termos do n.º 5 do artigo 189.º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

O período de discussão pública terá início no 5.º dia posterior à publicação do presente Aviso no *Diário da República* e terá a duração de 30 dias, nos termos do disposto pelo artigo 189.º Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Mais se informa que os documentos da proposta estarão disponíveis para consulta, nos dias úteis e no horário das 9.00h às 12.00h e das 14.00h às 17.00h, no Balcão Único de Atendimento, sito na Praça do Cidadão, 4420-183 Gondomar e na Divisão de Planeamento e SIG, sita na Rua 5 de Outubro, 118, 4420-086 Gondomar.

As reclamações, observações e sugestões poderão ser enviadas por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal para a Praça Manuel Guedes, 4420-193 Gondomar, ou para o correio eletrónico geral@cm-gondomar.pt ou ainda entregues diretamente no Balcão Único de Atendimento.

Gondomar, 6 de dezembro de 2018

O Presidente da Câmara
Dr. Marco Martins

AVISO | RECURSOS HUMANOS

Oferta de emprego BEP OE201812/0511
Recrutamento de 1 Técnico(a)
Superior Contabilidade, Auditoria ou
Gestão | Mobilidade/intercarreiras



**CÂMARA
MUNICIPAL
CASCAIS**

Recrutamento de um(a) técnico(a) superior com licenciatura em contabilidade, auditoria ou gestão por mobilidade na categoria ou intercarreiras entre órgãos, nos termos da oferta de emprego BEP OE201812/0511 publicada na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página do Município na Internet (www.cascais.pt/sub-area/recursos-humanos).

As candidaturas são restritas a trabalhadores detentores de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

As funções serão exercidas na Divisão de Assuntos Patrimoniais e Expropriações.

Cascais, 17 de dezembro de 2018

Filipe Nascimento
(Dir. Municipal de Apoio à Gestão)



ANÚNCIO

M/F

Universidade do Minho
Direção de Recursos Humanos

Toma-se público que se encontra aberto processo de recrutamento para a contratação de um Assistente Técnico, na modalidade de Contrato de Trabalho a Termo Indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho.

Ref.º CIT-5/18-EMed(1) - 1 trabalhador para exercer as funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, na Escola de Medicina da Universidade do Minho, em Braga.

REQUISITOS DE ADMISSÃO:
Possuir o 12.º ano de escolaridade.
O prazo para a apresentação das candidaturas decorre no período de 17-11-2018 a 21-11-2018.
O texto integral contendo as condições de candidatura encontra-se disponível em <https://intranet.uniminho.pt/Pages/Documents.aspx?Area=Procedimentos%20Concursuais>

O Diretor de Serviços - Luís Carlos Ferreira Fernandes



ANÚNCIO

M/F

Universidade do Minho
Direção de Recursos Humanos

Toma-se público que se encontra aberto processo de recrutamento para a contratação de um Assistente Técnico, na modalidade de Contrato de Trabalho a Termo Indeterminado, ao abrigo do Código do Trabalho.

Ref.º CIT-5/18-EMed(1) - 1 trabalhador para exercer as funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, na Escola de Medicina da Universidade do Minho, em Braga.

REQUISITOS DE ADMISSÃO:
Possuir o 12.º ano de escolaridade.
O prazo para a apresentação das candidaturas decorre no período de 17-11-2018 a 21-11-2018.
O texto integral contendo as condições de candidatura encontra-se disponível em <https://intranet.uniminho.pt/Pages/Documents.aspx?Area=Procedimentos%20Concursuais>

O Diretor de Serviços - Luís Carlos Ferreira Fernandes

EMPREGO

CANDIDATE-SE ÀS MELHORES OFERTAS DE EMPREGO

INSCREVA-SE EM
EMPREGO.PUBLICO.PT



EM PARCERIA COM
trabalhando.pt

①



GONDOMAR

é D'ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

**Relatório sobre o estado do ordenamento do
território de Gondomar**

Novembro de 2018

Índice

Enquadramento Geral	5
Metodologia	5
Enquadramento Legislativo	8
Enquadramento Geográfico	12
Estado do Ordenamento do Território do município de Gondomar	17
População	18
Síntese	27
Economia	28
Síntese	41
Mobilidade e Acessibilidade	42
Síntese	50
Equipamentos	51
Síntese	64
EDificado e HABitação	65
Síntese	74
Ambiente	75
Síntese	85
Solo	86
Síntese	92
Património	93
Síntese	99
Planeamento	100
Síntese	132
Modelo Territorial	133
Considerações Finais	134



Índice de Figuras

Figura 1: Contexto Regional.....	12
Figura 2: População Residente na região Norte (2017)	13
Figura 3: Variação da população residente na região Norte (2011-2017).....	13
Figura 4: Rede de Transporte na região Norte (2016).....	14
Figura 5: Contexto Natural da região Norte	15
Figura 6: Freguesias do município de Gondomar.....	16
Figura 7: Evolução populacional entre 2001 e 2011, por grupos etários	19
Figura 8: Evolução populacional entre 2011 e 2017, por grupos etários	20
Figura 9: Evolução populacional entre 2011 e 2017 no concelho	20
Figura 10: Taxas demográficas e sua evolução no município.....	21
Figura 11: Evolução da estrutura etária do concelho entre 2001 e 2017	21
Figura 12: Conjuntura do Envelhecimento no concelho	22
Figura 13: Índice de dependência e envelhecimento do município	23
Figura 14: Nível de escolaridade do Município	24
Figura 15: Evolução dos níveis de escolaridade (comparação)	24
Figura 16: Conjuntura da Educação no concelho	25
Figura 17: Número de alunos matriculados	26
Figura 18: Variação por nível de ensino do número de alunos matriculados	26
Figura 19: Variação da população empregada por setor de atividade económica entre 2001 e 2011	28
Figura 20: População empregada por setor de atividade económica.....	28
Figura 21: População desempregada inscrita nos centros de emprego (média anual)	29
Figura 22: Dinâmica do emprego.....	30
Figura 23: Ganho médio mensal no concelho para trabalhadores por conta de outrem.....	31
Figura 24: Número de empresas.....	31
Figura 25: Evolução da constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas no município	32
Figura 26: Evolução da constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas, por setor de atividade	32
Figura 27: Taxa de sobrevivência das empresas ao fim de dois anos	33
Figura 28: Volume de Negócios	33
Figura 29: Balança comercial do concelho de Gondomar	34
Figura 30: Concessões mineiras atuais	37
Figura 31: Comparação de Gondomar com outros municípios da AMP, em termos de unidades	38
Figura 32: Evolução (em %) de indicadores relacionados com a economia e o turismo, em Portugal	39
Figura 33: Evolução dos equipamentos turísticos que têm parecer do Turismo de Portugal	40
Figura 34: Evolução da oferta turística	40
Figura 35: Principais eixos de comunicação de Gondomar com a rede de autoestradas nacionais ...	43
Figura 36: Modo como são efetuados os movimentos pendulares	44
Figura 37: Tráfego médio diário das autoestradas que atravessam o município de Gondomar.....	44
Figura 38: Tráfego médio diário dos sublanços de autoestradas que interseam com o concelho de Gondomar.....	45
Figura 39: N.º de passageiros nas linhas CP que interseam com o concelho de Gondomar	47
Figura 40: Linhas projetadas pela Metro do Porto para Gondomar em 2008	48
Figura 41: N.º de estabelecimentos de ensino no concelho de Gondomar.....	51
Figura 42: N.º de Equipamentos por freguesia	53
Figura 43: N.º de Equipamentos por função social	53
Figura 44: N.º de habitantes por farmácia.....	56
Figura 45: N.º de habitantes por médicos	56
Figura 46: N.º de habitantes por enfermeiros	57
Figura 47: Qualidade das massas de água com bom estado/potencial ecológico	60
Figura 48: Proporção de alojamentos servidos com infraestruturas de água	61
Figura 49: Contexto da Tapada do Outeiro na RNTE e na RNTIATGNL	63
Figura 50: Percentagem dos alojamentos vagos em 2011.....	66
Figura 51: Evolução do número de alojamentos familiares clássicos no concelho de Gondomar.....	66

Figura 52: Evolução do número de edifícios concluídos e licenciados no concelho	67
Figura 53: Valor médio dos prédios transacionados (€/N.º)	67
Figura 54: Fogos Licenciados por Tipologia no município de Gondomar.....	68
Figura 55: Evolução do número de licenciamentos por freguesia	70
Figura 56: Idade Média do Edificado no concelho de Gondomar.....	71
Figura 57: Edificado com menos de 10 anos no ano de 2011.....	72
Figura 58: Edificado a necessitar de reparação no concelho de Gondomar.....	73
Figura 59: Qualidade do ar nas estações onde o concelho se insere	75
Figura 60: Consumo de eletricidade (kW) no concelho de Gondomar	76
Figura 61: Produção de resíduos (kg/hab) no município e na Área Metropolitana do Porto.....	77
Figura 62: Despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ habitantes).....	79
Figura 63: Conjuntura dos incêndios no concelho	80
Figura 64: Evolução da temperatura média na envolvente de Gondomar	81
Figura 65: Número de dias com onda de calor registadas na Estação Meteorológica do Porto.....	81
Figura 66: Evolução da precipitação acumulada na envolvente de Gondomar	82
Figura 67: Área ardida entre 2007 e 2017	83
Figura 68: Recorrência da área ardida entre 2007 e 2017, em Gondomar.....	84
Figura 69: AMP segundo a COS de 2015.....	86
Figura 70: Evolução das grandes classes de solo da COS em 2015.....	87
Figura 71: Evolução da artificialização das freguesias do concelho de Gondomar, desde 1995 a 2015	88
Figura 72: Evolução das áreas agrícolas, desde 1995 a 2015, nas freguesias do concelho de Gondomar.....	88
Figura 73: Evolução das áreas florestais, desde 1995 a 2015, nas freguesias do concelho de Gondomar.....	89
Figura 74: Evolução do volume de exportações do setor da floresta	90
Figura 75: Evolução das áreas de atividades económicas e infraestruturas entre 2010 e 2015	91
Figura 76: Casa Branca (U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim)	95
Figura 77: Valores patrimoniais com necessidade de intervenção, associados às dinâmicas rurais (lavadouro público – esquerda e núcleo rural – direita).....	96
Figura 78: Valores patrimoniais com necessidade de intervenção, associados às dinâmicas urbanas (Villa Isabel – esquerda e Antiga Central – direita).....	96
Figura 79: Valores patrimoniais com necessidade de intervenção, associados às dinâmicas religiosas (Fundição – esquerda e capela do Rosário – direita)	97
Figura 80: Espaços Abertos e artificialização do território em Gondomar.....	98
Figura 81: Condicionante RAN + REN + Rede Natura 2000 por freguesia	113
Figura 82: Freguesias e área condicionada	113
Figura 83: Variação do número de licenciamentos entre 2000-2018	114
Figura 84: Variação relativa e sua distribuição tipológica, entre 2000-2008	116
Figura 85: Variação relativa e sua distribuição tipológica, entre 2009-2014	118
Figura 86: Variação relativa e sua distribuição tipológica, entre 2015-2018	120
Figura 87: Contexto global dos licenciamentos (número e variação)	121
Figura 88: Peso dos licenciamentos distribuído por freguesias.....	121
Figura 89: Evolução das classes de utilização dos licenciamentos em Gondomar	122
Figura 90: Fatores de mudança	134

22
Pêra**Índice de Tabelas**

Tabela 1: Estruturação dos indicadores.....	6
Tabela 2: Estrutura Orgânica do município de Gondomar	7
Tabela 3: Quadro Legislativa existente à data da publicação do PDM em vigor (2015) e situação atual.....	9
Tabela 4: Alterações Legislativas.....	11
Tabela 5: Evolução Censitária da população de Gondomar, por freguesias	18
Tabela 6: IDH do município de Gondomar.....	27
Tabela 7: Conjuntura agrícola-pecuária do município de Gondomar	35
Tabela 8: Contexto agrícola do município de Gondomar	36
Tabela 9: Evolução do tráfego médio diário nas AE da AMP	46
Tabela 10: Agrupamentos escolares e identificação das escolas agrupadas	52
Tabela 11: Equipamentos sociais no município.....	54
Tabela 12: Unidades de Saúde do concelho de Gondomar	55
Tabela 13: N.º de efetivos do Centro Hospitalar Universitário do Porto	56
Tabela 14: N.º de equipamentos desportivos no município.....	57
Tabela 15: N.º de serviços públicos no município	59
Tabela 16: ETA e ETAR's em Gondomar.....	59
Tabela 17: Despesa em ambiente (em milhares de €)	61
Tabela 18: Número de Edifícios e Alojamentos e sua evolução por freguesia, entre 2001 e 2011	65
Tabela 19: Número de Alojamentos com condições por freguesia, entre 2001 e 2011	65
Tabela 20: Peso dos edifícios concluídos e licenciados por tipologias	68
Tabela 21: Proporção dos edifícios que têm a exclusividade do edifício para outros usos que não o residencial	69
Tabela 22: Conjuntura da Habitação Social no município de Gondomar	73
Tabela 23: Instrumentos de política ambiental no município	78
Tabela 24: Dimensão e evolução da área de atividades económicas e equipamentos no município e na AMP.....	92
Tabela 25: Património existente no município e o seu atual estado de conservação, por tipologia de património.....	93
Tabela 26: Património natural (espaços abertos) existentes no município	97
Tabela 27: Evolução da área artificial nos espaços abertos.....	99
Tabela 28: Ações do PGRH do Douro	101
Tabela 29: Qualidade das águas no PGRH Douro que atravessam o município de Gondomar	102
Tabela 30: Medidas e Execução do Programa Intermunicipal de Valorização do Rio Douro	106
Tabela 31: Medidas e Execução do POA Crestuma-Lever	107
Tabela 32: Organização do tópico em análise.....	109
Tabela 33: Unidades Operativas de Planeamento e Gestão do município de Gondomar	109
Tabela 34: Propostas e Execução do PDM de Gondomar	110
Tabela 35: Tipos de utilização dos licenciamentos aprovados pela CMG	112
Tabela 36: Propostas e Execução da Carta Educativa de 2007	125
Tabela 37: PEDU e sua execução	127
Tabela 38: Medidas executadas e financiamento	129
Tabela 39: O que mudar	135

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

23
Mar

Siglas e Abreviaturas

Art.º - Artigo

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CM/CMG – Câmara Municipal de Gondomar

DL – Decreto-lei

EN – Estrada Nacional

ETA – Estação de Tratamento de Águas

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Infraestruturas de Portugal

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

LBGPPSOTU - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo

PC – Portal do Clima

PDM – Plano Diretor Municipal de Gondomar

PGRH – Plano de Gestão da Região Hidrográfica

POAAP – Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas

POACL – Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma/Lever

PRN2000 – Plano Rodoviário Nacional de 2000

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

REOT – Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território

SDFCI – Sistema de Defesa de Floresta Contra Incêndios

UF – União das Freguesias

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão



Enquadramento Geral

O Plano Diretor Municipal de Gondomar (PDMG) foi revisto recentemente, publicado em Diário da República pelo Aviso n.º 13057/2015, de 09 de novembro, tendo em vista o estabelecimento de novas regras e orientações para o uso e transformação do solo na totalidade do território municipal, sendo para tal necessário rever elementos fundamentais deste instrumento de gestão territorial, como o Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes.

Além disso, esta revisão teve uma retificação (Declaração de Retificação n.º 1120/2015, de 21 de dezembro) e uma alteração já no ano de 2018, através do Aviso n.º 3337/2018, de 13 de março, com o objetivo de melhorar conceptualmente as categorias de espaços de baixa densidades no Plano Diretor Municipal (PDM), como os espaços urbanos de baixa densidade, e eliminar algumas dificuldades de gestão, nomeadamente a associada à estrutura ecológica municipal e aos espaços agrícolas.

Contudo, a importância de desenvolver então o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), apesar de sintetizar e interpretar a dinâmica do território gondomarense, procurará realizar um processo de monitorização que relacione com outros planos/ programas/políticas territoriais e, a partir dessa análise conjunta, perceber se existe a necessidade ou não da revisão dos diferentes instrumentos de gestão e planeamento territorial, tendo como exemplo principal o Plano Diretor Municipal (PDM).

Num contexto, os objetivos definidos pelo PDM: i) **a coesão territorial**; ii) **a modernização e diversificação dos setores económicos e produtivos** e iii) **a valorização e promoção do património** – serão monitorizados, tendo em conta as estratégias que os instrumentos de gestão territorial (IGT) predefinem. Procurando dar resposta aos objetivos de monitorizar e avaliar, mas também enquadrar o município de Gondomar ao contexto territorial em que se insere, tendo em consideração fatores *socioeconómicos, de mobilidade e acessibilidade, povoamento e espaço urbano e por fim, ambiente e questões biofísicas* (Prada, 2008).

Deste modo, o presente documento procura realizar o «REOT 0» do município de Gondomar, de forma a efetuar **a primeira monitorização conjunta dos diferentes planos/ programas/políticas territoriais**, efetuando o enquadramento e o balanço da gestão territorial, com a informação disponibilizada pelo município, tendo a intenção de preparar e coordenar de forma integrada e contextualizada as diferentes estratégias que estão em desenvolvimento no concelho.

Metodologia

A elaboração do REOT engloba uma sequência de procedimentos que vão desde a recolha da informação até à identificação de indicadores capazes de avaliar e de informar a realidade do concelho.

A análise a desenvolver apoia-se na definição de dois eixos: o sistema real e o plano (Prada, 2008). No caso do plano, é realizada através da análise de plantas e outros documentos associados aos

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

25
Deu

diferentes IGT; para a análise do sistema real, os comportamentos e indicadores são ferramentas para a obtenção da informação e caracterização do município (ver tabela 1).

Tabela 1: Estruturação dos indicadores

Tema	Subtema
População	Habitantes
	Educação
	Inclusão Social
Economia	Emprego
	Empresas
	Exportações e Importações
	Agricultura
Mobilidade e Acessibilidade	Capacidade das infraestruturas
	Modos de deslocação
	Redes de Transportes (viária e ferroviária – ligeira/pesada)
Habitação	Edificado
	Habitação Social
Equipamentos e Serviços Básicos	Saúde
	Sociais
	Escolares
	Desportivos
	Administrativos e Proteção Civil
	Abastecimento/Saneamento de Água
	Nível de Poluição
Ambiente	Consumo
	Incêndios
	Despesa com o ambiente
Património	Património
Planeamento	Natura 2000
	PRN2000
	PDM
	PROF
	Outros ¹

A ferramenta dos indicadores permitirá:

- Validar ou não a estratégia definida;
- Ter a perceção da conjuntura do município;
- Facilitar o desenvolvimento de novas estratégias;
- Avaliar o impacto do planeamento nos diferentes domínios: socioeconómicos, ambientais, urbanos e rurais.

Desta forma, a abordagem utiliza diferentes fontes de informação que instruirão o procedimento avaliativo, como é o caso do INE; também a informação municipal das diferentes subdivisões terá um papel determinante no desenvolvimento deste processo de monitorização. Segundo o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, estes estão estruturados conforme explicitado na Tabela 2 (página seguinte).

Por fim, em cada temática existirão quadros síntese, de forma a identificar quais os indicadores que sobressaem, efetuando um esboço global da realidade do concelho.

¹ Programa Nacional para as Alterações Climáticas; PGRH do Douro; Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever; Plano Diretor Municipal de Defesa Contra Incêndios; Planos de Pormenor; Área de Reabilitação Urbana; Operação de Reabilitação Urbana; entre outros.

Tabela 2: Estrutura Orgânica do município de Gondomar

ORGANOGRAMA DO MUNICÍPIO (Despacho n.º 2507/2018, de 13 de março)																				
Presidência da Câmara Municipal																				
Unidades Autônomas:			Gabinete de Apoio à Presidência		Gabinete dos Órgãos Autárquicos		Gabinete de Comunicação e Imprensa		Gabinete de Auditoria Interna e de Qualidade											
Unidades não integradas em unidades orgânicas nucleares			Gabinete de Apoio à Vereação		Gabinete de Protocolo		Gabinete de Tecnologia de Informação		Gabinete de Proteção animal											
Departamentos:																				
Proteção Civil, Segurança e Fiscalização	Divisão de Fiscalização e Visitas	Núcleo de Fiscalização	Núcleo de Proteção Civil	Planejamento Estratégico e Equipamento		Obras Municipais		Coesão Social		Atendimento Municipal e Inovação		Urbanismo		Jurídico e de Contratação Pública		Económico e Financeiro		Divisões Autônomas		
				Divisão de Planeamento e SIG	Núcleo de Parque Automóvel e Oficinas	Divisão de Mobilidade, Trânsito e Obras	Núcleo de Gestão Administrativa	Divisão de Desenvolvimento de Projetos	Núcleo de Respostas Sociais	Divisão de Atendimento Municipal e Inovação	Núcleo de Transmissão documental	Divisão de Gestão Urbanísticas e Obras Particulares	Núcleo de Gestão Administrativa	Divisão de Contratações	Núcleo de Contabilidade	Divisão de Desenvolvimento Económico	Núcleo de Património	Núcleo de Gestão de Equipamentos e Recursos	Núcleo de Gestão de Equipamentos e Recursos	Núcleo de Gestão de Equipamentos e Recursos
Núcleo de Gestão Administrativa				Divisão Operacional e Administração Direta	Núcleo de Gestão da via pública	Divisão de habitação social	Núcleo de Gestão de recursos e equipamentos	Núcleo de saúde		Divisão de Atendimento Municipal e Inovação	Núcleo de Transmissão documental	Divisão de Gestão Urbanísticas e Obras Particulares	Núcleo de Gestão Administrativa	Divisão de Contratações	Núcleo de Contabilidade	Divisão de Desenvolvimento Económico	Núcleo de Património	Núcleo de Gestão de Equipamentos e Recursos	Núcleo de Gestão de Equipamentos e Recursos	
BOLD	3º GRAU																			
Itálico	4º GRAU																			

et
flu

Enquadramento Legislativo

O quadro legislativo no qual foi aprovado o PDM em vigor, principal IGT que interfere de forma direta no território do município, foi alterado desde a sua publicação, tendo sido publicada uma nova Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo – LBGPPUOTU – publicada pela Lei n.º 31/2014, de 30 maio, e um novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT – publicado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio.

A LBGPPSOTU define que é o Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais que têm o dever de promover a política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo que estão previstas na Constituição e na Lei (art.º 8º). Na sequência deste dever surge a obrigatoriedade, por parte dos municípios, de planear e programar o uso do solo e promover a respetiva concretização, antecedido e sustentado nos REOT.

Quanto ao REOT, segundo o novo RJIGT (art.º 189º), é a Câmara Municipal de Gondomar (CMG) que o elabora e que, após isso, o submete à apreciação da assembleia municipal e, à semelhança do anterior RJIGT, o submete a discussão pública durante 30 dias – sugere-se a leitura do quadro: *DL n.º 80/2015, de 14 de maio*.

DL n.º 80/2015, 14 de maio

Art.º 189.º

Relatórios sobre o estado do ordenamento do território

- 1 - O Governo elabora, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a submeter à apreciação da Assembleia da República.
- 2 - A comissão de coordenação e desenvolvimento regional elabora, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível regional, a submeter à apreciação da respetiva tutela.
- 3 - A câmara municipal, a comissão executiva metropolitana, o conselho intermunicipal ou as câmaras municipais dos municípios associados elaboram, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território, a submeter, respetivamente, à apreciação da assembleia municipal, do conselho metropolitano, da assembleia intermunicipal ou das assembleias municipais dos municípios associados para o efeito.
- 4 - Os relatórios sobre o estado do ordenamento do território, referidos nos números anteriores, traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.
- 5 - Concluída a sua elaboração, os relatórios sobre o estado do ordenamento do território são submetidos a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias.
- 6 - A não elaboração dos relatórios sobre o estado do ordenamento do território, nos prazos estabelecidos nos números anteriores, determina, consoante o caso, a impossibilidade de rever o programa nacional da política de ordenamento do território, os programas regionais e os planos

Fonte: Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14



Seguidamente a esta contextualização do REOT, impera conhecer qual a dinâmica jurídico-legislativa desde a publicação do PDM, permitindo identificar quais as alterações, mas também perceber qual o ponto de situação dos restantes IGT.

Na Tabela 3 é apresentado o quadro legislativo existente à data de publicação do PDM em vigor, distribuído pelas diferentes temáticas, bem como a situação atual dos diferentes diplomas.

Tabela 3: Quadro Legislativa existente à data da publicação do PDM em vigor (2015) e situação atual

TEMA	Legislação presente no PDMG	Caracterização	Atual contexto legislativo
Ambiente	DL n.º 468/71, de 5 de novembro	Regime Jurídico dos Terrenos do Domínio Público Hídrico	Em vigor
	DL n.º 595/73, de 7 de novembro	Servidão Radioelétrica	Em vigor
	DL n.º 143/82, de 26 de abril	Marcos Geodésicos	Em vigor
	DL n.º 90/90, de 16 de março	Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos	Alterado pela Lei n.º 54/2015, de 22 de junho
	Resolução de Conselho de Ministros n.º 149/97, de 28 de agosto	Diretiva Habitats - Rede Natura 2000	Em vigor
	DL n.º 364/98, de 21 de novembro	Carta de Zonas Inundáveis nos municípios com cheias	Em vigor
	DL n.º 384b/99, de 23 de setembro	Diretiva Aves - Rede Natura 2000	Em vigor
	DL n.º 270/2001, de 6 de outubro	Recursos Geológicos	Em vigor
	DL n.º 129/2002, de 11 de maio	Regulamento dos Requisitos de Acústica dos Edifícios	Em vigor
	DL n.º 155/2004, de 30 de junho	Medidas de Proteção ao Sobreiro e à Azinheira	Em vigor
	DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro	Regulamento Geral do Ruído	Em vigor
	DL n.º 169/2005, de 26 de setembro	Aproveitamentos Hidroagrícolas	Em vigor
	DL n.º 54/2005, de 15 de novembro	Regime Jurídico dos Terrenos de Domínio Público	Em vigor
	Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	Lei da Água	Em vigor
	DL n.º 55/2007, de 12 de março	Medidas de Proteção aos Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios	Em vigor
	DL n.º 340/2007, de 12 de outubro	Regime Jurídico da Pesquisa e Exploração de Massas Minerais	Em vigor
	DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro	Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	Alterado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto
	DL n.º 107/2009, de 15 de maio	Albufeiras	Em vigor
	DL n.º 115/2010, de 22 de outubro	Zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias	Em vigor
Equipamentos e Serviços Básicos	DL n.º 75/2013, de 12 de setembro	Atribuições e Competências para as Autarquias Locais	Em vigor
Mobilidade e Acessibilidade de	Declaração de Retificações nº 19-D/98 de 31 de outubro, pela Lei nº 98/99 de 26 de julho e pelo DL 182/2003 de 16 de agosto	Plano Rodoviário Nacional	Em vigor
	Vários diplomas	Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional	Em vigor
Património	DL n.º. 19/2014, de 8 de setembro	Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural	Em vigor
Planeamento	Lei n.º 19/2014, de 14 de abril	Lei de Bases do Ambiente	Em vigor
	DL n.º 239/2012, 2 de novembro	REN	Em vigor

06.MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.



TEMA	Legislação presente no PDMG	Caracterização	Atual contexto legislativo
	DL n.º 380/99, de 22 de setembro	RJIGT	Revogado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio
	Resolução de Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro	Estratégia Nacional para a Conservação de Natureza e Biodiversidade	Em vigor
	DL n.º 73/2009, de 31 de março	RAN	Alterado e republicado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro
	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio	Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo	Em vigor
	Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	Em vigor
	Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de setembro	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro	Suspensão pela Portaria 78/2013, de 19 de fevereiro
	Resolução de Conselho de Ministros n.º 155-A/2008, de 21 de julho	Rede Natura 2000	Em vigor
	DL n.º 142/2008, de 24 de julho	Regime Jurídico da Conservação da Natureza	Em vigor
	DL n.º 307/2009, de 23 de outubro	Regime Jurídico da Reabilitação Urbana	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 88/2017

Fonte: Diário da República e PDM

A análise da tabela revela que, relativamente aos aspetos técnicos associados às diferentes temáticas, não existiram grandes alterações na abordagem dos mesmos no PDM. Ao invés, na conceção metodológica (ver Tabela 4), isto é, na regulação do ordenamento do território, verificaram-se alterações ao nível do RJIGT.

Refira-se ainda as alterações recentes de outros elementos jurídico-legislativos, que até à data da publicação do PDM vigoravam, como é o caso do novo Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos (DL n.º 54/2015, 22 de junho) e a Reserva Agrícola Nacional (DL n.º 199/2015, de 16 de setembro). Ao mesmo tempo, existem alterações noutros domínios da gestão do território, nomeadamente com a suspensão dos PROF pela Portaria 78/2013, de 19 de fevereiro, modificando, não só a área geográfica, como a estrutura deste IGT num novo enquadramento político e legislativo; a Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, alterando de forma substancial o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios; o DL n.º 88/2017, de 27 de julho, onde se altera o regime de sociedades de reabilitação urbana; e, por fim, a alteração da estratégia nacional de ordenamento do território vertida na Proposta técnica de alteração do PNPOT - Programa de Ação - Agenda para o Território, aprovada em 2018, pelo Conselho de Ministros Extraordinário de 14/7/2018.

06.MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

30
Mar

Tabela 4: Alterações Legislativas

TEMA	Legislação Anterior	Nova Legislação	Alteração
Ambiente	DL n.º 90/90, de 16 de março	Lei n.º 54/2015, de 22 de junho	Criação do Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos.
Planeamento	DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro	Alterado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto	Define novas responsabilidades, a agentes do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente o Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta, Guarda Nacional Republicana, como também estabelece e redefine os conceitos das definições da temática dos incêndios.
	DL n.º 380/99, de 22 de setembro	DL n.º 80/2015, de 14 de maio	Art.º 1 - Desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.
	Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de setembro	Portaria 78/2013, de 19 de fevereiro	Suspende de forma parcial o Plano Regional de Ordenamento Florestal a nível nacional até à data da sua revisão.
	DL n.º 73/2009, de 31 de março	DL n.º 199/2015, de 16 de setembro	Art.º 13 - A delimitação da RAN ocorre no âmbito da elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal.
	DL n.º 307/2009, de 23 de outubro	DL n.º 88/2017, de 27 de julho	Altera o regime das sociedades de reabilitação urbana
	Lei n.º 58/2007, 4 de setembro	Conselho de Ministros Extraordinário de 14/7/2018	Estrutura a estratégia de ordenamento do território enquadrada em 5 pontos, designadamente a definição de compromissos, medidas de política, a operacionalização do modelo territorial, as diretrizes para os instrumentos de gestão territorial e, por fim, a definição de um modelo de governação do PNPT, tendo como orientação o enquadramento desta estratégia nas orientações definidas para o próximo quadro comunitário de 2030.

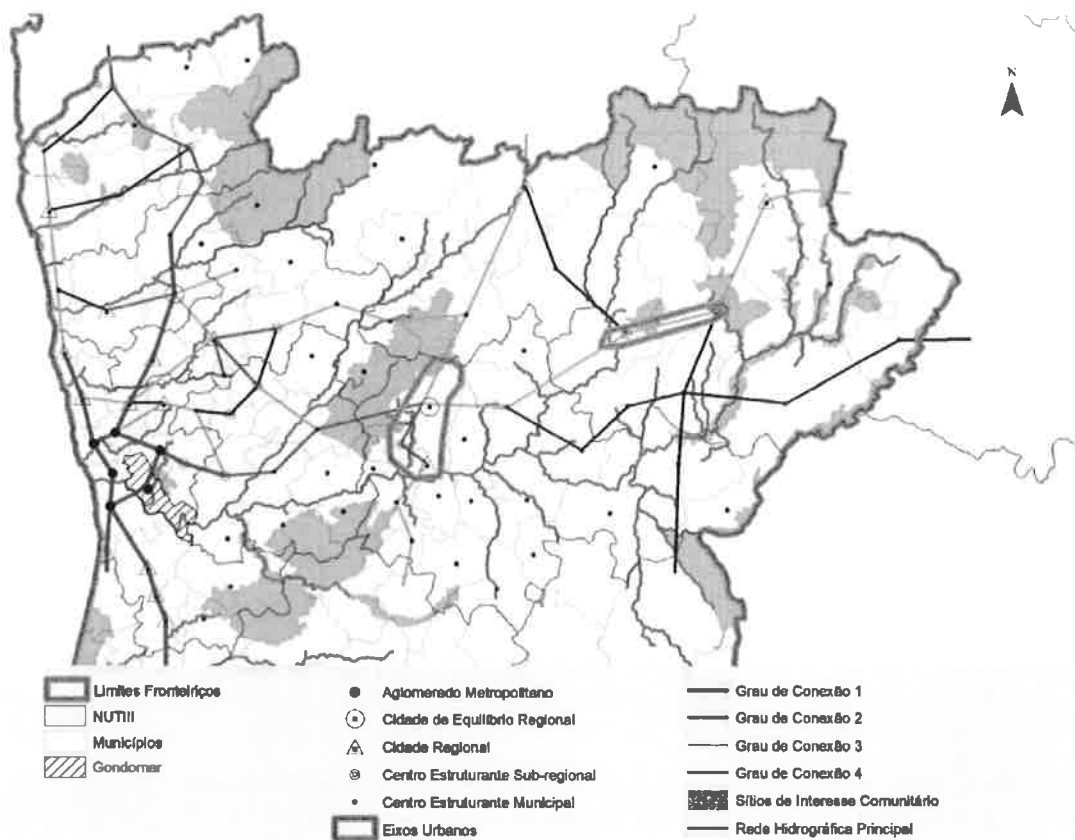
Fonte: Diário da República e PDMG

31
Hau

Enquadramento Geográfico

O concelho de Gondomar, em termos geográficos, é parte integrante do aglomerado metropolitano do Porto, integrado na sub-região estatística da AMP (NUTS III).

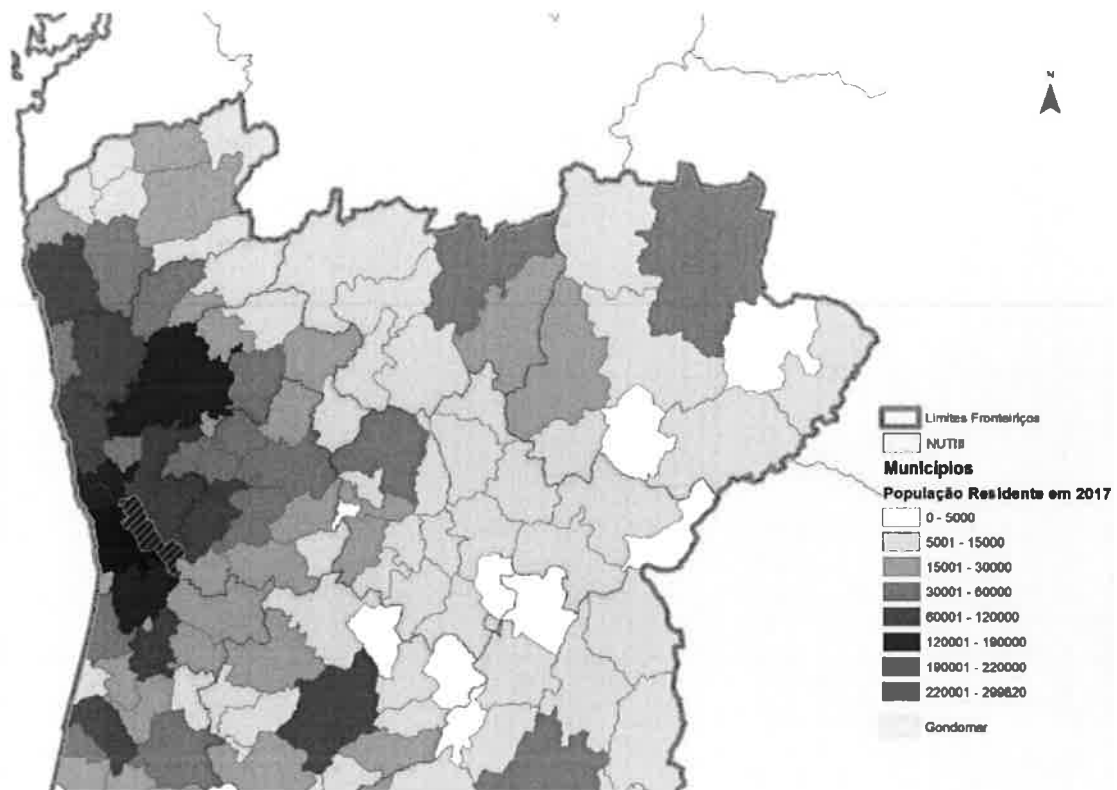
Figura 1: Contexto Regional



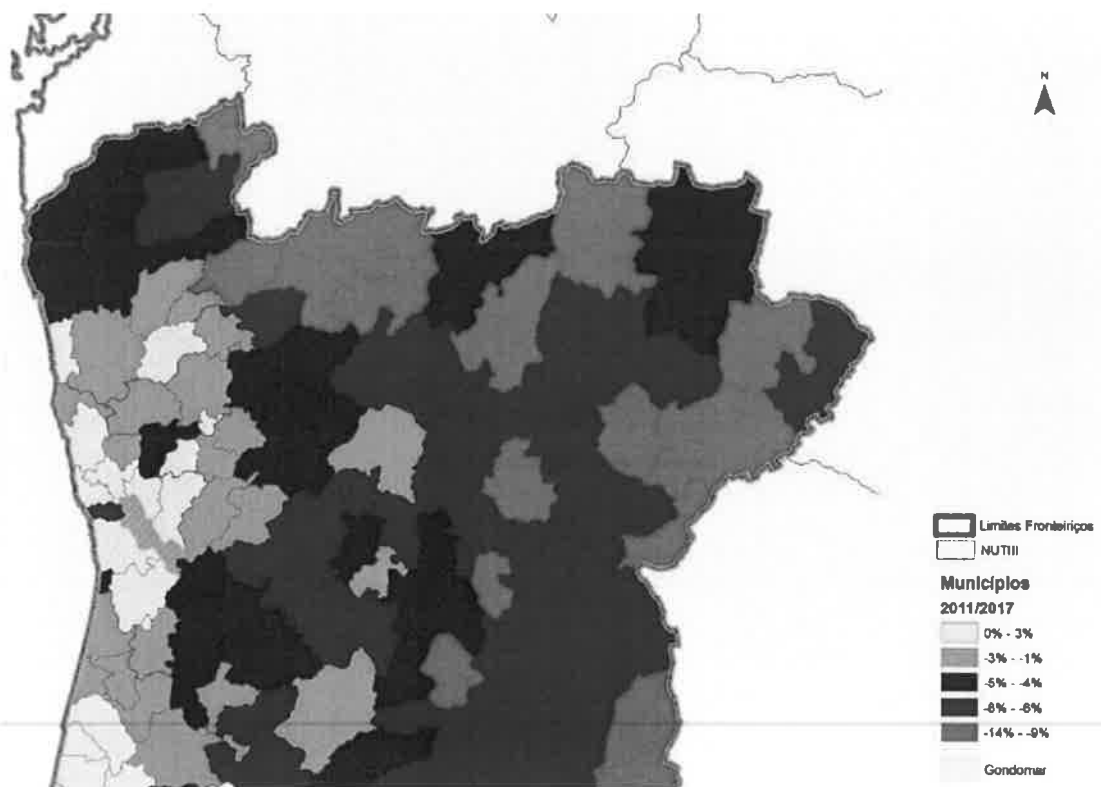
Fonte: CCDR-N e Rede Natura 2000

A sua localização constitui um importante elo de ligação entre as áreas de grandes densidades da metrópole do Porto com as áreas residenciais e rurais da conjuntura metropolitana. Além de que, é classificado como um Aglomerado Metropolitano, a par de Vila Nova de Gaia, Porto, Maia, Matosinhos e Valongo, perfazendo um território policêntrico e estruturante para a dinâmica regional e nacional.

O contexto metropolitano de Gondomar é decisivo para o seu desenvolvimento, mas também em termos de competitividade territorial. De referir que a conjuntura demográfica atual, o grau de infraestruturação e o tipo de economia que a região apresenta dotam o município de um posicionamento estratégico com relevo.

Figura 2: População Residente na região Norte (2017)

Fonte: INE

Figura 3: Variação da população residente na região Norte (2011-2017)

Fonte: INE

Tal como é demonstrado nas figuras anteriores, existe um contexto populacional de grande densidade, apresentando uma tendência de diminuição populacional, igualando a tendência nacional de decréscimo e de envelhecimento. Gondomar é um dos municípios com menor variação de população perdida, estando muito perto de a tendência estabilizar ou mesmo crescer.

Ao nível das infraestruturas, o município encontra-se localizado num contexto central, integrando o Corredor da Faixa Atlântica que estabelece a relação entre o litoral Atlântico da Península Ibérica e o Corredor Ibérico (Norte), que relaciona a AMP com a Espanha.

O concelho integra esses corredores, por intermédio da rede ferroviária, com a relação ao Corredor da Faixa Atlântica, através da Linha do Minho e da rede de suburbanos do Porto; e a rede rodoviária permite relacionar com o Corredor Ibérico (Norte), através da Rede Nacional Fundamental de Autoestradas (A4).

Figura 4: Rede de Transporte na região Norte (2016)



Fonte: IMT, I.P., Autoridades Portuárias e Aeroporto Francisco Sá Carneiro

Deste modo, a sua inserção num território de alta densidade, obriga a ter preocupações ambientais, tendo em conta o impacto gerado por este e pela envolvente no meio ambiente. Assim, a estruturação de espaços naturais de conservação e preservação, bem como a definição de áreas de lazer, enquanto ativos para a dinâmica destes territórios, motiva os municípios a adotar medidas neste âmbito.

Gondomar é considerado um dos municípios piloto em termos de boas práticas ambientais no contexto metropolitano, com a concretização de diversos projetos como, por exemplo, o Parque das Serras do Porto

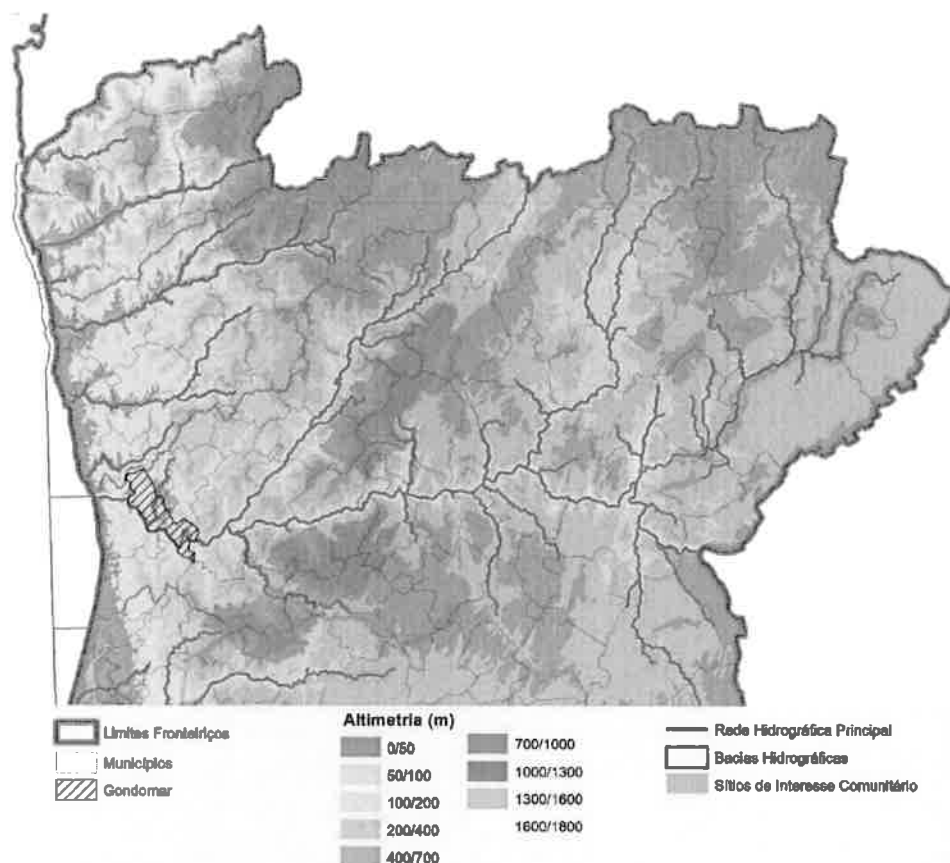
06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

34
Pela

(com os municípios de Valongo e Paredes) mas, também, a integração na Rede Natura 2000, nomeadamente o Sítio de Interesse Comunitário de Valongo.

Figura 5: Contexto Natural da região Norte



Fonte: APA

De forma genérica o concelho caracteriza-se por:

- Uma elevada densidade populacional e crescente envelhecimento da mesma;
 - Uma vocação exportadora baseada em máquinas e aparelhos elétricos, bem como de peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias;
 - Um acervo patrimonial e natural interessante tendo em conta o contexto metropolitano em que se insere.
- O concelho de Gondomar e as freguesias

Gondomar tem uma área de 131.92 km² e abrange no seu território 7 freguesias, onde se integram as cidades de Gondomar, Valbom (na União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e Rio Tinto (na freguesia com a mesma toponímia e na de Baguim do Monte – Rio Tinto). Ao mesmo tempo, o município tem duas vilas: Fânzeres e São Pedro da Cova, na U.F. com a mesma toponímia.

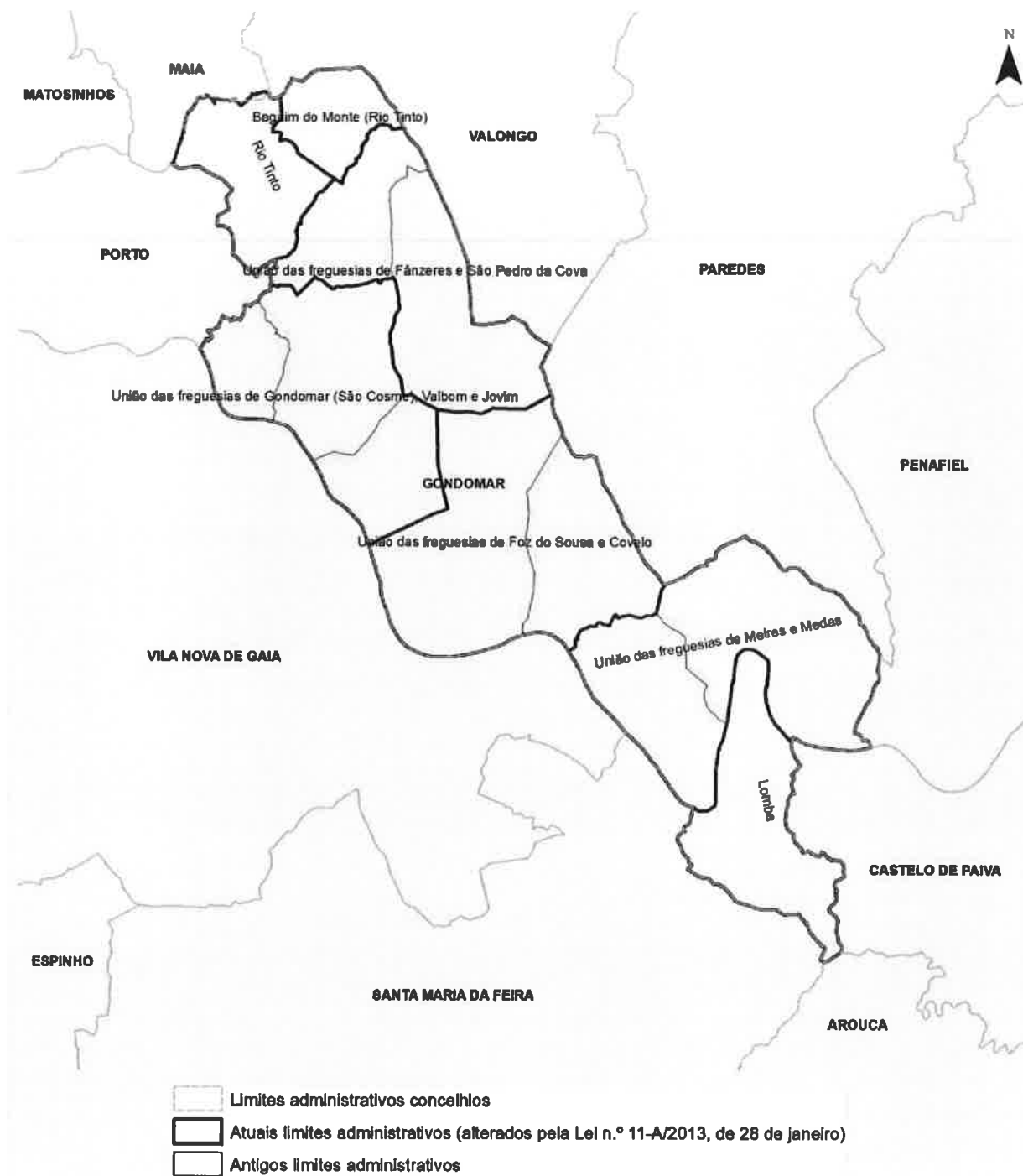
A atual distribuição das freguesias resultou da reorganização proposta na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (publicada no Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28). A exceção às uniões de freguesias é: Lomba, Rio Tinto e Baguim do Monte (Rio Tinto).

06.MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

35
Ple
P

Figura 6: Freguesias do município de Gondomar



Fonte: CAOP

Para o presente REOT este enquadramento é relevante, pois a informação será analisada mediante o atual panorama administrativo, mas também atendendo à sua segregação em freguesias **rurais**, em que se insere a freguesia de Lomba, U.F. de Foz do Sousa e Covelo e U.F. de Melres e Medas; e **urbanas**, onde constam as freguesias de Baguim do Monte (Rio Tinto), Rio Tinto, U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova e U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim.

06.MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

36
Pleu

Estado do Ordenamento do Território do município de Gondomar

População

Período Censitário

Entre os períodos censitários de 2001 e 2011 regista-se um aumento da população na grande maioria das freguesias do município, sendo esse fenómeno particularmente evidente naquelas que se encontram próximas ao aglomerado urbano do Porto.

Contudo, no concelho, constata-se uma dupla realidade demográfica, existindo também freguesias que apresentam decréscimos populacionais. Estas freguesias – Lomba, U.F. da Foz do Sousa e Covelo e U.F. de Melres e Medas – registam, inclusive, um valor de decréscimo superior ao de maior crescimento durante este período, sendo de salientar que o maior crescimento percentual populacional foi na freguesia de Rio Tinto, com 6%, e o valor percentual com maior descida populacional foi na freguesia de Lomba, com 12% – curiosamente, os núcleos populacionais que são o oposto em termos demográficos, um que é o maior aglomerado populacional e o outro o mais pequeno do município, respetivamente.

Tabela 5: Evolução Censitária da população de Gondomar, por freguesias

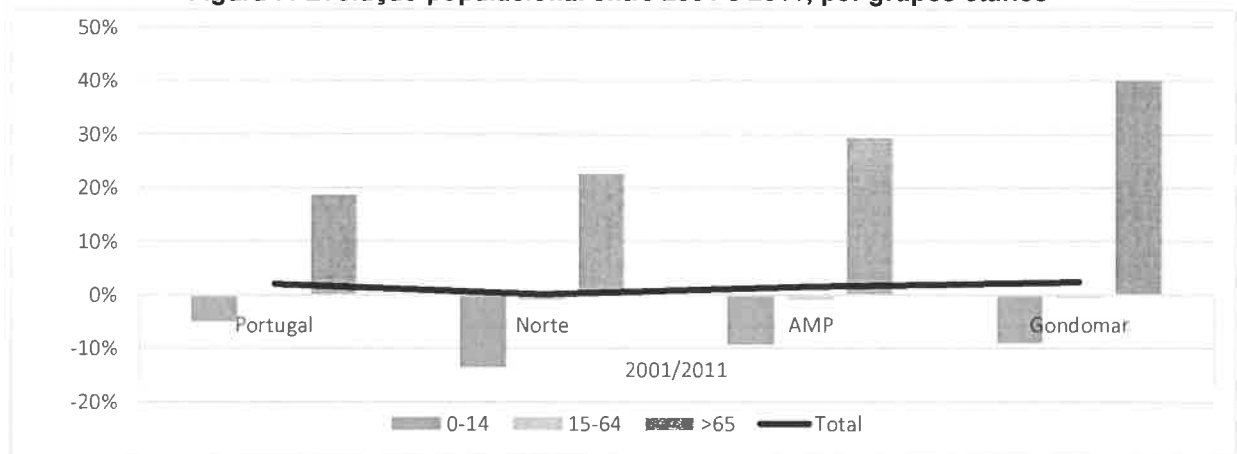
Freguesia	2001	2011	Variação
Baguim do Monte	13 943	14 102	1%
Lomba	1 711	1 505	-12%
Rio Tinto	47 695	50 713	6%
U.F. Fânzeres e São Pedro da Cova	39 331	39 586	1%
U.F. da Foz do Sousa e Covelo	8 160	7 701	-6%
U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim	46 958	48 600	3%
U.F. de Melres e Medas	6 298	5 820	-8%
Município	164 096	168 027	2%

Fonte: INE

No que se refere às restantes freguesias, a proximidade ao concelho do Porto, bem como a existência de infraestruturas ferroviárias e rodoviárias que estabelecem essa proximidade, marcam a distribuição populacional do território gdomarense, sendo de destacar que as freguesias que apresentam essa relação, via infraestruturas rodoviárias, apresentam os crescimentos mais elevados, neste caso: U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim e Rio Tinto; e as que se relacionam com a rede ferroviária, seja ela ligeira ou pesada, são as que menos crescem, como é o caso das U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova e Baguim do Monte. Todavia, apesar de Rio Tinto se incluir no leque de freguesias que têm esta infraestrutura (ferroviária), verifica-se que a freguesia apresenta o maior crescimento, muito associado à sua inserção na continuidade urbana do Porto.

A par disso, existe uma série de freguesias que apresentam variações que são preocupantes, isto é, freguesias que se encontram com uma perda demográfica superior a 5%, como é o caso de Lomba (12%), U.F. de Melres e Medas (8%) e U.F. da Foz do Sousa e Covelo (6%).

Tal situação é concordante com um processo de envelhecimento, que a figura seguinte e sua análise permitem verificar.

Figura 7: Evolução populacional entre 2001 e 2011, por grupos etários

Fonte: INE

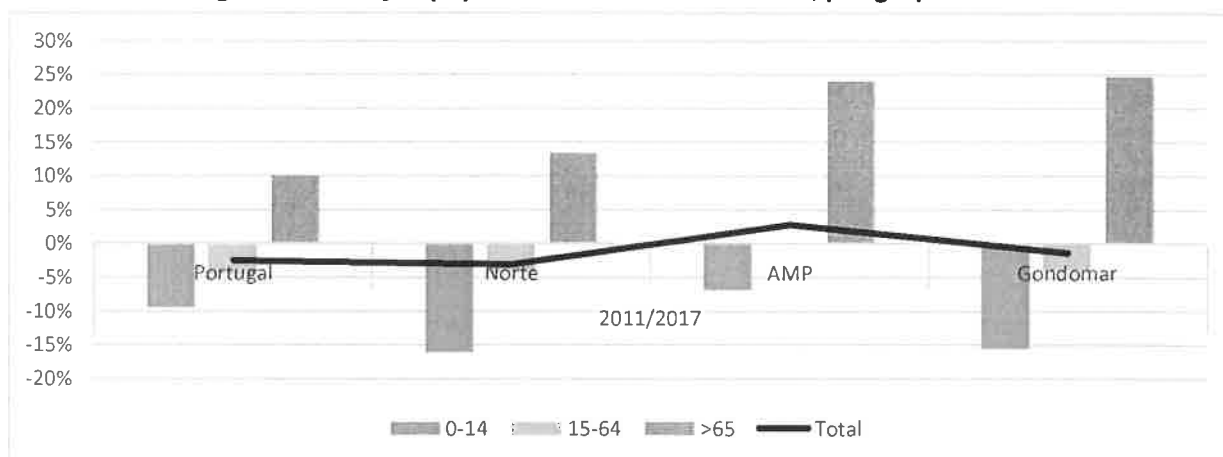
Embora o contexto nacional e regional tivessem um crescimento populacional residual de 2% e 0%, e o grupo etário com mais de 65 anos: 19% e 23%, respetivamente, estas regressões à escala da Área Metropolitana do Porto e do concelho de Gondomar, quando analisado a população com mais de 65 anos, têm um crescimento de 29% e 40%, respetivamente, o que é francamente superior à realidade nacional e regional.

Todavia, apesar de não ser diretamente vinculativo o facto de o envelhecimento provocar a regressão da população, este é um indicador que permite perceber se a curto e médio prazo a tendência de regressão demográfica é uma realidade.

A partir desse ponto de vista, no concelho de Gondomar percebe-se que as freguesias mais periféricas aos grandes centros urbanos apresentam regressões demográficas, face ao êxodo populacional, associada à ausência de argumentos que tornem o território resiliente economicamente – este argumento será abordado numa fase mais adiantada do REOT.

Período Pós-Censitário

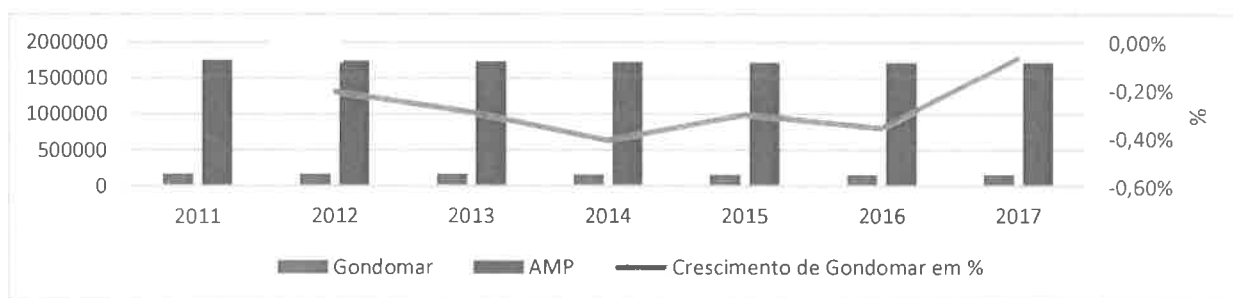
A evolução populacional neste período acentua o processo de envelhecimento e confirma o facto de este provocar a regressão demográfica. Tal situação coincide com a intensificação do processo de envelhecimento que ultrapassa os registos estatísticos em Portugal, cumulativamente, a outros fatores estatísticos que serão apresentados neste subcapítulo.

Figura 8: Evolução populacional entre 2011 e 2017, por grupos etários

Fonte: INE

A diminuição populacional em Portugal de 3%, entre 2011 e 2017, é um processo associado, principalmente, ao aumento da população envelhecida (10%), à diminuição da natalidade e do saldo migratório negativo, que se viu afetado com a crise. Em simultâneo, a região Norte, também devido aos mesmos problemas, apresenta uma regressão populacional muito semelhante à nacional.

Contudo, essa realidade não é semelhante em toda a região, tal como é evidenciado pela Área Metropolitana do Porto, onde existe um aumento de 3%. Gondomar, por sua vez, apresenta um decréscimo de 1%, tendo uma realidade muito próxima de regressão de 0.27% ao ano, o que corresponde, em média, menos de 456 habitantes/ano.

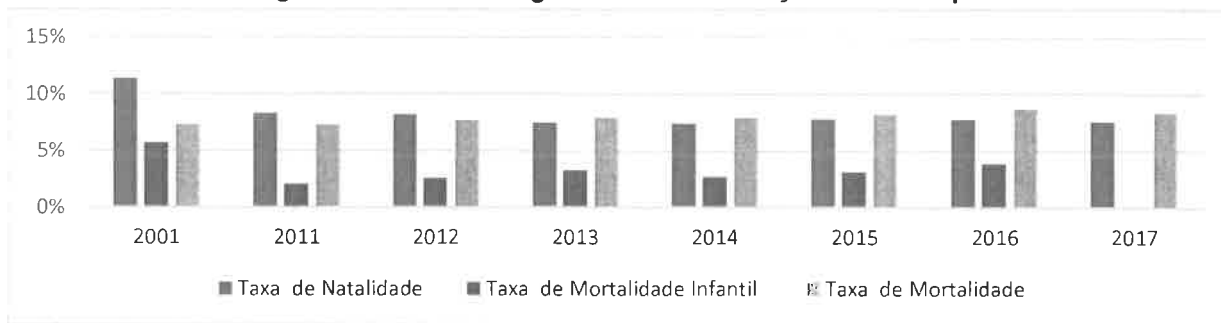
Figura 9: Evolução populacional entre 2011 e 2017 no concelho

Fonte: INE

Por inerência à diminuição populacional, e apesar de ter uma dimensão territorial com significado no território da AMP (sendo o 9º maior em 17 municípios e com uma área superior em 10% à média da AMP), Gondomar é um dos concelhos do país com maior densidade populacional – 1256 hab./km² –, sendo superior à realidade metropolitana em 50%².

Para tal processo de diminuição populacional importa perceber a variação existente entre as taxas de natalidade, mortalidade e mortalidade infantil, compreendendo-as como indicadores cruciais para a evolução demográfica – ver figura seguinte.

² Segundo o INE, em 2017, Gondomar tem mais 1144 habitantes por km² do que o resto do país.

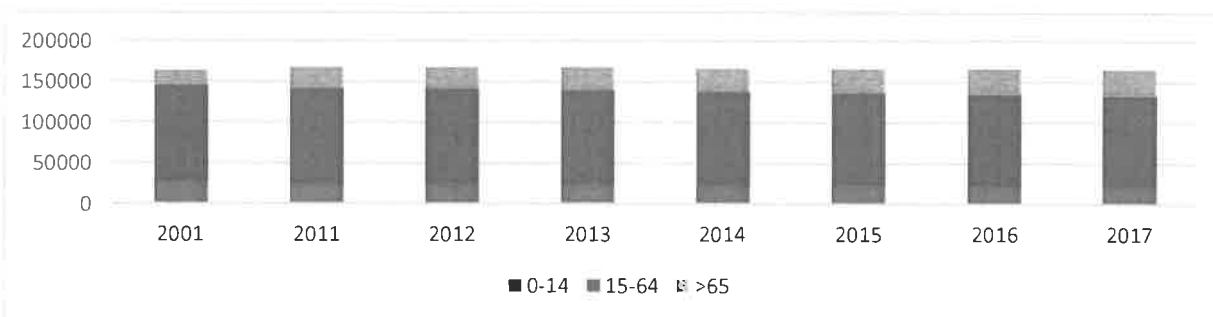
Figura 10: Taxas demográficas e sua evolução no município

Fonte: INE

Deste modo, é perceptível que o município apresentou:

- Uma diminuição de 3% (aproximadamente), no período 2001 e 2011, da taxa de natalidade. Estabilizando esse indicador nos 8%, entre 2011 e 2017 – situação concordante, com o processo de envelhecimento que se tem assistido em Portugal nos últimos (e que será desenvolvido ainda neste subcapítulo);
- A estabilização nos 8% da taxa de mortalidade do concelho, desde 2012 – facto este que está associado ao aumento da esperança média de vida;
- E, por fim, uma diminuição da taxa de mortalidade infantil, entre 2001 e 2011, sendo que a mesma tendencialmente sobe entre 2011 e 2016 – facto que contraria uma diminuição generalizada deste indicador por todo o país³.

Tal conjuntura de regressão populacional durante o período censitário está associada à diminuição dos grupos etários mais jovens, mas no período intercensitário essa regressão ganha dimensão com o aumento da população idosa em média de 4% ao ano, e a população jovem e a população ativa regridem, cerca de 3% e 1%, em média, por ano, respetivamente.

Figura 11: Evolução da estrutura etária do concelho entre 2001 e 2017

Fonte: INE

Tal dinâmica populacional é afetada também pela evolução do número de famílias, que à data do período censitário era positiva, com um acréscimo de 13%, cifrando-se nas 61 479 famílias. No entanto, nos anos mais recentes, devido à ausência de informação, perspectiva-se a diminuição desse valor, motivado pelo processo de envelhecimento e de diminuição da população.

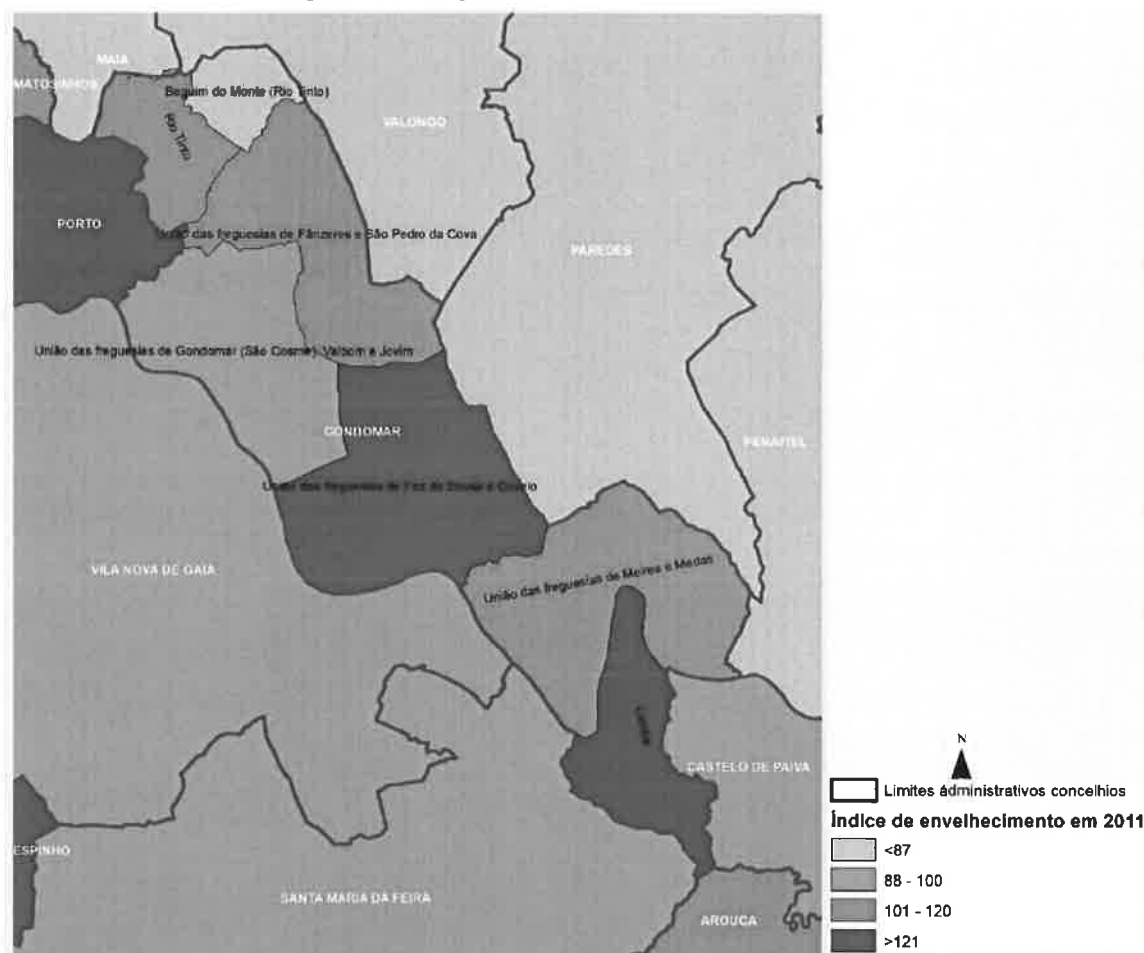
³ Indicador que em Portugal desce dos 3.1% de 2011 para os 2.6%, em 2017, segundo o INE.

No que se refere à dimensão do agregado familiar, desde a década de 60, existe uma diminuição contínua dos 4.0 elementos familiares para os 3.7 (1981), 3.0 (2001) e 2.7 (2011) (INE)⁴.

Esta realidade que tem sido descrita é apoiada num processo de envelhecimento, que se passa agora a desenvolver.

Tal situação, numa primeira análise, é confirmada pelo aumento da esperança média de vida em Portugal, dos 76.4 anos de vida à nascença, em 2001, para os 80.4 anos, em 2014, inferindo, consequentemente, ao aumento do índice de envelhecimento.

Figura 12: Conjuntura do Envelhecimento no concelho



Fonte: INE

A par disso, o processo de envelhecimento apresenta no concelho valores francamente inferiores à realidade nacional, em que no conjunto do município, em termos do índice de envelhecimento, existe um índice de 99.7 em 2011, contrastando com os 155.4 (a nível nacional), 153.3 (a nível regional) e 148.0 (metropolitano).

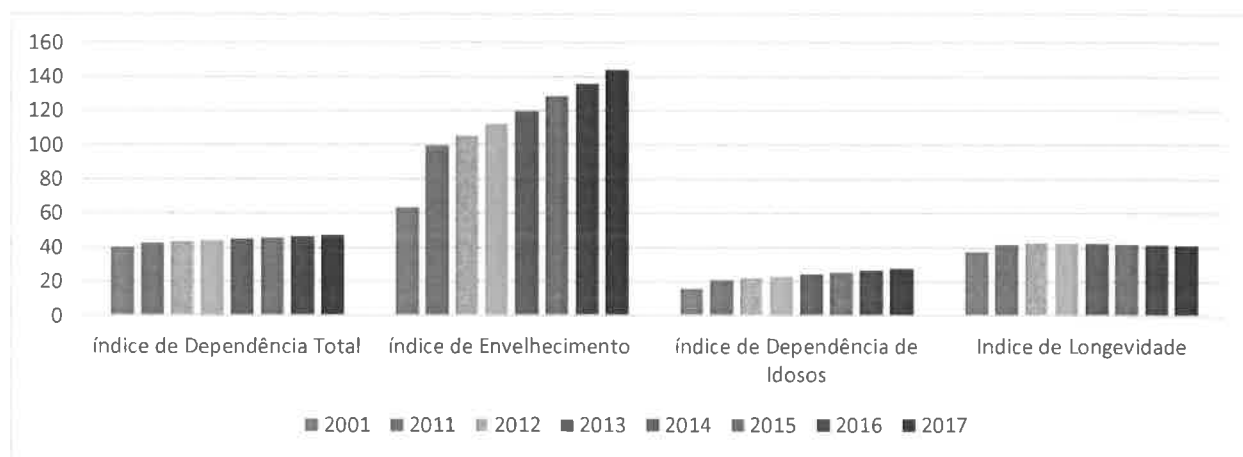
Contudo, no município existe uma freguesia com valores muito próximos à realidade metropolitana, como é o caso de Lomba, com um índice de 145.8. Nas restantes registam-se valores similares aos do concelho,

⁴ Valores referentes a Portugal.

como é o caso de Baguim do Monte, U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova e U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim, sendo que Rio Tinto e U.F. de Melres e Medas apresentam valores não muito distantes – 105.8 e 107.1, respetivamente –, e, isto, por motivos diferentes. Neste caso, Rio Tinto por ser um núcleo urbano com um grau de consolidação urbana e demográfica avançado e U.F. de Melres e Medas por ser uma freguesia de matriz rural, suscetível a um processo de «repulsão» demográfica, atendendo não só à sua localização, mas, principalmente, por não dispor de elementos fixadores de população.

Na atualidade, tal como foi anteriormente descrito, o envelhecimento continua a aumentar e, consequentemente, os índices de dependências, neste caso: o total e o de idosos aumentam. No que se refere ao ritmo de crescimento do índice de envelhecimento no período pós 2011, é em média de 6% ao ano – facto que se prevê piorar, atendendo à tendência de evolução demográfica demonstrada neste capítulo.

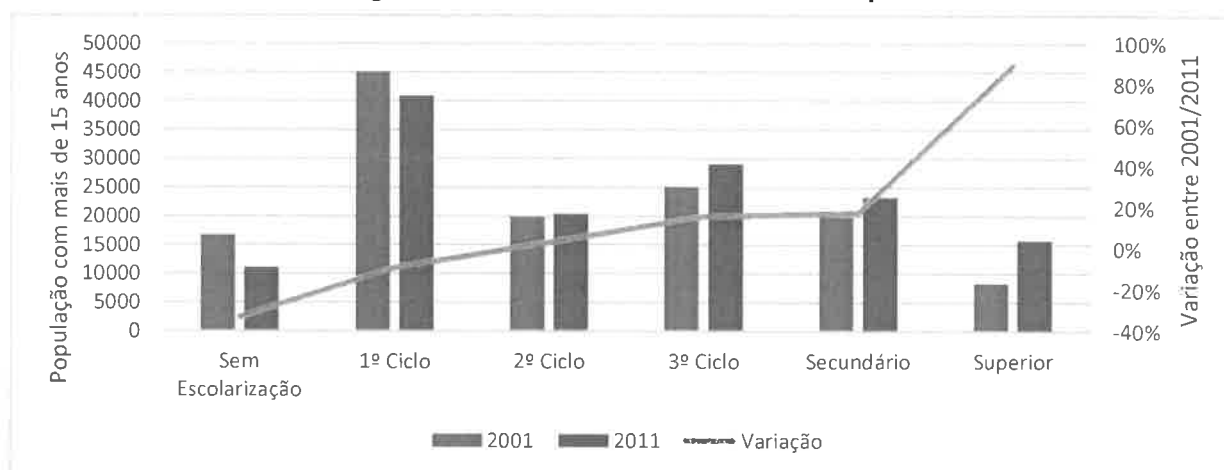
Figura 13: Índice de dependência e envelhecimento do município



Fonte: INE

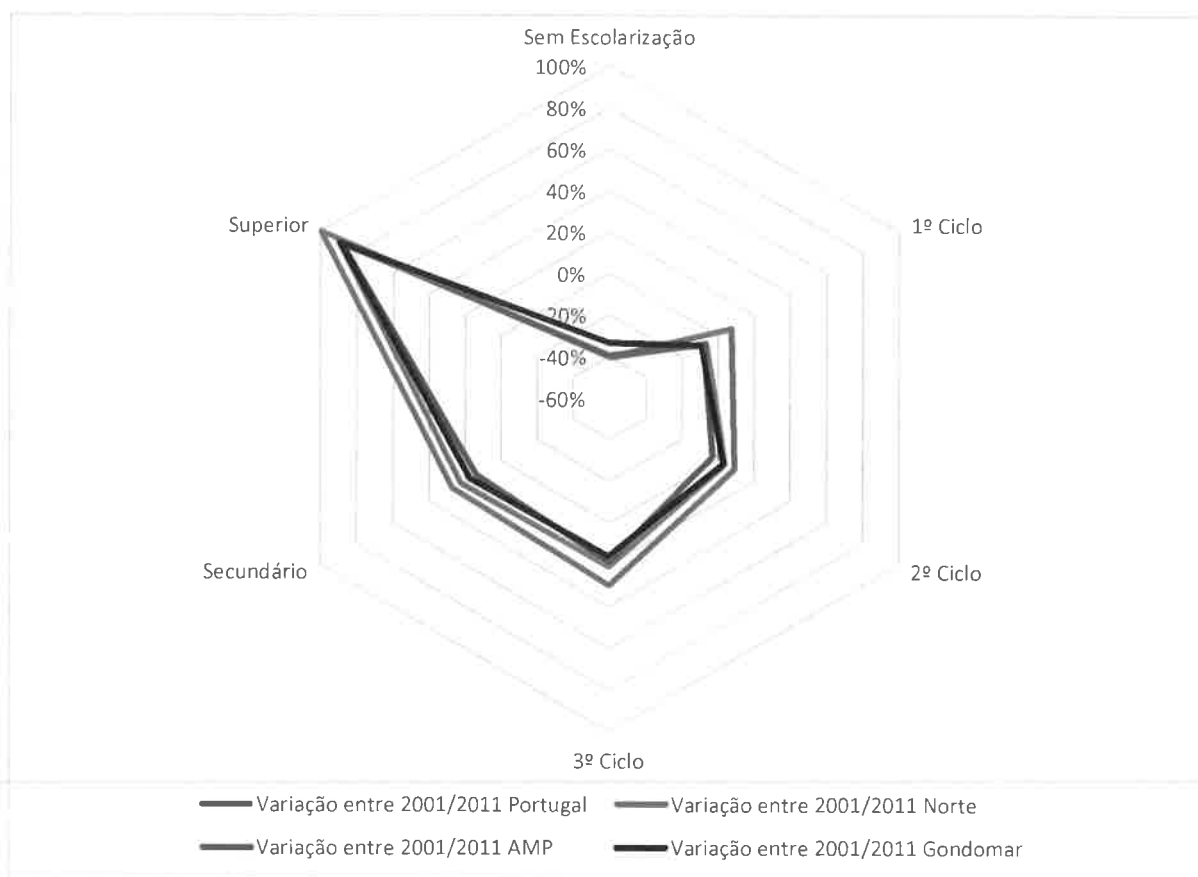
Não obstante ao processo de envelhecimento, outro elemento estruturante na dinâmica populacional são os níveis de escolaridade. Neste tópico de análise, a população do município de Gondomar reflete, em parte, o seu potencial de desenvolvimento socioeconómico.

A figura seguinte reflete uma realidade francamente positiva nos diversos níveis escolares, isto porque, compreendendo as diferenças inter-geracionais, é possível encontrar uma população mais idosa com um nível de escolarização, predominantemente, primário e básico, mas, a população jovem e em idade ativa, já se encontra com padrões de escolarização secundária e superior positivos.

43
Pleu**Figura 14: Nível de escolaridade do Município**

Fonte: INE

Contudo, o município, em termos comparativos ao contexto nacional e regional apresenta um cenário abaixo da realidade que ocorre a estas escalas. Mas, se for comparado com o panorama metropolitano, apresenta um contexto positivo, tal como se depreende com a evolução positiva do nível de escolaridade da população gondomarense com o ensino 2.º ciclo. No que se refere ao nível de ensino superior, o mesmo cresce mas não tão intensamente, como as realidades às quais o município se encontra equiparado, pois a variação de 89%, entre 2001/2011, ainda é inferior à realidade da região Norte que cresceu durante esse período 100%.

Figura 15: Evolução dos níveis de escolaridade (comparação)

Fonte: INE

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

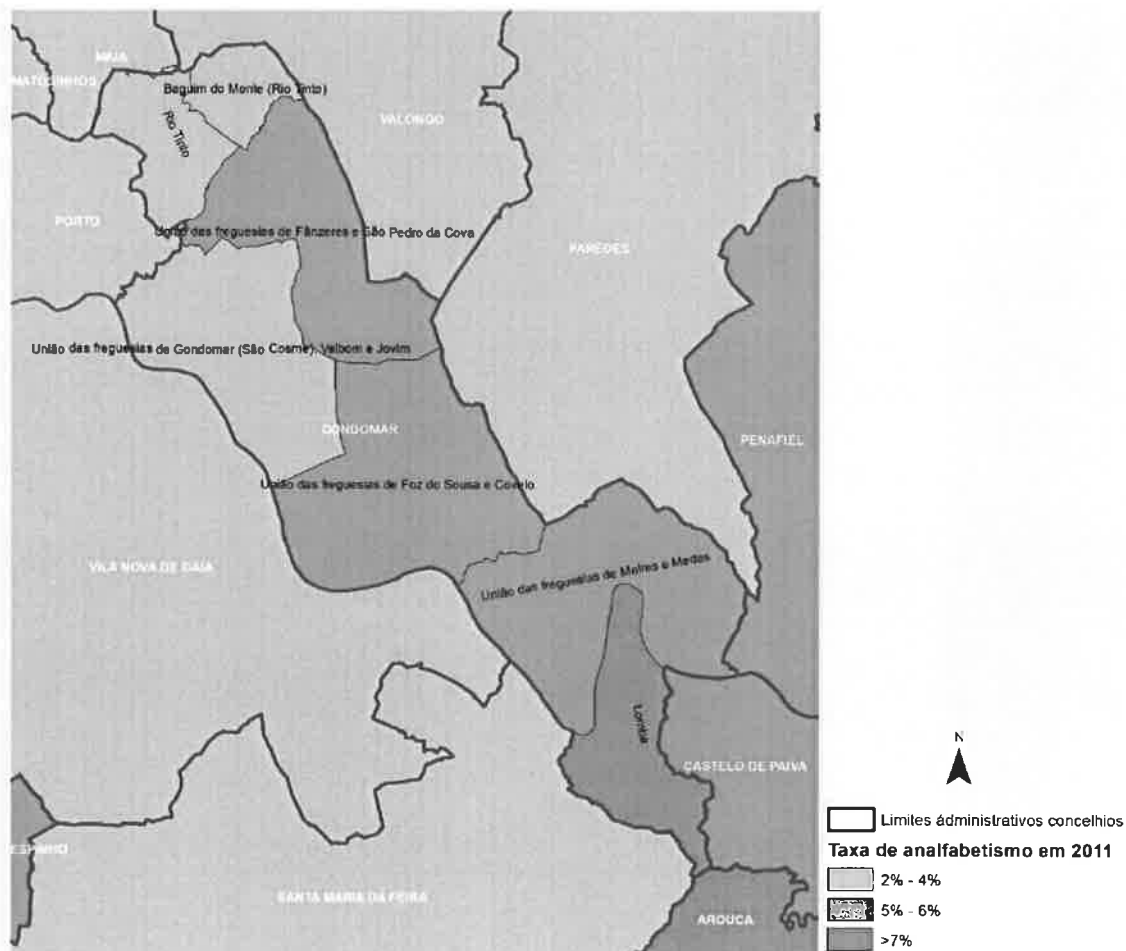
44
Flu
9

No que se refere às predominâncias formativas, há que referir que o nível de escolarização dominante é o 1º ciclo, tendo ainda uma representatividade de 29% da população. Logo de seguida, o 3º ciclo, com cerca de 21%.

Contudo, o facto de a maior variação positiva ter correspondido ao ensino superior e a negativa ter correspondido ao sem escolarização, é demonstrativa do envelhecimento da população, pois caracteriza-se por ser na população idosa onde o analfabetismo é mais elevado e porque o processo de escolarização obrigatório, bem como as exigências do mercado de trabalho, definiram novas necessidades, sendo uma delas mais qualificação e, assim, «obrigar» a que estes níveis superiores tenham estes crescimentos, durante este período intercensitário.

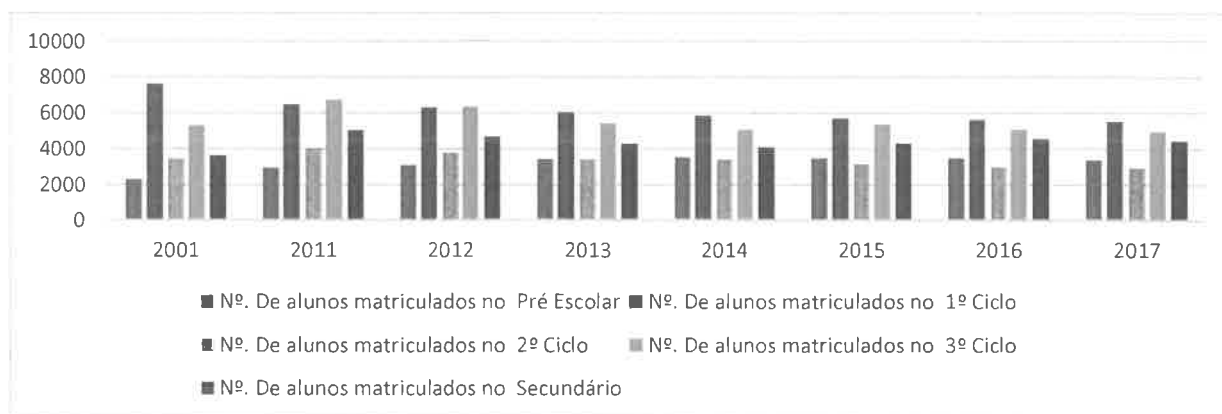
No que se refere ao processo de analfabetismo, existe na maioria das freguesias (5/7), uma taxa superior ao município (3.27%) localizando-se, como se constata na figura seguinte, nas freguesias mais próximas ao Porto, curiosamente.

Figura 16: Conjuntura da Educação no concelho



Fonte: INE

Relativamente aos demais níveis de ensino, mantiveram-se as descidas normais no 1º ciclo do ensino básico, embora o 2º ciclo apresente um crescimento de 3% – facto que contraria a realidade nacional, mas que, tendencialmente, acabará por regredir, face às novas obrigações educativas e laborais.

45
Pleu**Figura 17: Número de alunos matriculados**

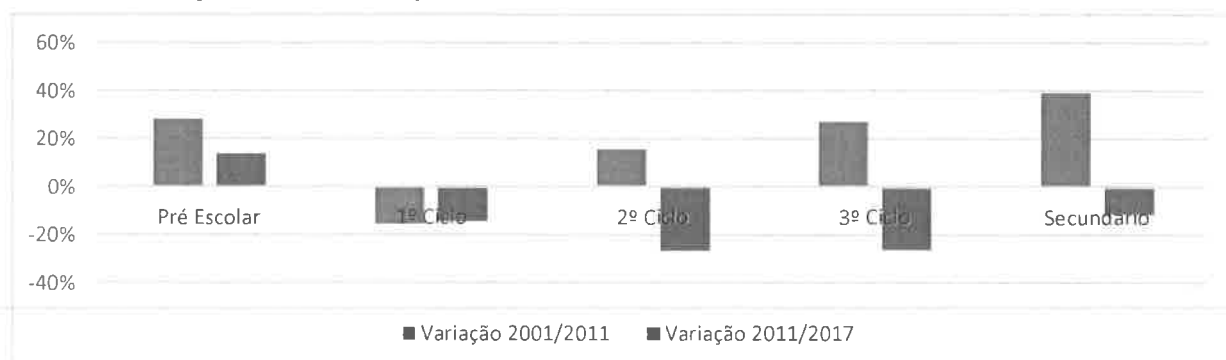
Fonte: INE

Apesar do aumento do nível da escolaridade entre 2001 e 2011, assiste-se a uma diminuição do número aos alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino, devido à diminuição populacional já referida, especialmente nas faixas etárias mais jovens, como é o caso do ensino básico (em todos os níveis).

As descidas verificadas são diferentes, entre o período censitário e o período de 2011/2017. Isto porque, durante o período censitário as regressões assistem-se unicamente no 1º ciclo, com valores de 15%, e nos demais ciclos educativos existe um crescimento superior a 16%, tendo, inclusive, no ensino secundário atingido um crescimento de 39%.

Já no período de 2011/2017, é possível encontrar uma regressão sintomática na maioria dos ciclos educativos, com regressões de 27% e 26%, no 2º ciclo e no 3º ciclo, e de 12% no ensino secundário. Contudo, o ensino pré-escolar teve um crescimento de 14%. Tal situação não é de subestimar, pois, atendendo à estabilização da taxa de natalidade, bem como a aparente estabilização demográfica na AMP, permite inferir, em certa medida, que o processo de crescimento de alunos, neste nível, está associado aos fenómenos migratórios metropolitanos, em que o município de Gondomar – atendendo à sua dinâmica imobiliária e laboral mais barata (situação a ser confirmada noutros subcapítulos do REOT) – é apelativo à «vinda» de novos habitantes, nomeadamente incluídos em grupos etários mais jovens.

Não obstante a este facto, existe uma perda média anual de 655 alunos matriculados.

Figura 18: Variação por nível de ensino do número de alunos matriculados

Fonte: INE

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

46
Pleu

Por fim, consumada a análise da distribuição e densidade populacional, bem como do envelhecimento e da qualificação, resta agora perceber, como é que esta se encontra em termos sociológicos, nomeadamente com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH foca três dimensões fundamentais para a vida do Homem: viver uma vida longa e saudável, grau de instrução e pelo padrão de vida digno.

Tabela 6: IDH do município de Gondomar

Índice de Desenvolvimento Humano ⁵ do município de Gondomar	
Esperança de Vida	80,4
Tx. Alfabetização (%)	93
Tx. De Escolarização (%)	77
PIB per capita	16 640
Valor do IDH do município	90.43 (IDH muito elevado)

Fonte: INE e Pordata

Gondomar apresenta um valor superior, perante o contexto nacional, onde o Programa das Nações Unidas determina para Portugal, um IDH de 84.30⁶.

Síntese

QUADRO SÍNTESE:

Aspetos Positivos

- Município integrado uma dinâmica metropolitana;
- Índice de envelhecimento inferior ao que ocorre a nível nacional, regional e metropolitano. Cifrando-se nos 99.7;
- Variação positiva do nível de escolaridade superior, em 89%, entre 2001 e 2011, e consequente descida do nível sem escolaridade (33%);
- Variação positiva do número de alunos matriculados no ensino pré-escolar, entre 2011/2017, em 14%;
- IDH elevado (90.43).

Aspetos Negativos

- Diminuição populacional em 1% (menos 456 habitantes por ano, entre 2011 e 2017);
- Envelhecimento populacional nas freguesias rurais, a aproximar-se dos valores nacionais;
- 5 freguesias apresentam taxas de analfabetismo inferiores às média concelhia;
- Perda média anual de 655 alunos matriculados, entre 2011 e 2017.

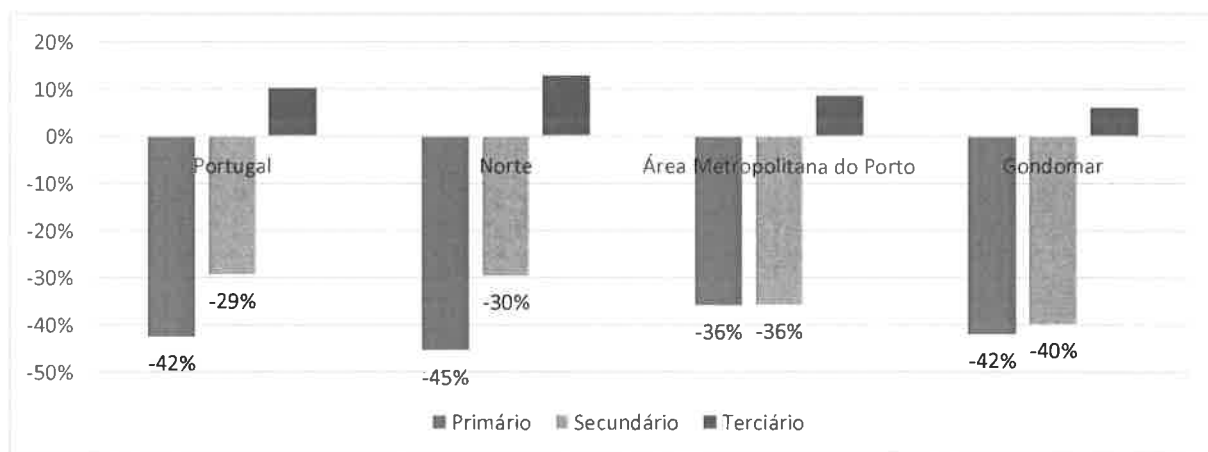
⁵ Os valores desenvolvidos, à exceção das taxas apresentadas, compreendem ao contexto nacional.

⁶ O valor apresentado corresponde ao 41.º melhor classificado a nível mundial segundo este organismo.

Economia

O concelho de Gondomar, à semelhança do que acontece no resto do país, sofreu um processo de reconversão económica, que aumentou a população empregada afeta ao setor terciário no mercado de trabalho, tendo uma variação positiva de 6%.

Figura 19: Variação da população empregada por setor de atividade económica entre 2001 e 2011

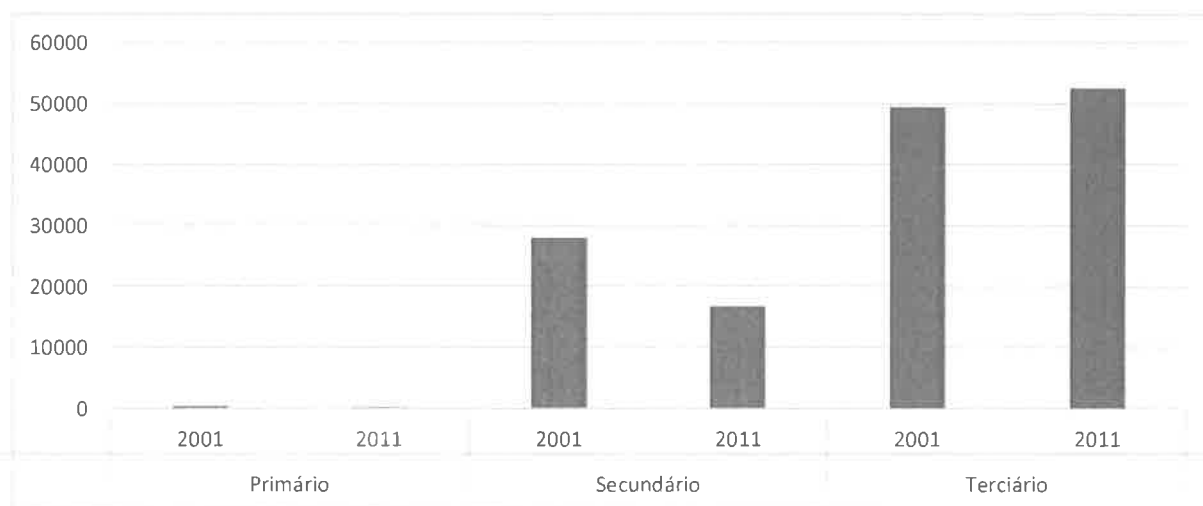


Fonte: INE

Tal situação, para lá da questão do processo de reconversão económica na maioria dos processos económicos globais, é aliada a um intenso processo de envelhecimento da população ativa que no município se caracterizava, principalmente, pela atividade agrícola e industrial.

Nestes setores é possível encontrar quebras significativas, que são mais acentuadas que o panorama nacional, regional e metropolitano, na sua generalidade. O setor primário teve uma quebra semelhante à nacional (42%), e o setor secundário teve uma descida que chega a ser superior em 11% à registada a nível nacional.

Figura 20: População empregada por setor de atividade económica



Fonte: INE

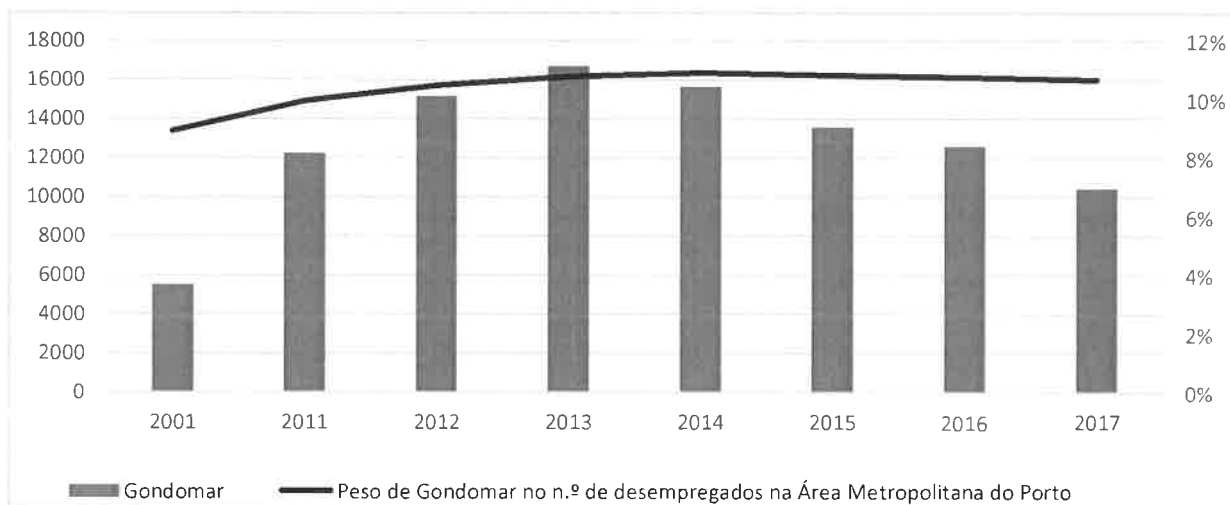
48
Pê
/

Ao mesmo tempo, conforme se constata da análise da figura anterior verifica-se uma diminuição da população empregada, entre de 2001 e 2011⁷, eventualmente condicionada pela crise financeira de 2008, e que motivou o aumento do número da população desempregada inscrita nos centros de emprego.

Cifrando em valores, existiu entre 2001 e 2011, uma perda da população empregada no concelho de 8 294 indivíduos, o que corresponde a 5% da população residente e 10% da população ativa gondomarense, à data do recenseamento de 2011; e o equivalente à dimensão demográfica aproximada de Lomba e U.F. da Foz do Sousa e Covelo juntas – factos que permitem perceber o impacto que teve a crise no mercado laboral do município.

Ao nível do desemprego, é de salientar ainda que até ao ano de 2013, se verificou um aumento progressivo do número de desempregados inscritos face a 2011. No entanto, mesmo que esse valor tivesse diminuído em 2017 para valores inferiores aos de 2011, o mesmo manteve um peso da população desempregada ao nível da metrópole de cerca 11% – valor que se mantém desde 2013 e que corresponde ao 3º valor mais elevado, estando atrás de Vila Nova de Gaia e do Porto, com 23% e 16%, respetivamente.

Figura 21: População desempregada inscrita nos centros de emprego (média anual)



Fonte: Pordata

Embora a evolução do desemprego no concelho tivesse mantido um comportamento contínuo de regressão, o pós crise – considera-se 2013, por ser o ano em que o indicador supra começou a regredir – sabe-se que o aumento do emprego, embora de forma ligeira, é suficiente para estancar o desemprego, pois este regrediu cerca de 34%, entre 2013 e 2017 e, no último período da amostra (2016/2017), cerca de 17% – correspondendo a aproximadamente metade da regressão que se assistiu desde 2013.

Porém, existem três apontamentos que importa ressaltar, nesta questão do desemprego, designadamente:

- Gondomar comparativamente à escala nacional e regional regrediu no somatório dos crescimentos, entre 2013 e 2017, menos 5% e 2%, respetivamente;
- A ausência de informação estatística para os anos mais recentes, neste caso, ao nível do emprego por freguesias, infere com que a dinâmica laboral se encontra ainda concentrada nos principais

⁷ Não existe informação da população empregada nos anos a seguir devido a ser um indicador aferido pelo INE nos Censos.

06.MAR 2019

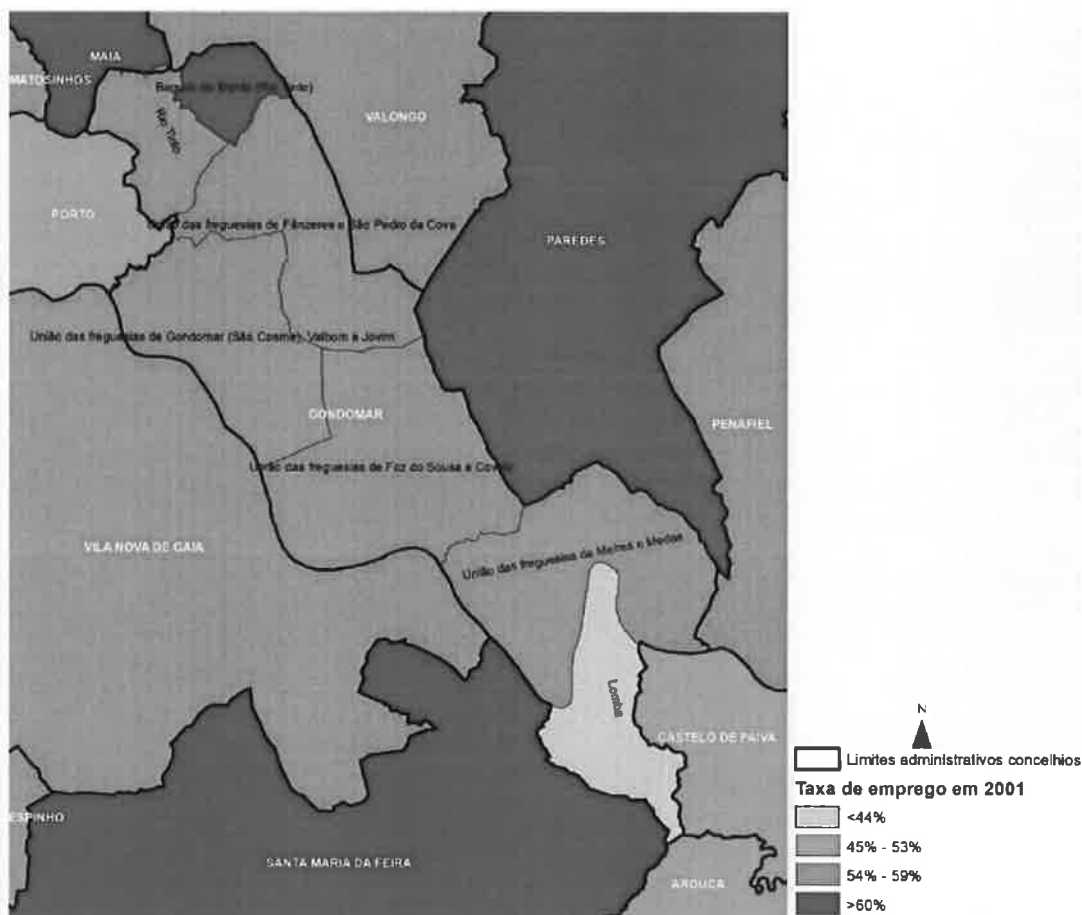
José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

49
Pê
l

aglomerados urbanos, nomeadamente em Rio Tinto, Fânzeres, Baguim do Monte, Gondomar, Valbom e São Pedro da Cova – tal como o era em 2001 (consultar figura seguinte).

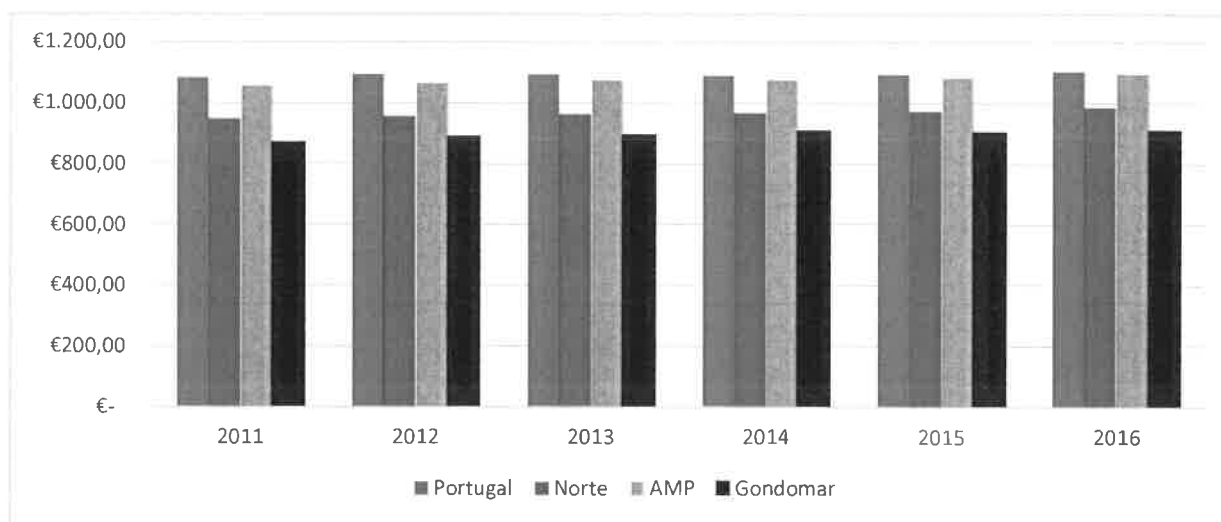
- Em 6 das 7 freguesias de Gondomar existe uma taxa de emprego com valores superiores à envolvente concelhia, sendo de ressaltar Baguim do Monte (Rio Tinto) com uma taxa de emprego à data de 2001, ao nível dos municípios de Paredes, Maia e Santa Maria da Feira – municípios que apresentam maiores valores de taxa de emprego na envolvente – e Lomba, onde existe os valores mais baixos, quando comparada com a envolvente – sinal da repulsão que se afirmou anteriormente para explicar o porquê da perda demográfica.

Figura 22: Dinâmica do emprego



Fonte: INE

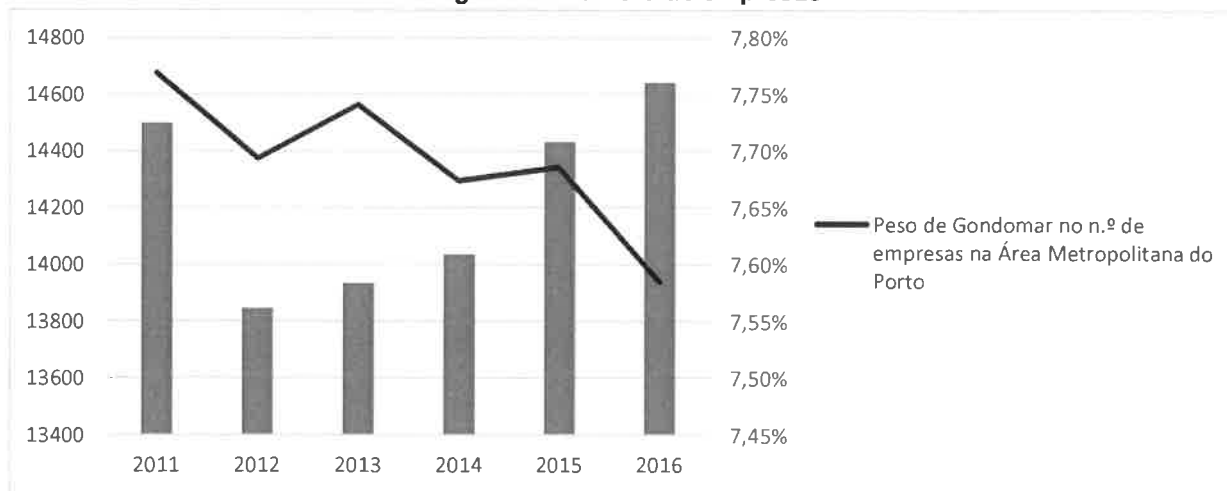
Ao nível do ganho médio mensal, o concelho não tem particular destaque, comparativamente, com a realidade nacional, regional e metropolitana, apresentando diferenciais com algum significado, designadamente 18%, 8% e 17%, respetivamente.

Figura 23: Ganho médio mensal no concelho para trabalhadores por conta de outrem

Fonte: Pordata

Em Gondomar regista-se, contudo, o maior crescimento, em termos percentuais, durante este período em análise, nomeadamente 5%, deste crescimento corresponde a um aumento de 40.4€, entre 2011 e 2016.

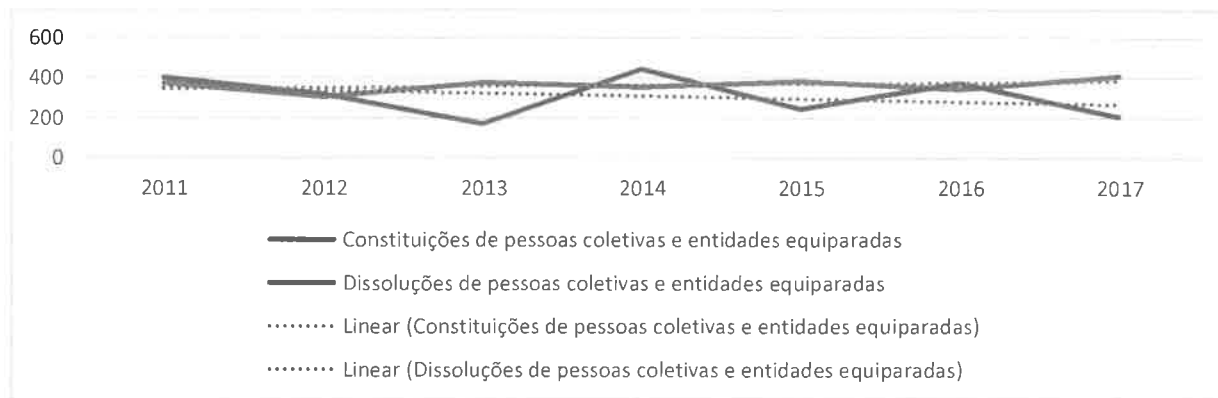
Contudo, tais resultados de crescimento são associados a um contexto económico de interesse regional e nacional, em que o efeito metrópole polariza. Pois, na AMP encontram-se cerca de 16% das empresas do todo nacional e 48% do todo regional, tendo um peso nas exportações do país de 20% e da região de 51%⁸.

Figura 24: Número de empresas

Fonte: INE

Gondomar ainda que não tendo a mesma dinâmica que os municípios que se encontram na sua envolvente metropolitana, apresenta um crescimento do número de empresas positivo, segundo a figura anterior, registando-se no período pós-crise (2013) um crescimento na ordem dos 5%.

⁸ Valor das empresas é referente ao ano de 2016 e o das exportações ao ano de 2017.

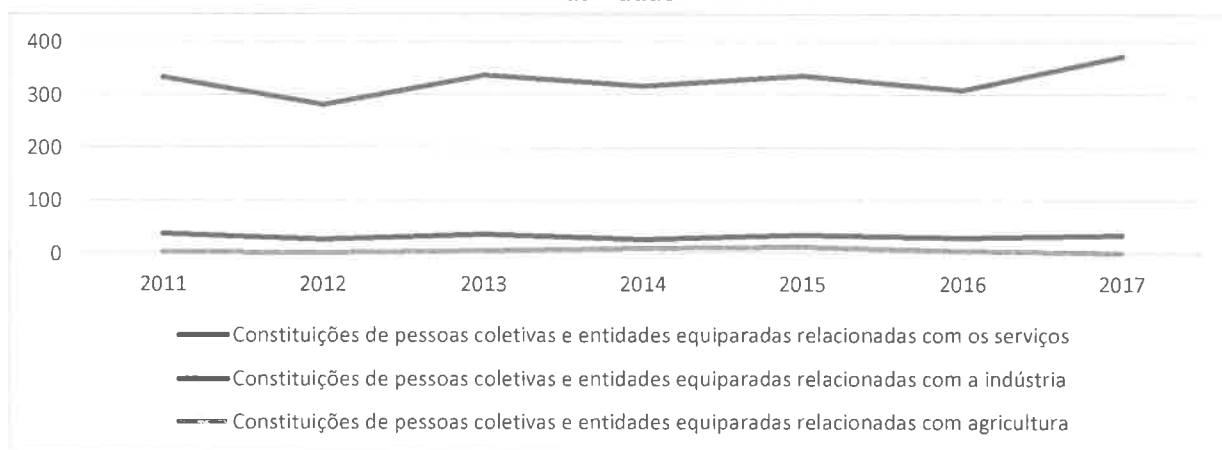
51
Plu
P**Figura 25: Evolução da constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas no município**

Fonte: INE

Em simultâneo, a evolução do número de constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas do pós-crise – indicador que ajuda a compreender a evolução das empresas –, permite concluir que existe uma tendência positiva, crescendo 10%, entre 2011 e 2017, e 9%, entre 2013 e 2017.

Relativamente às dissoluções, verifica-se uma tendência errática, embora no global apresente uma tendência linear negativa. Todavia, entre 2016 e 2017, assiste-se à superação do número das constituições perante o das dissoluções (409 constituições e 206 dissoluções), sintoma que cumpre com as expetativas de nos próximos anos existir crescimento económico, segundo o Banco de Portugal.

O processo de terciarização do município é evidenciado também pelo maior peso da constituição de pessoas coletivas ou entidades equiparadas nos serviços, comparativamente com a indústria e a agricultura.

Figura 26: Evolução da constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas, por setor de atividade

Fonte: INE

O peso do setor industrial mantém-se como o segundo setor económico com mais constituições de pessoas coletivas e entidades equiparadas, sendo ainda possível confirmar a regressão do peso do setor agrícola. Contudo, em 2013, 2014 e 2015, existiu um crescimento de 4, 9 e 11 pessoas coletivas e entidades equiparadas, respetivamente, aparentando uma possível recuperação da dinâmica do setor.

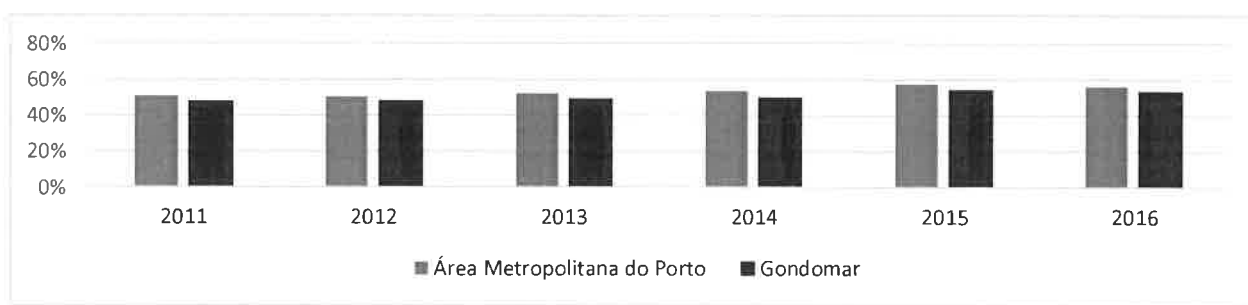
52
Pê
/

Porém, é pertinente ainda perceber que o contexto territorial do concelho leva à existência de processos competitivos entre empresas e territórios, que provocam, por vezes, a existência de territórios excluídos do circuito económico metropolitano, face à:

- Ausência de população qualificada suficiente;
- Ausência de infraestruturas que permitam «conectar» a rede empresarial ou institucional aos centros de comercialização ou de decisão;
- Existência de processos especulativos que condicionam à implantação de determinado investimento em dado território.

Ainda assim, apesar desses condicionalismos, como se constata pela figura em baixo, as empresas no concelho de Gondomar têm uma taxa de sobrevivência ao fim de 2 anos, em média de 50%, no período analisado.

Figura 27: Taxa de sobrevivência das empresas ao fim de dois anos



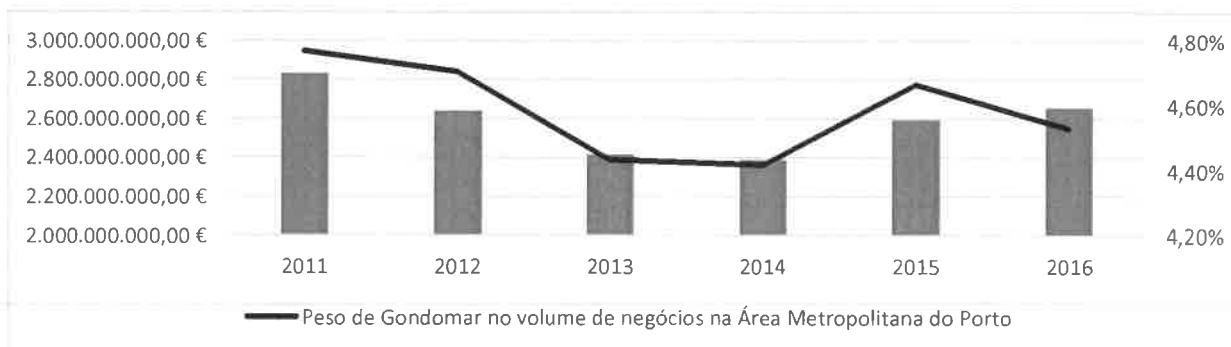
Fonte: INE

Esse valor é ainda ligeiramente inferior ao que se passa na envolvente metropolitana, sendo de destacar que a diferença média para a AMP no período em análise é, geralmente, de 2%.

A concordância entre o incremento da sobrevivência das empresas no período em análise, com o processo de reconversão económica que surgiu nos últimos anos em Gondomar e a nível nacional, infere a necessidade de perceber como é que a produtividade do concelho tem evoluído.

Ao nível da produtividade regista-se um crescimento instável do volume de negócios no concelho, muito associado aos ciclos económicos do mesmo.

Figura 28: Volume de Negócios

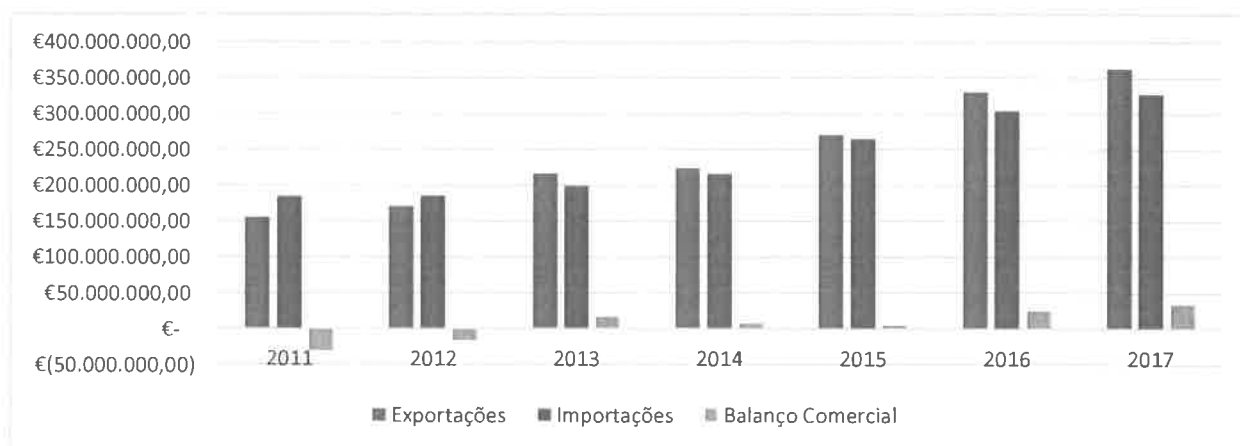


Fonte: INE

O concelho, entre o ano de 2011 e 2013 apresentou um crescimento negativo onde, inclusive, regrediu em 15% o seu volume, diminuindo, consequentemente, o seu impacto na dinâmica metropolitana. Contudo, nos anos seguintes e até 2016 existiu um incremento de 10%, que não ultrapassa os valores de 2011, mas que equilibra perante a realidade existente durante a crise económica, cifrando-se, em valores monetários, nos 2.7 mil milhões de euros de 2016, contrastando com os 2.8 mil milhões de 2011.

Assim, perante uma recuperação do volume de negócios pós 2014, o contexto económico é concordante com um crescimento contínuo do volume de exportações, a partir de 2014, da balança comercial do concelho.

Figura 29: Balança comercial do concelho de Gondomar



Fonte: INE

Relativamente a este indicador salienta-se o fato de ser positivo e o seu valor, a partir de 2014, ter subido cerca de 315%.

Assim, a produtividade do concelho apresenta-se positiva e evidencia um comportamento estável que foi demonstrado pelos indicadores já abordados: o número de empresas, o grau de sobrevivência das mesmas e o número de pessoas coletivas e entidades equiparadas constituídas.

Todavia, a questão da balança comercial tende a melhorar, isto, segundo as Projeções para a economia portuguesa: 2017-2019 do Banco de Portugal, existirá um *crescimento forte das exportações*⁹, perfazendo um aumento de produtividade económica que, dependendo da conjuntura, poderá ou não agravar a questão dos valores das importações, pois o crescimento das exportações não é impeditivo do crescimento das importações.

Inclusive, no caso de 2017, é possível verificar um aumento substancial da balança comercial entre as exportações e as importações pois, no espaço de um ano, cresceu 36%.

Não obstante da realidade da população empregue, da constituição das empresas e da produtividade importa sintetizar alguns apontamentos que permitem não só confirmar o processo de reconversão do mercado laboral, desde o fim de 1960 até à atualidade, bem como compreender a ocupação do território.

⁹ Segundo o Banco de Portugal, perspetivo um crescimento de 1.0% em 2017, e de 0.9% nos anos de 2018 e 2019.

54
Ple

Tabela 7: Conjuntura agrícola-pecuária do concelho de Gondomar

Propriedades Agrícolas:

Freguesia	Superfície Agrícola Utilizada (ha)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Explorações agrícolas com máquinas agrícolas (n.º)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Explorações agrícolas (N.º)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Produtores agrícolas singulares com >65 anos (N.º)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)
	1989	1999	2009		1989	1999	2009		1989	1999	2009		1989	1999	2009	
Baguim do Monte	113	72	58	-49%	30	29	25	-17%	44	36	30	-32%	10	9	15	50%
Lomba	93	38	65	-30%	18	26	21	17%	58	36	26	-55%	15	19	14	-7%
Rio Tinto	338	216	138	-59%	70	52	47	-33%	99	69	58	-41%	26	23	30	15%
U.F. Fânzeres e São Pedro da Cova	418	226	188	-55%	116	81	66	-43%	200	118	80	-60%	59	47	35	-41%
U.F. da Foz do Sousa e Covelo	490	307	157	-68%	136	117	95	-30%	280	162	109	-61%	85	66	60	-29%
U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim	810	458	393	-51%	192	166	123	-36%	330	196	153	-54%	110	97	82	-25%
U.F. de Melres e Medas	451	206	147	-67%	64	72	59	-8%	281	161	97	-65%	53	55	45	-15%
Município	2713	1523	1146	-58%	626	543	436	-30%	1292	778	553	-57%	358	316	281	-22%

Fonte: INE

Produtividade Agrícola:

Freguesia	Superfície de culturas permanentes (ha)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Cultura Predominante	Superfície das culturas temporárias (ha)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Cultura Predominante	Animais (n.º)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	1.ª e 2.ª Espécie Predominante
	1989	1999	2009			1989	1999	2009			1989	1999	2009		
Baguim do Monte	21	11	7	-67%	Vinha	188	100	76	-60%	Culturas Forrageiras	1160	714	542	-53%	Aves/Coelhos
Lomba	18	4	8	-56%	Vinha	138	63	44	-68%	Culturas Forrageiras	1083	1096	746	-31%	Aves/Coelhos
Rio Tinto	64	38	24	-63%	Vinha	473	300	174	-63%	Culturas Forrageiras	2847	2119	1692	-41%	Aves/Bovinos
U.F. Fânzeres e São Pedro da Cova	106	49	51	-52%	Vinha	579	283	178	-69%	Culturas Forrageiras	13148	12399	2261	-83%	Aves/Coelhos
U.F. da Foz do Sousa e Covelo	134	77	31	-77%	Vinha	773	362	162	-79%	Culturas Forrageiras	11891	5698	2411	-80%	Aves/Coelhos
U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim	231	111	68	-71%	Vinha	937	478	347	-63%	Culturas Forrageiras	7725	4595	3679	-52%	Aves/Coelhos
U.F. de Melres e Medas	93	54	16	-83%	Vinha	710	202	176	-75%	Cereais para grão	7333	6529	2335	-68%	Aves/Coelhos
Município	667	344	205	-69%	Vinha	3798	1788	1157	-70%	Culturas Forrageiras	45187	33150	13666	-70%	Aves/Coelhos

Fonte: INE

Analisando as tabelas anteriores de forma simplificada, procede-se então à segregação do território em freguesias urbanas e rurais, tal como foi descrito no final capítulo de *Enquadramento Geográfico*. Assim sendo, recomenda-se a leitura da tabela seguinte.

Tabela 8: Contexto agrícola do concelho de Gondomar

Indicador em análise	Freguesias urbanas	Freguesias rurais
SAU	- Atendendo ao contexto urbano e de crescente urbanização, como é expectável nestas freguesias o valor regride em todas, contudo, a sua regressão é inferior à regressão das freguesias rurais. - É na U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim onde existe a maior área de superfície agrícola utilizada do município, com uma representatividade percentual de 34%.	- Apresentam as maiores perdas de área agrícola utilizada, neste caso, 68% e 67%, em U.F. da Foz do Sousa e Covelo e U.F. de Melres e Medas, respetivamente.
Explorações agrícolas e com máquinas	- O facto de se apresentar neste aglomerado de freguesias os valores com maiores perdas do número de explorações e de explorações com máquinas, o mesmo está associado à existência nestes territórios de um tipo de agricultura de subsistência e não de produção intensiva – isto é confirmado pela área agrícola utilizada ser francamente reduzida e existir um número de superfície agrícola utilizada em explorações agrícola, francamente inferior ao domínio regional e nacional. Fonte: INE	- São as freguesias que apresentam os crescimentos menos impactantes deste indicador, pois a freguesia de Lomba é a única que apresenta um crescimento positivo de explorações com máquinas agrícolas (17%).
Produtores agrícolas singulares com >65 anos	- É onde existe o crescimento dos produtores agrícolas com mais de 65 anos, nomeadamente nas freguesias de Baguim do Monte (50%) e Rio Tinto (15%). As demais apresentam decréscimos, não pelo aumento da população agrícola, bem pelo contrário, é pelo facto de esta regredir – como foi perceptível no princípio deste subcapítulo –, mas também pelo envelhecimento da população, que como se constatou no presente relatório. - É na freguesia de U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova que existem as maiores perdas deste indicador (41%).	- Curiosamente, todas elas regredem, embora não apresentam os valores mais negativos de regressão ou de crescimento deste indicador.
Produções agrícolas (culturas permanentes e temporárias)	- Todas as freguesias regredem para mais de metade do valor que tinham em 1989, confirmando o processo de urbanização do território, bem como o da perda de competitividade económica deste setor. Apresentando, curiosamente, valores de perda similares de 69% e de 70% dos hectares cultivados por culturas permanentes e temporárias, respetivamente. - Na totalidade das freguesias do município a cultura permanente predominante é a vinha, associada à produção dos vinhos verdes; e no que se refere às culturas temporárias, as mesmas são dominadas pelas culturas forrageiras, sendo a exceção – atendendo ao seu contexto mais montanhoso – a U.F. de Melres e Medas, onde a cultura temporária predominante é o cereal para pão.	
Animais	- Curiosamente, é nas freguesias urbanas onde se encontra o maior efetivo animal – 60% do município. Contudo, tal como todo o panorama de regressão anteriormente descrito, existe um decréscimo em todas as freguesias do efetivo animal. - Atendendo às espécies predominantes e ao volume das mesmas, é possível aferir que é um tipo de produção animal para consumo próprio e não comercial.	

É ainda pertinente abordar neste subcapítulo a questão dos recursos geológicos. Neste domínio o concelho destaca-se por conter antigas explorações de carvão.

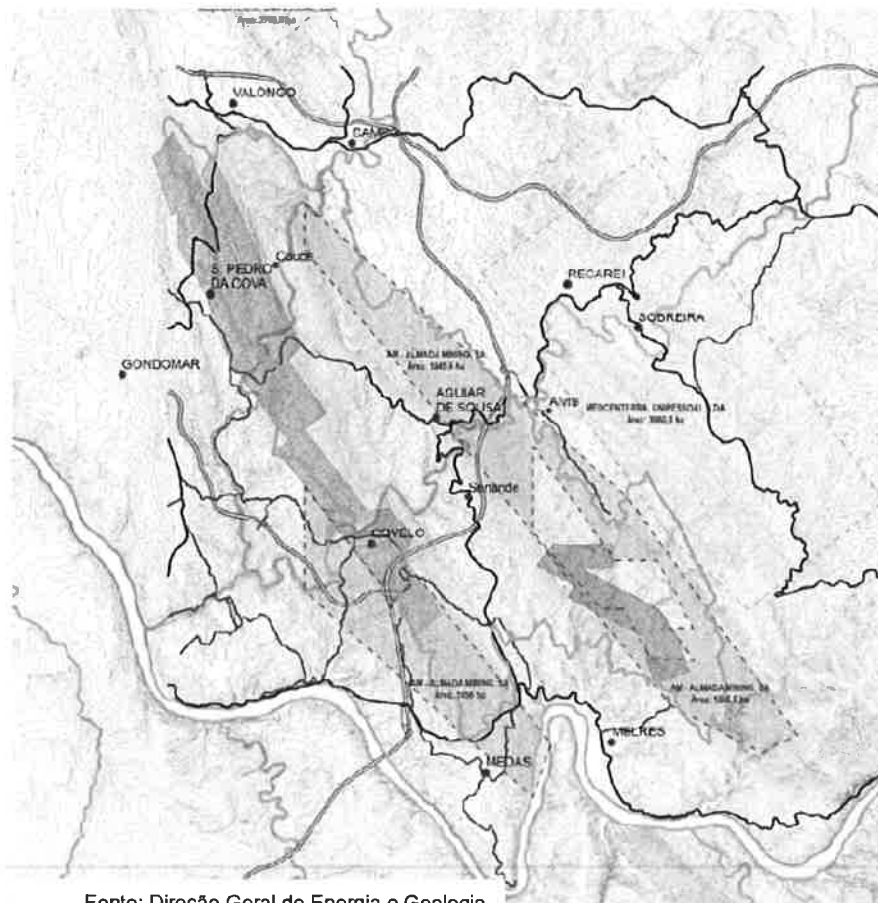
Gondomar ao apresentar um contexto litológico baseado em xistos e quartzitos, sendo que os terrenos que ladeiam os vales ribeirinhos apresentem aluviões de depósitos arenoargilosos, potencia o valor económico dos recursos geológicos tendo-se registado em tempos uma *produção de ¾ da produção nacional de antracite*.

A dimensão histórica, cuja data remonta a 1795, em Ervedosa, demonstra bem a importância deste recurso. Isto, avaliado pela extensão da atividade ao longo do tempo, de tal forma que a exploração mineira e o seu complexo industrial de extração, desde os finais do século XIX até aos finais dos anos de 1970 marcaram a identidade mineira do concelho de Gondomar.

Tal situação, outrora engrandecida pela produção de carvão contrasta com a situação atual em que a atividade mineira é nula, estando os terrenos e respetivas instalações parcialmente ocupado/as por outros serviços que não os fins para os quais foram desenvolvidas, designadamente, o turismo, tendo sido inaugurado o Museu Mineiro em 1989.

Além disso, é de salientar o abandono deste património mineiro que, entretanto, se tenta reconverter e promover, essencialmente por intervenções do município.

Figura 30: Concessões mineiras atuais



Fonte: Direção Geral de Energia e Geologia

Segundo a Direção Geral de Energia e Geologia, existe no concelho um pedido de prospeção e pesquisa de Depósitos Minerais gerida pela AM – Almada Mining, com uma extensão de 1050 ha, bem como a recuperação ambiental das áreas minerais degradadas de Pejão-Germunde e de São Pedro da Cova, fazendo prever um novo futuro neste domínio.

Não obstante à questão mineira, importa salientar também outros elementos geológicos do concelho, designadamente o cadastro das pedreiras – ver tabela seguinte.

Tabela 9: Cadastro das pedreiras do concelho

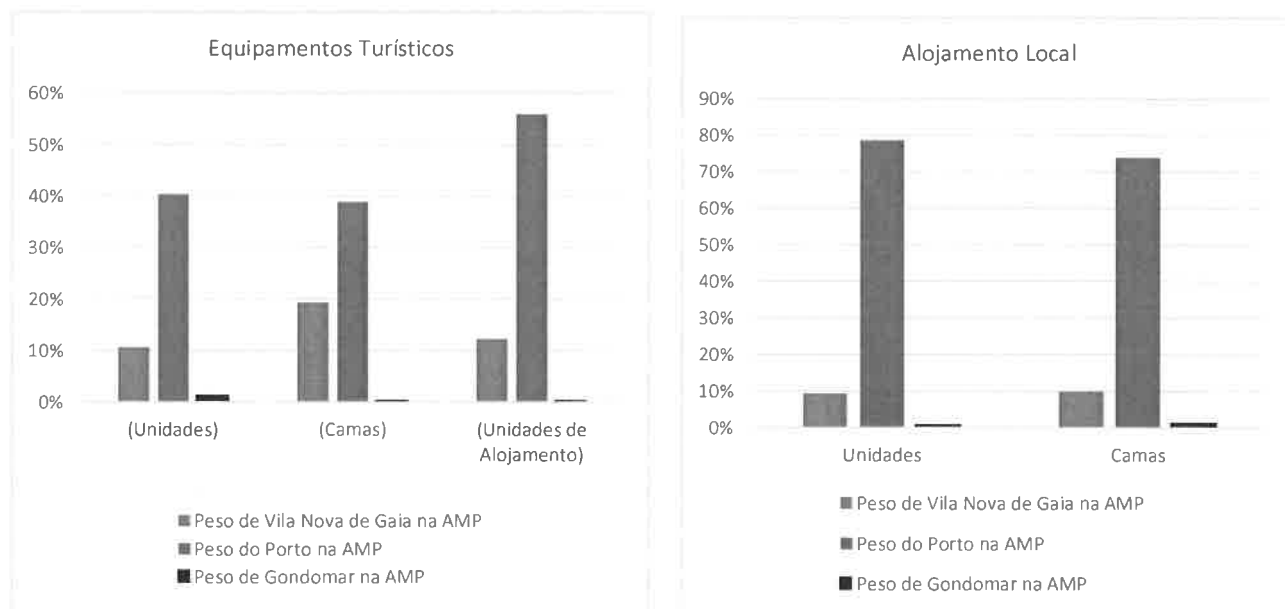
N.º de cadastro	Denominação	Denominação social	Freguesia
4752	S. Martinho n.º 2	Construtora do Tâmega, S.A.	U.F. de Gondomar (S. Comes), Valbom e Jovim
3239	Alto da Acheira	José Alves & Gomes, Lda.	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
2157	Bouça do Monte	Joaquim Martins Araújo	Rio Tinto
889	Rego da Água	Manuel dos Santos Marques	Rio Tinto

Fonte: PDMG

Além dos elementos litológicos e o facto de estes serem suscetíveis ao potenciar de outras atividades económicas associadas às suas infraestruturas e enquadramento paisagístico, importa descrever a situação do turismo no concelho.

Esta temática é ainda uma atividade económica com pouco impacto, não só em termos estatísticos – em que, inclusive, segundo o INE, não existem valores que permitam interpretar a realidade do mesmo –, como também para a dinâmica económica «desejada» (figura seguinte).

Figura 31: Comparação de Gondomar com outros municípios da AMP, em termos de unidades



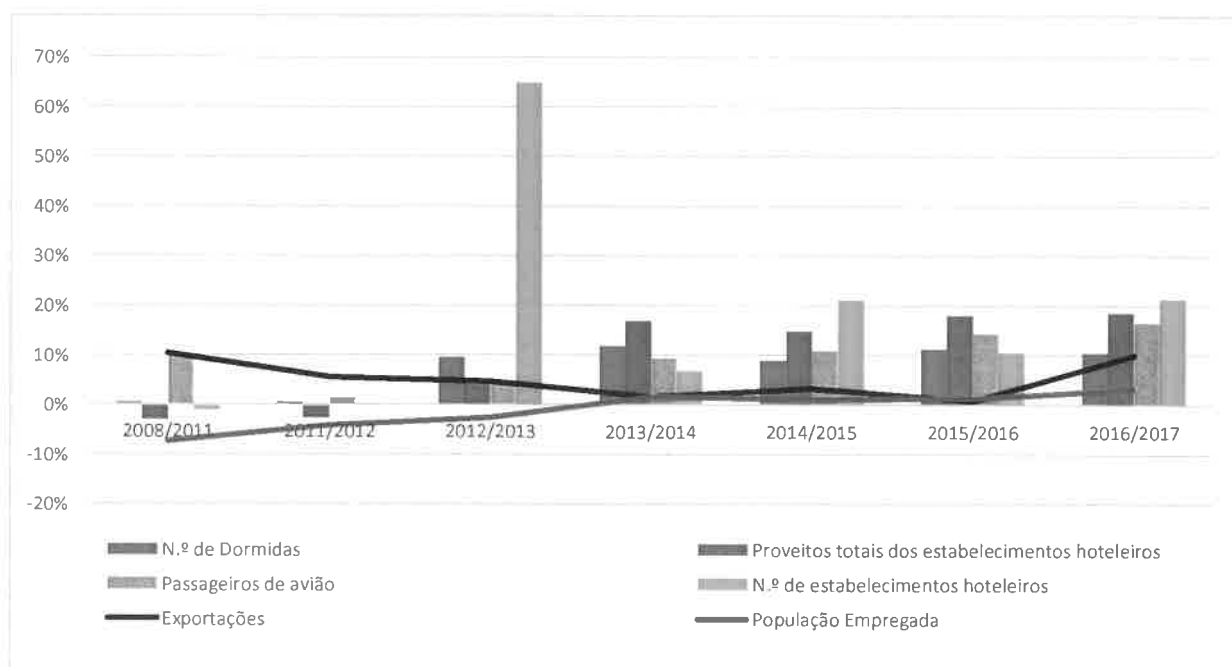
Fonte: SIGTUR

Tal situação exige alguma reflexão pois este setor constitui, na atualidade, uma das grandes alavancas do tecido económico português pós- crise económica – recomenda-se a consulta do Quadro: *Turismo*.

Turismo

Setor económico que tem evoluído positivamente, desde o pós- crise, e um dos principais motivos para que Portugal tenha apresentado, ao longo deste período, resultados económicos positivos, como é o caso das exportações, do emprego e dos indicadores referentes a este setor – alguns passam a ser descritos na figura seguinte.

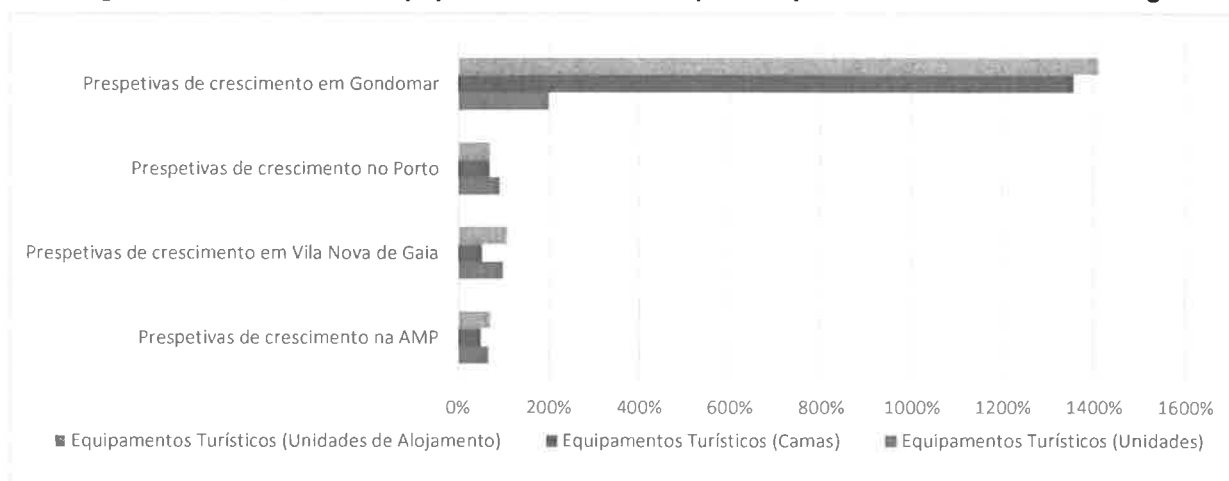
Figura 32: Evolução (em %) de indicadores relacionados com a economia e o turismo, em Portugal



Fonte: INE

Além disso, é um setor económico com capacidade de «absorver» mão-de-obra que infere, consequentemente, a regressão do desemprego – sendo este indicador no concelho um dos maiores na conjuntura metropolitana do Porto.

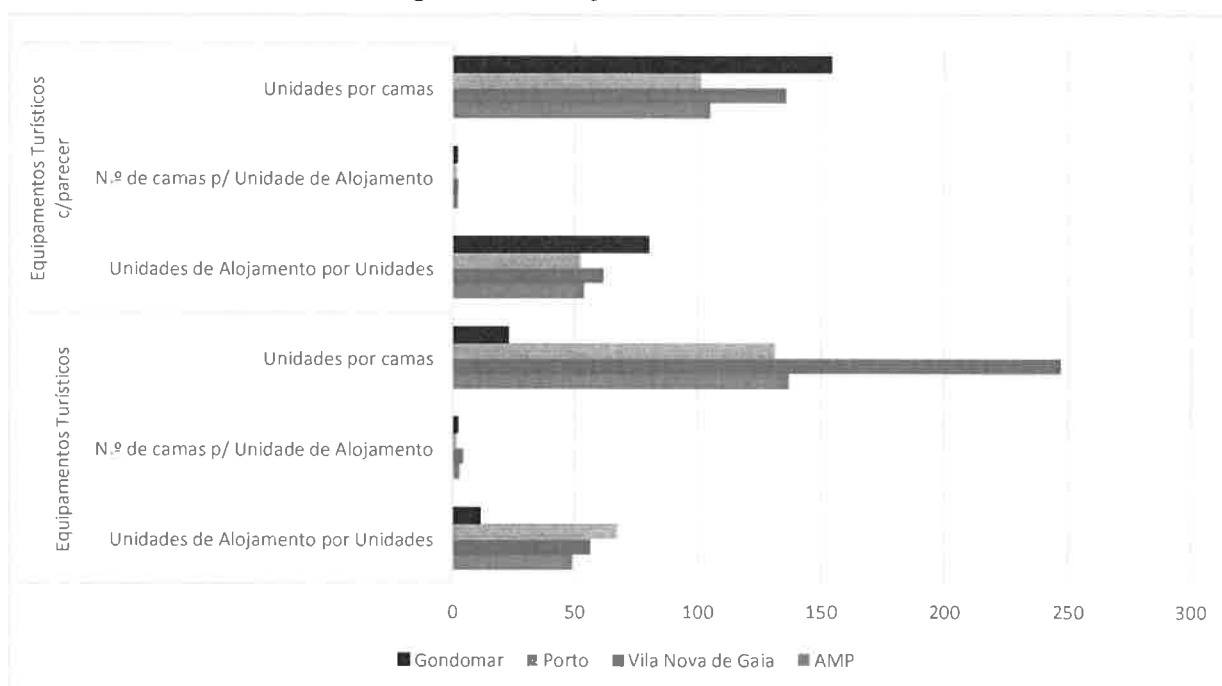
Contudo, constata-se que, em Gondomar, o turismo apresenta uma realidade que, tendencialmente, tomará este setor um *cluster* económico com impacto na produtividade e no emprego, atendendo ao indicador de equipamentos turísticos com parecer do Turismo de Portugal – recomenda-se a consulta da figura da página seguinte.

Figura 33: Evolução dos equipamentos turísticos que têm parecer do Turismo de Portugal

Fonte: SIGTUR

Em função deste indicador é possível verificar que Gondomar se destaca dos concelhos vizinhos, como o Porto e Vila Nova de Gaia, bem como da metrópole. Sinal de que os investimentos previstos serão «em massa» num futuro próximo, pois são expetáveis grandes crescimentos, em termos do número de camas e de unidades de alojamento, bem como no número de unidades que significam o triplo da oferta existente no concelho.

Tal situação, face à dimensão dos equipamentos corresponde a uma alteração significativa da oferta existente – ver figura seguinte.

Figura 34: Evolução da oferta turística

Fonte: SIGTUR

06. MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

60
P. C.

A concretização destes projetos significa um acréscimo de 11 para 80 unidades de alojamento e de 23 para 154 camas por equipamento, o que perfaz aumentos superiores aos previstos com as realidades com que se compara Gondomar, como é o caso da AMP e dos municípios do Porto e Vila Nova de Gaia, e perceber que a procura existente no concelho, em termos de estabelecimentos hoteleiros, corresponde a grandes unidades de alojamento, certamente, para aproveitar a sua proximidade ao Porto, como também para valorizar o turismo de natureza, associado ao Douro.

Síntese

QUADRO SÍNTESE:

Aspetos Positivos

- Concelho integrado numa dinâmica metropolitana;
- Terciarização da economia e do emprego;
- Diminuição do número de desempregados inscritos nos centros de emprego, pós 2013, em 34% - embora seja uma regressão inferior à realidade nacional, regional e metropolitana;
- Aumento do número de empresas, de volume de negócios e da balança comercial, a partir de 2015;
- Perspetiva de um crescimento francamente positivo do setor turístico, diversificando a atividade económica.

Aspetos Negativos

- Tendência de diminuição do peso de Gondomar no número de empresas da AMP;
- Diminuição drástica da atividade agrícola - não havendo uma especialização cultural no território -, dominando a agricultura de subsistência;
- Desaproveitamento do espaço mineiro para outras dinâmicas económicas, tal como é o caso do turismo e do imobiliário;
- O aumento significativo da oferta turística, em termos de equipamentos turísticos e suas componentes, induz uma dinâmica especulativa que aumenta o risco de insucesso do setor.

Mobilidade e Acessibilidade

No que respeita à mobilidade e acessibilidade do concelho de Gondomar importa conhecer a realidade tanto a um nível intramunicipal: entre as diversas freguesias e aglomerados, como ao nível intermunicipal: entre o município e a metrópole.

Entre o conjunto de infraestruturas rodoviárias que asseguram estas ligações destaca-se:

Rede Nacional Fundamental

- A4/IP4, integrada na Concessão Brisa, mas que no concelho não tem nenhum nó de acesso imediato;

Rede Nacional Complementar

- A41/IC24, integrada na concessão Douro Litoral, e que no município estabelece conexão com a A43, e perfaz, à escala metropolitana, a toponímia desta mesma via, designadamente, a Circular Regional Externa do Porto;
- A43/IC29, estabelece relação entre a cidade de Gondomar com a A41, bem como com a principal via de comunicação do aglomerado metropolitano do Porto, designadamente a Via de Cintura Interna – um conglomerado de autoestradas, neste caso, a A1 e A20;

Estradas Nacionais

- EN 15, entre limites do concelho de Valongo;
- EN 108, entre a U.F. de Melres e Medas e o limite do concelho de Penafiel;
- EN 222, entre o limite de Santa Maria da Feira e o limite do concelho de Castelo de Paiva;

Estradas Regionais

- ER 108, entre o limite do concelho do Porto e a U.F. de Melres e Medas;
- ER 209, entre o limite sudeste do concelho do Porto e o limite do concelho de Valongo.

Entretanto, face à revisão de novos enquadramentos legislativos, existem duas EN desclassificadas, designadamente a EN 12 entre a Areosa e o limite noroeste do concelho do Porto e, por fim, o Ramal da EN12 entre a rotunda das Areias (concelho do Porto) e a sua interseção com a EN 12.

Esta nacional que já teve pela AMP um projeto em 2015 de revitalização da infraestrutura, denominado por Qualificação Urbana da Circunvalação e que, inclusive, foi incluído num Programa Metropolitano. De momento ainda não teve consequências práticas (ver quadro: *Circunvalação*).

Circunvalação

Via de comunicação com história para a envolvente ao município do Porto, que delimitava o concelho em todo o seu limite administrativo, desde 1896.

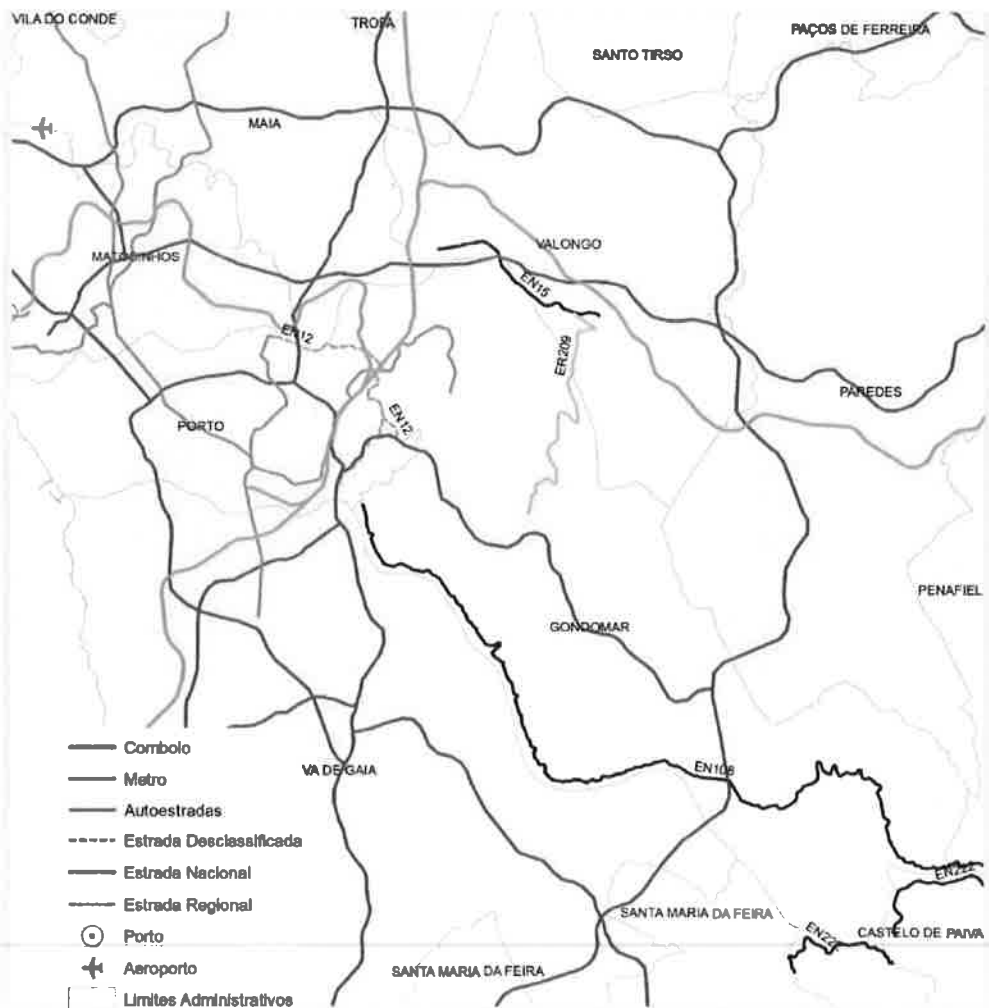
Nos dias de hoje, perdura como uma via crucial na mobilidade metropolitana, e no município de Gondomar atravessa de ocidente para oriente: Rio Tinto até Vila Cova, onde aqui prossegue para o interior do município do Porto, em direção ao Freixo.

O seu traço no município é crucial para a

- Dinâmica de mobilidade intermodal, sendo um importante conector entre a cota baixa e alta do vale do Rio Tinto;
- Dinâmica comercial metropolitana, motivada pelo Centro Comercial Parque Nascente;
- Relação da rede viária intermédia com a rede nacional fundamental, a A1, pelo nó do Estádio do Dragão.

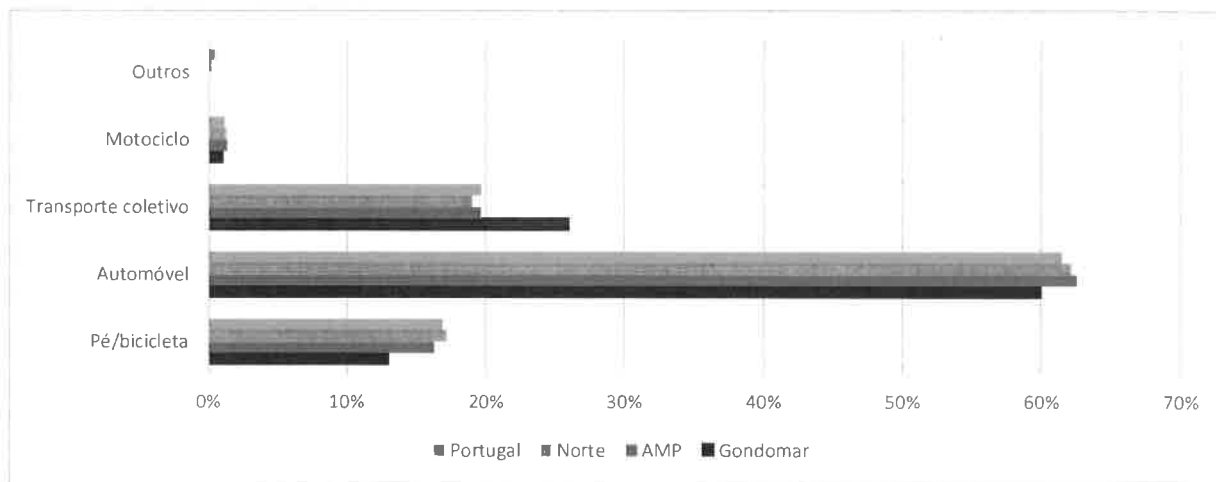
Dada a sua importância, no ano de 2015, é desenvolvido em conjunto com os municípios da AMP, o Plano de Mobilidade Sustentável da AMP – plano assente em fundos comunitários –, e nele aparece o Projeto da Circunvalação.

Figura 35: Principais eixos de comunicação de Gondomar com a rede de autoestradas nacionais



Assim, como é expectável nestes territórios de altas densidades e num contexto de intenso investimento nacional na rede rodoviária de grande capacidade, infere com que os comportamentos de mobilidade acompanhem a política de investimento efetuada nos últimos 30 anos em Portugal.

Figura 36: Modo como são efetuados os movimentos pendulares

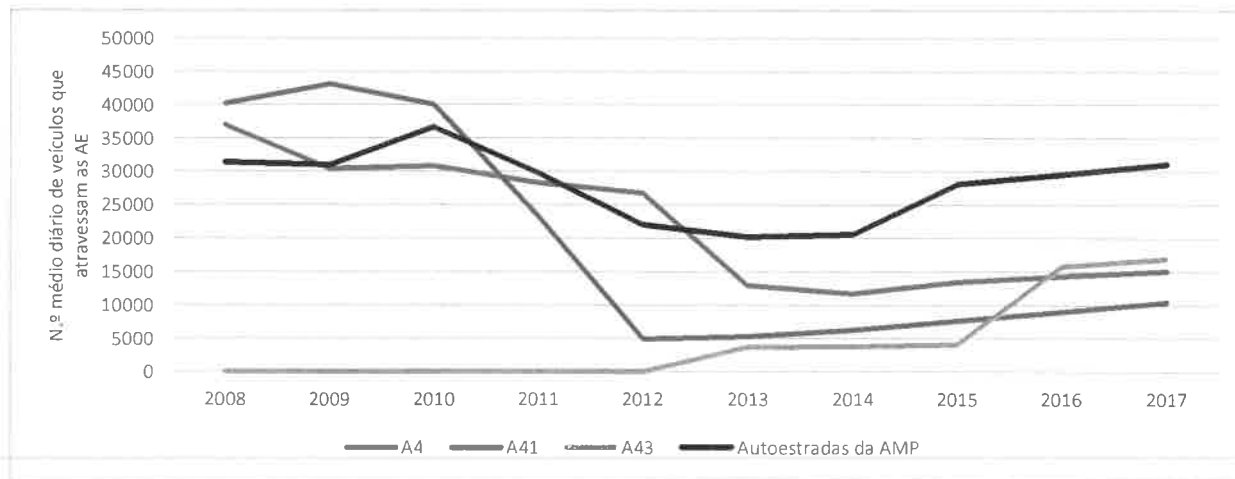


Fonte: INE

Como se verifica o automóvel predomina na forma como a população efetua os seus movimentos. Neste caso, 60% dos movimentos pendulares em Gondomar, à data do Censos de 2011, eram efetuados num automóvel ligeiro como condutor ou passageiro, sendo, contudo, inferior em 3% à taxa verificada na Área Metropolitana do Porto.

Ao mesmo tempo, importa referir que o fluxo de automóveis que atravessa a rede nacional, apresenta realidades diferenciadas pois, analisando o tráfego médio diário das autoestradas que atravessam o concelho é possível constatar que não atinge os tráfegos médios diários da média da AMP – tal como é possível depreender na figura seguinte.

Figura 37: Tráfego médio diário das autoestradas que atravessam o município de Gondomar



Fonte: IMT

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

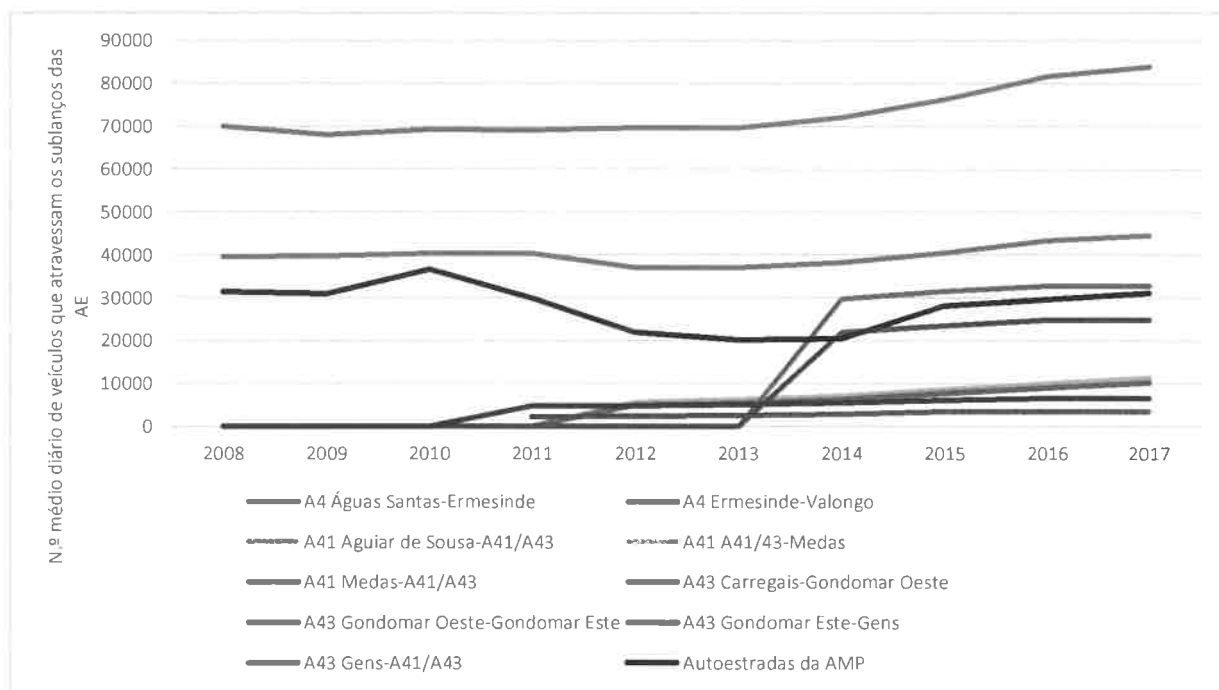
64
P. Cui

Tal situação permite concluir que as autoestradas que cruzam o concelho, à exceção da A4, apresentam níveis de atravessamento francamente baixos e distantes da média da AMP, em 67%, no caso da A41 e de 46%, na A43. Contudo, a A4, ao também apresentar níveis de servidão em toda a sua extensão francamente baixos, a mesma é tida como estratégia para a política de transportes nacional, pois permite desenvolver o Corredor Ibérico (Norte).

Além dessa realidade macrorregional, é também importante perceber que as autoestradas em causa são recentes na atual forma, pois o prolongamento das mesmas é o que permite também compreender o porquê desses valores pois, nos últimos 10 anos: a A4 teve o seu prolongamento em direção à fronteira com Espanha; a A41 fechou a Circular Regional Externa do Porto; e, por fim, a A43 conectou com a A41.

Não obstante, analisando agora à escala do município, o indicador de tráfego médio diário, por intermédio da análise dos sublanços dessas mesmas autoestradas, existe uma realidade bastante diferente em termos de volume de tráfego médio diário de veículos nestas infraestruturas rodoviárias – remete-se para a consulta da figura seguinte.

Figura 38: Tráfego médio diário dos sublanços de autoestradas que interseitam com o concelho de Gondomar



Fonte: IMT

É possível constatar que:

- Na A4:
 - O sublanço entre Águas Santas-Ermesinde ultrapassa, em larga medida, o tráfego médio das autoestradas da AMP, sendo, inclusive, dos troços rodoviários com maior tráfego. A diferença percentual do tráfego médio diário para com as autoestradas da AMP, é de 170%;

- Na A41:
 - Em todos os sublanços apresenta um volume de tráfego reduzido quando comparado com a realidade metropolitana;
- Na A43:
 - No sublanço Carregais-Gondomar apresenta um volume de tráfego médio diário superior ao municipal e metropolitano, mas nunca ultrapassando o volume de tráfego que ocorre nos dois sublanços da A4 que atravessam o concelho. A diferença percentual do tráfego médio diário para com as autoestradas da AMP, é de 5%, apesar de tal realidade de volume de tráfego. Importa ainda refletir que o facto de existir uma política de investimento nesta infraestrutura rodoviária provoca, consequentemente, uma maior utilização. Contudo, a mesma, tal como é perceptível na tabela infra, dá a entender que não é proporcional ao investimento realizado.

Da análise da tabela é possível perceber a evolução do tráfego, durante o período de 2008-2017, sendo que pelas figuras anteriores já é possível concluir que o mesmo tem aumentado nos anos mais recentes.

Tabela 10: Evolução do tráfego médio diário nas AE da AMP

AE	Variação entre 2008 e 2017	Variação entre 2013 e 2017	Variação entre 2016 e 2017
A1	10%	27%	8%
A3	41%	25%	16%
A4	-59%	16%	5%
A20	0%	0%	2%
A28	-3%	39%	5%
A29	-49%	12%	-1%
A32	0%	69%	13%
A41	0%	54%	17%
A42	-42%	24%	10%
A43	0%	373%	5%
A44	0%	7%	1%
VRI	0%	43%	7%
Média das AE da AMP	-1%	54%	5%
AE que atravessam Gondomar			

Fonte: IMT

Existem diferentes períodos, pelos quais se optou fazer a variação, um decorrente do período total da amostra disponível pelo IMT, o outro por compreender um período pós-crise económica e, por fim, um último para perceber a realidade atual. E devido a esta segregação é possível identificar várias conclusões, como:

- Nos principais eixos rodoviários pertencentes ao Corredor da Frente Atlântica – A1 e A3 – crescem nos três períodos em análise, sendo de destacar o crescimento pós-crise da A1 e o crescimento recente da A3;
- Analisando as demais autoestradas que existiam à data de 2008 na AMP, é possível depreender que, à exceção das anteriores, todas elas regredem;
- Existe um crescimento médio do tráfego médio diário de 54% no período pós-crise na AMP;

06. MAR 2019

66
Péu

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

- Nas autoestradas que atravessam Gondomar todas elas apresentam crescimentos, sendo de destacar a A41, que no período mais recente e no período pós- crise – aliado ao facto de a mesma estar concluída em toda a sua extensão – a mesma sobressai, permitindo aferir, atendendo à sua função de descongestionar o tráfego central do eixo central da metrópole, comece a surtir os seus primeiros efeitos.

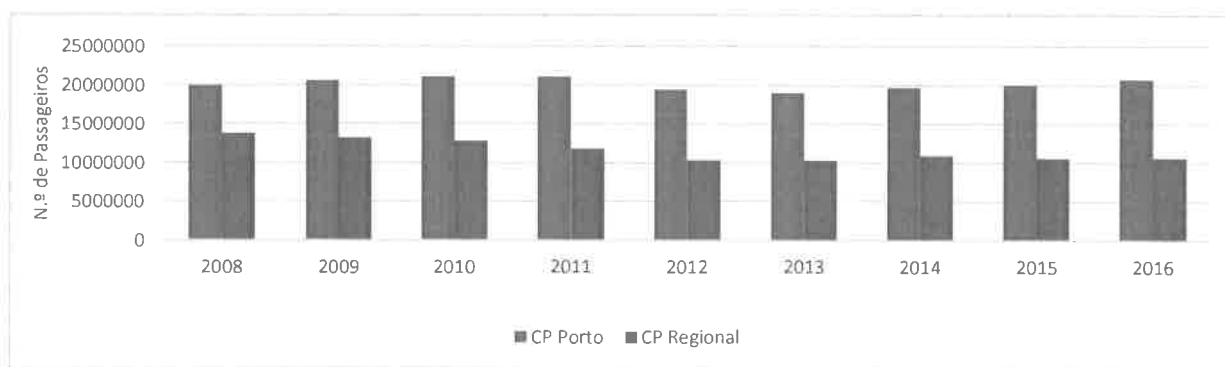
Além da realidade rodoviária, é importante salientar o facto de o concelho apresentar uma taxa de movimentos pendulares efetuados por transporte coletivo de 26%. Facto que quando analisada a envolvente metropolitana/regional e nacional se destaca. Isto porque o valor é francamente superior ao da metrópole, do país (20%, em ambos) e da região (19%).

Ao mesmo tempo, esta situação é de destacar, face à existência de infraestruturas associadas a este indicador, nomeadamente: o caminho-de-ferro, o metropolitano e, por fim, os autocarros. Esta última coincide com a existência da rede pública, liderada pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, tendo no concelho 16 linhas; e privada, a Gondomarense que tem na sua totalidade 46 linhas.

Desta forma, importa salientar, em termos de transporte coletivo, que a/o:

- Comboios de Portugal tem em Rio Tinto (estação), a principal referência de prestação de serviços no concelho, estando integrada na Linha do Minho e na Linha de Suburbanos do Porto, estabelecendo ligações com o Porto, Ermesinde, Braga, Guimarães, Lisboa e Espanha.

Figura 39: N.º de passageiros nas linhas CP que intersejam com o concelho de Gondomar



Fonte: CP

- Metro do Porto tem em Gondomar várias estações, designadamente: Levada, Rio Tinto, Campaínha, Baguim, Carreira, Venda Nova e Fânzeres. Todas elas pertencentes à linha F e estabelecem ligação com o Porto e demais concelhos servidos por esta infraestrutura, nomeadamente: Póvoa do Varzim, Maia, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia e Matosinhos. É de referir ainda que desde a sua inauguração, em 2011, tem tido até à atualidade no máximo 1 milhão de passageiros em ambos os sentidos, por ano, sendo que no ano de 2017, o troço Nau Vitória-Levada (esta última em Gondomar) atingiu, pela primeira vez, os 1-2 milhões de passageiros – ver quadro: *Metro do Porto*.

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

67
P. Cui

Figura 40: Linhas projetadas pela Metro do Porto para Gondomar em 2008

Metro do Porto

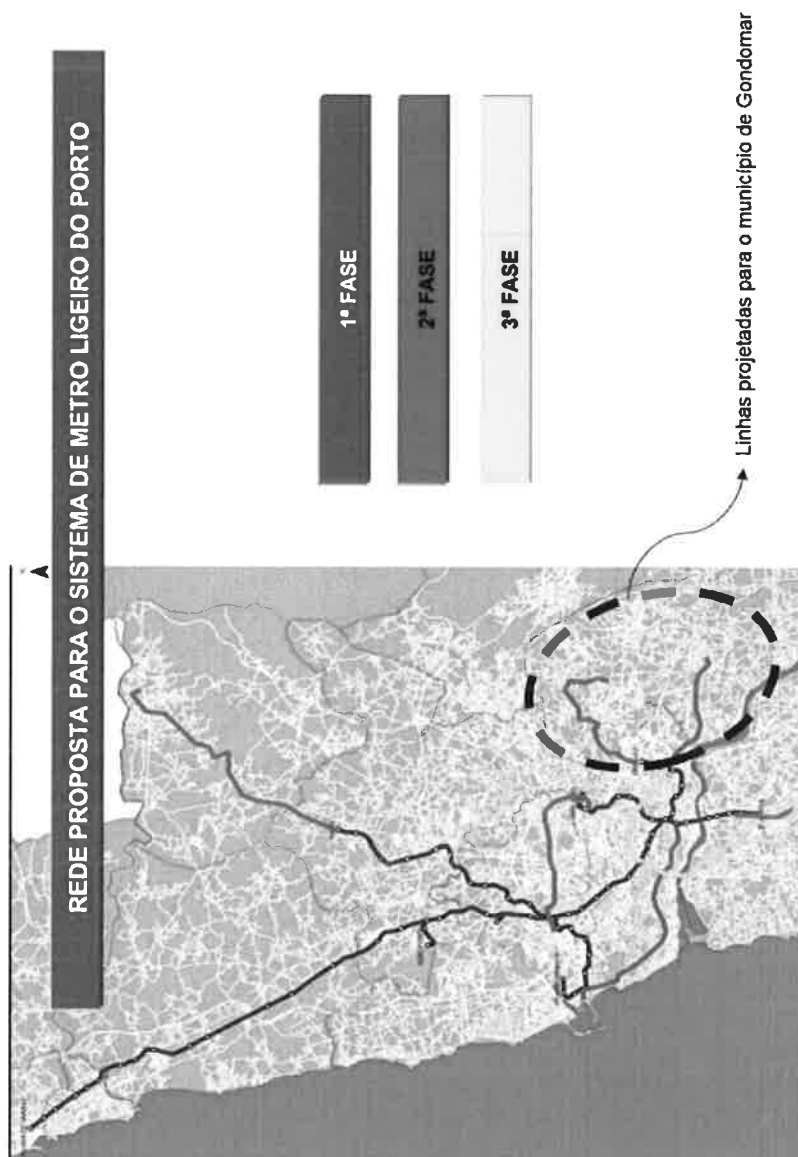
O sistema ferroviário ligeiro, que percorre o núcleo central da AMP, tem no município gondomarense o desenvolvimento de uma linha, designadamente a F, com término em Fânzeres (Gondomar) e Senhora da Hora (Matosinhos).

Contudo, foi definido no Memorando de Entendimento entre Governo e a Junta Metropolitana do Porto (2008), a definição da 2.ª fase do Sistema de Metro Ligeiro do Porto, que até 2018 teria de ter concluído em Gondomar, as seguintes linhas:

- Dragão-Cabanas;
- Campanhã-Gondomar.

A primeira foi concluída, tendo o seu término em Cabanas (sendo-lhe alterado o nome para Fânzeres) e entrou em operação em 2011, em vez de 2010, tal como foi anunciado no Memorando.

No que se refere à segunda linha, a mesma tinha um horizonte temporal de execução até 2018 – atual ano de elaboração do REOT – e verifica-se que o investimento não ocorrerá num futuro próximo, pois existe em execução a Linha Circular, entre S. Bento e Casa da Música, e a expansão da linha D para Vila D'Este.



Fonte: Metro do Porto

- Sociedade de Transportes Coletivos do Porto realiza serviços regulares, predominantemente para o concelho do Porto, estabelecendo relação com os principais pontos nodais da rede de transportes públicos e centros funcionais, tais como Campanhã, Bolhão, Boavista, Hospital de São João, Cordoaria e Marquês.

Segundo a STCP, existem as seguintes linhas:

- 205: Campanhã-Castelo do Queijo;
- 305: Cordoaria – Hospital São João;
- 700: Bolhão – Campo;
- 701: Bolhão – Codiceira;
- 702: Bolhão – Travagem;

06.MAR.2019

68
Pleu

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

- 703: Cordoaria – Sonhos;
 - 704: Boavista – Codiceira;
 - 705: Hospital São João – Valongo (Continente);
 - 706: Hospital São João – Ermesinde (via Monte Penedo);
 - 707: Hospital São João – Ermesinde (via Arregadas);
 - 800: Bolhão – Gondomar;
 - 801: Cordoaria – São Pedro da Cova;
 - 803: Boavista – Venda Nova;
 - 804: Boavista – São Pedro da Cova;
 - 805: Marquês – Rio Tinto;
 - 806: Marquês – Avenida da Carvalha.
- Gondomarense realiza serviços regulares, predominantemente na dinâmica intramunicipal, tendo nela integrada 46 linhas que estabelecem essa relação, mas também que relaciona com os principais pontos nodais da rede de transportes públicos e centros funcionais metropolitanos, neste caso: Bolhão, Hospital São João, Ermesinde, Matosinhos e Valongo.

Para além da rede de transporte coletivo referem-se ainda a existência de táxis, sob a forma de empresas e de forma individual.

No que se refere à mobilidade suave importa referir que existe no concelho uma conjuntura recente que procura beneficiar este sistema de mobilidade, isto porque a existência de programas europeus com financiamento destinado a esta prática de mobilidade, bem como as ações protagonizadas ao nível de novos instrumentos de planeamento – designadamente, as áreas de reabilitação urbana (tema a ser desenvolvido no subcapítulo do Planeamento) – provoca um novo enquadramento do concelho.

Contudo, à data dos censos de 2011, existe uma realidade desfasada do contexto metropolitano, regional e nacional. Isto porque, o concelho apresenta uma percentagem de população que efetua os seus movimentos pedonais a pé/bicicleta, relativamente baixa comparativamente às demais escalas. Neste caso, Gondomar apresenta uma diferença de 3% perante a realidade metropolitana e de 4% perante a regional e a nacional.

De salientar ainda o facto de existir um novo contexto nas políticas de transportes *de maior mobilidade e de mais acessibilidade*, o que obriga a cruzar redes, tal como acontece no Interface de Rio Tinto, onde se estabelece a relação com as três redes supra mencionadas, junto à Estação de Comboios de Rio Tinto – cruzando a Linha do Minho e os Comboios Suburbanos do Porto, com a linha de metro F (estação da Campaínha) e a linha 805 da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, relacionadas com a praça de táxis.

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

69
P. Cu

Síntese

QUADRO SÍNTESE:

Aspetos Positivos

- Boa rede de infraestruturas rodoviárias;
- Existência de infraestruturas ferroviárias ligeiras e pesadas;
- A utilização do transporte coletivo, quando comprado com a realidade nacional, regional e metropolitana é francamente positiva, bem como o aumento do fluxo de passageiro neste tipo de transportes, apresenta sinais de crescimento - no caso do sistema ferroviário ligeiro - e de retoma - no sistema ferroviário pesado;
- Existência do interface de Rio Tinto.

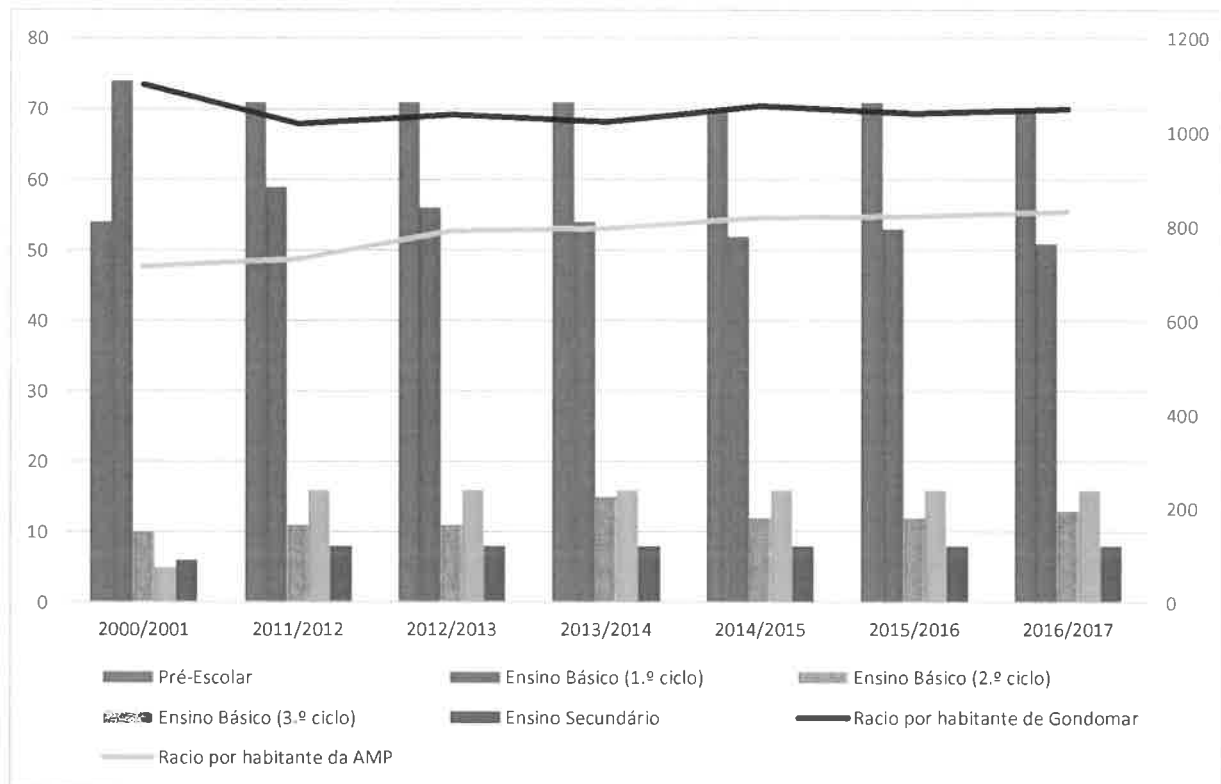
Aspetos Negativos

- Elevado peso do automóvel nas deslocações pendulares (60%);
- Tráfego médio diário dos sublaços de autoestradas que atravessam Gondomar é reduzido, face à média de tráfego diário que circula nas autoestradas da AMP;
- A não concretização do Projeto da Circunvalação;
- Expansão do sistema ferroviário ligeiro e por concretizar;
- Reduzida percentagem de movimentos efetuados por mobilidade suave (13%), valores inferiores em 3% para a metrópole e de 4% para a região e o país.

Equipamentos

Educação

Figura 41: N.º de estabelecimentos de ensino no concelho de Gondomar



Fonte: INE

No que respeita à evolução dos equipamentos de educação em Gondomar, verificou-se um crescimento do número de equipamentos escolares, desde 2001 até 2013, registando a partir daí uma tendência de regressão (embora de forma ligeira).

Essa regressão está associada, maioritariamente, à agregação de centros escolares pré-escolares com os de ensino básico (1.º ciclo), bem como a uma política de centralização dos centros educativo-formativos, associado ao processo de diminuição da população com idade para frequentar estes estabelecimentos – tal como se pode verificar no subcapítulo da *População*, onde o grupo etário dos 0 aos 14 anos e o número de alunos matriculados regrediram.

O concelho comparativamente à área metropolitana apresenta um rácio por habitante deste tipo de equipamentos ainda inferior, isto, quando se verifica que no concelho existe 1 estabelecimento escolar por cada 1049 habitantes, tendo recuperado ao longo do tempo essa diferença, e na AMP, existir 1 estabelecimento escolar por cada 849 habitantes, em 2017.

No concelho de Gondomar existem os agrupamentos escolares identificados na tabela seguinte.

06. MAR 2019

71
PereiraJosé António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

Tabela 11: Agrupamentos escolares e identificação das escolas agrupadas

Agrupamentos	Escolas	Tipo de ensino lecionado
Escolas à Beira Douro	Escola Básica e Secundária à Beira Douro (Sede)	2.º Ciclo; 3.º Ciclo e Secundário
	Escola Básica de Branzelo	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica de Carvalhos	1.º ciclo
	Escola Básica de Chães	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica de Cimo de Vila	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica de Zebreiros	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Jardim de Infância de Vila Cova	Pré-escolar
Escolas de Rio Tinto	Escola Básica de Rio Tinto (Sede)	2.º ciclo e 3.º ciclo
	Escola Básica de Alto de Soutelo	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica de Cabanas	1.º ciclo
	Escola Básica n.º1 de São Caetano	1.º ciclo
	Escola Básica n.º2 de São Caetano	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Jardim de Infância n.º1 de Portelinha	Pré-escolar
	Jardim de Infância n.º2 de Portelinha	Pré-Escolar
Escolas de São Pedro da Cova	Escola Básica de São Pedro da Cova (Sede)	2.º ciclo e 2.º ciclo
	Escola Básica de Belo Horizonte	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica de Carvalhal e Mó	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica de Cimo da Serra	1.º ciclo
	Escola Básica de Passal	1.º ciclo
	Escola Básica de Silveirinhos	1.º ciclo
	Escola Básica de Vila Verde	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Jardim de Infância de Mineiro	Pré-escolar
Escolas de Valbom	Escola Secundária de Valbom (Sede)	3.º ciclo e secundário
	Escola Básica de Arroteia	1.º ciclo
	Escola Básica de Lagoa	1.º ciclo
	Escola Básica de Pinheiro de Além	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica de Valbom	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica Marques Leitão	2.º ciclo e 3.º ciclo
	Jardim de Infância da Quinta do Sol	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Arroteia	Pré-escolar
Escolas Infanta D. Mafalda	Escola Básica Infanta D. Mafalda (Sede)	2.º ciclo e 3.º ciclo
	Escola Básica da Boavista	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica da Boavista	1.º ciclo
	Escola Básica da Venda Nova	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Jardim de Infância de Venda Nova	Pré-escolar
Escolas Júlio Dinis	Escola Básica Júlio Dinis (Sede)	2.º ciclo e 3.º ciclo
	Escola Básica de Aguiar	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica de Gandra	1.º ciclo
	Escola Básica de Ramalde	1.º ciclo
	Escola Básica de Souto	1.º ciclo
	Escola Básica de Vinhal	1.º ciclo
	Escola Básica do Taralhão	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica n.º 1 de Gondomar	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Jardim de Infância de Fontela	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Vinhal	Pré-escolar
	Jardim de Infância dos Carregais	Pré-escolar
Escolas n.º1 de Gondomar	Escola Secundária de Gondomar (Sede)	3.º ciclo e secundário
	Escola Básica de Atães	1.º ciclo
	Escola Básica de Gens	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica de Jancido	1.º ciclo
	Escola Básica de Jovim e Foz do Sousa	1.º ciclo; 2.º ciclo e 3.º ciclo
	Escola Básica de Outeiro	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Jardim de Infância de Atães	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Jancido	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Ribeira	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Trás-da-Serra, Jovim	Pré-escolar
Escolas n.º3 de Rio Tinto	Escola Básica e Secundária de Rio Tinto (Sede)	2.º ciclo; 3.º ciclo e secundário
	Escola Básica de Baguim do Monte	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica de Seixo	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica Frei Manuel de Santa Inês, Baguim do Monte	2.º ciclo e 3.º ciclo
	Jardim de Infância de Baguim do Monte	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Baixinho, Baguim do Monte	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Castro, Baguim do Monte	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Entre-Cancelas	Pré-escolar
Escolas Santa Bárbara	Escola Básica Santa Bárbara, Fânzeres (Sede)	2.º ciclo e 3.º ciclo
	Escola Básica de Alvarinha	1.º ciclo
	Escola Básica de Montezelo	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Escola Básica de Santa Eulália	Pré-escolar e 1.º ciclo

Agrupamentos	Escolas	Tipo de ensino lecionado
	Escola Básica n.º 2 de Bela Vista	Pré-escolar e 1.º ciclo
	Jardim de Infância de Santa Bárbara	Pré-escolar

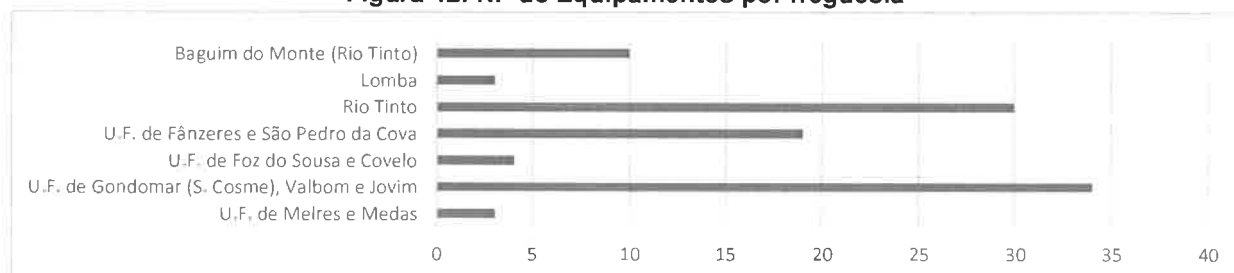
Fonte: DGESTE

Sociais

A dimensão dos equipamentos de índole social – por eles se entende equipamentos para a infância e juventude; população adulta e família e comunidade – no concelho de Gondomar é, em termos de rácio de equipamentos sociais por população residente e percentagem de ocupação desses equipamentos, das mais baixas da AMP, em 2017. Apresentando um equipamento de índole social por cada 1042 habitantes, inferior aos 707 habitantes por equipamento da AMP, e uma taxa de ocupação de 73% no concelho contra os 84% da metrópole. Contudo, em termos de quantidade, Gondomar apresenta um número de equipamentos superior à média da AMP, neste caso, 159 equipamentos contra os 143 da metrópole.

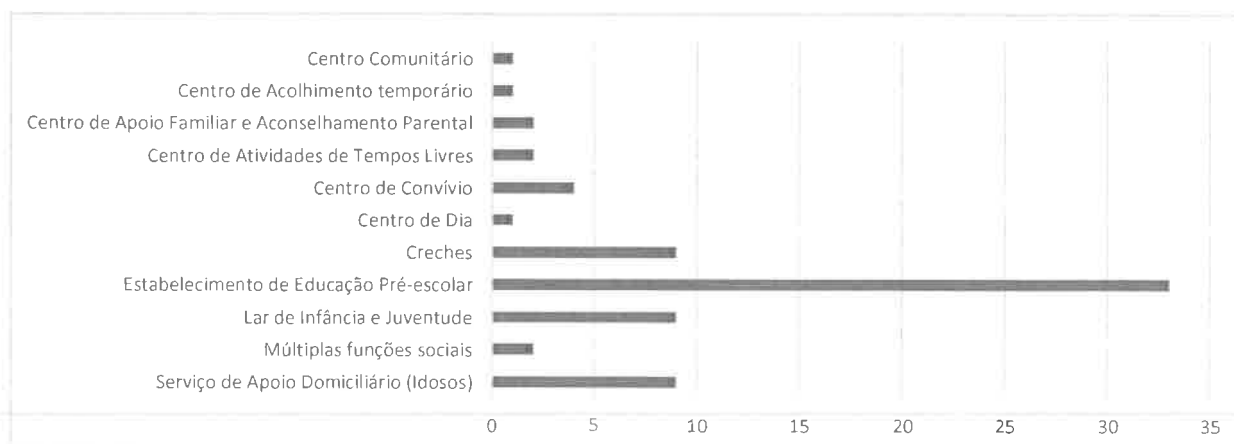
Apesar destes números, importa salientar que existe um grau de cobertura dispar destes equipamentos por todo o concelho, isto, variando conforme o contexto demográfico e massa crítica existente em cada freguesia. Desta forma, existe uma relação direta entre as freguesias com mais população com as que têm um maior número de equipamentos, como também existe uma temática em comum a todas as freguesias, nomeadamente, a questão da infância, juventude e o envelhecimento – realidade cada vez mais presente e já analisada no subcapítulo da *População*.

Figura 42: N.º de Equipamentos por freguesia



Fonte: Carta Social

Figura 43: N.º de Equipamentos por função social



Fonte: Carta Social

Tabela 12: Equipamentos sociais no concelho

Equipamentos de Ação Social	Tipologia	Freguesia
Espaço Crescer Centro Comunitário	Centro Comunitário	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar – Centro de Apoio à família	Centro de Acolhimento temporário	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
CAFAP Gondomar	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Rio Tinto
Centro de Atividades de Tempos Livre da Associação de Amigos do Padre Moura	Centro de Atividades de Tempos Livres	Baguim do Monte (Rio Tinto)
Lapiz e Mochila, Jardim de Infância e CATL Unipessoal, Lda Ensino em Gondomar	Centro de Atividades de Tempos Livres	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Centro de Convívio da Junta de Freguesia de Rio Tinto	Centro de Convívio	Rio Tinto
Centro de Convívio de Fânzeres - SOM de Gondomar	Centro de Convívio	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Associação Reformados de Medas - Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	Centro de Convívio	U.F. de Melres e Medas
Centro de Convívio da Junta de Freguesia de Melres	Centro de Convívio	U.F. de Melres e Medas
Centro Social da Lomba	Centro de Dia	Lomba
Jardim de Infância «O Chupa Chupa», Lda	Creches	Baguim do Monte (Rio Tinto)
A Escolinha da Estação – Cooperativa de Solidariedade Social	Creches	Rio Tinto
Comboio Troleró	Creches	Rio Tinto
Entrantes	Creches	Rio Tinto
O Papagaio	Creches	Rio Tinto
Centro de Apoio à Família	Creches	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Creche Pessoalhas	Creches	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Creche Sonho Mágico	Creches	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Creche Urbanitos	Creches	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Escola Básica de Baguim do Monte	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Baguim do Monte (Rio Tinto)
Jardim de Infância de Castro	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Baguim do Monte (Rio Tinto)
Jardim de Infância de Baguim do Monte	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Baguim do Monte (Rio Tinto)
Jardim de Infância de Baixinho	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Baguim do Monte (Rio Tinto)
Jardim de Infância de Entre-Canelas	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Baguim do Monte (Rio Tinto)
Jardim de Infância de Areja	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Lomba
Escola Básica da Boavista	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Rio Tinto
Escola Básica da Venda Nova	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Rio Tinto
Externato Camões	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Rio Tinto
Jardim de Infância de Carreros	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Rio Tinto
Jardim de Infância de Venda Nova	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Rio Tinto
Jardim de Infância n.º 1 de Portelinha	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Rio Tinto
Jardim de Infância n.º 2 de Portelinha	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	Rio Tinto
Jardim de Infância de Gens	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. da Foz do Sousa e Covelo
Jardim de Infância de Janoio	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. da Foz do Sousa e Covelo
Jardim de Infância de Ribeira	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. da Foz do Sousa e Covelo
Escola Básica de Bela Vista	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Escola Básica de Canvalhal e Mò	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Escola Básica de Montezelo	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Escola Básica de Santa Eufália, Fânzeres	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Jardim de Infância de Santa Bárbara, Fânzeres	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Colégio Madre Isabel Laranaga	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Escola Básica de Valbom	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Escola Básica N.º 1 de Gondomar	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Externato Santa Margarida	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Jardim de Infância a Turma da Pequenedade	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Jardim de Infância da Quinta do Sol	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Jardim de Infância de Arotoia	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Jardim de Infância de Aiaes	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Jardim de Infância de Trás-da-Serra	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Jardim de Infância do Outeiro	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Jardim Infância Pinheiro D'Além	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Jardim de Infância de Vila Cova	Estabelecimento de Educação Pré-escolar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Caminhos do Coração - Casa de Repouso	Lar de Idosos e Residência	Baguim do Monte (Rio Tinto)
Clínica de Repouso e Aconchego do Forno II	Lar de Idosos e Residência	Rio Tinto
Clínica de Repouso e Aconchego do Forno I, Lda	Lar de Idosos e Residência	Rio Tinto
Lar de Idosos Maria Manuela Mendes e Sousa	Lar de Idosos e Residência	Rio Tinto
Vivências, Serviços de Genatna	Lar de Idosos e Residência	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Desabrochar de Novo, Lda	Lar de Idosos e Residência	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Lar D. Miguel	Lar de Idosos e Residência	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Ninho D'Átetos Unipessoal, Lda	Lar de Idosos e Residência	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Trévo Doce Lar - Apoio à Família	Lar de Idosos e Residência	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Gondomar Coração D'Ouro	Lar de Idosos e Residência	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Obra Amici Boni Consili	Lar de Infância e Juventude	Baguim do Monte (Rio Tinto)
Centro Social e Paroquial de Baguim	Múltiplas funções	Rio Tinto
Centro Social de Lomba	Múltiplas funções	Lomba
A Fisga – Infantil e Jardim de Infância	Múltiplas funções	Rio Tinto
A Grata – Jardim de Infância, Lda	Múltiplas funções	Rio Tinto
Alegria de Aprender	Múltiplas funções	Rio Tinto
Carrocel Mágico	Múltiplas funções	Rio Tinto
Centro Social da Paróquia de Rio Tinto	Múltiplas funções	Rio Tinto
Centro Social e Paroquial de Santo António de Corim	Múltiplas funções	Rio Tinto
Creche e Jardim de Infância Padre Godofredo D. da Silva	Múltiplas funções	Rio Tinto
De Mãos Dadas - Associação de Solidariedade Social	Múltiplas funções	Rio Tinto
Equipamento Social Centro Social de Soutelo	Múltiplas funções	Rio Tinto
Equipamento Social Centro Social do Soutelo	Múltiplas funções	Rio Tinto
Infantário RA-MI-OLÉ	Múltiplas funções	Rio Tinto
O Chorão	Múltiplas funções	Rio Tinto
Centro Social e Paroquial de São João da Foz do Sousa	Múltiplas funções	U.F. da Foz do Sousa e Covelo
Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante	Múltiplas funções	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Associação Social Recreativa e Cultura Bem-Fazer Valavante – Centro de Apoio à Comunidade Major Valentim Loureiro	Múltiplas funções	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Casinha Alegre - Jardim Infantil	Múltiplas funções	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Centro o Solidário	Múltiplas funções	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Centro Social de Fânzeres	Múltiplas funções	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Centro Social de Silveirinhos	Múltiplas funções	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Jardim de Infância Pinga Amor	Múltiplas funções	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Centro Comunitário de S. Cosme da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	Múltiplas funções	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Centro Infantil de Valbom	Múltiplas funções	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Colégio da Quinta Inglesa	Múltiplas funções	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Colégio Paulo VI	Múltiplas funções	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Equipamento Social Centro Social e Cultural de Valbom	Múltiplas funções	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Saber Crescer-Centro de Atividades de Tempos Livres, Lda	Múltiplas funções	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Vila Urbana de Valbom – Associação do Porto de Paralisia Cerebral	Múltiplas funções	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Associação Nacional de Esclerose Múltipla	Múltiplas funções	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Lar de Aiaes	Múltiplas funções	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Ponto Um - Apoio Ger	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	Rio Tinto
N Vidas Saúde ao Domicílio Rítmos de Vida - Apoio Sociotamiliar	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Policlínica Central de Fânzeres	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Rítmos de Vida - Apoio Sociotamiliar	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Associação de Reformados de Medas - Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Equipamento Social Centro Social de Valbom	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Lacos com Futuro, Serviços de Apoio Domiciliário	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Presticare - Serviço de Apoio Domiciliário	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar – Sede	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim

Fonte: Carta Social

06.MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

74
Pleu

Saúde

O concelho de Gondomar integra a área de atendimento da Administração Regional de Saúde do Norte, na AMP, tendo integrado o Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) Grande Porto II – Gondomar, com as unidades de saúde constantes da tabela infra.

Tabela 13: Unidades de Saúde do concelho de Gondomar

Equipamentos de Saúde	Tipologia	Freguesia
CDP Gondomar	Centro Diagnóstico Pneumológico	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Convenção - Rio Tinto	Convenção	Rio Tinto
SAP Gondomar	Serviço de Atendimento Prolongado	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
UCC Coração de Ouro - Foz do Sousa	Unidade de Cuidados Continuados	U.F. de Foz do Sousa e Covelo
UCC Coração de Ouro - Gondomar	Unidade de Cuidados Continuados	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
UCC Inovar - Rio Tinto	Unidade de Cuidados Continuados	Rio Tinto
UCC Inovar - São Pedro da Cova	Unidade de Cuidados Continuados	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
UCSP Medas	Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados	U.F. de Melres e Medas
URAP Gondomar - Polo Foz do Sousa	Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados	U.F. de Foz do Sousa e Covelo
URAP Gondomar - Polo Gondomar	Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
URAP Gondomar - Polo Rio Tinto	Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados	Rio Tinto
URAP Gondomar - Polo São Pedro da Cova	Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
USF Amanhecer	Unidade de Saúde Familiar	U.F. de Foz do Sousa e Covelo
USF Beira Douro	Unidade de Saúde Familiar	U.F. de Melres e Medas
USF Brás-Oleiro	Unidade de Saúde Familiar	Rio Tinto
USF Despertar	Unidade de Saúde Familiar	Rio Tinto
USF Fânzeres	Unidade de Saúde Familiar	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
USF Monte Castro	Unidade de Saúde Familiar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
USF Nascente	Unidade de Saúde Familiar	Rio Tinto
USF Renascer	Unidade de Saúde Familiar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
USF Santa Maria	Unidade de Saúde Familiar	Rio Tinto
USF São Bento	Unidade de Saúde Familiar	Rio Tinto
USF São Pedro da Cova	Unidade de Saúde Familiar	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
USF Sete Caminhos	Unidade de Saúde Familiar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
USF Valbom	Unidade de Saúde Familiar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
USP Gondomar - Polo Gondomar	Unidade de Saúde Familiar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim

Fonte: ARS-Norte

Como se verifica, das 26 unidades de saúde, todas abrangem diferentes unidades administrativas, mas nenhuma corresponde a um hospital. Contudo, face ao contexto metropolitano onde Gondomar se insere, tal é justificável pelo conceito de rede de equipamentos, evitando sobreposições e excessos de oferta de serviços prestados pelo Estado. Ainda assim, para efeitos de emergência e de centralização dos cuidados de saúde, é importante referir que, neste enquadramento, o hospital público de referência do concelho é o Hospital São António, pertencente ao Centro Hospitalar Universitário do Porto – consultar tabela seguinte para perceber a evolução de efetivos deste equipamento.

06.MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

45
Plan

Tabela 14: N.º de efetivos do Centro Hospitalar Universitário do Porto

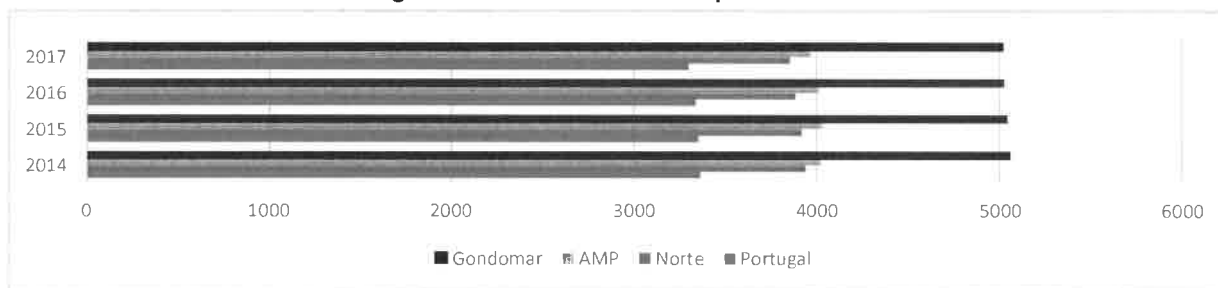
Centro Hospitalar do Porto	2014	2015	2016	Variação 2014/2016
Dirigente	19	25	25	32%
Médico	998	1 027	1 051	5%
Técnico Superior de Saúde	63	64	62	-2%
Técnico Superior	72	76	84	17%
Informática	19	18	18	-5%
Enfermagem	1 219	1 295	1 317	8%
Técnico de Diagnóstico e Terapia	258	278	286	11%
Assistente Técnico	424	414	418	-1%
Assistente Operacional	880	880	893	1%
Outros	3	3	4	33%
Total	3 955	4 080	4 158	5%

Fonte: Centro Hospitalar Universitário do Porto

Além desta organização hospitalar, importa também salientar, em termos estatísticos, segundo o INE, outros indicadores associados à localização geográfica do concelho que permitem aferir outra realidade e panorama ao nível da(o)s):

- **Farmácias:** Existem desde 2011 em Gondomar, 33 farmácias e postos farmacêuticos, com a seguinte distribuição por população: 1 farmácia por cada 5019 habitantes em 2017, variando de forma negativa, em 52%, comparativamente à realidade nacional, e 26% perante a realidade metropolitana.

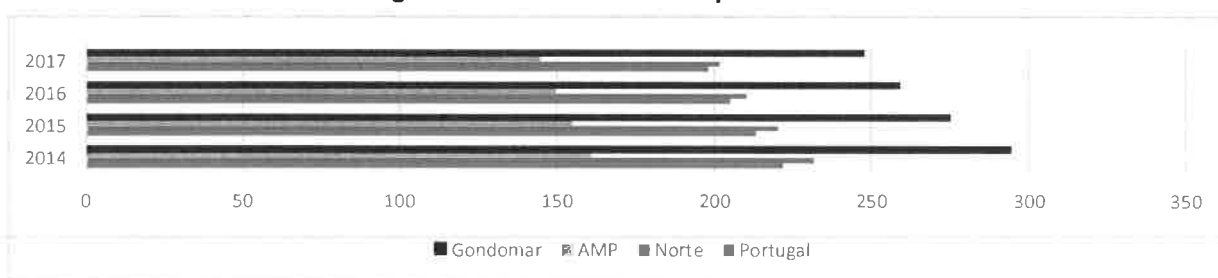
Figura 44: N.º de habitantes por farmácia



Fonte: INE

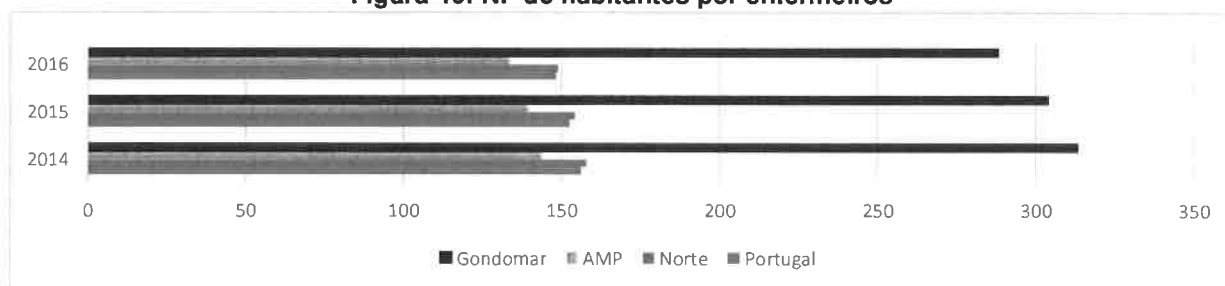
- **Médicos:** Em Gondomar face à inexistência de um hospital – elemento que polariza este indicador – motiva que o mesmo apresente valores inferiores comparativamente à realidade nacional (26%) e metropolitana (71%), apresentando um rácio de 1 médico por cada 248 habitantes, em 2017. Inclusive, apresenta uma tendência negativa de 16%, deste efetivo profissional.

Figura 45: N.º de habitantes por médicos



Fonte: INE

- **Enfermagem¹⁰:** Em termos de efetivo de enfermagem Gondomar apresenta uma situação inferior às realidades com que se compara o município. Isto, em parte, também condicionado pelo facto de no concelho não existir um hospital. Analisando o indicador, regista-se um rácio de 1 enfermeiro por cada 288 habitantes, em 2016. Inclusive, apresenta uma tendência negativa de 8% do efetivo profissional.

Figura 46: N.º de habitantes por enfermeiros

Fonte: INE

Importa ainda referir que no concelho está instalado, desde 2012, um hospital privado com 200 camas, e valência multifuncional em termos de cuidados primários, secundários e terciários, denominado por Hospital-Universidade Fernando Pessoa. Este equipamento teve/tem o intuito de qualificar e formar quadros médicos no sistema de ensino privado, bem como apostar na investigação médica. Contudo, por enquanto, não havendo autorização por parte dos Ministérios da Educação e da Saúde para lecionar medicina funciona unicamente como hospital privado com serviço de urgências.

Desportivos

A existência de diversas coletividades no concelho de Gondomar – contabilizam-se 27 com necessidades deste tipo de equipamentos – origina a necessidade de infraestruturas de apoio às diversas práticas desportivas, com especial destaque para os campos de futebol, os gimnodesportivos associados à rede escolar e os desportos náuticos.

Contam-se em Gondomar, 73 equipamentos desportivos e distribuem-se na sua grande maioria pelas freguesias de U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim; Rio Tinto e U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova – freguesias com maior dimensão populacional.

Tabela 15: N.º de equipamentos desportivos no concelho

Equipamentos Desportivo	Proprietário	Freguesia
Campo de Futebol de terra batida	Águias da Livração Atlético Clube	U.F. de Foz do Sousa e Covelo
Pavilhão Gimnodesportivo	Ala de Nun'Álvares de Gondomar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
3 Campos de Ténis	Ala de Nun'Álvares de Gondomar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Pista de Manutenção (Quinta das Freiras)	Associação Desportiva de São Pedro da Cova	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Campo de Futebol de terra batida	Associação Desportiva de São Pedro da Cova	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova

¹⁰ O presente indicador foi analisado até ao ano de 2016, devido ao facto de existir no ano de 2017, pela Ordem dos Enfermeiros, a atualização da informação sobre local de trabalho, de modo a evitar situações de informação em falta, substituída pelo local de residência para fins estatísticos. Deste procedimento de atualização resultaram diferenças relevantes no número de enfermeiros de alguns municípios e NUTS III em 2017 face ao ano anterior. No caso de Gondomar a diferença, entre 2016 e 2017, corresponde a menos 458 enfermeiros – indicador que em termos percentuais equivale a menos 80%.

06.MAR.2019

ff
PleuJosé António Marques Salgado Lameiras
Eng.º. Civil - U. C.

Equipamentos Desportivo	Proprietário	Freguesia
Campo de Futebol relvado	Associação Desportiva de São Pedro da Cova	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Pavilhão Desportivo	Bombeiros Voluntários de Melres	U.F. de Melres e Medas
Campo de Futebol de terra batida	Centro Popular Trabalhador Unidos São Pedro da Cova	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Campo de Futebol de terra batida	Clube Atlético de Rio Tinto	Rio Tinto
Polidesportivo	Clube de Caça e Pesca de Aguiar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Hangar Náutico	Clube Naval Infante D. Henrique	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Campo de Futebol de terra batida	Clube Recreativo Ataense	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Campo de Futebol de terra batida	Clube Recreativo Zebreiraense	U.F. de Foz do Sousa e Covelo
Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	CMG	Baguim do Monte (Rio Tinto)
Piscina Municipal	CMG	Baguim do Monte (Rio Tinto)
Pavilhão Municipal	CMG	U.F. de Foz do Sousa e Covelo
Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	CMG	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Piscina Municipal	CMG	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	CMG	U.F. de Foz do Sousa e Covelo
Piscina Municipal	CMG	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	CMG	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	CMG	U.F. de Melres e Medas
Piscina Municipal	CMG	U.F. de Melres e Medas
Campo de Futebol de terra batida	CMG	Rio Tinto
Pavilhão Gimnodesportivo	CMG	Rio Tinto
2 Campos de Ténis (Quinta das Freiras)	CMG	Rio Tinto
Polidesportivo da Quinta das Freiras	CMG	Rio Tinto
Campo de Futebol de terra batida	CMG	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Piscina Municipal	CMG	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Pavilhão Gimnodesportivo	CMG	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Pombal municipal	CMG	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Campo de Futebol relvado	CMG	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Campo de Futebol de terra batida	CMG	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Pista de Atletismo	CMG	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	CMG	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Polidesportivo de Trás-da-serra	CMG/Clube Recreativo Santa Cruz	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Polidesportivo do Castro	CMG/Junta de Freguesia	Baguim do Monte (Rio Tinto)
Polidesportivo de Entrecanelas	CMG/Junta de Freguesia	Baguim do Monte (Rio Tinto)
Polidesportivo de Branzelo	CMG/U.F. de Melres e Medas	U.F. de Melres e Medas
Polidesportivo da Quinta da Bandeirinha	CMG/U.F. de Melres e Medas	U.F. de Melres e Medas
Campo de Ténis	Confraria Santo Isidoro	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Pavilhão Gimnodesportivo	E.B. 2,3 de Medas	U.F. de Melres e Medas
Pavilhão Gimnodesportivo	Escola E.B. 2,3 de Fânzeres	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Pavilhão Gimnodesportivo	Escola EB 2,3 de Gondomar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Pavilhão Gimnodesportivo	Escola EB 2,3 de São Pedro da Cova	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Pavilhão Gimnodesportivo	Escola EB 2,3 de Rio Tinto	Rio Tinto
Pavilhão Gimnodesportivo	Escola Secundária de Gondomar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Piscinas Municipais de Rio Tinto	Escola Secundária de Rio Tinto/CMG	Rio Tinto
Pavilhão Gimnodesportivo Municipal	Escola Secundária de São Pedro da Cova	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Pavilhão Gimnodesportivo	Escola Secundária de Valbom/CMG	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Campo de Futebol de terra batida	Estrelas Futebol Clube de Fânzeres	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Campo de Futebol de terra batida	Futebol Clube de Ramalde	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Campo de Futebol de terra batida	Gens Sport Clube	U.F. de Foz do Sousa e Covelo
Pavilhão Gimnodesportivo	Ginásio Clube de Valbom	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Campo de Futebol relvado	Gondomar Sport Clube	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Campo de Futebol de relva sintética	Gondomar Sport Clube	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Pavilhão Gimnodesportivo	Grupo Desportivo de Coral de Fânzeres	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Campo de Futebol de terra batida	Grupo Desportivo de Covelo	U.F. de Foz do Sousa e Covelo
Campo de Futebol de terra batida	Medense Futebol Clube	U.F. de Melres e Medas
Campo de Futebol de terra batida	Melres Desporto e Cultura	U.F. de Melres e Medas
Pista de Remo da Lixa	Não identificado	U.F. de Foz do Sousa e Covelo
Ginásio	Orfeão de Gondomar	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Pavilhão Gimnodesportivo	Sport Clube de Lomba	Lomba
Campo de Futebol de terra batida	Sport Clube de Lomba	Lomba
Campo de Futebol de terra batida	Sport Clube de Montezelo	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Pista de Canoagem	Sport Clube de Rio Tinto	U.F. de Melres e Medas
Campo de Futebol de terra batida Artur Monteiro	Sport Clube de Rio Tinto	Rio Tinto
Campo de Futebol relvado	Sport Clube de Rio Tinto	Rio Tinto
2 Campos de Futebol de terra batida	União Desportiva Souseense	U.F. de Foz do Sousa e Covelo

Fonte: CMG

78
Pleu


Administrativos

Os serviços da administração central e municipal que se encontram em Gondomar incluem serviços judiciais, administrativos, financeiros e de proteção civil, tal como se pode ver na tabela seguinte.

Tabela 16: N.º de serviços públicos no concelho

Equipamentos	N.º	Freguesia
GNR	2	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e U.F. de Melres e Medas
PSP	7	Rio Tinto e U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Bombeiros	6	Rio Tinto, U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Serviço de Finanças	1	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial	1	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Conservatória do Registo Civil	1	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Segurança Social	1	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Espaço do Cidadão	1	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional	6	Rio Tinto, U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e U.F. de Melres e Medas
Empresa de Transportes Gondomarense, Lda - Transportes da rede pública e privada	1	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova
Câmara Municipal	1	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Tribunal Judicial - Comarca do Porto - Gondomar - Secção Cível	1	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Secretaria Judicial - Comarca do Porto - Gondomar	1	U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Juntas de Freguesia	7	Baguim do Monte, Lomba, Rio Tinto, U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova, U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, U.F. de Foz do Sousa e Covelo e U.F. de Melres e Medas
<i>Total</i>	37	

Fonte: CMG

Interpretando a tabela, é possível aferir que à escala concelhia, a U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim é a freguesia que se destaca, ao nível dos serviços de índole administrativa e de proteção civil. Isto, associado ao facto de se localizar nela a sede de município – a cidade de Gondomar. Contudo, é importante referir que existe uma tendência de concentração de serviços nesse território, mesmo reconhecendo-se que o mesmo não apresenta um nível muito elevado de consolidação urbana.

No restante território existem unidades administrativas que não têm equipamentos deste cariz, pois não configuram uma centralidade tão evidente, como é o caso da freguesia supramencionada e dos núcleos urbanos de Rio Tinto e da U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova.

Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais

O concelho insere-se num sistema municipal de tratamento de águas, sob a gestão das Águas de Gondomar, desde 2012, e dispõe de um conjunto de infraestruturas que procuram suprir as necessidades do município – consultar tabela seguinte.

Tabela 17: ETA e ETAR's em Gondomar

Designação	Tipo de Equipamento	Sistema
ETAR de Rio Tinto	Estação de Tratamento de Águas Residuais	Alta
ETAR do Freixo	Estação de Tratamento de Águas Residuais	Alta
ETAR do Rio Ferreira	Estação de Tratamento de Águas Residuais	Alta
ETAR do Alto Concelho	Estação de Tratamento de Águas Residuais	Alta
Monte Pedro	Captações	Alta
Alto das Oliveiras	Captações	Alta
Cabanas	Captações	Alta
Castanheira de Medancelhe	Captações	Alta

06. MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

49
P. C. L.

Designação	Tipo de Equipamento	Sistema
Calvário	Captações	Alta
Ramalde	Captações	Alta
Barraca	Captações	Baixa
Compostela	Captações	Alta
Jancido	Captações	Baixa
Lomba	Captações	Baixa

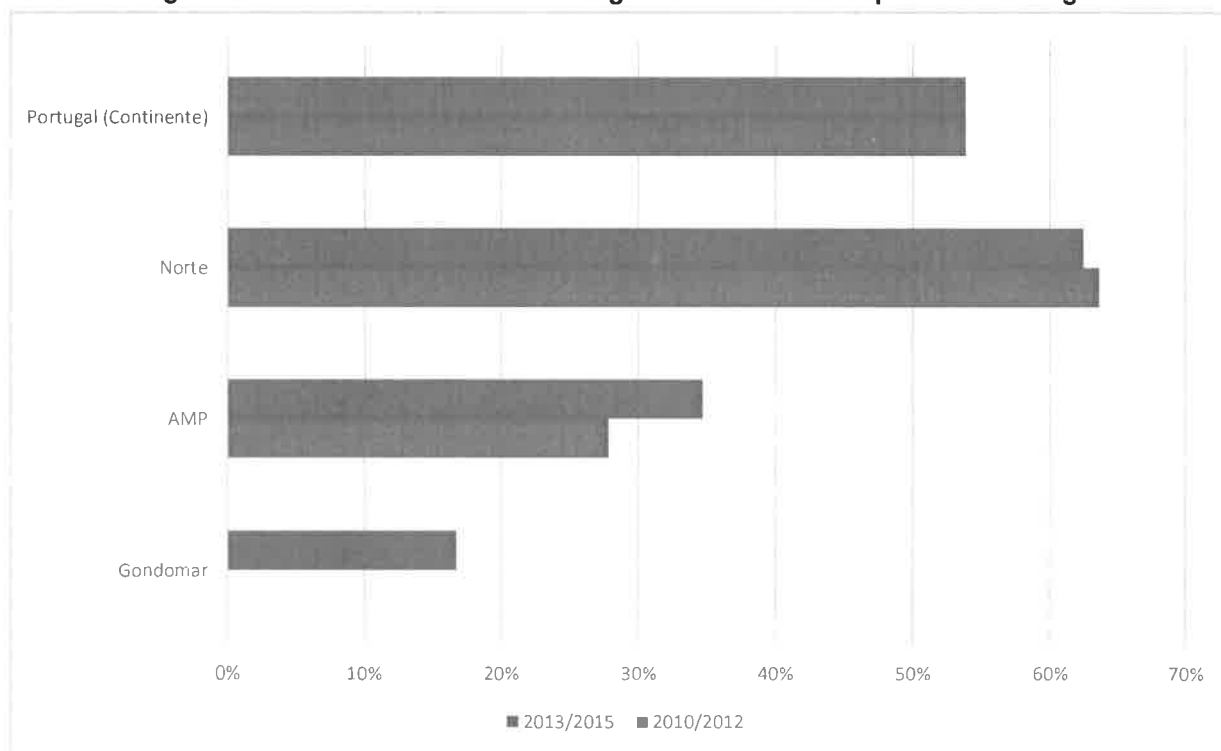
Fonte: Águas de Gondomar

O atual sistema de abastecimento apresenta, segundo a Águas de Gondomar, 100% de cobertura, e um consumo médio diário de 26 650 m³/dia. Já o sistema de tratamento de águas tem capacidade para 150 000 habitantes, aproximadamente, segundo a CMG. Estando ao nível do sistema de tratamento de águas residuais a aguardar o licenciamento de mais uma ETAR, designadamente, em Medas (U.F. de Melres e Medas).

Apresentando níveis de água segura de 100%, segundo o INE, nos anos de 2014, 2015 e 2016, nível esse superior ao da metrópole, da região e do país.

Todavia, segundo o INE, o concelho, quando comparado com a AMP e outras escalas, apresenta proporções de massas de água com bom estado/potencial ecológico inferior – consultar figura seguinte.

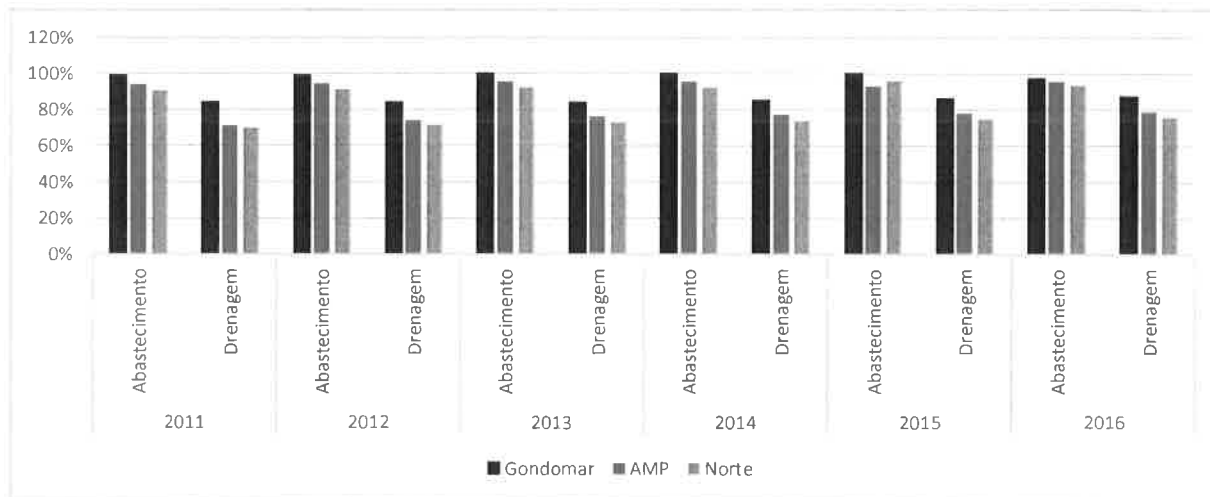
Figura 47: Qualidade das massas de água com bom estado/potencial ecológico



Fonte: INE

Centrando novamente a análise no abastecimento e no saneamento da água, importa referir a proporção de alojamentos servidos por estes dois tipos de infraestruturas. O concelho apresenta um contexto francamente positivo, comparativamente à realidade nacional, regional e metropolitana.

Figura 48: Proporção de alojamentos servidos com infraestruturas de água



Fonte: INE

Tal situação também é concordante com o esforço efetuado pelos municípios que integram territórios urbanos e que têm como preocupação o ambiente. Não só porque a questão da pegada ecológica causada pelas suas dinâmicas é uma preocupação, como também a alteração de hábitos de consumo e qualidade de vida dos seus munícipes é tida como crucial por quem administra o território – tal como é verificado na tabela infra, em que as NUT III com mais de 400 mil habitantes apresentam um volume de despesa em ambiente crescente, generalizadamente, de 2001 até à atualidade.

Tabela 18: Despesa em ambiente (em milhares de €)

Ano	2001	2011	2017	Variação 2001/2011	Variação 2011/2017	Variação 2001/2017
Portugal	545.503,00 €	591.689,00 €	630.213,00 €	8%	7%	16%
NUT III						
Alto Minho	8.559,00 €	8.356,00 €	11.681,00 €	-2%	40%	36%
Cávado	11.518,00 €	9.014,00 €	9.589,00 €	-22%	6%	-17%
Ave	9.977,00 €	12.758,00 €	16.213,00 €	28%	27%	63%
Área Metropolitana do Porto	64.442,00 €	83.219,00 €	97.085,00 €	29%	17%	51%
Alto Tâmega	4.362,00 €	3.025,00 €	4.984,00 €	-31%	65%	14%
Tâmega e Sousa	14.154,00 €	14.100,00 €	15.206,00 €	0%	8%	7%
Douro	9.441,00 €	10.317,00 €	9.370,00 €	9%	-9%	-1%
Terras de Trás-os-Montes	5.146,00 €	9.428,00 €	8.991,00 €	83%	-5%	75%
Oeste	14.463,00 €	18.725,00 €	15.209,00 €	29%	-19%	5%
Região de Aveiro	19.758,00 €	11.690,00 €	18.847,00 €	-41%	61%	-5%
Região de Coimbra	41.786,00 €	22.405,00 €	22.061,00 €	-46%	-2%	-47%
Região de Leiria	12.582,00 €	14.165,00 €	15.797,00 €	13%	12%	26%
Viseu Dão Lafões	11.170,00 €	11.894,00 €	18.637,00 €	6%	57%	67%
Beira Baixa	3.834,00 €	2.896,00 €	3.125,00 €	-24%	8%	-18%
Médio Tejo	14.315,00 €	12.326,00 €	12.921,00 €	-14%	5%	-10%
Beiras e Serra da Estrela	11.097,00 €	12.628,00 €	11.091,00 €	14%	-12%	0%
Área Metropolitana de Lisboa	157.849,00 €	222.728,00 €	209.196,00 €	41%	-6%	33%
Alentejo Litoral	7.465,00 €	6.407,00 €	5.920,00 €	-14%	-8%	-21%
Baixo Alentejo	5.530,00 €	6.724,00 €	9.834,00 €	22%	46%	78%
Lezíria do Tejo	13.673,00 €	13.469,00 €	25.429,00 €	-1%	89%	86%
Alto Alentejo	5.590,00 €	5.843,00 €	9.327,00 €	5%	60%	67%
Alentejo Central	8.746,00 €	8.249,00 €	9.177,00 €	-6%	11%	5%
Algarve	60.925,00 €	34.777,00 €	41.565,00 €	-43%	20%	-32%
Região Autónoma dos Açores	9.534,00 €	8.707,00 €	9.663,00 €	-9%	11%	1%
Região Autónoma da Madeira	19.584,00 €	27.841,00 €	19.293,00 €	42%	-31%	-1%
NUT III com mais de 400 000 habitantes, em 2017.						

Fonte: INE

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

É nas NUT's «ditas» urbanas – para o caso foram selecionadas as que têm mais de 400 mil habitantes em 2017 – onde se encontram os maiores crescimentos, como é o caso do Ave, com 63% e a AMP, com 51% (NUT III, à qual Gondomar pertence). Não obstante, o facto de existirem nessas NUT's, territórios que viram a sua despesa diminuir durante este período de 2001/2017, tal como é o caso do Algarve, da Região de Coimbra e do Cávado, nas NUT's «ditas» rurais também se verificaram crescimentos, e que são substancialmente superiores aos verificados nas urbanas tendo, por exemplo: o caso das Terras de Trás-os-Montes, um crescimento de 75%, do Baixo Alentejo, de 78% e da Lezíria do Tejo, de 86%.

Energia

O concelho enquadrando-se num contexto urbano/metropolitano, determina necessidades associadas às vivências do território, como é o caso da energia, sendo Gondomar um caso especial no contexto não só metropolitano, como também no todo regional e nacional.

Isto porque no concelho se localizam importantes infraestruturas de transformação e de distribuição, ao nível da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNTE) e da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais GNL (RNTIATGNL).

A Tapada do Outeiro criada em 1960, na sequência dos Planos de Fomento da época, associados ao Plano Marshall, teve e tem um papel central na transformação energética no país, sendo até 2004, uma Central Termoelétrica.

Hoje em dia, funciona como um centro de transformação energética integrada na RNTE e é uma estação de Cogeração da RNTIATGNL, associada aos gasodutos RAP Tapada e RAP DP Tapada, sendo esta última a principal função comercial a funcionar na central, desde 1999, com uma potência instalada de 990 MW¹¹, estando a cargo da Portugén a operação e manutenção.

No que refere às instalações energéticas localizadas no concelho:

- RNTE

- Linha Recarei-Feira a 400 kv (LRR.FRA);
- Linha Turbogás-Recarei a 220kv (LTG.RR);
- Linha Turbogás-Canelas/Estarreja a 220 kv (LTG.CN-EJ);
- Linha Recarei-Canelas 3/ Turbogás a 220 kv (LRR.CN3-TG);
- Linha Recarei-Canelas 1 a 220 kv (LRR.CN1).

- RNTIATGNL

- Linha 3006-DN700;
- GRMS entrega à Rede Nacional de Gás Natural 3659;
- Linha 3004-DN600;
- Ponto Quilométrico de Gondomar.

¹¹ O valor produzido quando analisado o consumo de eletricidade de Gondomar – indicador que será desenvolvido no subcapítulo do Ambiente – corresponde a aproximadamente 2.5% das necessidades do município.

82
Ple
/**Figura 49: Contexto da Tapada do Outeiro na RNTE e na RNTIATGNL**

06. MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

83
P. 64

Síntese

QUADRO SÍNTESE:

Aspetos Positivos

- Distribuição por todas as freguesias de equipamentos de indole escolar, social, desportiva e de saúde;
- Capacidade de albergar mais utentes, face à taxa de utilização dos equipamentos de indole social ser baixa, aproximadamente 73%, comparativamente com os 84% da AMP;
- Multidisciplinidade dos equipamentos desportivos existentes;
- Bom desempenho dos equipamentos relacionados com a água apresentando, inclusive, taxas de coberturas plenas - no caso do abastecimento de água - e as que não apresentam taxas de cobertura plenas, apresentam um crescimento positivo - no caso da drenagem e tratamento de esgotos;
- Município estratégico para o contexto energético da região e do país, atendendo à localização da Central da Tapada do Outeiro, na U.F. de Melres e Medas.

Aspetos Negativos

- Tendência de regressão do número de equipamentos escolar e rácio por habitante inferior ao da AMP;
- Rácio de equipamentos sociais e de equipamentnos/efetivos de saúde por habitante inferior ao da AMP;
- Equipamentos que apresentam risco ambiental elevado.

Edificado e Habitação

O parque habitacional de Gondomar, dado o seu contexto urbano, apresenta indicadores que ultrapassam a média nacional, em larga medida, mas também permite identificar que processos urbanos e imobiliários têm ocorrido, ao longo do tempo. No presente subcapítulo, pretende-se avaliar, essencialmente, o pós 2015, comparando com o que ocorrera no período intercensitário de 2001 e 2011 e no pós-censitário, designadamente os anos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Segundo o INE, o número de edifícios e de alojamentos no período intercensitário apresenta um crescimento positivo na maioria das freguesias analisadas – consultar tabela seguinte –, sendo este facto, particularmente interessante nas freguesias de U.F. de Foz do Sousa e Covelo, ao nível dos edifícios, e em Rio Tinto, ao nível dos alojamentos. Todavia, existe o processo contrário, com a diminuição do número de edifícios em Rio Tinto, curiosamente a freguesia com maior número de população.

Tabela 19: Número de Edifícios e Alojamentos e sua evolução por freguesia, entre 2001 e 2011

Freguesia	Edifícios		Taxa de Crescimento (%)	Alojamentos		Taxa de Crescimento (%)
	2001	2011		2001	2011	
Baguim do Monte	3 037	3 167	4%	5 551	6 278	13%
Lomba	648	699	8%	725	775	7%
Rio Tinto	9 645	9 171	-5%	20 707	23 855	15%
U.F. Fânzeres e São Pedro da Cova	7 953	8 358	5%	14 689	16 607	13%
U.F. da Foz do Sousa e Covelo	2 180	2 409	11%	2 717	2 952	9%
U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim	9 972	10 831	9%	18 912	20 856	10%
U.F. de Melres e Medas	1 769	1 924	9%	2 053	2 150	5%
Município	35 204	36 559	4%	65 354	73 473	12%

Fonte: INE

Contudo, esse crescimento decorre a um ritmo variável quando analisadas as condições¹² existentes nos alojamentos, por freguesia. Isto porque, apesar de existir um crescimento significativo no concelho, as freguesias que apresentam uma melhoria de condições nos alojamentos são duas, nomeadamente U.F. Fânzeres e São Pedro da Cova e U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim (embora, no concelho, na generalidade, tenham melhorado as condições).

Tabela 20: Número de Alojamentos com condições por freguesia, entre 2001 e 2011

Freguesias	Alojamentos Familiares Clássicos		Taxa de Crescimento (%)	Alojamentos Familiares Clássicos (com condições)		Alojamentos com condições	
	2001	2011		2001	2011		
Baguim do Monte	5 524	6 276	14%	4 557	5 119	82%	82%
Lomba	725	773	7%	523	495	72%	64%
Rio Tinto	20 592	23 844	16%	16 520	19 490	80%	82%
U.F. Fânzeres e São Pedro da Cova	14 566	16 585	14%	12 430	13 962	85%	84%
U.F. da Foz do Sousa e Covelo	2 703	2 951	9%	2 353	2 539	87%	86%
U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim	18 835	20 838	11%	15 356	17 666	82%	85%
U.F. de Melres e Medas	2 049	2 149	5%	1 806	1 832	88%	85%
Concelho	64 994	73 416	13%	53 545	61 103	82%	83%

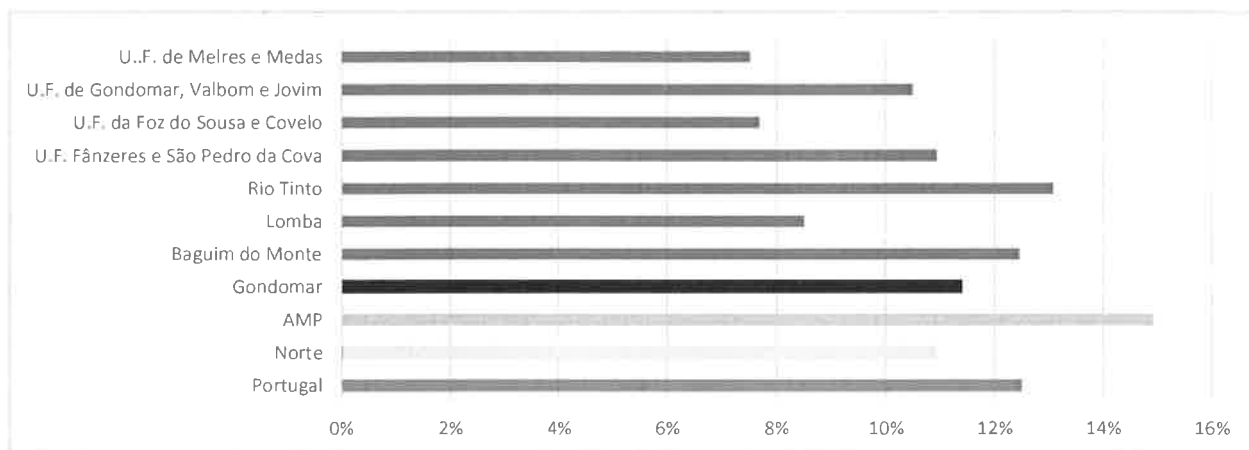
Fonte: INE

¹² Subentende-se por condições a existência de eletricidade, água, retrete, banho, duche e aquecimento nos alojamentos.

85
Pleu

Além da quantidade de alojamentos e da sua qualidade, importa também avaliar o grau de ocupação dos mesmos, através da percentagem do número de alojamentos vagos.

Figura 50: Percentagem dos alojamentos vagos em 2011



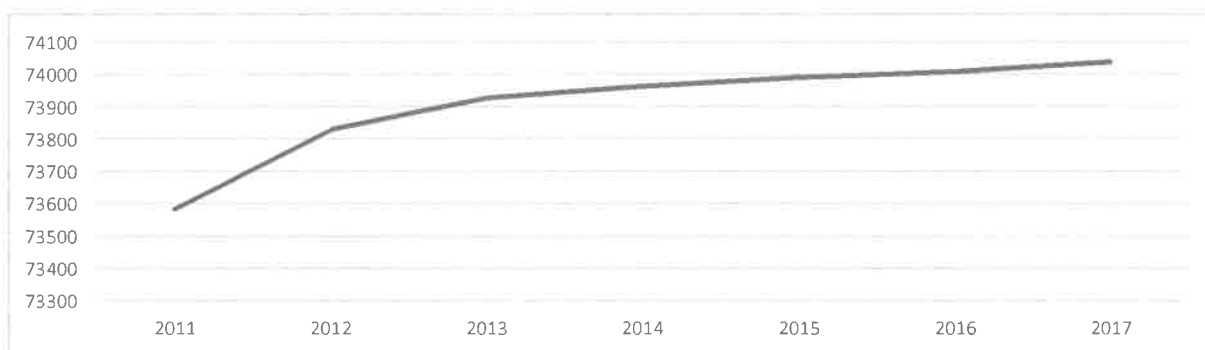
Fonte: INE

Globalmente o concelho não apresenta níveis de ocupação dos alojamentos preocupantes, pois, existem duas freguesias (Rio Tinto e Baguim do Monte) que apresentam valores superiores à média, mas que não se comparam com a realidade metropolitana – esta largamente influenciada pelo facto do município do Porto apresentar uma taxa de ocupação dos seus alojamentos com valores históricos de 18%, em 2011.

Além do mais, existem taxas que, em alguns casos, são inferiores à realidade nacional – como é o caso das restantes freguesias do concelho, à exceção das supramencionadas.

No período pós-censitário, segundo o INE, o número de alojamentos clássicos familiares existente é aproximadamente 74 000, crescendo apenas 1% face a 2011.

Figura 51: Evolução do número de alojamentos familiares clássicos no concelho de Gondomar



Fonte: INE

O crescimento pós 2011 é demonstrativo de uma dinâmica do mercado habitacional estabilizada. Processo que também é refletido no número de licenciamentos, onde se registou uma regressão de 79%, entre 2011 e 2016 – embora nos últimos três anos existisse uma recuperação da dinâmica imobiliária, inclusive, com um crescimento de 97%, entre 2015 e 2017 – e uma regressão de 37% nos edifícios concluídos – que,

06. MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

86
Plan

simultaneamente, ao número de edifícios licenciados também sobe nos últimos dois anos (consultar figura seguinte).

Figura 52: Evolução do número de edifícios concluídos e licenciados no concelho

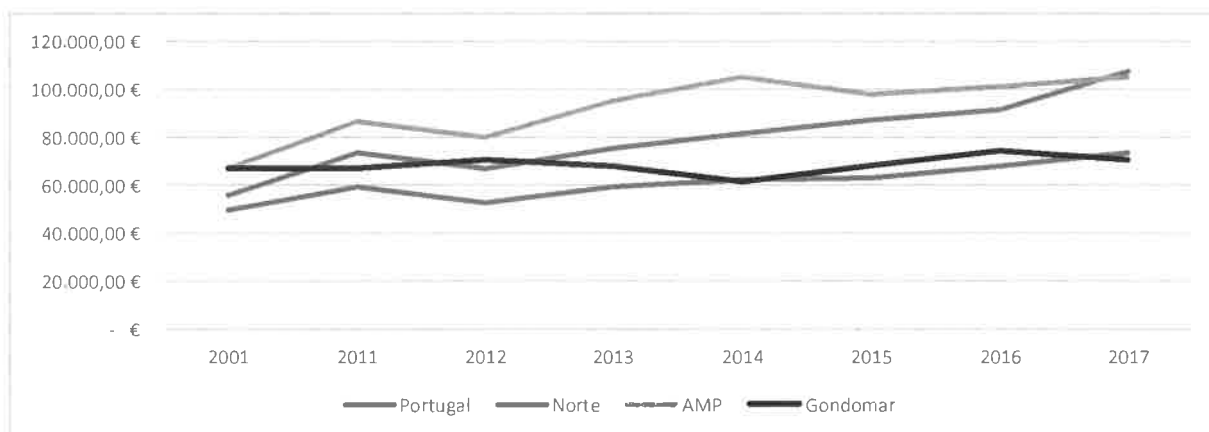


Fonte: INE

Por sua vez, a conjuntura do mercado imobiliário encontra-se, atualmente, associada:

- À valorização do parque edificado. Tal como se verifica na figura seguinte essa realidade tem crescido em todas as escalas, sendo de referir que a nível nacional existe uma variação, a partir de 2011 até 2017, de 46%, regional de 24%, metropolitano de 21% e, em Gondomar, de 5%. Contudo, os valores sobressaem, quando analisada a variação, entre 2001 e 2017, onde Portugal aumenta 93% do valor transacionado, o Norte 48%, a AMP 57% e Gondomar 5%.

Figura 53: Valor médio dos prédios transacionados (€/N.º)



Fonte: INE

- A existência de novas dinâmicas do mercado imobiliário, associado à aposta na reabilitação – facto que não é confirmado para o concelho, pela consulta dos indicadores constantes na tabela seguinte. Isto porque, Gondomar apresenta um peso de novas construções quer nos edifícios concluídos quer nos edifícios licenciados, de 97%, em ambos, em 2017. Contrastando com o peso de edifícios concluídos e licenciados para novas construções de 56% e 57%, da AMP, em 2017, e dos edifícios sujeitos a ampliações, alterações e remodelações de 43% dos concluídos e de

06.MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

37% dos licenciados, nesse mesmo ano – este último indicativo da evolução do processo de reabilitação do edificado.

Tabela 21: Peso dos edifícios concluídos e licenciados por tipologias

Peso dos Edifícios Concluídos por tipologia	Portugal			Norte			AMP			Gondomar		
	NC	AAR	O	NC	AAR	O	NC	AAR	O	NC	AAR	O
2001	81%	18%	1%	82%	16%	2%	85%	14%	0%	92%	7%	1%
2011	71%	24%	5%	73%	22%	5%	69%	28%	3%	86%	13%	1%
2012	68%	27%	5%	71%	24%	5%	68%	28%	4%	85%	14%	1%
2013	66%	29%	5%	69%	25%	5%	65%	32%	3%	84%	15%	1%
2014	63%	32%	5%	66%	29%	6%	63%	33%	4%	78%	16%	6%
2015	63%	31%	5%	66%	29%	5%	64%	33%	3%	92%	5%	3%
2016	65%	30%	5%	66%	30%	5%	57%	41%	3%	96%	4%	0%
2017	69%	29%	2%	68%	30%	2%	56%	43%	1%	97%	3%	0%

Peso dos Edifícios Licenciados por tipologia	Portugal			Norte			AMP			Gondomar		
	NC	AAR	O	NC	AAR	O	NC	AAR	O	NC	AAR	O
2001	82%	17%	1%	82%	17%	1%	85%	14%	1%	91%	9%	1%
2011	64%	26%	10%	67%	26%	7%	61%	34%	5%	75%	25%	0%
2012	59%	33%	8%	61%	30%	9%	57%	37%	6%	68%	30%	2%
2013	59%	34%	8%	61%	31%	9%	56%	38%	6%	86%	14%	0%
2014	58%	34%	8%	61%	30%	9%	57%	38%	6%	85%	8%	8%
2015	59%	26%	15%	67%	26%	8%	64%	33%	3%	89%	6%	6%
2016	65%	27%	8%	66%	27%	7%	56%	37%	7%	96%	2%	2%
2017	68%	25%	7%	69%	25%	6%	57%	37%	6%	97%	1%	1%

* NC – Novas construções

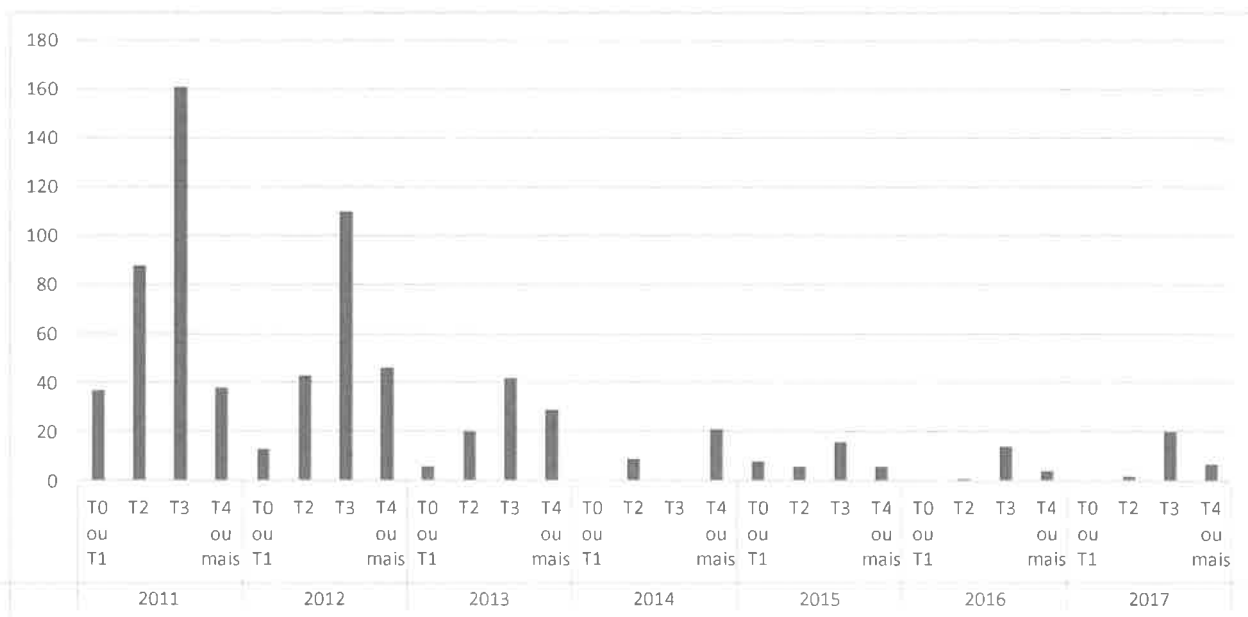
** AAR – Ampliações/alterações/recomendações

*** O – Outros

Fonte: INE

- Da construção de tipologias familiares – que mesmo com a quebra da dinâmica imobiliária, as tipologias dominantes são as familiares, tal como se verifica na figura seguinte;

Figura 54: Fogos Licenciados por Tipologia no município de Gondomar



Fonte: INE

- E, por fim, da valorização do fator centralidade do imóvel, tendo em conta serviços, equipamentos, transportes públicos e espaços de utilização coletiva.

Assim, a realidade habitacional de Gondomar confunde-se com a realidade de expansão urbana do aglomerado urbano do Porto, que face à existência de um contexto de valorização dos centros e a existência de espaços disponíveis para construção nas periferias, motiva o efeito «natural» no processo de urbanização e de habitação, que assenta na sua expansão urbana – consultar quadro: *Efeito dormitório*.

Efeito dormitório

Não obstante à localização do município num contexto metropolitano, importa compará-lo com municípios semelhantes, em que o modo de utilização do edificado é um indicador que permite perceber se existe ou não o efeito dormitório.

Deste modo, comparando com a Área Metropolitana de Lisboa, e municípios similares, é possível interpretar a seguinte conjuntura na tabela seguinte.

Tabela 22: Proporção dos edifícios que têm a exclusividade do edifício para outros usos que não o residencial

Portugal	6,75%	
AMP	7,96%	
	Gondomar	7,10%
	Matosinhos	8,36%
	Porto	14,34%
	Valongo	7,76%
AML	9,33%	
	Lisboa	21,43%
	Loures	9,38%
	Odivelas	12,74%
	Montijo	7,36%

Fonte: INE

Segundo o indicador supra, Gondomar é o município que apresenta a maior proporção de edifícios com uso essencialmente residencial, o que na amostra em causa subentende-se que é o município que, num contexto metropolitano, tem o maior grau de monofuncionalização do seu parque edificado. Inferindo, consequentemente, que o efeito dormitório é uma realidade no município.

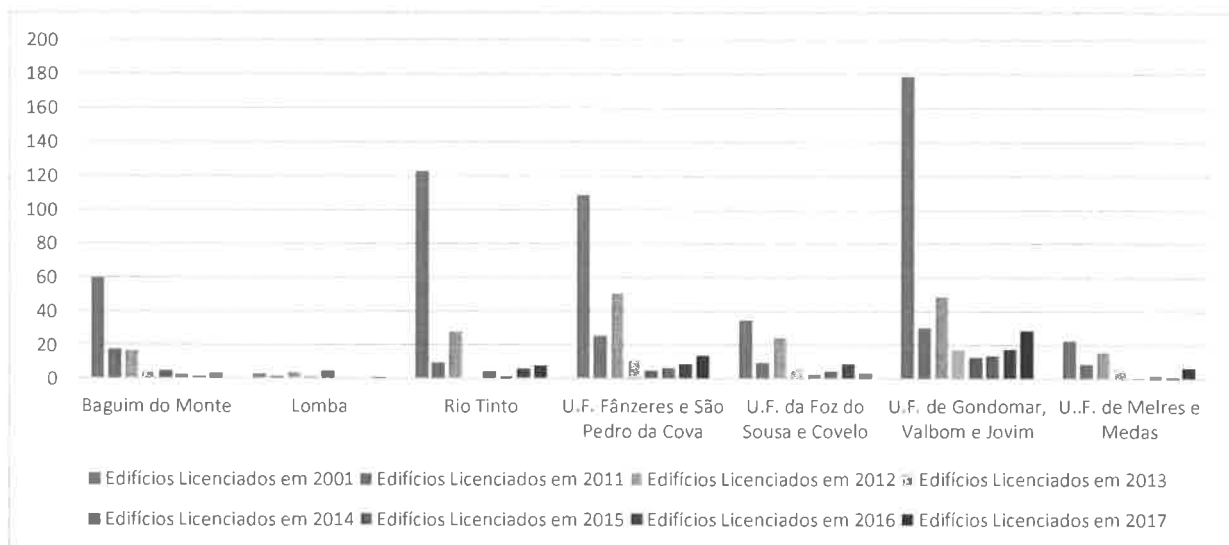
Tal situação, desde o final do século XX, tem vindo a aumentar esta realidade «sociológica» de periferia, não só pelos investimentos públicos de habitação, mas também pelas estratégias dos diversos agentes de transportes, em tornar a sua rede, tendencialmente, *portocêntrica*.

Contudo, importa referir que, na atualidade, esta aparente monofuncionalização tem vindo a perder influência, tal como será perceptível no subcapítulo de *Planeamento*.

Daí que as tipologias de maior dimensão sejam uma realidade em Gondomar, e a necessidade de mais construção nova que se assistiu com a análise dos indicadores constantes na tabela anterior, seja, maioritariamente – senão a totalidade –, o efeito da procura motivada pela repulsão dos principais centros urbanos da envolvente a Gondomar e, mesmo do interior do concelho, principalmente, em Rio Tinto, devido a ser a freguesia com maior saturação urbana – indicador a ser desenvolvido no subcapítulo Solo – e ter a maior densidade populacional – associado ao efeito da continuidade urbana do Porto, ao longo da Estrada Nacional 15/105 e caminho-de-ferro.

Confirmada tal realidade, importa interpretar a figura da página seguinte, e a distribuição dos licenciamentos por freguesias.

Figura 55: Evolução do número de licenciamentos por freguesia



Fonte: INE

As dinâmicas edificatórias do concelho de Gondomar apresentam, nos últimos 7 anos, o seguinte comportamento:

- As freguesias que estão em análise, na sua grande maioria foram agregadas e, portanto, os resultados também redimensionam a sua interpretação. Contudo, é facilmente perceptível que Rio Tinto, enquanto freguesia não agregada, apresenta uma dinâmica que era líder, em 2001, mas que, na atualidade, apresenta sinais de crescimento instáveis;
- A crise imobiliária – o período em que se assistiu à maior quebra do número de licenciamentos de edifícios –, ocorreu entre 2012 e 2013, onde se registaram quebras na ordem dos 100% (Rio Tinto), 76% (U.F. Fânzeres e São Pedro da Cova e U.F. Foz do Sousa e Covelo) e 71% (Baguim do Monte) – curiosamente, as freguesias urbanas do concelho. Nas restantes freguesias, as quebras não foram tão significativas durante esse período, embora apresentem valores superiores a 50%, como é o caso da U.F. de Melres e Medas (63%) e Lomba (50%);
- As freguesias rurais são aquelas, como se teve oportunidade de descrever, que menos quebras têm durante o período de crise imobiliária (2012/2013), mas também são as que apresentam um crescimento positivo pós-crise. Isto, associado ao processo de extensão da expansão urbana, para lá dos típicos centros urbanos ganhar ênfase, não só devido à saturação da envolvente ao Porto, como também pelo encarecimento da habitação nos principais centros urbanos do município. Simultaneamente, são as que apresentam maiores crescimentos no pós-crise, tal como é o caso de U.F. de Melres e Medas que cresce, em média por ano: 83% (valores relativos) e 3 licenciamentos (valores absolutos) – o maior crescimento médio do concelho nesse período;
- Curiosamente, as freguesias que crescem no pós-crise 2013, correspondem ao segundo anel da periferia do Porto – isto, assumindo que Rio Tinto é a primeira periferia do Porto, no município, e

06.MAR.2019

90
Pleu

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

apresenta um crescimento médio de 43%, nesse período –, designadamente: Baguim do Monte, com 7%; Lomba, 13%; a U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova, 16%; U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, 17% e a U.F. de Melres e Medas, com 83%.

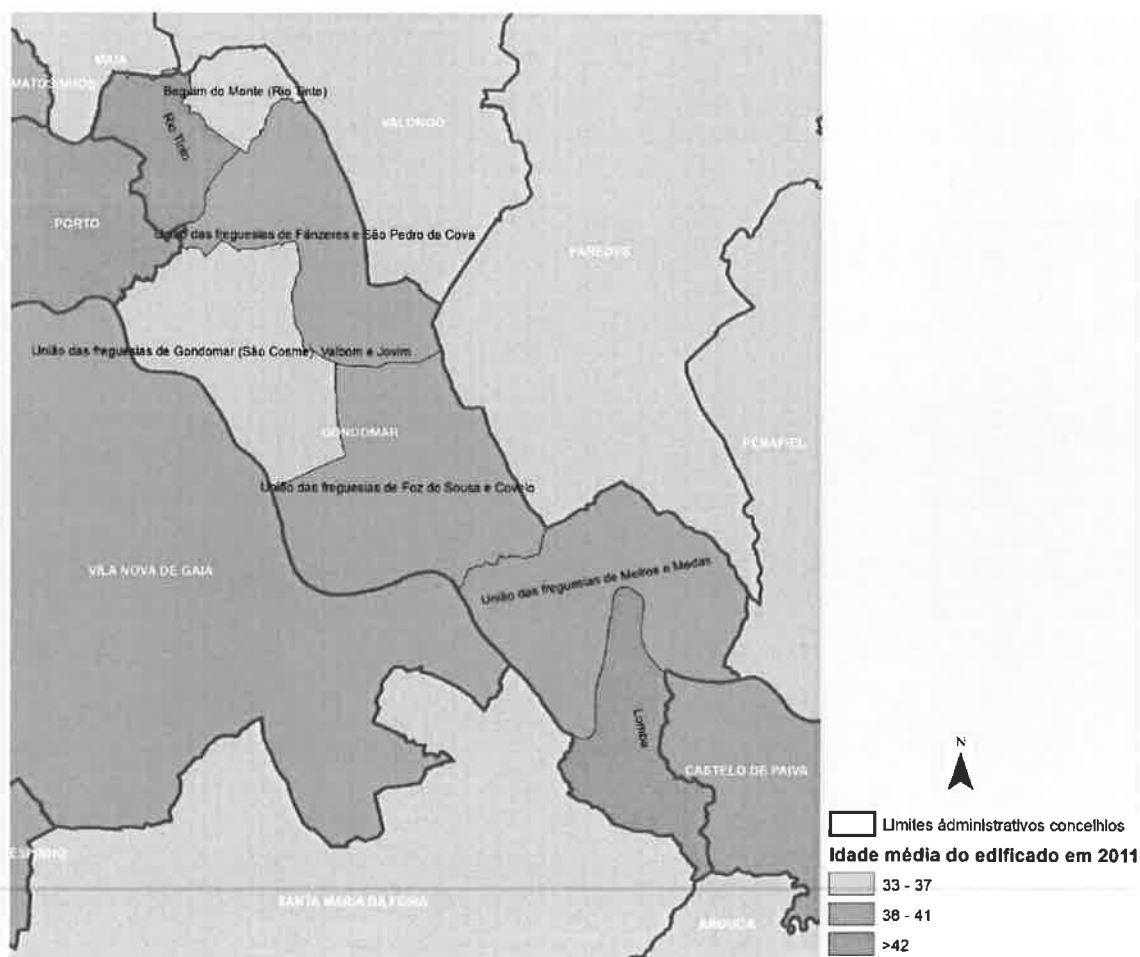
Tal realidade demonstra um território de altas densidades, em que, por vezes, a proximidade ao núcleo «motor» do processo de expansão urbana, é a alavanca para a questão do parque edificado.

Todavia, ao nível do edificado também é importante avaliar o seu estado de conservação.

Observando a figura seguinte é possível identificar uma moda de idades compreendidas entre os 38 e 41 anos, nas freguesias centrais do concelho, sendo a exceção as pontas norte e sul, em que existe um envelhecimento do parque edificado em Rio Tinto – ao nível do Porto (município) –, uma idade média mais recente nas freguesias juntas às periferias do Maia, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia – associado ao efeito metrópole e expansão urbana que ganha efeito, a partir dos anos 80 – e de um intenso envelhecimento na freguesia de Lomba – associado ao despovoamento que esta freguesia tem sofrido ao longo dos últimos anos.

Em termos globais, o edificado apresenta uma idade média de 38 anos, no ano de 2011.

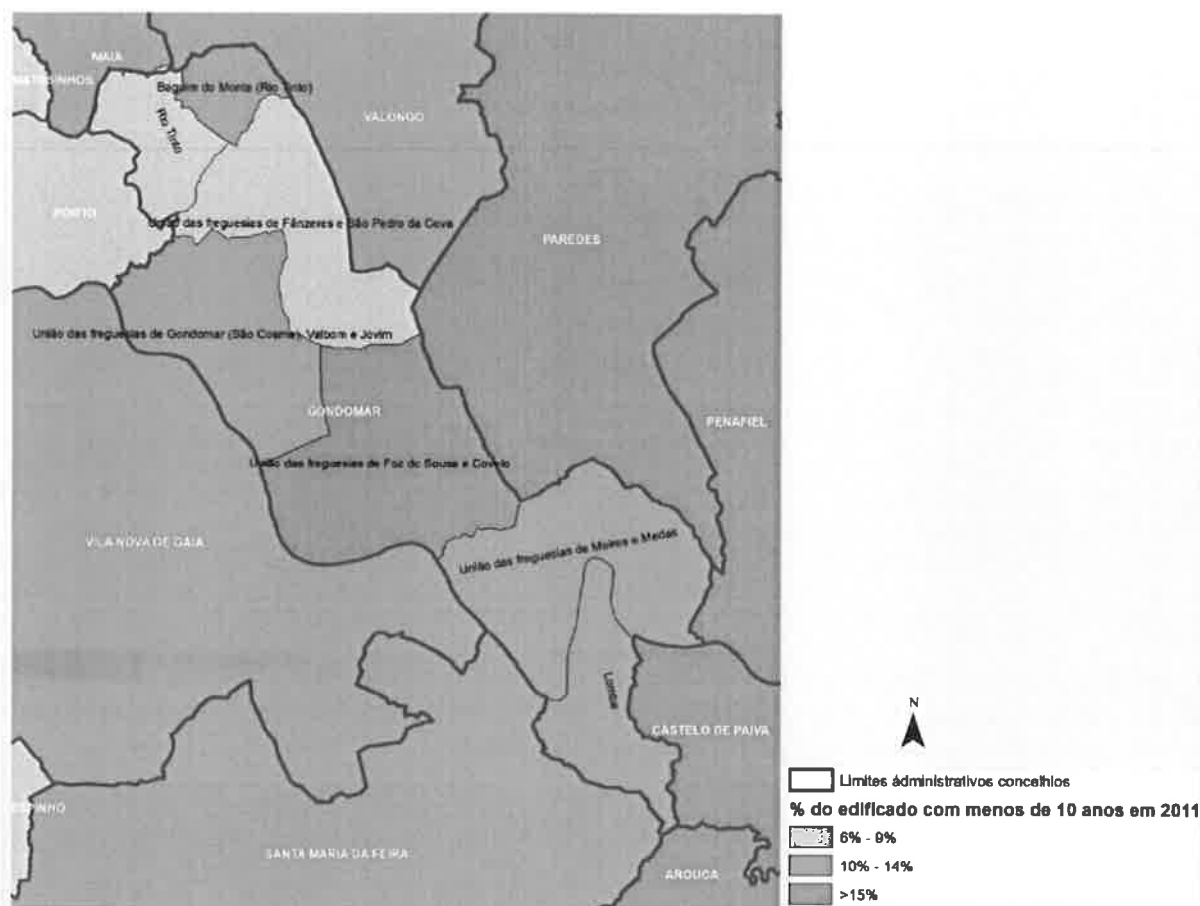
Figura 56: Idade Média do Edificado no concelho de Gondomar



Fonte:
INE

O INE¹³ confirma que o período de construção mais intenso ocorreu entre 1971-1980, demonstrando que os edifícios com idades compreendidas entre os 38-41 anos são concordantes com este período de maior crescimento.

Figura 57: Edificado com menos de 10 anos no ano de 2011



Fonte: INE

Em simultâneo, à data de 2011, existia uma conjuntura de aumento do edificado, nomeadamente nas freguesias rurais de Gondomar, confirmando também por este, o processo de extensão de expansão urbana, com uma evolução do número de edifícios nos últimos 10 anos de 16%, 12.2% e 12%, respetivamente. Valores superiores quando comparados com outras freguesias (as urbanas) do concelho, em que o mesmo apresenta um valor percentual de crescimento de edifícios nos últimos 10 anos de 9.7%.

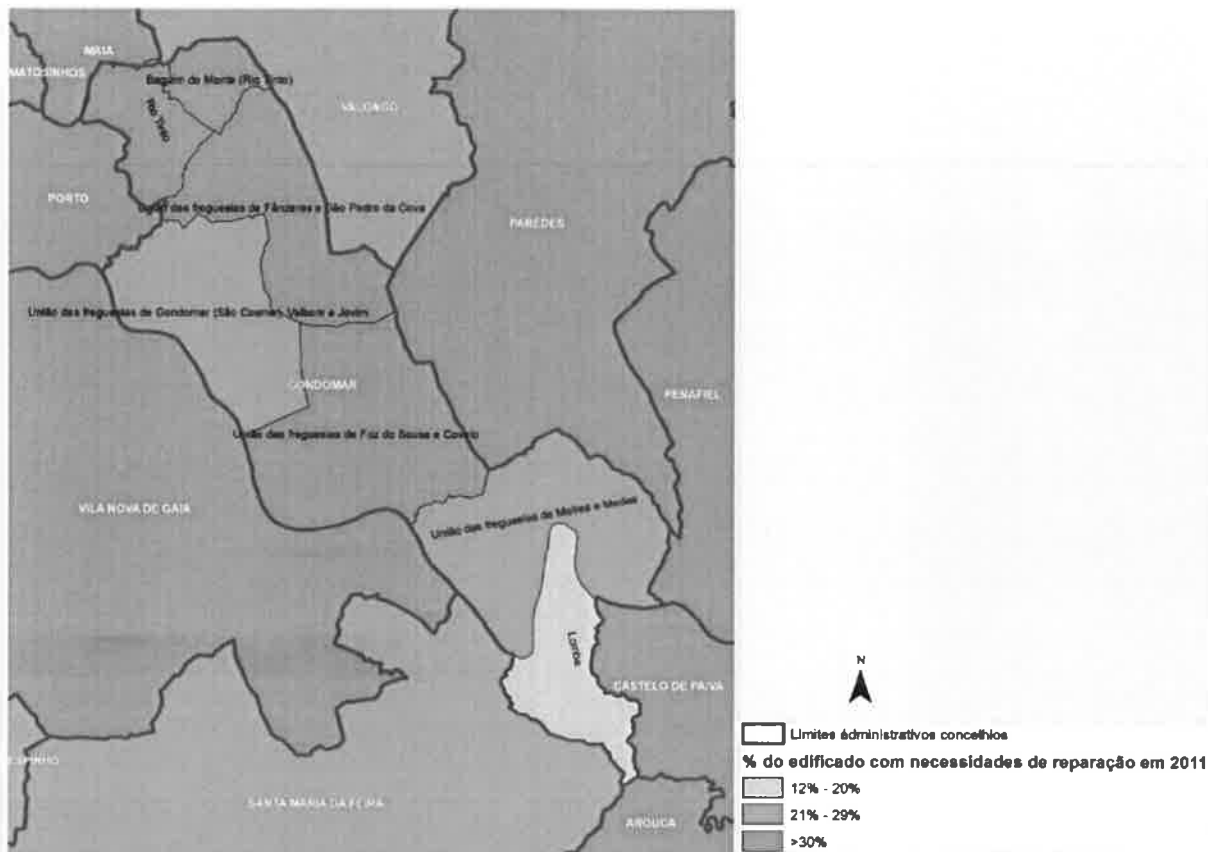
No domínio da reabilitação do edificado será importante compreender que o município *per si* apresenta uma dinâmica semelhante à envolvente, na sua generalidade, embora a maioria das freguesias apresente valores inferiores à média do concelho de 30.9%, no ano de 2011.

Neste caso, a U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova – freguesia com maiores índices de pobreza –, U.F. de Foz do Sousa e Covelo – freguesia com indicadores de repulsão populacional elevados – e Rio Tinto – freguesia que apresenta um parque edificado com dimensão e valor histórico – apresentam valores

¹³ INE (2013), Habitação em Portugal: evolução e tendências. INE

percentuais onde necessidade de intervenção é superior à média concelhia (37.2%, 34.4% e 32.1%, respetivamente).

Figura 58: Edificado a necessitar de reparação no concelho de Gondomar



Por fim, ao nível da habitação social, em Gondomar registam-se 484 edifícios de habitação social, com 3 182 fogos, em 2015.

Tabela 23: Conjuntura da Habitação Social no concelho de Gondomar

Indicador		2012		2015	
		AMP	Gondomar	AMP	Gondomar
Despesa com o parque habitacional social		14.720.552,00 €	695.000,00 €	16.141.709 €	594.114,00 €
Fogos de Habitação Social	Fogos	32 818	3 182	33 233	3 182
	Fogos Vagos	1 359	160	1 533	166
	Fogos Atribuídos	1 012	51	13 890	39
	Fogos Arrendados	26 920	3 022	31 683	3 016
	Fogos com certificação energética	537	0	1 810	4
Edifícios de Habitação Social		2 425	173	3 346	484
Renda e Valor	Valor médio das rendas de habitação Social	51,65 €	47,00 €	53,94 €	44,00 €
	Arrendamento apoiado	0	0	13 675	0
	Renda apoiada	2 6920	2 596	15 655	2 547
	Renda social	2 869	426	827	469
	Renda livre	53	0	8	0

Fonte: INE

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

93
P65

Em termos de despesa com o parque habitacional social, na atualidade, a situação encontra-se num processo de crescimento na AMP (10%) e de decréscimo em Gondomar (15%), entre 2012 e 2015. Além disso, regista-se:

- O estabilizar do número de fogos destinados a este tipo de habitação – muito associado também a um período de crise imobiliária e económica, que dificultou (senão mesmo, inviabilizou) o investimento;
- Uma taxa de ocupação ligeiramente superior à verificada na AMP, cifrando-se nos 89%, em Gondomar, e 88%, na AMP;
- O número de edifícios sobe, em 180% no concelho – valor francamente superior ao crescimento de 38% da AMP.

No que se refere à renda e valor da habitação social, é possível encontrar durante esse período de análise:

- Um decréscimo do valor médio das rendas de habitação social do concelho em 6% - contrastando com o aumento do valor da AMP de 4%, durante o mesmo período;
- Um decréscimo do número de utilizadores deste tipo de habitação sob o modo de pagamento de renda apoiada de 2% no concelho. Contudo, não é o suficiente para permitir o aumento do peso de Gondomar, na AMP (6%, entre 2012 e 2015);
- Um aumento da renda social em 10% correspondendo, simultaneamente, ao modo de pagamento do concelho que predomina na AMP, cifrando-se nos 57% – isto porque existiu uma regressão deste modo de pagamento a nível metropolitano, de 71%, regredindo em termos absolutos, aproximadamente, 2 000 utilizadores.

Síntese

QUADRO SÍNTESE:

Aspetos Positivos

- Aumento do parque edificado em termos de licenciamento e de conclusão de obra, nos últimos dois anos, em 46% e 42%, respetivamente;
- Aumento da qualidade dos alojamentos em 1%, entre 2001/2011;
- Peso dos alojamentos vagos inferior ao que ocorre na conjuntura nacional, regional e metropolitana;
- Habitação social estabilizou, apresentando uma descida do valor médio da habitação social de 6%, em 2015.

Aspetos Negativos

- Aumento entre 2016/2017 do número de edifícios licenciados e construídos para/de construção nova, em 98%;
- Efeito dormitório com tendência para aumentar, face ao encarecimento dos principais centros urbanos da envolvente;
- Aumento da dinâmica construtiva em freguesias rurais, em 83%, no caso da U.F. de Melres e Medas.

Ambiente

A Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 19/2014, de 14 de abril) enquadra como componente de política pública a promoção do desenvolvimento sustentável e a gestão adequada do ambiente, de forma a proporcionar aos habitantes bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida (cf. Art.º 2.º da Lei de Bases do Ambiente).

Nos pontos seguintes faz-se um enquadramento de diversos indicadores ambientais com vista a perceber a evolução deste tema no período de vigência do Plano.

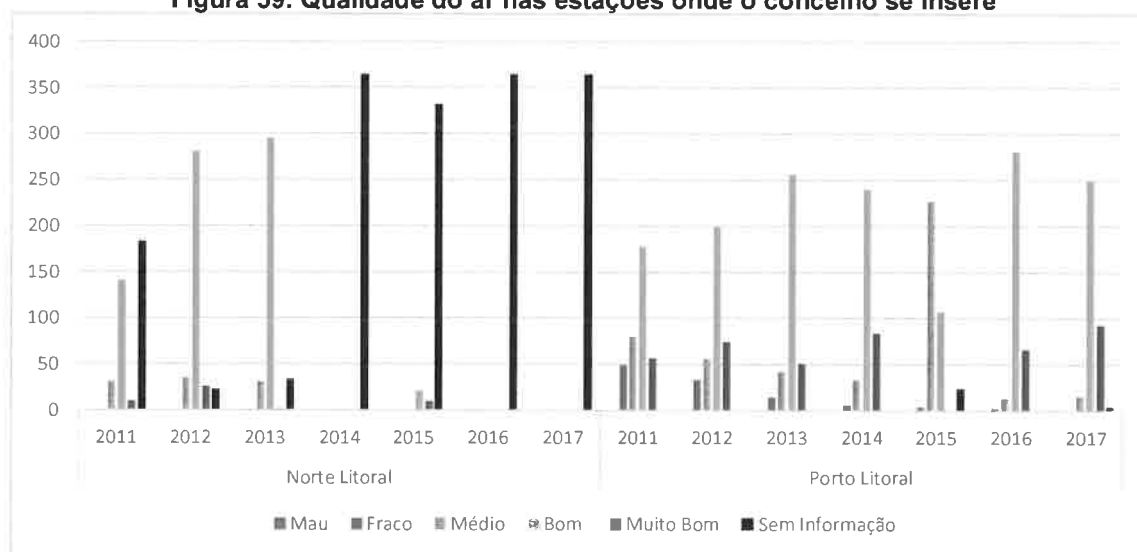
Clima ¹⁴:

- Classificação Climática de Koppen para a área envolvente ao concelho de Gondomar: Csb (IPMA, 2017), clima temperado com Verão seco e suave, em quase todas as regiões a Norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela e nas regiões do litoral oeste do Alentejo e Algarve;
- Temperatura Média: 12.63°C (PC, 2017);
- Precipitação Média Acumulada: 157.98 mm (PC, 2017);
- Amplitude Média: 8.43°C (PC, 2017);
- Risco de Incêndio: Extremo: 3.0 dias/ Elevado: 16.5 dias/ Moderado: 39.5 dias/ Baixo: 302.0 dias (PC, 2017).

Qualidade do Ar

O carácter predominantemente urbano do concelho faz com que a poluição causada pela pressão urbana seja uma marca, associada à intensa infraestruturização e ocupação do território. No entanto, não existem valores específicos desagregados, pelo que são apresentados os valores para o território de referência.

Figura 59: Qualidade do ar nas estações onde o concelho se insere



Fonte: APA

¹⁴ Valor referente à NUT III da Área Metropolitana do Porto.

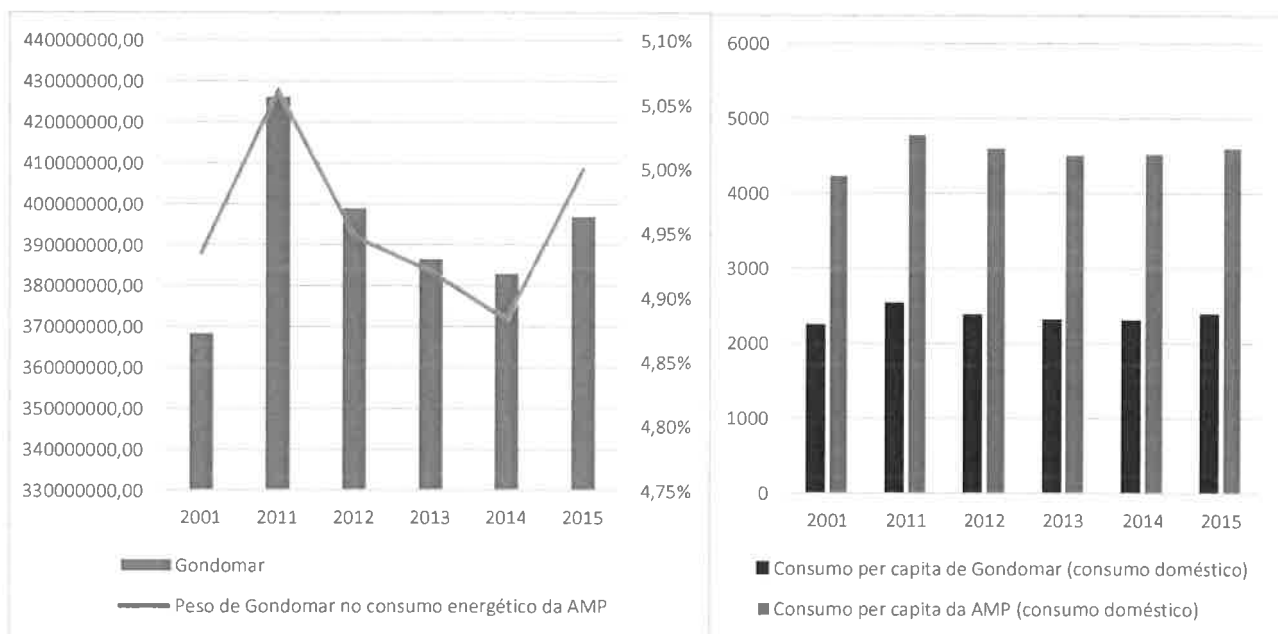
De ressaltar:

- A escassez de informação da estação Norte Litoral, apresentando – quando existem informações – valores bons de qualidade do ar;
- A informação existente no Porto Litoral está sob o efeito da urbanização do território e das atividades desenvolvidas neles, nomeadamente o intenso tráfego automóvel de passageiros e mercadorias, as infraestruturas aeronáuticas e o consumo de energia elevados, influenciam os resultados evidenciados na figura;
- Contudo, no Porto Litoral, existe uma tendência de crescimento do número de dias com qualidade do ar muito bom, tendo um aumento de 63%, entre 2011 e 2017, e de 39%, entre 2016/2017 – correspondendo a mais 36 e 26 dias, respetivamente.

Consumo energético e resíduos

As características urbanas do concelho são também evidenciadas pelo consumo energético.

Figura 60: Consumo de eletricidade (kW) no concelho de Gondomar



Fonte: INE

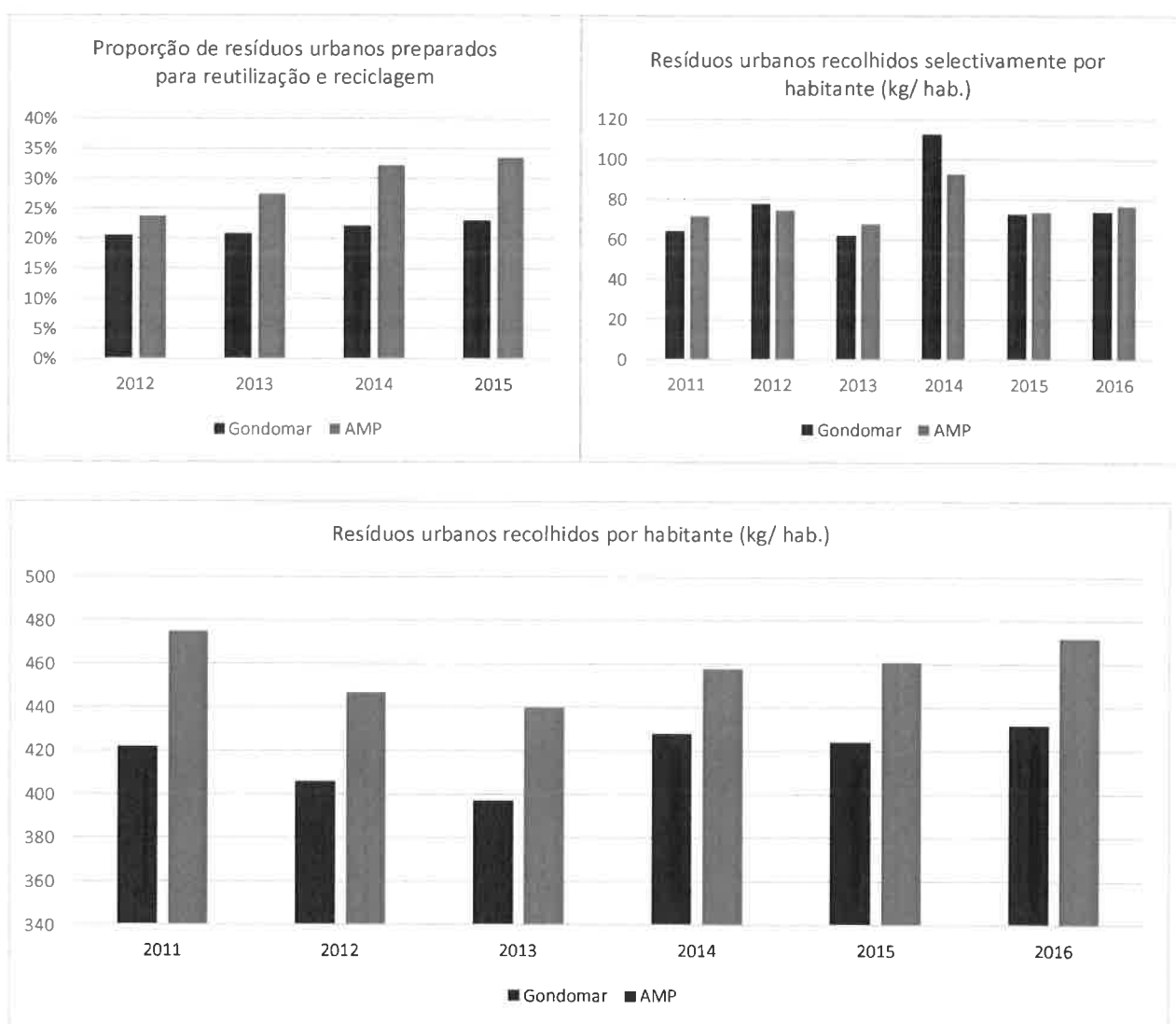
Este consumo que tem tido oscilações ao longo do tempo de análise, entre 2001 e 2015, apresenta ciclos conjunturais diferentes, quer pela evolução da demografia, quer pela situação económica. Em primeiro lugar, importa referir que a evolução positiva do consumo até 2011, estando associado a uma conjuntura de crescimento populacional, bem como de atividades económicas que aqui se localizam, além de que, este processo de consumo esteja indiretamente associado à evolução económica que se assistiu, em certa medida, durante o princípio do século XXI. Em segundo lugar, o decréscimo verificado após 2011, estando associado ao período de crise económica e de retração do consumo, por parte da população e dos agentes económicos, a nível nacional, e ao qual o concelho não é exceção. Por fim, o crescimento que se assiste

após 2014 é sinal de um processo de retoma económica, aliado também a um consumo movido pela introdução das políticas da economia e energia verde que, em certa medida, provocam uma melhor racionalização energética.

Todavia, no concelho de Gondomar verifica-se um consumo *per capita* inferior ao que se assiste na área metropolitana, em média de 48%. Isto pode ser explicado por vários pontos de vista, designadamente o económico. E aqui, importa salientar o facto de ter um número de desempregados inscritos no centro de desemprego com algum peso e um ganho médio mensal inferior à realidade nacional, regional e metropolitana, o que provoca, inevitavelmente, a perda de capacidade de consumo e aquisição.

No que se refere à produção de resíduos importa, antes de analisar, interpretar as figuras seguintes.

Figura 61: Produção de resíduos (kg/hab) no município e na Área Metropolitana do Porto



Fonte: INE

A crise económica, aliada a um processo de boas práticas ambientais – cada vez mais difundidas –, permitem deduzir o porquê da evolução positiva da proporção de resíduos urbanos preparados para a

reutilização e reciclagem, não só a nível municipal – com um crescimento de 2% –, como também a nível metropolitano – de 10%.

Simultaneamente percebe-se o porquê da evolução positiva dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante, isto, apesar de ter um comportamento volátil, entre 2011 e 2016. Importa salientar que a realidade concelhia é idêntica à situação que ocorre na AMP, tendo sempre potencial para ser melhorado esses sistemas de recolha, pois, como é facilmente perceptível com a análise da figura anterior, existe no ano de 2014, a quantidade máxima de recolha no concelho, neste caso, 113 kg./habitante, superior em 20 kg, ao que foi recolhido na metrópole, nesse ano.

Tal situação, que apresenta margem de progressão em termos de reciclagem, acompanha a evolução dos resíduos indiferenciados. Neste indicador, o município teve uma quebra de recolha de resíduos urbanos, entre 2011 e 2013, associada à crise e consequente retração do consumo. Mas, nos dias de hoje, apresenta uma tendência de crescimento que ultrapassa o da AMP, tendo um diferencial evolutivo, durante o período de 2014 e 2016, de 2%, tendo Gondomar evoluído 9% no somatório dos três anos e a AMP, 6%.

Contudo, no que refere à produção de resíduos a expectativa é de regressão, tendo em conta as lógicas de racionalização do consumo, de diminuição da população – embora este indicador não permita concluir diretamente tal conjuntura, devido à existência de outros tipos de consumidores, como é o caso de atividades económicas que interferem com a produção de resíduos – e a alteração de hábitos de consumo.

Ruído

As fontes geradoras de ruído no concelho têm origem no espaço urbano, nas zonas industriais e nos eixos viários. O zonamento acústico estabelecido no PDM teve em conta os limites definidos pelo Regulamento Geral do Ruído.

Contudo, no território de Gondomar, desde 2015 – ano da Revisão do PDM –, já estavam implantadas no território as principais infraestruturas geradoras de ruído, como é o caso da linha de caminho-de-ferro ligeira e pesada, das autoestradas e das grandes unidades industriais do concelho.

O Ambiente enquanto componente do ordenamento

Na tabela seguinte apresentam-se os instrumentos de política ambiental com incidência no concelho, muitos dos quais estão integrados no PDM como forma de operacionalização das suas propostas.

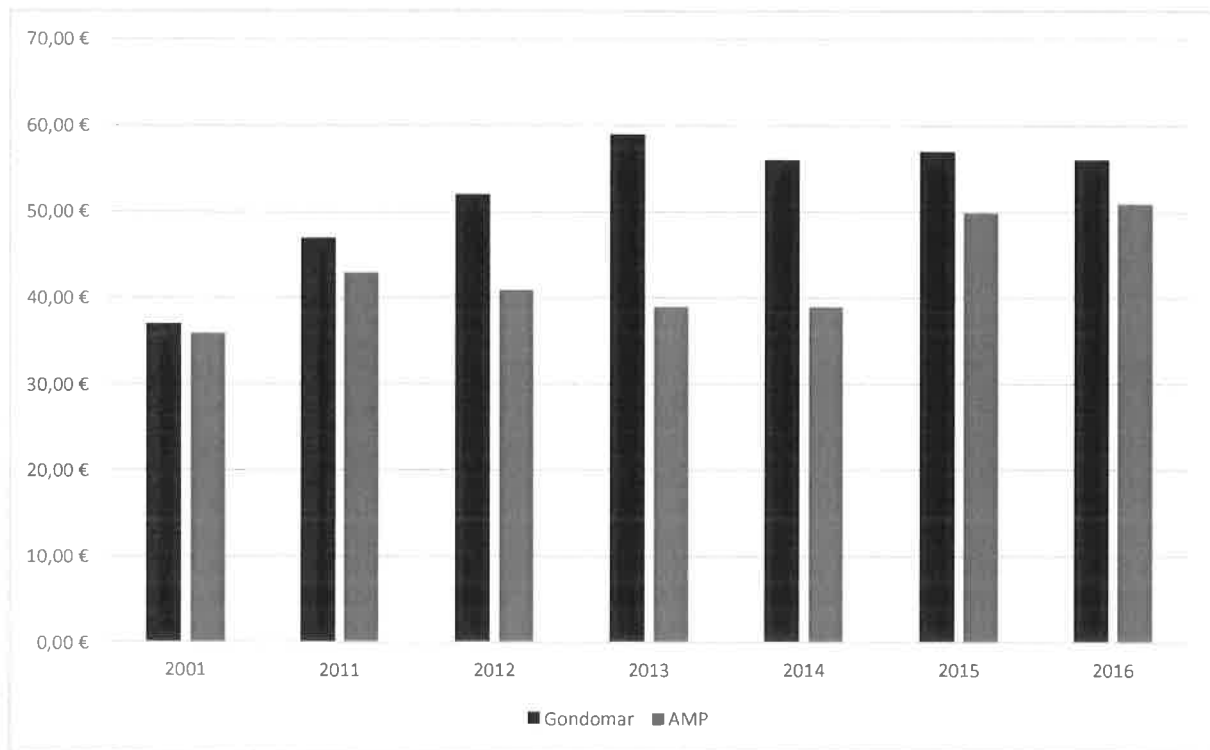
Tabela 24: Instrumentos de política ambiental no concelho

Plano Diretor Municipal
Reserva Agrícola Nacional
Reserva Ecológica Nacional
Serras do Porto
Programa Regional de Ordenamento Florestal Entre Douro e Minho
Espécies Arbóreas Protegidas
Rede Natura 2000
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça e Douro
Plano Municipal de Defesa Contra a Floresta

Simultaneamente, importa compreender que para a gestão do território e, em particular, no ambiente, existem indicadores que é necessário analisar, por forma a perceber a dinâmica e a evolução do território.

Na figura seguinte apresenta-se a despesa efetuada pelo município por habitante, nesta temática do ambiente.

Figura 62: Despesas em ambiente dos municípios por habitante (€/ habitantes)



Fonte: INE

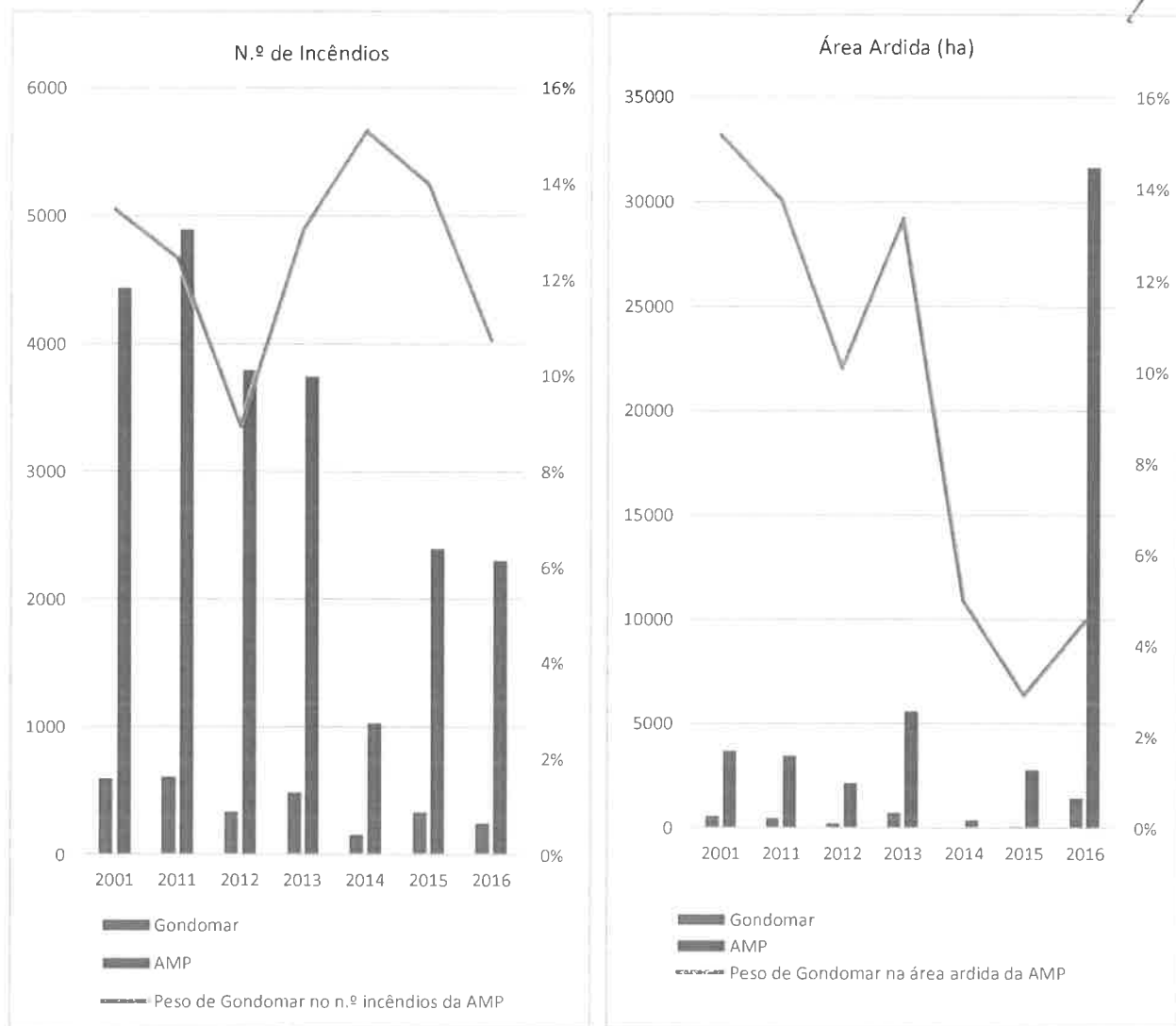
O aumento, no município, durante o período de 2001 e 2016, de 51%, – superior ao da metrópole em 9% – é demonstrativo do esforço realizado para manutenção da qualidade dos serviços municipais relacionados com o ambiente, bem como das práticas desenvolvidas. Ao mesmo tempo, é o reconhecimento da importância deste setor para a qualidade de vida dos residentes que permite explicar o esforço efetuado pela autarquia.

Contudo, salienta-se que o município entre 2014 e 2016 regrediu 5% do valor investido, sendo que a AMP cresce, nesse mesmo período, 30%.

Incêndios

A existência de áreas significativas de ocupação florestal, conjugada com a falta de gestão de matas e florestas, o absentismo das propriedades florestais, a desestruturação do mundo rural e o uso do fogo para renovação de pastagens, associadas a fenómenos climáticos que propiciam a ocorrência e propagação de fogos florestais, tem vindo a aumentar a preocupação com esta questão (Lourenço, L., *et al.*, 2011).

Figura 63: Conjuntura dos incêndios no concelho

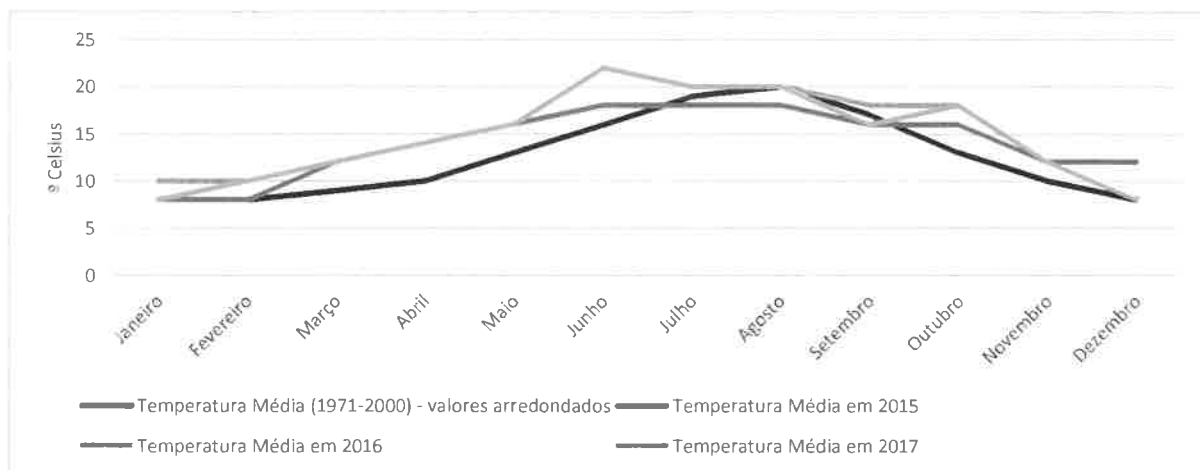


Fonte: INE

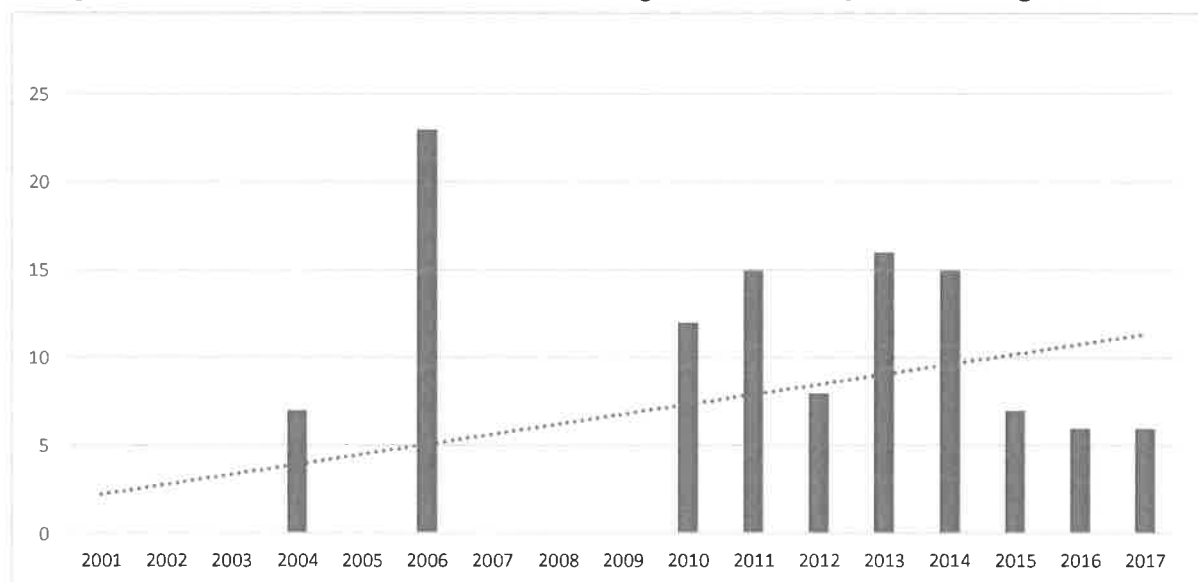
De acordo com a figura anterior é possível constatar que o concelho, apesar de ter uma área florestal com significado – facto que será desenvolvido posteriormente – apresenta perante a realidade metropolitana pouco significado registando, tendencialmente, um número de incêndios em regressão, desde 2014.

Além do mais, o facto de existir uma dinâmica florestal, particularmente intensa, é de ressaltar que a área que ardeu regride em termos percentuais, quando analisado o peso de Gondomar na metrópole. E isto também é de salientar, visto que este indicador apresenta um comportamento errático, no período em análise e, se for efetuada a correlação entre as temperaturas e o nível de precipitação, constata-se uma alteração conjuntural à atual dinâmica de alterações climáticas (remete-se para a consulta das figuras seguintes).

100
P. C.

Figura 64: Evolução da temperatura média na envolvente de Gondomar

Fonte: IPMA e PC

Figura 65: Número de dias com onda de calor registadas na Estação Meteorológica do Porto

Fonte: Pordata

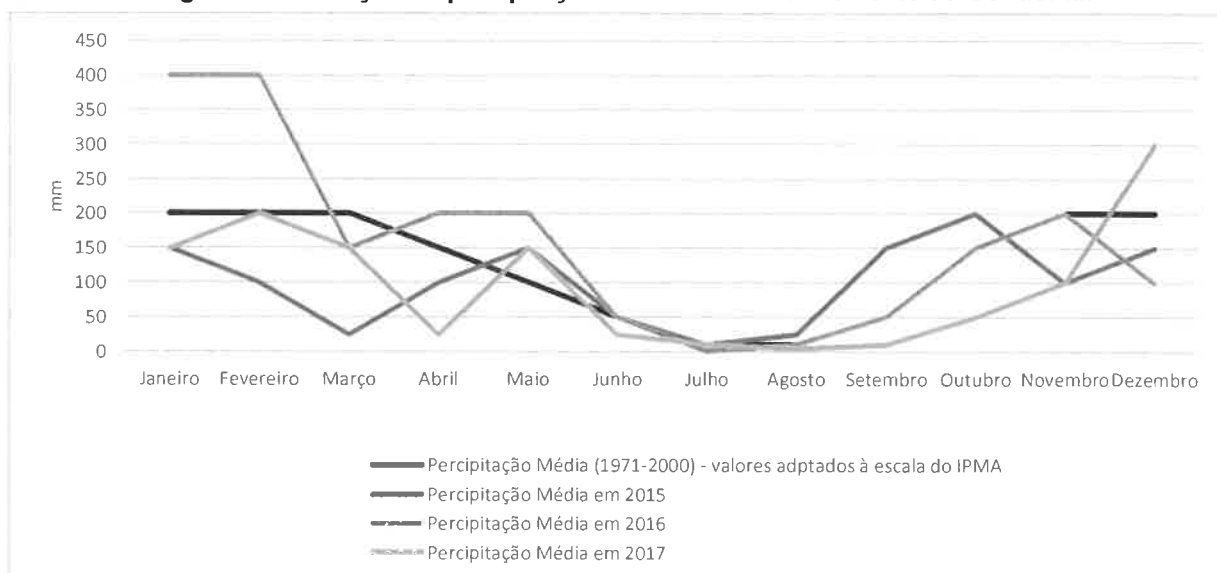
Tal situação de alterações climáticas tem no comcelho o principal problema: o aumento de temperatura. E neste indicador, é possível verificar que após 2015, comparando com a norma climatológica de 1971/2000, existem valores superiores à norma, na grande maioria dos meses e anos em análise. Além de que, é possível constatar na figura anterior que, desde o início do milénio, a recorrência do número de dias com onda de calor tem, a partir de 2010, um comportamento constante e tendencialmente em ascensão. Em termos absolutos é possível verificar que, desde 2010 e 2013, o número médio de dias de onda de calor é de 13 dias p/ano, e o de 2014 a 2017 de 9 dias p/ano. Isto, apesar de demonstrar uma regressão não implica que a dinâmica climática esteja em regressão, muito pelo contrário, está em constante aumento de temperatura.

João
Pleu

No que se refere à precipitação, Gondomar ao localizar-se numa faixa litoral, onde as superfícies frontais no outono/inverno têm maior impacto no território, apresenta uma orografia, no sentido noroeste-sudeste, coadjuvada com o vale do Douro, que «molda» o sistema montanhoso das Serras do Porto – primeiro entrave orográfico às superfícies frontais do outono/inverno.

Deste modo, o concelho ao localizar-se neste enquadramento bioclimático, e comparativamente à média nacional, apresenta mais meses com maior volume de precipitação, mas que devido ao aumento da amplitude dos fenómenos meteorológicos, associados às ondas de calor, conciliado com um processo de aumento da temperatura – verificado nas figuras anteriores –, motiva que o fenómeno da precipitação seja um indicador que ajude a perceber a dinâmica do clima na envolvente ao concelho de Gondomar – consultar figura seguinte.

Figura 66: Evolução da precipitação acumulada na envolvente de Gondomar



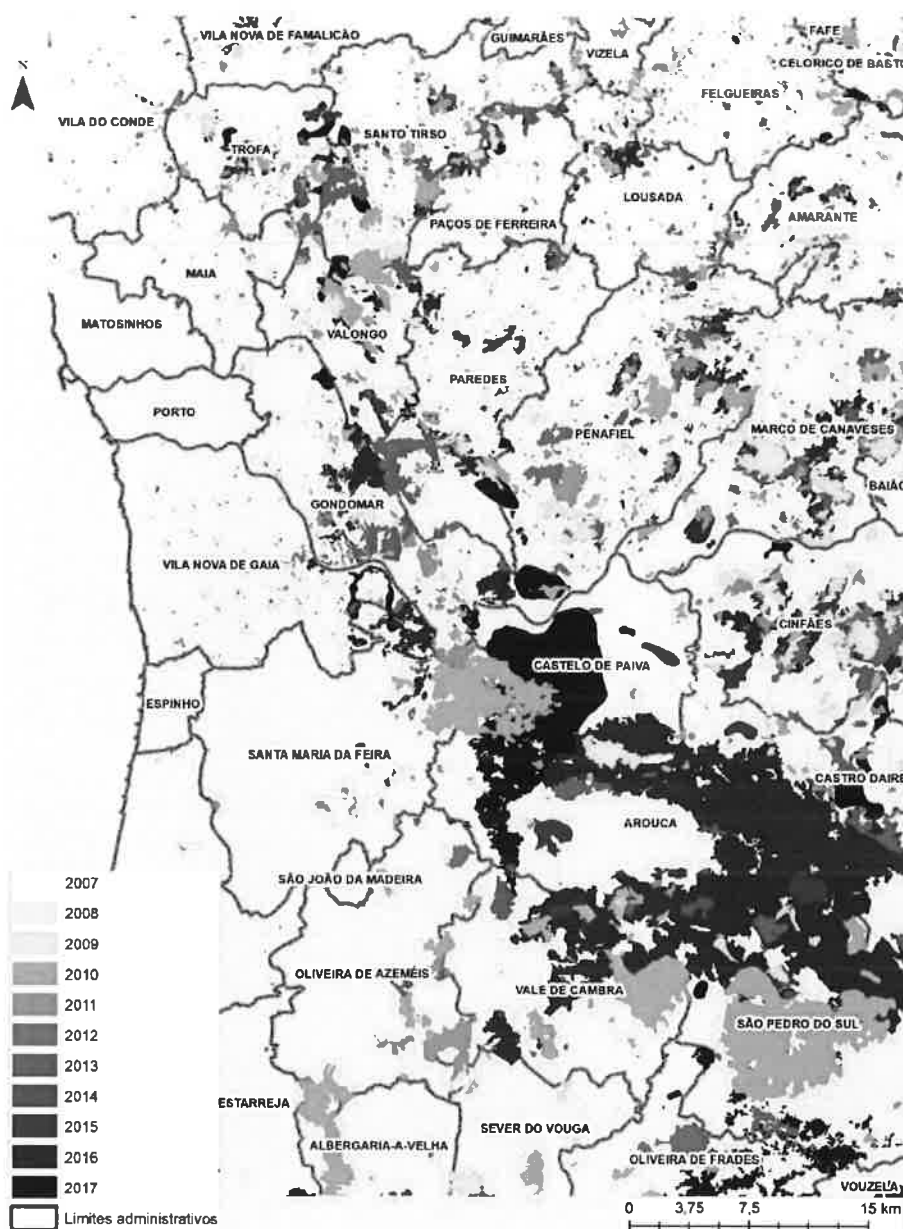
Fonte: IPMA e PC

A diminuição da precipitação acumulada no território envolvente a Gondomar é sinal de alterações climáticas que, a par do aumento da temperatura – e das ondas de calor – este fenómeno inevitavelmente se sente influenciado, através da redução de precipitação.

Tais alterações recentes, aliadas ao facto de existir um número de incêndios com um comportamento instável ao longo dos anos, permite concluir que o município se encontra a par de uma conjuntura nacional e mediterrânica onde no período correspondente à estação seca ou em anos secos, a vegetação se encontra num adiantado processo de dessecação (Lourenço, et al., 2011).

Os indicadores climáticos ao explicarem que existe uma alteração de comportamento e o facto de existir nos territórios envolventes ao concelho com um grau de frequência de incêndios significativa, tem muito a ver com a ocupação do solo, predominantemente – este indicador será abordado no subcapítulo a seguir –, bem como com o ordenamento florestal e os comportamentos da população.

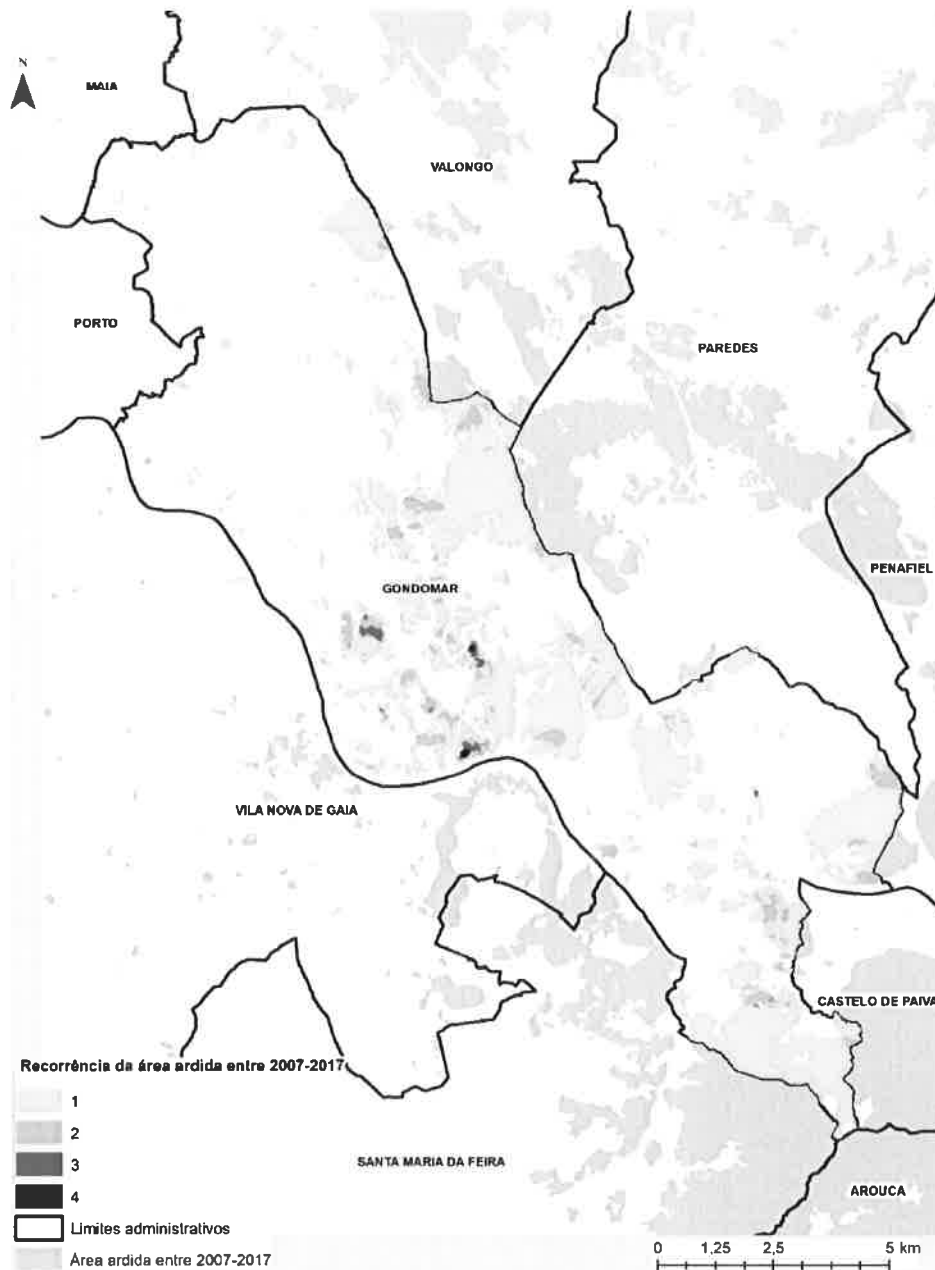
Figura 67: Área ardida entre 2007 e 2017



Fonte: ICNF

A análise da figura evidencia a dimensão do fenómeno nestes territórios, onde se constata que entre 2007 e 2015, 11% da AMP, 21% do Tâmega e Sousa, 18% de Viseu Dão-Lafões e 22% do Ave arderam, contabilizando no total destas sub-regiões uma área ardida de 22% do seu território – com os anos de 2016 e 2017 essa expectativa é de aumento e de forma significativa.

Tal situação preocupa e carece de análise, ao nível do concelho, muito por conta de o mesmo ser um território de cariz urbano e podendo os riscos ser maiores. Contudo, sabe-se de antemão que Gondomar apresenta uma mancha florestal significativa e daí o risco não ser negligenciável.

Figura 68: Recorrência da área ardida entre 2007 e 2017, em Gondomar

Fonte: ICNF

Esse risco no concelho facilmente se percebe com o nível de recorrência da área ardida a atingir 4 vezes, sendo que o mesmo apresenta esse nível em dois locais, designadamente na Foz do Sousa e Gens – perfazendo 4.87 hectares (correspondendo a 0.03% da área ardida). Nos restantes territórios, coincidindo com o sistema montanhoso do concelho, verifica-se um grau de recorrência que na sua generalidade não ultrapassa 1 recorrência, em 24% do território. No total da área ardida que teve recorrência, é possível verificar que 90% ardeu 1 vez, 9% ardeu 2 vezes, 0.7% ardeu 3 vezes e 0.3 ardeu 4 vezes, entre 2007 e 2017.

06.MAR.2019

João
Aurélio

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

Síntese

QUADRO SÍNTESE:

Aspetos Positivos

- Aumento de 63%, entre 2011 e 2017, do número de dias com muito boa qualidade do ar;
- Estabilização do consumo per capita (consumo doméstico), desde 2011;
- Aumento das boas práticas de tratamento de resíduos.

Aspetos Negativos

- Estabilização da despesa gasta em ambiente pelo município, entre 2014 e 2016;
- Alteração dos indicadores meteorológicos, desde a norma climatológica de 1970-2000;
- Aumento das temperaturas e do número de dias com onda de calor;
- Área ardida a aumentar e do risco de perigosidade também.

Solo

O território de Gondomar em termos de análise territorial terá como abordagem a análise da Cartas de Ocupação do Solo de 1995, 2007 e 2015, publicadas pela Direção Geral do Território e da informação por elas disponibilizada. Para tal, será necessário avaliar a forma como têm evoluído os diferentes indicadores, comparando, sempre que possível, com a situação nacional, regional e metropolitana, mas reconhecendo sempre o facto de o município apresentar, tendencialmente, um carácter mais urbano – remete-se para a consulta da figura seguinte com o enquadramento atual da ocupação do território envolvente ao concelho.

Figura 69: AMP segundo a COS de 2015

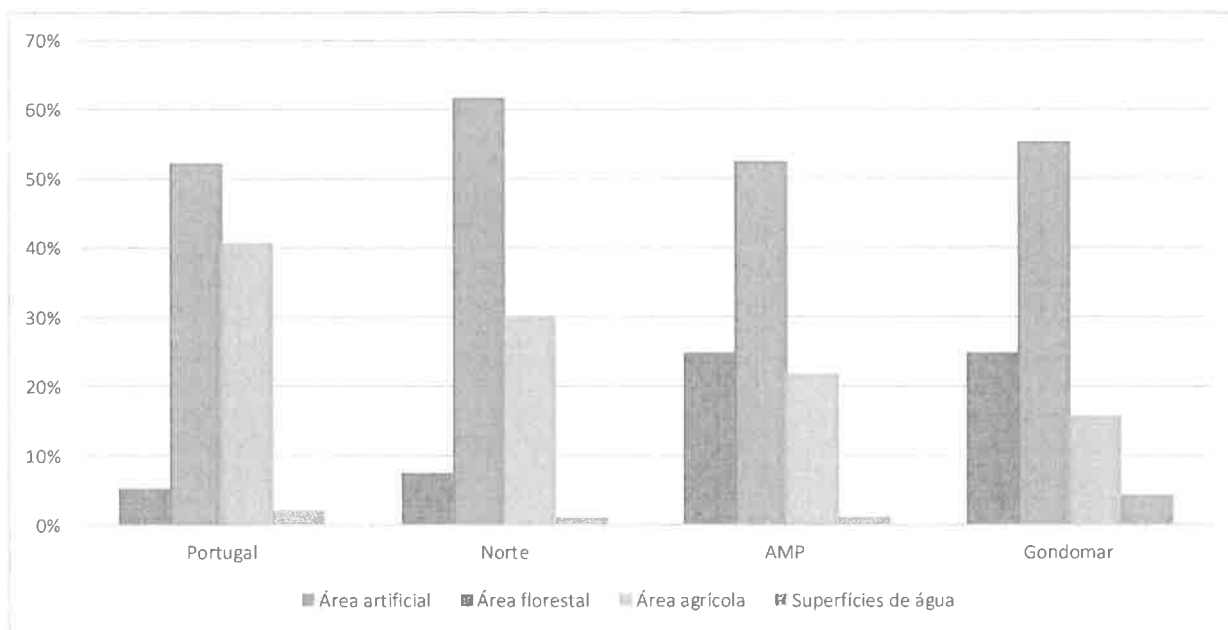


Fonte: COS 2015

A figura supra confirma o facto de existir um território moldado pelo Homem e que apresenta uma tendência de concentração dessa artificialização junto ao concelho do Porto e uma tendência de desconcentração para fora do perímetro desse aglomerado, existindo outros pontos de artificialização dignos de menção, como o Vale do Ave e Cávado e São João da Madeira.

Gondomar encontra-se num contexto de transição, muito por conta da orografia do território, mas também pela valorização de outras atividades, designadamente, as agrícolas, junto aos cursos de água, as florestais, associadas às Serras do Porto – elemento classificado como Rede Natura 2000 – e à água, associado à albufeira de Crestuma-Lever.

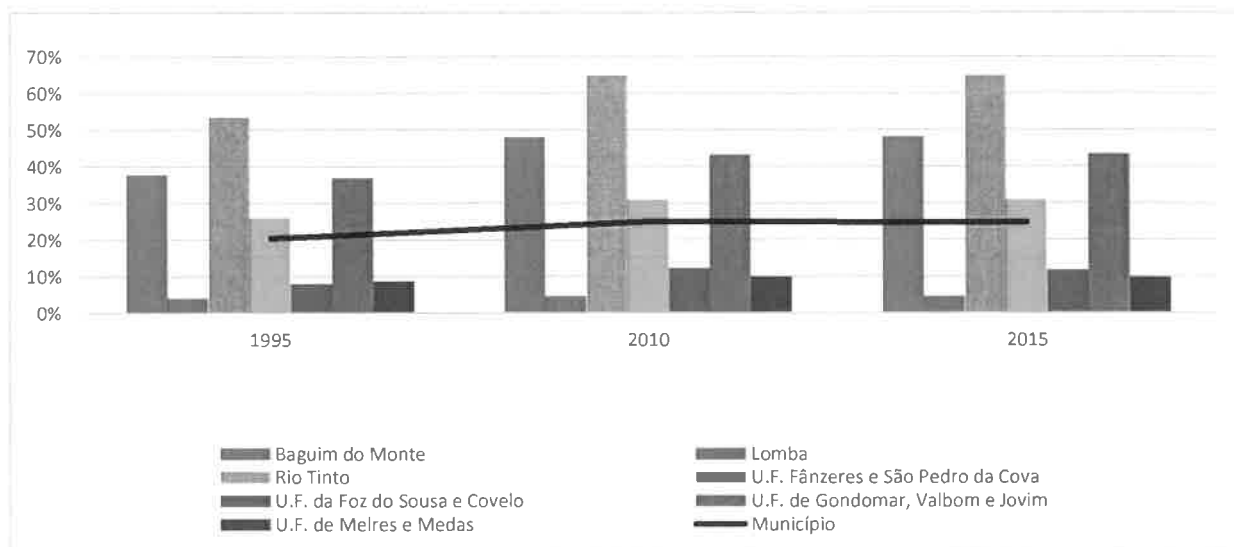
Figura 70: Evolução das grandes classes de solo da COS em 2015



Fonte: COS 2015

Quando comparado com a realidade metropolitana o concelho apresenta uma situação que se encontra enquadrada, em termos relativos, com o grau de artificialização do território (25%). Simultaneamente, apresenta uma área coberta por superfícies florestais com dimensão e superior à realidade metropolitana, em 3%, e um nível de agrícola significativamente inferior à metrópole – não será de descurar o facto de o município apresentar uma orografia e uma área construída com significado que condiciona ao desenvolvimento deste tipo de ocupação do território.

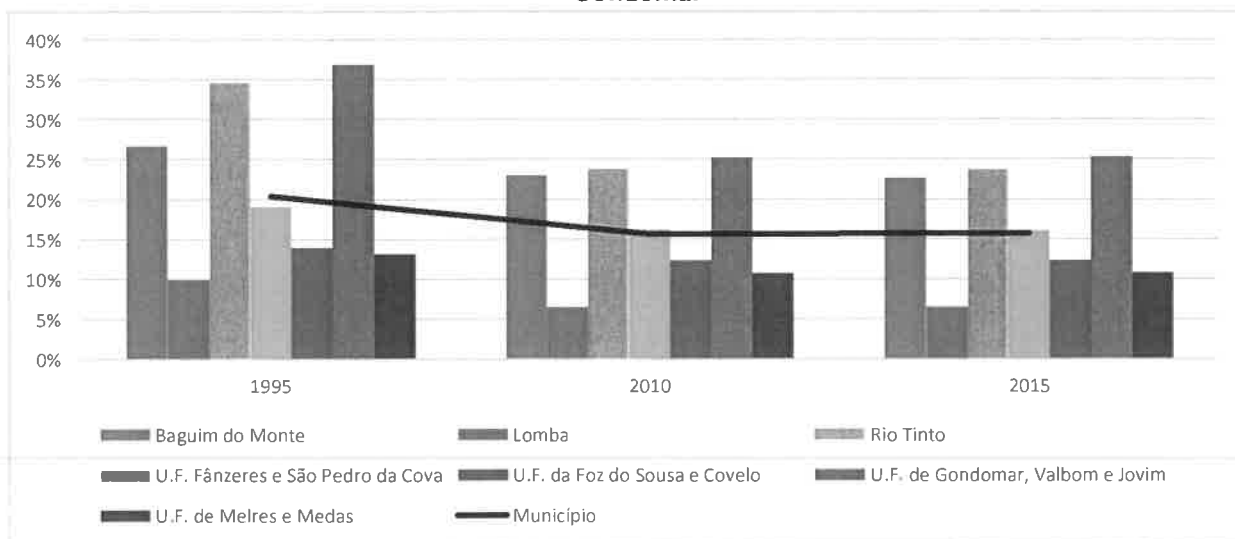
Contudo, importante referir que esta realidade segue uma tendência, desde 1995 e 2010, que preconiza para o concelho, uma evolução positiva do nível de artificialização do território – em 5% –, muito associado ao facto de existir uma evolução francamente positiva das freguesias junto ao concelho do Porto, designadamente: Baguim do Monte (Rio Tinto), Rio Tinto e U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, que tiveram crescimentos de 10%, 11% e 6%, entre 1995 e 2010. Contudo, em todas as freguesias existe estabilização da artificialização, entre 2010 e 2015.

207
Pau**Figura 71: Evolução da artificialização das freguesias do concelho de Gondomar, desde 1995 a 2015**

Fonte: COS 2015

Apesar do crescimento significativo do nível de artificialização nas freguesias urbanas importa referir que, por seu turno, esse crescimento nas freguesias rurais não tem o mesmo significado e, muito por conta do que foi desenvolvido nos subcapítulos anteriores, em que a regressão demográfica motiva a que os outros indicadores não-artificialização aumentem, mesmo com o facto de existir o aumento do número de licenciamentos nas freguesias rurais do concelho – situação que confirma também que esses licenciamentos destinam-se a construções de pequena dimensão, associadas à habitação unifamiliar.

Embora seja essa a realidade de ocupação do território no concelho, em termos urbanos, não será de descurar que noutros indicadores existem apontamentos a considerar, tal como se observa na figura seguinte, com a evolução de 1995, 2010 e 2015 das áreas agrícolas e respetivos valores de variação.

Figura 72: Evolução das áreas agrícolas, desde 1995 a 2015, nas freguesias do concelho de Gondomar

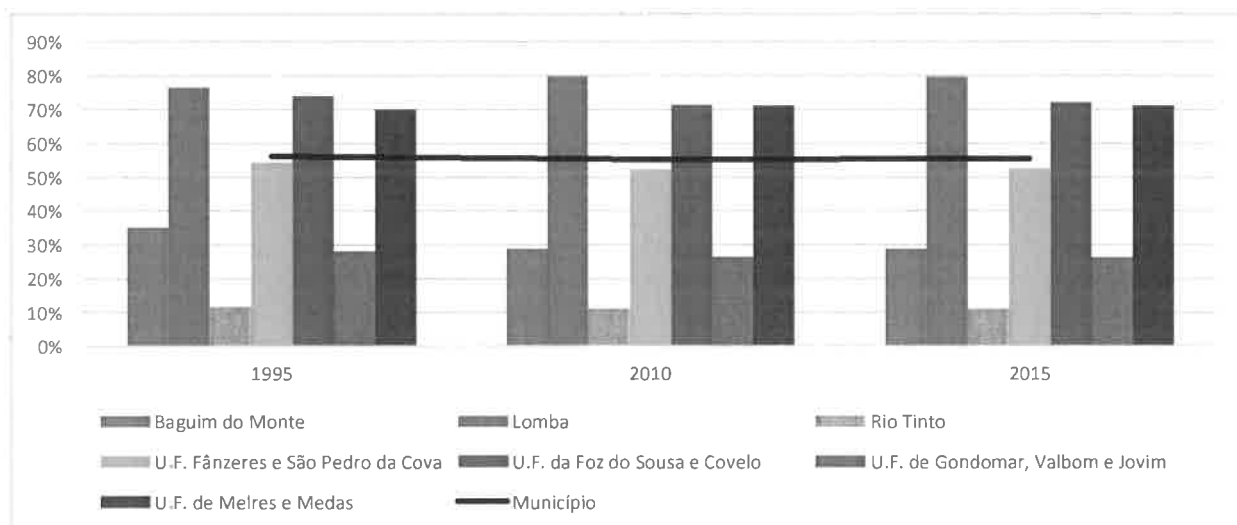
Fonte: COS 2015

108
06/03/19

Ao nível das áreas agrícolas, importa salientar o seguinte:

- A regressão de 5%, entre 1995/2010, da área total do concelho;
- A estabilização, entre 2010/2015, é sinal de que a atividade económica não valorizou e que a dinâmica de ocupação do solo estabilizou – acompanhando, simultaneamente, a estabilização das áreas artificiais;
- As maiores descidas que ocorreram, entre 1995/2010, encontram-se nas freguesias de U.F. de Melres e Medas, com 12%; U.F. de São Pedro da Cova, com 11%; e em Lomba e Rio Tinto, com 4% em ambas;
- No somatório das freguesias rurais e urbanas do concelho as maiores perdas encontram-se nas áreas urbanas, entre 1995 e 2010, com perdas nos valores de 29%. E nas freguesias rurais têm perdas inferiores, com cerca de 8% nesse mesmo período.

Figura 73: Evolução das áreas florestais, desde 1995 a 2015, nas freguesias do concelho de Gondomar



Fonte: COS 2015

Ao nível das áreas florestais, importa salientar o seguinte:

- A regressão de 1%, entre 1995/2010, da área total do concelho;
- A estabilização, entre 2010/2015, é sinal de que a dinâmica de ocupação do solo estabilizou;
- As maiores descidas que ocorreram, entre 1995/2010, encontram-se nas freguesias de Baguim do Monte, com 6%; U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova e U.F. da Foz do Sousa e Covelo, com 2% em ambas; e U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim, com 1%;
- No somatório total das freguesias as maiores perdas registam-se nas áreas urbanas, entre 1995 e 2010, com perdas nos valores de 10%. Nas freguesias rurais os ganhos foram de 2%, durante o mesmo período – sinal da valorização económica da madeira nos últimos anos (remete-se para a consulta do quadro: *Madeira*), bem como do progressivo despovoamento e consequente perda do «trabalho da terra» que permitiu a expansão da mancha florestal durante esse período.

J

Madeira

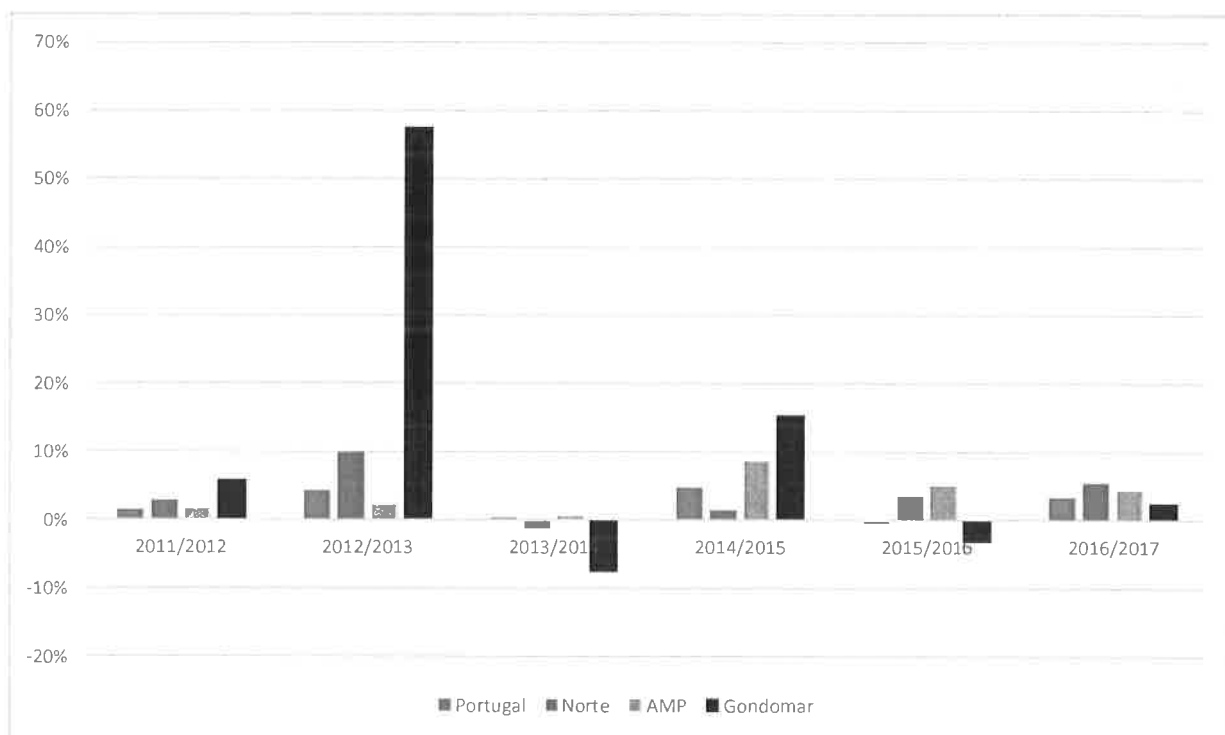
Setor económico que atendendo à dimensão do recurso natural florestal existente em Portugal ser de grande dimensão – 52% do território português, segundo a COS de 2015 – demonstra o peso que o mesmo tem no território.

Ao nível da sua exploração, importa salientar que, tem existido um crescimento francamente positivo do setor (em média de 2%/ano, entre 2011 e 2017), segundo o INE.

Agregando os indicadores do volume de exportação da *Madeira*, *carvão vegetal e obras de madeira*; *cortiça e suas obras*; *obras de espartaria ou de cestaria* e da *Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas*; *papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas)*; *papel e suas obras* (remete-se para a consulta da figura ao lado) existe uma evolução positiva.

Gondomar cresce 70%, embora o peso económico na balança comercial do município regredisse dos 6%, em 2011, para os 4% em 2017.

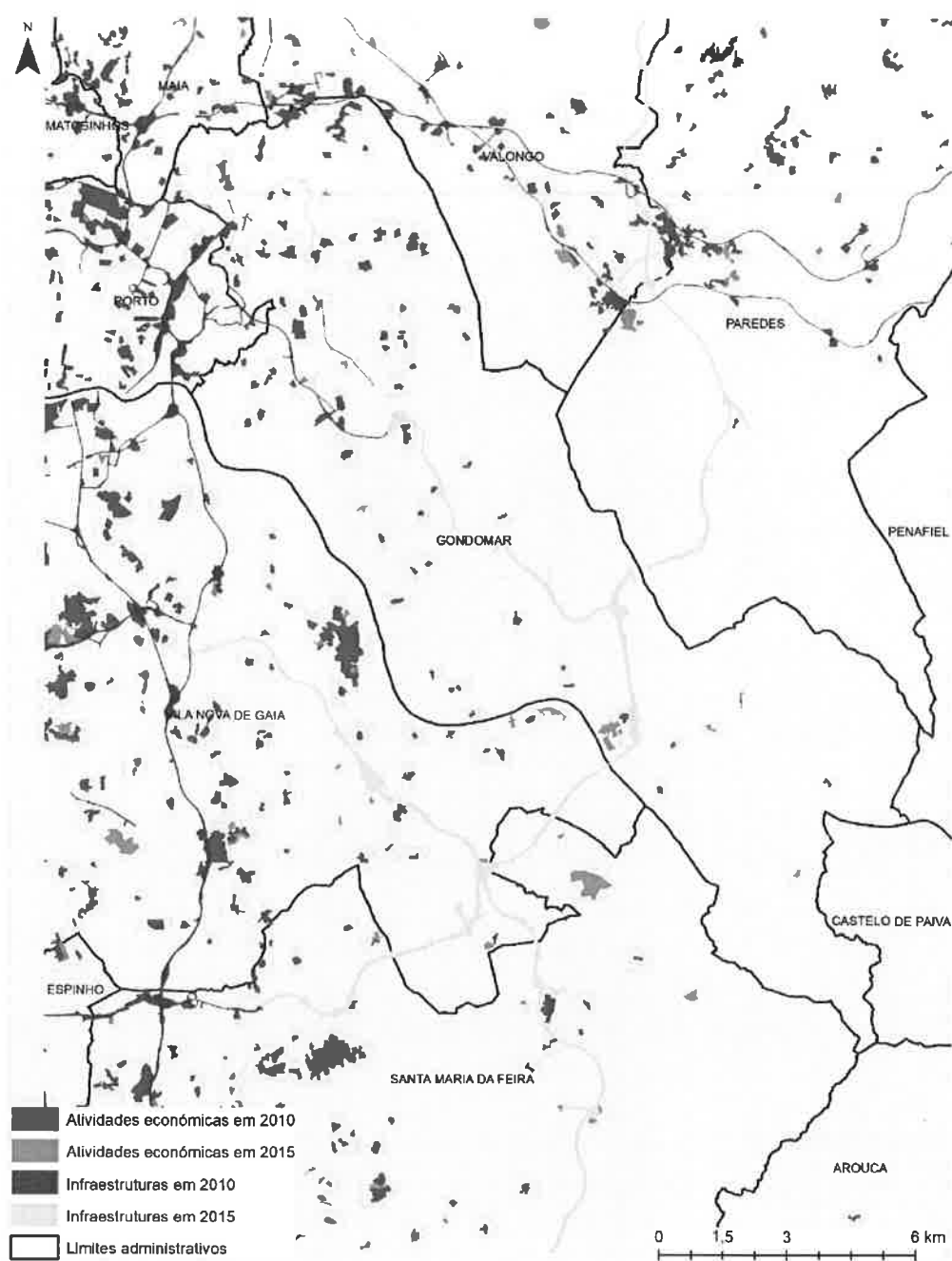
Figura 74: Evolução do volume de exportações do setor da floresta



Fonte: INE

Face a este enquadramento evolutivo da ocupação do solo no concelho, importa segmentar a análise destas cartas de ocupação do solo em tipologias de ocupação, designadamente aquelas que têm maior ocupação em termos de construção de área, bem como as que permitem ser «alavancas» para o desenvolvimento do território, como é o caso das áreas de atividades económicas e das infraestruturas – consultar da figura seguinte¹⁵.

¹⁵ A ausência de informação na COS de 1995 referente às atividades económicas infere com que a análise seja efetuada para os anos de 2010 e 2015.

Figura 75: Evolução das áreas de atividades económicas e infraestruturas entre 2010 e 2015

Fonte: COS 2015

Tal situação, de 2010 até 2015 coincide com a fase de crise económica e, por sua vez, suscetível de regressão do investimento privado e público, durante esse período. Contudo, pela figura supra é possível verificar que para o município – como para a envolvente – existe um progressivo aumento que, inclusive, em Gondomar cresce de forma superior à metrópole, designadamente em termos de infraestruturas.

Tabela 25: Dimensão e evolução da área de atividades económicas e equipamentos no município e na AMP

	Atividade económica		Variação das atividades económicas	Infraestruturas		Variação das infraestruturas
	2010	2015		2010	2015	
AMP	6629,68	7616,45	15%	2498,04	3196,65	28%
Gondomar	238,26	272,02	14%	66,5	202,97	205%
Peso na AMP	3%	4%				
Peso em Gondomar	2%	2%				

Fonte: COS 2015

O crescimento de infraestruturas de 205% em Gondomar – francamente superior aos 28% da AMP – coincide com a execução durante deste período de importantes obras, sendo de destacar a expansão da linha de metro e o prolongamento da A43 em direção à – também nova – A41 (Circular Regional Externa do Porto).

Além do mais, importa salientar que o concelho apresenta crescimento das áreas de atividade económica de 2%, valor esse que simboliza a conversão de usos de ocupação do solo, mediante as necessidades económicas que, entretanto emergiram – visto que existe estabilização da área artificial. Todavia, esse valor apresenta uma diferença de 1%, perante a AMP, e esse crescimento não permite aumentar o peso de Gondomar na metrópole, em termos de atividades económicas. Pois, o mesmo – apesar de crescer – regrediu para os 2% da área ocupada pelas atividades económicas que se localizam na metrópole, em 2015. Tal sintoma é também concordante com a diminuição do peso das empresas localizadas na AMP, com sede em Gondomar, durante 2011 e 2017 – facto verificado no capítulo da Economia.

Síntese

QUADRO SÍNTESE:

Aspetos Positivos

- O concelho apresenta um carácter marcadamente urbano, apresentando uma taxa de artificialização de 25%, sendo superior ao peso nacional e regional, em 5% e 7%, em 2015;
- O concelho encontra-se enquadrado com a realidade metropolitana, em termos de grandes classes de ocupação do solo;
- Evolução de 5%, entre 1995/2010, da área artificial, no concelho;
- Aumento da infraestruturização do concelho em 205%, entre 2010 e 2015;
- Aumento das áreas de atividades económicas em 2%, entre 2010/2015, apesar da estabilização da área artificial.

Aspetos Negativos

- Regressão das áreas agrícolas, entre 1995/2010, de 4%;
- Diminuição do peso das áreas de atividades económicas do município na AMP, em 1%, entre 2010 e 2015.

Património

O património de Gondomar segmenta-se em três tipos, o património arquitetónico, arqueológico e o natural/paisagístico, de acordo com a Lei n.º 107/2001, de 6 de setembro. A preservação e promoção do património é essencial na valorização da imagem e da identidade, salvaguardando e aproveitando «o interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.»

Gondomar, segundo as Fichas de Património constantes no PDM, têm identificados 70 valores patrimoniais arquitetónicos e 10 arqueológicos (remete-se para a consulta da tabela seguinte para observar o contexto atual do estado do património).

Tabela 26: Património existente no concelho e o seu atual estado de conservação, por tipologia

Freguesia	DESIGNAÇÃO	Estado de Conservação		
		Intervencionado	A necessitar de Intervenção	Destruido
Rio Tinto	1.1 Conjunto Arquitetónico constituído pela construção principal, capela e terrenos anexos do imóvel			
	1.2 Capela de Nossa Senhora da Lapa	X		
	1.3 Quinta da Campaínha e capela	X		
	1.4 Lavadouro público		X	
	1.5 Obra ABC/ Capela de S. Joaquim	X		
	1.6 Igreja paroquial de Rio Tinto/ Igreja de São Cristóvão	X		
	1.7 Estação dos caminhos-de-ferro de Rio Tinto	X		
	1.8 Quinta da Boavista	X		
	1.9 Capela de Nossa Senhora da Ponte	X		
	1.10 Capela de São Sebastião	X		
	1.11 Capela da Triana/ Igreja do Senhor dos Aflitos	X		
	1.12 Capela do Senhor do Calvário	X		
	1.13 Capela do Senhor dos Aflitos		X	
	1.14 Escola Primária de Rio Tinto 1	X		
	1.15 Escola Primária de Rio Tinto 2	X		
	1.16 Fábrica Têxtil em Rio Tinto	X		
	1.17 Fundição de sinos de Rio Tinto		X	
	1.18 Igreja Paroquial de Corim/Igreja de Santo António	X		
	1.19 Núcleo Rural de Quintão	X		
	PA – Penouços			
Baguim do Monte	2.1 Capela do séc. XVIII (Santo Inácio)	X		
	2.2 Igreja de Baguim do Monte	X		
	2.3 Quinta do Paço	X		
	PA – Paço			
U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim	A2 IIP - Quinta de Montezelo, incluindo dois blocos de habitação, Capela N. Sr.ª da Conceição e Magnólia (Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30-11-1993)	X		
	A4 MIP – Caveleiro de S. Vicente e Instalações do Couto Mineiro de S. Pedro da Cova (Portaria n.º 221/2010, DR. 2.ª Série, n.º 55, de 19-03-2010)	X		
	3.1 Igreja Paroquial de Fânzeres	X		
	3.2 Casa dos Jorges	X		
	3.3 Quinta com ponte		X	
	3.4 Casa da Alvarinha	X		
	3.5 Quinta da Igreja	X		
	3.6 Escola primária de Santa Eulália	X		
	3.7 Núcleo Antigo em Tardinhade		X	
	5.1 Igreja matriz de São Pedro da Cova	X		
	5.2 Escola primária de Tardariz	X		

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

Freguesia	DESIGNAÇÃO	Estado de Conservação		
		Intervencionado	A necessitar de intervenção	Destruido
	5.3 Núcleo rural em Passal	X		
	5.4 Núcleo rural em Outeiro	X		
	5.5 Núcleo rural em Carvalhal de Além	X		
	A1 IIP - Casa Branca (Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B, n.º 42, de 19-02-2002)	X		
	A3 IIP - Casa e Quinta de Vilar D'Allen (Portaria n.º 64/2010, DR, de 19-01-2010)	X		
	A5 MIP - Casa Júlio Resende (Portaria n.º 584/2011, DR, 2.ª série, n.º 115, de 16-06-2011)	X		
	A7 MIP - Conjunto Formado pela Casa, Capela, Jardins e Portais da Quinta da Bouça Cova ou dos Capuchinhos	X		
	4.1 Convento das irmãs Franciscanas de Calais	X		
	4.2 Igreja matriz de S. Cosme e S. Damião	X		
	4.3 Escola Primária	X		
	4.4 Quinta da Igreja	X		
	4.5 Edifício e igreja do Monte Castro	X		
	4.6 Villa Isabel		X	
	4.7 Edifício urbano	X		
	4.8 Edifício oitocentista/ Villa Leopoldina	X		
	4.9 Edifício da Câmara Municipal	X		
	4.10 Edifício/Casal de Santo António	X		
	4.11 Casa em S. André	X		
	4.12 Dispensário da Assistência Nacional aos Tuberculosos de Gondomar	X		
	4.13 Sede da Ala Nuno Álvares de Gondomar	X		
	4.14 Núcleo rural em S. Cosme	X		
	6.1 Edifício oitocentista			
	6.2 Edifício oitocentista		X	
	6.3 Igreja de Valbom	X		
	6.4 Capela e cruzeiro da Quinta da Nossa Senhora do Rosário		X	
	6.5 Edifício da Escola Dramática	X		
	6.6 Edifício urbano no Lugar da Lagoa	X		
	6.7 Quinta de Marentães	X		
	6.8 Cruzeiro da Independência	X		
	6.9 Núcleo rural na rua da Aboinha		X	
	6.10 Núcleo no lugar de S. Gemil	X		
	6.11 Núcleo no lugar de S. Miguel	X		
	7.1 Casa da Quinta de Atães/Casa da Quinta da Palmeira	X		
	PA - Monte Crasto			
	PA - Aguiar			
U.F. da Foz do Sousa e Covelo	A6 MIP - Antiga Central de Captação de Água da Foz do Sousa (Portaria n.º 268/2010, DR, 2.ª Série, n.º 75, de 19-04-2010)		X	
	8.1 Ponte da Foz do Sousa	X		
	8.2 Igreja paroquial de Foz do Sousa/ Igreja de São João Batista	X		
U.F. de Melres e Medas	9.1 Casa de Melres/ Quinta da Bandeirinha	X		
	9.2 Casa Grande de Melres	X		
	10.1 Tapada do Outeiro	X		
	PA - Crasto de Broalhos			
	PA - Mamoa dos Crastos			
	PA - Mamoa dos Valinhos			
	PA - Alto do Castelo			
	PA - Crastos			
Lomba	11.1 Solar da Quinta da Lomba	X		
	11.2 Capela de Nossa Senhora do Ó	X		
	11.3 Escola primária de Lomba	X		
	11.4 Igreja paroquial da Lomba/Igreja de Santo António	X		
	PA - Candieira			

A - Valor patrimonial classificado

IIP - Imóvel de Interesse Público

MIP - Monumento de Interesse Público

1.1 - Código de referência do valor patrimonial no PDM

PA - Património Arqueológico

Fonte: CMG

Atendendo às informações recolhidas, importa referir que a grande maioria dos elementos patrimoniais encontram-se salvaguardados, à exceção de 10 elementos que se encontram por intervir, localizando-se nas freguesias de Rio Tinto: 3, U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim: 4, U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova: 2, e, por fim, U.F. da Foz do Sousa e Covelo: 1.

Figura 76: Casa Branca (U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim)



Os mesmos são símbolos identitários de Gondomar na sua dimensão histórica e urbana do território. Isto é, estes elementos refletem, predominantemente, a essência rural que o município teve, até aos últimos anos da década de 1970, em que processo de urbanização e o aumento populacional tiveram consequências, não só no património, mas também na forma como este é usado.

Nos 10 elementos identificados como a necessitar de intervenção distingue-se três contextos:

- A rural:

Associado ao crescente processo de urbanização do território e consequente perda da dinâmica agrícola, que motivou a existência de elementos/conjuntos patrimoniais debilitados, face à ausência de manutenção ou de abandono da função que outrora desempenhava.

Aqui, podem-se localizar os seguintes elementos patrimoniais: o Lavadouro público (Rio Tinto), a Quinta com ponte (U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova) e o Núcleo Rural na rua da Aboinha (U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim).

Figura 77: Valores patrimoniais com necessidade de intervenção, associados às dinâmicas rurais (lavadouro público – esquerda e núcleo rural – direita)

- A urbana:

Associado ao processo de infraestruturização e de construção após 1970, que fez emancipar a existência de elementos/conjuntos patrimoniais com necessidade de recuperação, face ao abandono, associado às dinâmicas imobiliárias expansionistas e de maior valorização da construção nova que ocorreram, de forma mais evidente, no período após 1990, mas também pela função que o mesmo tinha.

Aqui podem-se localizar os seguintes elementos patrimoniais: a Villa Isabel e o Edifício Oitocentista (ambos em U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim) e, ainda, a Antiga Central de Captação de Água da Foz do Sousa (U.F. de Foz do Sousa e Covelo).

Figura 78: Valores patrimoniais com necessidade de intervenção, associados às dinâmicas urbanas (Villa Isabel – esquerda e Antiga Central – direita)

- E a religiosa:

Associado ao processo de transição social em que a religião perde peso no *modus vivendi* da população, provocou com que o sentimento de descrença e do ateísmo emancipasse, bem como a ida ao culto deixasse de ser um hábito cultural. Contudo, também é importante referir que, atendendo ao contexto de mais-valia que os valores religiosos têm, não só para a identidade cultural, mas também patrimonial, importa

06. MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

26
P. Ceu

referir que são também elementos que, geralmente, necessitam de maiores cuidados, em termos de manutenção.

Aqui podem-se localizar os seguintes elementos patrimoniais: a Fundição de sinos de Rio Tinto, a Capela de Senhor dos Aflitos (ambos em Rio Tinto) e a Capela e Cruzeiro da Quinta da Nossa Senhora do Rosário (U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim).

Figura 79: Valores patrimoniais com necessidade de intervenção, associados às dinâmicas religiosas (Fundição – esquerda e capela do Rosário – direita)



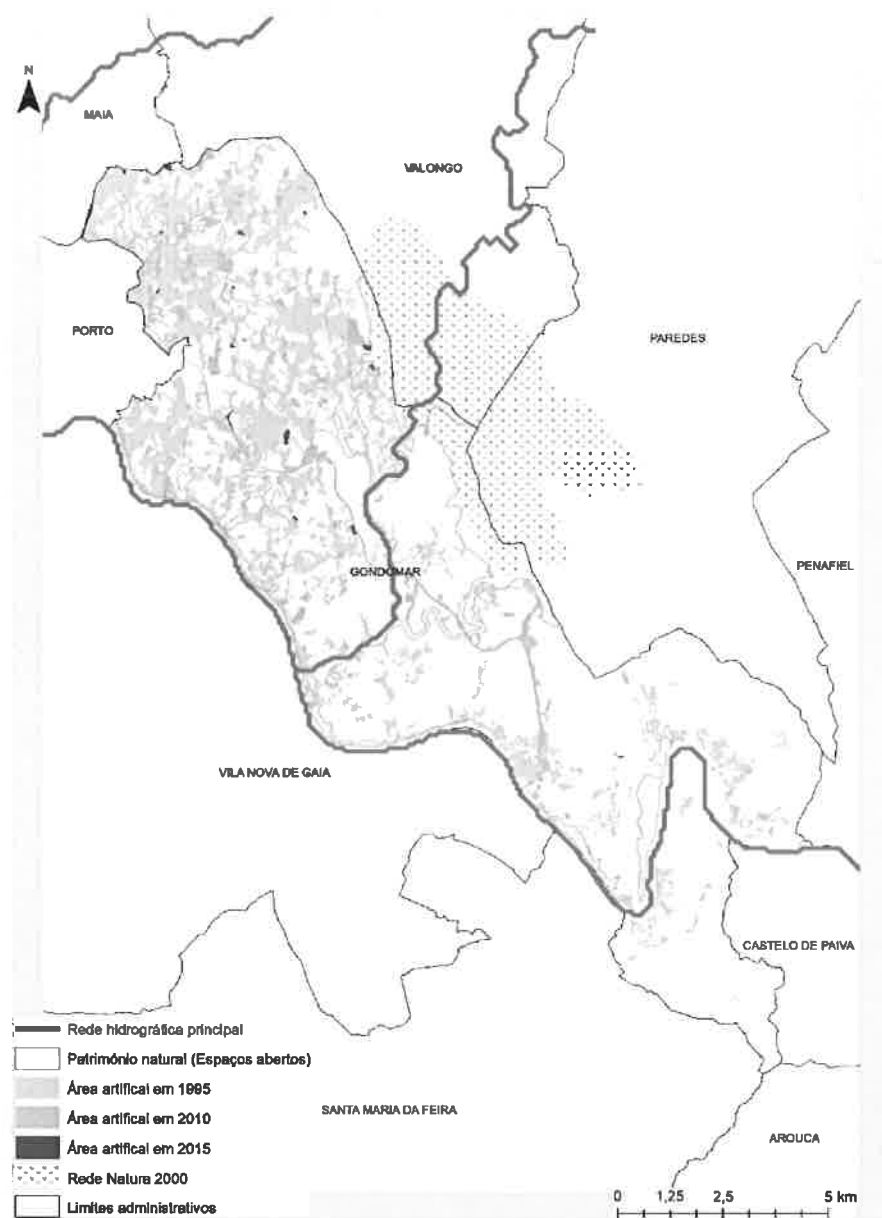
Por último uma referência ao património natural. Sendo assim, atendendo à classificação do PDM, identificam-se os elementos constantes na tabela seguinte.

Tabela 27: Património natural (espaços abertos) existentes no município

EA – Monte de Santa Justa
EA – Margens dos rios Sousa e Ferreira
EA – Vale do Rio Tinto junto aos lugares de Rebordões e Quintão
EA – Vale agrícola em Medancelhe
EA – Area agrícola junto ao lugar do Paço Donas
EA – Vale do Rio Tinto, a sul de Soutelo
EA – Mancha arbórea e jardins do Monte Crasto
EA – Vale Gramido
EA – Faixa Ribeirinha do Douro limitada pela EN 108
EA – Vale da Ribeira de S. Gemil

Fonte: CMG

Tais elementos quando analisados com a COS de 1995, 2010 e 2015 sofreram alterações, isto, associado a um período com um horizonte temporal de 20 anos e também por ser um período de crescimento do processo de expansão urbana. Contudo, tal como se observa na figura seguinte essas alterações não foram significativas e, na atualidade, também não o são.


Figura 80: Espaços Abertos e artificialização do território em Gondomar

Fonte: COS 2015

Tal situação permite concluir que existe uma certa preservação destes espaços que, inclusive, integram a estrutura ecológica do município, mas também a regional – associada às Serras do Porto –, muito por conta do processo de estabilização da evolução da artificialização do território, da estabilização demográfica e do período de crise económica que inibiu certos investimentos nos mais diversos setores de atividade económica, particularmente, o setor imobiliário.

Tabela 28: Evolução da área artificial nos espaços abertos

Área artificial nos espaços abertos (ha)		% de área artificial nos espaços abertos
COS 1995	45,95	4%
COS 2010	55,68	5%
COS 2015	55,68	5%
Total dos espaços abertos		1234,25

Fonte: COS 2015

A evolução verificada se analisada em detalhe, ocorrera em quatro espaços abertos classificados, mas, devido aos fatores que recorrentemente têm sido explicados neste capítulo, como é o caso do prolongamento da A41 e A43, da expansão do Metro do Porto e do comportamento da dinâmica imobiliária.

E tal situação ocorrera na/o:

- Área agrícola junto ao lugar do Paço Donas: face à expansão da linha F do Metro do Porto;
- Faixa Ribeirinha do Douro limitada pela EN 108: face ao valor imobiliário das frentes ribeirinhas, em particular, no caso do rio Douro;
- Vale Gramido: face ao valor imobiliário das frentes ribeirinhas, em particular, no caso do rio Douro;
- Vale do Rio Tinto, a sul de Soutelo: face ao prolongamento da A43.

No que se refere ao património paisagístico, grande parte dele já consta no património arquitetónico e arqueológico desenvolvido na tabela 24, contudo, existem referências patrimoniais, neste domínio, que importa salientar, designadamente a Quinta das Freiras (Rio Tinto) – utilizada como equipamento municipal –, a Quinta da Belavista e a Quinta da Cavada – utilizada como viveiro.

Síntese

QUADRO SÍNTESE:

Aspetos Positivos

- Existência de um património diversificado e disperso por todo o concelho;
- Bom estado de conservação dos elementos patrimoniais identificados;
- Expetativa criada em torno do Serras do Porto e a futura publicação do Plano de Gestão para este território (facto não perceptível no presente capítulo mas que, atendendo ao mesmo se incluir nele, importa referi-lo, pois existirão medidas, no âmbito do património que influenciarão este indicador);
- Reduzida artificialização dos espaços abertos (património natural) - 5%, em 2015.

Aspetos Negativos

- 9 dos 10 dos elementos identificados «com necessidade de intervenção» são em freguesias urbanas;
- Intensa artificialização do território que poderá colocar em risco a salvaguarda dos espaços abertos classificados como património natural e paisagístico.

06.MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

209
JCL

Planeamento

Esta secção do relatório debruça-se sob o desenvolvimento e execução das estratégias propostas pelos diferentes planos/programas/políticas com incidência no concelho. Esta avaliação – programática e financeira (quando possível) – passa por identificar o que foi concretizado até ao momento, apontando, quando possível, as causas para a sua não concretização, as quais poderão ter origem interna ou externa.

Por outro lado, interessa articular as diferentes estratégias setoriais, numa lógica de coordenação que permita a criação de padrões sustentáveis de desenvolvimento, através de plataformas de governança de geometria variável, apostando na diversificação de agentes e de estruturas administrativas e numa coordenação assente em princípios de flexibilidade na forma de gerir e intervencionar o território.

Os IGT em vigor no concelho de Gondomar e que serão objeto de avaliação neste relatório são os seguintes:

- Plano Rodoviário Nacional 2000;
- Plano de Gestão da Rede Hidrográfica do Douro;
- Programa Regional de Ordenamento Florestal do Entre Douro-Minho;
- Plano de Gestão das Serras do Porto;
- Programa Intermunicipal de Valorização do Douro;
- Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever;
- PDM de Gondomar;
- Carta Educativa;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano;
- Áreas de Reabilitação Urbana.

Nota: Não existem informações em alguns planos/programas territoriais e, portanto, os mesmos não constam neste processo de monitorização, como o Programa Nacional para as Alterações Climáticas, Plano Setorial da Rede Natura 2000 e Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.

120
P. C. C.

- Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000)

O PRN2000 foi aprovado pelo DL n.º 222/98, de 17 de julho, retificado através da Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo DL n.º 182/2003, de 16 de agosto e «constitui o instrumento regulador de infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactos ambientais, o interesse público e o das populações em particular» (IP, 2017).

O PRN 2000 identifica 8 eixos viários que cruzam o município, a A4/IP4, a A41/IC24, a A43/IC29, a EN 15, a EN 108, a EN 222, a ER 108 e a, ER 209, sendo que a EN 12 foi desclassificada.

Importa salientar que **não está programada para o concelho a execução de qualquer estrada enquadrada no PRN2000.**

CONTRIBUTOS QUE O PLANO/PROGRAMA/POLÍTICA DEU AO MUNICÍPIO:

Aspetos Positivos
• Posição estratégica para o conjunto metropolitano; • A rede viária encontra-se consolidada e integrada, não só na rede nacional, mas também nos principais corredores de transportes do país, designadamente o Corredor da Faixa Atlântica e no Corredor Ibérico Norte.
Aspetos Negativos
• A desclassificação da EN12 e o fato de não estar na sua totalidade na gestão do município cria dificuldades de gestão e manutenção da mesma, sendo urgente a sua requalificação pela importância que tem para os territórios em que se insere.

- Plano de Gestão da Rede Hidrográfica do Douro (PGRH Douro)

No âmbito do Quadro de Governança definido pelo PGRH Douro do ano de 2016, estão estabelecidas para os municípios uma série de recomendações que estes devem acautelar e promover na gestão do seu território. Essas recomendações são elencadas na tabela seguinte.

Tabela 29: Ações do PGRH do Douro

Quadro de Governança para a Ação no âmbito do PGRH do Douro, por recomendação.		
Recomendações	Entidade envolvida	Medidas Implementadas
Apesar do PGRH remeter as intervenções nos sistemas de tratamento de águas residuais para os planos de investimento das entidades gestoras e fundos comunitários, deve acompanhar-se a evolução destes planos, no sentido de se verificar de que forma é que estas intervenções contribuirão para o bom estado das massas de água e para a saúde e bem-estar da população da RH1.	APA; Entidade Reguladora de Águas e Resíduos; Empresas Municipais e Concessionárias dos Sistemas Municipais	Fecho do Sistema de Águas Residuais do Rio Ferreira - Subsistema da Encosta da Belavista e Fecho do Sistema de Águas Residuais Gramido - Subsistema de Esposade e Sousa, bem como Construção do Intercetor do Rio Tinto.
As áreas sujeitas a condicionamentos de uso do solo devem ser devidamente definidas e, enquadradas nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente no planeamento municipal e nos planos de ordenamento das albufeiras. Deve-se proceder à articulação das medidas propostas com os instrumentos de gestão territorial: - Para que os condicionamentos de zonas de proteção sejam eficazes deverão estabelecer-se orientações de transposição/integração das referidas condicionantes, nomeadamente em termos de responsabilidade de execução; disponibilização de informação; disposições gerais e específicas regulamentares a aplicar; tempos de transposição, entre outras; - Para assegurar a eficácia das medidas propostas deverá assegurar-se a uniformização dos processos de compatibilização entre instrumentos de planeamento.	APA; CCDR-N; ICNF; CM; Outras entidades públicas responsáveis por instrumentos de planeamento	Integração do POA Crestuma-Lever, bem como na reestruturação da estrutura ecológica no PDM, a partir da alteração efetuada em 2018.

06.MAR.2019

Jg)
JGJosé António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

Quadro de Governança para a Ação no âmbito do PGRH do Douro, por recomendação.		
Recomendações	Entidade envolvida	Medidas Implementadas
Articulação das medidas previstas no âmbito da minimização de riscos com os sistemas regionais e municipais em vigor (nomeadamente os planos de emergência de cada um dos municípios).	Autoridade Nacional de Proteção Civil; CM	Sem Informações
Na conceção/elaboração dos projetos de parques (urbanos/naturais e ecológicos) e de requalificação de margens de rios deve ser tida em consideração a utilização de espécies autóctones e adaptadas às situações em causa.	APA; CCDR-N; ICNF; CM	Requalificação das margens do rio Tinto no âmbito da Construção do Intercetor do Rio Tinto
Os projetos de desassoreamento e desobstrução de linhas de água e de desassoreamento albufeiras deverão ser precedidos de estudos ambientais e definição de medidas de minimização adequadas.	APA; CM	Sem Informações
O estudo a elaborar visando definir uma estratégia nacional para a realização de desassoreamentos deverá incluir o estudo dos potenciais efeitos sobre as espécies e habitats e a definição de medidas de minimização e/ou monitorização, a serem respeitadas nos projetos.	APA; CCDR-N; ICNF; CM	Sem Informações
A instalação de parques urbanos/ecológicos/naturais em zonas na dependência de linhas de água sujeitas a cheias deve ser devidamente articulada com o ordenamento municipal, por forma a ter em consideração as condicionantes que eventualmente existam nessas zonas definidas a nível do PDM.	APA; CCDR- N; CM	Parque Urbano de Fânzeres/ S. Cosme e o Parque Urbano de Rio Tinto
O estabelecimento de zonas de ocupação condicionada, como a proposta de criação de Zonas Adjacentes deverá ser um processo participado, envolvendo os agentes locais de forma a promover a boa aceitação das medidas junto da população afetada.	APA; CCDR-N; ICNF; CM; Órgãos de Proteção Civil; Associação Nacional de Municípios Portugueses	Sem Informações
O ordenamento municipal deve ter em consideração a delimitação das Zonas Adjacentes.		
Deverão ser produzidas orientações nacionais (ou regionais) para o procedimento de uniformização dos critérios e metodologias para compatibilização da cartografia da delimitação de zonas ameaçadas por cheias no âmbito do regime da REN e a cartografia produzida no âmbito da implementação da Diretiva Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações.		
Deverá ser assegurada uma maior articulação do PGRI com os IGT.		

Fonte: CMG

No concelho, a temática da água, como se viu no subcapítulo do **Equipamentos**, a situação pode considerar-se positiva – tendo taxas de abastecimento e de tratamento de águas francamente elevadas face à conjuntura metropolitana, regional e nacional.

Contudo, apresenta um grau de preservação do recurso água aquém do que ocorre a essas escalas, pois, como a análise da qualidade das massas de água com bom estado/potencial ecológico, o estado de conservação é fraco.

Tabela 30: Qualidade das águas no PGRH Douro que atravessam o concelho de Gondomar

Rios	Elementos biológicos	Elementos poluentes específicos	Elementos físicos-químicos gerais	Elementos hidromorfológicos	Estado ecológico	Estado químico	Estado final
Ferreira	Razoável	Bom ou Superior	Excelente e Bom	Bom	Razoável	Bom	Razoável
Tinto	Mau	Inferior a Bom	Excelente e Bom	Bom	Mau	Insuficiente	Mau
Sousa	Medíocre	Inferior a Bom	Excelente e Bom	Bom	Medíocre	Bom	Medíocre
Torto	Razoável	Inferior a Bom	Excelente e Bom	Bom	Razoável	Bom	Razoável
Douro	Bom	Bom ou Superior	Não determinado	Bom	Bom	Não determinado	Bom

Fonte: PGRH do Douro

Atendendo às missivas desenvolvidas pelo PGRH Douro estão em execução iniciativas que ajudam/rão a promover uma melhor qualidade do recurso água e paisagem. Depois de 2016 foram realizadas ações que melhoraram o serviço de consumo de água, com o fecho dos sistema de águas residuais do Rio Ferreira - Subsistema da Encosta da Belavista e o Gramido - Subsistema de Esposade e Sousa, que melhoram/rão a qualidade de água de cursos fluviais que, segundo o PGRH Douro, apresentam

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

Handwritten signature and initials

estados de conservação diferentes, mas com conjuntura negativas, em que o rio Ferreira apresenta uma massa de água razoável e o rio Sousa uma massa de água medíocre.

Além do mais é importante referir que a construção do intercetor do Rio Tinto permitirá **a qualificação ambiental e urbana do território**, valorizando as margens ribeirinhas e desviando efluentes nocivos a um rio classificado também em mau estado de conservação pelo PGRH Douro.

Verificou-se ainda durante este período, **a introdução das condicionantes nos diversos instrumentos de planeamento**, tal como ocorrera na alteração do PDM de Gondomar de 2017, em que a Secção I: Estrutura Ecológica Municipal sofreu alterações, reduzindo a capacidade construtiva nessas áreas, suprimindo neste caso a alínea c) do art. 70.º, onde constava a *admissão neste uso da ampliação dos edifícios até 50% da área de construção existente, até ao limite de 300 m² da área total resultante da ampliação, quando destinados a habitação, empreendimentos turísticos, equipamentos de utilização coletiva ou apoio à atividade agrícola e pecuária.*

Ao mesmo tempo, foi deliberada a introdução de novas permissões de construções de nível setorial – neste caso turístico –, tal encontra-se patente no mesmo art.º na alínea d), e que são conciliáveis com este tipo de uso, atendendo ao facto de contribuir para a potenciação dos recursos patrimoniais e paisagísticos do território.

Nos outros elementos, como é o caso **POA Crestuma-Lever**, o mesmo foi integrado na íntegra, estando exposto no capítulo IX do Regulamento do PDM.

CONTRIBUTOS QUE O PLANO/PROGRAMA/POLÍTICA DEU AO MUNICÍPIO:

Aspetos Positivos

- Intervenções em rios com classificações de qualidade de massas de águas fracas;
- Taxas de cobertura positivas da rede, tendo, inclusive, melhores atendimentos que a realidade metropolitana, regional e nacional;
- Intervenções ao nível da requalificação paisagística e urbanística, através da construção do intercetor do Rio Tinto.

Aspetos Negativos

- Estado de conservação das massas de água negativo;
- Ausência de informação em alguns tópicos de abordagem por parte do PGRH Douro.

- Programa Regional de Ordenamento Florestal do Entre Douro-Minho (PROF Entre Douro-Minho)

O PROF de Entre Douro e Minho substituirá o anterior Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana do Porto e de Entre Douro e Vouga, associado a um processo de revisão dos PROF, determinada pela ocorrência dos factos relevantes constantes da Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro.

A proposta de PROF, que terminou o período de discussão pública em 23 de abril de 2018, apresenta para o concelho de Gondomar uma situação muito idêntica ao anterior plano, tendo efetuado uma

atualização relativa à ocupação florestal do território, tendo como base os resultados do 6.º Inventário Florestal Nacional, bem como a (art. 2.º da Portaria n.º 78/2013, de 19 de fevereiro):

- A alteração do enquadramento fitossanitário, com o surgimento ou forte expansão de pragas e doenças, entre as quais o nemátodo da madeira do pinheiro e o gorgulho do eucalipto, que justificam a introdução ou modificação de medidas específicas de silvicultura preventiva;
- A alteração do enquadramento silvo-industrial e dos mercados de biomassa para energia, com a instalação em Portugal de novas unidades industriais de base florestal;
- A necessidade de adaptar as metas estabelecidas para as espécies produtoras de lenho e fruto de crescimento lento, em função do ritmo anual de arborização destas espécies verificado no âmbito da execução do IV QCA;
- A integração do sector florestal no esforço nacional de equilíbrio económico-financeiro, com o enquadramento dado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal;
- A reestruturação dos serviços públicos responsáveis pelo ordenamento e gestão florestal, com a criação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC).

Além disso, também desenvolve, a nível regional, **as opções e os objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas**, cuja atualização foi aprovada através da **Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro e, definiu as respetivas normas de execução.**

No atual processo de revisão – que ainda não foi publicado – a expectativa criada pelo PROF é de manter a sub-região homogénea (SRH) Grande Porto, e criar a da Serras de Valongo, que consiste na aglutinação da SRH Agrela do PROF Baixo Minho, com a SRH Santa Justa-Pias provida dos PROF Tâmega e Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga.

Contudo, e apesar de o novo PROF ainda não estar publicado, o Plano de Ordenamento Florestal Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga está parcialmente suspenso.

CONTRIBUTOS QUE O PLANO/PROGRAMA/POLÍTICA DEU AO MUNICÍPIO:

Aspetos Positivos

- Alterações profundas e catástrofes sucessivas ao nível do fenómeno dos incêndios, bem como o aproveitamento de recursos financeiros comunitários, motivam um novo enquadramento do ordenamento florestal;
- Compatibilização das estratégias de ordenamento do território com as de ordenamento florestal imposta pela legislação;
- Avanço do processo do Serras do Porto reforçado pela criação de uma sub-região homogénea.

Aspetos Negativos

- O desordenamento florestal existente no município;
- A eucaliptização da floresta (69% da área de floresta, segundo a COS 2015);
- O atrasar da publicação do novo PROF;
- O aumento da dimensão dos problemas florestais.

- Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto

(Adaptado de: Associação de Municípios do Parque das Serras do Porto, 2017 Parque das Serras do Porto. Uma visão comum. Uma estratégia comum, uma ação comum)

A campanha autárquica dos municípios de Gondomar, Paredes e Valongo 2013 colocou uma tônica forte no objetivo de criação de um parque supramunicipal de interesse metropolitano, tendo coincidido com a adesão do município de Paredes à Área Metropolitana do Porto. Em 2014, foi criada uma equipa técnica intermunicipal dedicada ao projeto, então chamado "Pulmão Verde", que desenvolveu uma série de documentos de suporte tendo em vista a criação de uma paisagem protegida regional. Em 10 de abril de 2015, este projeto foi considerado de interesse metropolitano, pelo Conselho Metropolitano do Porto. Da primeira etapa de trabalho resultou um Acordo de Colaboração entre os três municípios, assinado em 20 de junho de 2015 num lugar simbólico – o ponto de encontro dos três concelhos, em plenas serras.

O acordo traduz o compromisso de uma atuação integrada, reconhecendo desde logo que as serras reúnem condições para serem consideradas uma paisagem protegida de âmbito regional mediante um programa de ação "...capaz de compatibilizar a proteção do património natural e cultural com o desenvolvimento económico e de qualidade de vida das populações, orientado por princípios de sustentabilidade e inclusão social. Pretende-se que a atuação na área abrangida pelas Serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Flores, Santa Iria e Banjas se baseie numa dinâmica metropolitana de cooperação e complementaridade, conducente à promoção e uma identidade territorial e a uma maior capacidade de captação de investimento."

Importa salientar que, em termos de ordenamento, **este território encontra-se já enquadrado no atual PDM sob duas representações, designadamente a Rede Natura 2000 e a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 1 – Serras do Porto.**

Tal como foi possível afirmar no início do presente subcapítulo, **a Rede Natura 2000, para o presente REOT não irá ser analisada, tendo em conta a ausência de informação disponível.** E, no que se refere à **Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 1 – Serras do Porto** – remete-se para consulta do tópico em análise: PDM (Unidades Operativas de Planeamento e Gestão), sendo de referir que **a mesma não se encontra concretizada, pois, o projeto do Parque, encontra-se em elaboração e a integração das propostas nos PDM dos municípios abrangidos, não está concretizada**¹⁶.

Por fim, importa salientar que o mesmo **se encontra em elaboração**, tendo já sido publicados, em fevereiro de 2018, os estudos prévios do Plano de Gestão.

¹⁶ Paredes ainda não atualizou o seu PDM datado de 2014 e Valongo integra as Serras do Porto no art 8.º-A do Regulamento do PDM e nas peças gráficas –, publicado no Aviso 1634/2014, de 11 de fevereiro de 2015.

CONTRIBUTOS QUE O PLANO/PROGRAMA/POLÍTICA DEU AO MUNICÍPIO:**Aspetos Positivos**

- Valorização e caracterização exaustiva do património arqueológico, arquitetónica, geológico e natural da parte do concelho integrada no Serras do Porto;
- As Serras do Porto já se encontram salvaguardadas em sede de PDM;
- Previsão de publicação do Plano de Gestão no final do ano de 2018.

- Programa Intermunicipal de Valorização do Douro

O território do Douro sendo apetecível à aplicação de políticas que o valorizem, provoca com que, **num contexto em que a pressão ambiental é francamente elevada** – atendendo ao contexto metropolitano no qual o Douro se localiza –, suscite a criação de uma política setorizada, tendo em conta a combinação de vários territórios e dinâmicas.

Assim, por iniciativa dos municípios de Gondomar, Porto, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia, com o **objetivo de promover a valorização do Rio Douro e das suas margens**, criou-se em 2015, um programa de índole intermunicipal que, inclusive, é considerado um **Programa Metropolitano ao qual a AMP se encontra a associada**.

Na tabela seguinte indicam-se as propostas deste programa, para o concelho de Gondomar, bem como as referências à sua execução.

Tabela 31: Medidas e Execução do Programa Intermunicipal de Valorização do Rio Douro

PROJET O	Designação	Execução	
		Executado (X)	Não Executado (X)
A14	Reforço da circulação pedonal e/ou pedonal entre a marina do Freixo e o ancoradouro em Valbom		X
A15	Valorização/Tratamento de afluente do ribeiro e ETAR de Gramido		X
A17	Criação de travessias fluviais entre o Areinho e Avintes e o Cais do Gramido		X
A19	Valorização de praias, dunas e areais de Zebreira		X
A21	Valorização de espaços com vegetação interessante no Douro das serras, margem direita		X
B15	Valorização da praia de Gramido		X
B17	ETAR de Gramido		X
B19	Valorização do Areio de Atães		X
B20	Execução de Plano de Pormenor Atães Núcleo Histórico		X
B22	Execução de Plano de Ordenamento (Atães-Marecos)		X
B23	Execução de Plano de Ordenamento (Marecos-Foz do Sousa)		X
B24	Execução de Plano de Pormenor na área urbanizada de Zebreira		X
B28	Execução do Plano de Ordenamento entre Zebreira e Crestuma		X
B76	Valorização da Central de Captação de Água de Foz de Sousa		X
B18	Casa Branca de Gramido		Candidatura PEDU
B25	Reconversão da Estação Elevatória de Zebreira para usos turísticos e desportivos		X
B16	Clube Naval Infante D. Henrique	X	
B21	Criação de parque de estacionamento	X	
B27	Reabilitação da Fábrica Companhia Industrial Fundições para área museológica com componente comercial		X
C5	Casa de Memória do Rio Douro		X
C6	Cais da Lixa/Covelo		X

Fonte: CMG

Atendendo ao indicado constata-se que **uma execução muito reduzida. Ao final de 3 anos, e das 21 medidas propostas, só duas é que estão concretizadas, aproximadamente, a 10%.**

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

O seu programada de execução **foca-se numa série de iniciativas no âmbito do ordenamento do território**, tal como é o caso dos planos de pormenor e de ordenamento, para uma série de aglomerados populacionais do concelho. As propostas executadas, curiosamente, **abarcam duas componentes importantes, como é o caso do desporto**, e da rede de equipamentos a ele associado, bem como da rede de **transportes e mobilidade**, com a criação do parque de estacionamento de Gramido.

CONTRIBUTOS QUE O PLANO/PROGRAMA/POLÍTICA DEU AO MUNICÍPIO:

Aspetos Positivos

- Valorização das coletividades do município;
- A existência de um programa que procura, pela governança territorial, dinamizar um território em decadência, em termos populacionais.

Aspetos Negativos

- A baixíssima taxa de execução ao final de 3 anos (10%).

- Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever (POACL)

O POACL, publicado em Resolução do Conselho de Ministros n.º 187/2007, de 21 de dezembro, é um instrumento que incide sobre o plano de água e respetiva zona de proteção com uma largura de 500 m contados a partir do nível de pleno armazenamento (cota 13 m) e medida na horizontal, encontrando-se a sua área de intervenção repartida pelos municípios de Castelo de Paiva, Cinfães, Gondomar, Marco de Canaveses, Penafiel, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia.

O mesmo é constituído por uma série de elementos que definem as intervenções/propostas, as quais constam na tabela seguinte, incluindo as referências à sua execução.

Tabela 32: Medidas e Execução do POACL

PLANO DE INTERVENÇÕES DO POACL					Execução	
Objetivo	Programa	Projeto	Entidade Responsável	Custos previstos	Executado (X)	Não Executado (X)
Definir regras de utilização do plano de água e sua envolvente, de forma a valorizar e salvaguardar os recursos naturais, em especial os híbridos.	Melhoria da qualidade da água para abastecimento público	Impacte da Central Termoeletrica da Tapada do Outeiro na qualidade da água	Rede Elétrica Nacional	75.000,00 €		X
Definir regras de utilização do plano de água e sua envolvente, de forma a valorizar e salvaguardar os recursos naturais, em especial os híbridos.	Melhoria dos sistemas de recolha e tratamento de efluentes	Estudo e construção de um sistema intermunicipal de recolha e tratamento de efluentes na margem direita	Câmaras Municipais	6.250.000,00 €		X
Definir regras de utilização do plano de água e sua envolvente, de forma a valorizar e salvaguardar os recursos naturais, em especial os híbridos.	Melhoria dos sistemas de recolha e tratamento de efluentes	Construção/reforço da ETAR de Broalhos	Câmara Municipal de Gondomar	500.000,00 €		X
Definir regras e medidas para o uso, a ocupação e a transformação do solo que permitam gerir a área objeto do plano, numa perspetiva dinâmica e interligada	Requalificação dos núcleos urbanos	Ordenamento e requalificação dos núcleos urbanos de Gondomar	Câmara Municipal de Gondomar	675.000,00 €		X

06. MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

127
P. 1

PLANO DE INTERVENÇÕES DO POACL					Execução	
Objetivo	Programa	Projeto	Entidade Responsável	Custos previstos	Executado (X)	Não Executado (X)
Definir regras e medidas para o uso, a ocupação e a transformação do solo que permitam gerir a área objeto do plano, numa perspetiva dinâmica e interligada	Criação de equipamentos culturais de importância nacional/regional	Elaboração de um programa funcional de aproveitamento museológico da Central Termoelétrica da Tapada do Outeiro	Rede Elétrica Nacional	20.000,00 €		X
Compatibilizar os diferentes usos e atividades com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira	Ordenamento das áreas de utilização recreativa e de lazer do Tipo 3	Ordenamento das áreas de utilização recreativa e de lazer do Tipo 3 de Gondomar	Câmara Municipal de Gondomar	40.000,00 €		X
Identificar as áreas sujeitas a risco de erosão marginal e deslizamentos na margem da albufeira e definir medidas conservativas e corretivas	Intervenções preventivas	Recuperação da zona da Quinta da Formiga	Energia de Portugal	10.000,00 €		X
Identificar as áreas sujeitas a risco de erosão marginal e deslizamentos na margem da albufeira e definir medidas conservativas e corretivas	Intervenções preventivas	Recuperação dos terrenos de Ana Carolina Viana Vieira	Energia de Portugal	7.500,00 €		X
Garantir a sua articulação com planos, estudos e programas de interesse local, regional e nacional	Revisão e elaboração de PMOT na área de intervenção	Elaboração do Plano de Pormenor da área com vocação turística de Medas	Câmara Municipal de Gondomar	22.000,00 €		X
Garantir a sua articulação com planos, estudos e programas de interesse local, regional e nacional	Revisão e elaboração de PMOT na área de intervenção	Elaboração do Plano de Pormenor da área com vocação turística da Quinta da Azenha	Câmara Municipal de Gondomar	18.000,00 €	X	
Garantir a sua articulação com planos, estudos e programas de interesse local, regional e nacional	Revisão e elaboração de PMOT na área de intervenção	Elaboração do Plano de Pormenor da área com vocação turística da Quinta da Varziela	Câmara Municipal de Gondomar	26.000,00 €	X	
total				7.643.500,00 €	- €	- €

Fonte: CMG

A informação constante permite constatar uma **execução muito baixa** deste instrumento de gestão territorial.

Simultaneamente **não existe informação referente ao grau de conservação dos elementos patrimoniais** da Candieira (Lomba), Castro (U.F. de Melres e Medas), Castro de Broalhos (U.F. de Melres e Medas) e Mamoa dos Castros (U.F. de Melres Medas).

CONTRIBUTOS QUE O PLANO/PROGRAMA/POLÍTICA DEU AO MUNICÍPIO:

Aspetos Positivos

- Elencou uma série de necessidades de âmbito ambiental e territorial que seriam pertinentes desenvolver, não só para a viabilidade económico-financeira do plano, como também para a diminuição das assimetrias territoriais no território afeto ao plano.

Aspetos Negativos

- Ausência de informação, relativamente ao grau de conservação dos elementos patrimoniais definidos pelo POA Crestuma-Lever;
- Taxa de execução reduzida.

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

28
P. C.

- PDM de Gondomar

Tal como foi descrito no capítulo de *Enquadramento Geral* e na abertura do presente subcapítulo, o PDMG, será avaliado através da execução das ações propostas e enquadradas nos diversos objetivos definidos.

Na tabela infra identificam-se os temas avaliados e os critérios de análise seguidos.

Tabela 33: Organização do tópico em análise

<u>Subtópicos</u>	<u>Análise</u>
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	Execução
Programa de Execução	Execução do PDM
Licenciamentos	Evolução no período pós PDM

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Das 14 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) **nenhuma foi totalmente concretizada**, embora estejam em fase final de elaboração os planos correspondentes à UOPG 1 e 14.

Tabela 34: Unidades Operativas de Planeamento e Gestão do município de Gondomar

<u>UOPG</u>	<u>Objetivo</u>
1 – Serras do Porto	Criação de um parque de âmbito metropolitano que constitua o pulmão verde da AMP.
2 – S. Cosme e 3 – Rio Tinto	Reforço da urbanidade do território.
4/8/12/13 – Áreas empresarias	Dotação de espaços com condições adequadas ao desenvolvimento de atividades económicas de valor acrescentado e para a qualificação ambiental e dos serviços de apoio empresarial.
5/6/9/10/11 – Centralidades	Consolidação do território.
7 – Estivada	Disponibilização dos solos para urbanização com carácter predominantemente habitacional.
14 – Quintas da Azenha e da Varziela	Requalificação ambiental e paisagística da área de intervenção e a promoção e reconversão como espaço de vocação turística.

Fonte: PDMG

Programa de Execução

Avalia-se, no presente subtópico **a execução das ações definidas no PDM**, sendo que na tabela seguinte se inscrevem os investimentos efetuados associados às ações propostas, bem como a sua análise. Contudo, **não será possível quantificar a execução financeira das ações**, devido à ausência de informação.

Tabela 35: Propostas e Execução do PDM de Gondomar
Plano de Investimentos/programação

Tabela 35: Propostas e Execução do PDM de Gondomar							Execução	
DESIGNAÇÃO	Prioridade			UOPG	Entidade Promotora	Fonte de Financiamento	Executado (X)	Não Executado (X)
	I	II	III					
Ordenamento do Território								
Plano de gestão do Parque das Serras do Porto		X		1	M	OM/FC		X
Plano de Urbanização de S. Cosme	X			2	M	OM		X
Plano de Urbanização do Rio Tinto	X			3	M	OM		X
Centralidade de Campinho	X			5	M	OM		X
Centralidade de Cabanas	X			6	M	OM		X
Centralidade de Manariz		X		9	M	OM		X
Centralidade dos Sete Caminhos		X		10	M	OM		X
Centralidade de S. Cosme		X		11	M	OM		X
Centralidade do Alto da Serra	X			12	M	OM		X
Centro cívico de Rio Tinto	X			7	M	OM		X
Rede Viária/Acessibilidades								
1.ª fase da via nordeste	X				M	OM/FC		X
2.ª fase da via nordeste			X		M	OM/FC		X
Estruturante nascente-poente	X				M	OM/FC		X
Estruturante norte-sul	X				M	OM/FC		X
Prolongamento da Alameda de Cartes			X		M	OM/FC		X
Atividades económicas/empresariais								
Conclusão do projeto do parque tecnológico do Ouro	X			14	M/P	OM/P	X	
Loteamento da área empresarial de Baquim do Monte			X	4	M/P	OM/P		X
Loteamento da expansão da área empresarial das Mimosas	X			8	M/P	OM/P		X
Loteamento da área empresarial de Jovim/Foz		X		13	M/P	OM/P		X
Ambiente/requalificação urbana								
Delimitação das áreas de regeneração urbana	X				M	OM	X	
Elaboração dos estudos das operações de regeneração urbana	X				M	OM/FC	X	
Parque Urbano de Rio Tinto (projeto e execução)	X				M	OM/FC	X	
Rede de ciclovias urbanas (planeamento e execução)		X			M	OM/FC	Em Execução	
Margens dos Rios Tinto e Torto (projeto e renaturalização)	X				M	OM/FC	Em Execução	
Abastecimento de água (ampliação e reforço das redes)		X			M	OM/FC	X	
Drenagem e tratamento de esgotos (ampliação e reforço das redes)		X			M	OM/FC	X	
Turismo/património								
Elaboração dos PP das zonas especiais de proteção do património classificado	X				AC/M	OM/FC		X
Recuperação da antiga estação de tratamento de água da Foz do Sousa		X			AC/M	OM/FC		X
Reabilitação e Musealização das antigas instalações mineiras de S. Pedro da Cova e apoio à dinamização da Casa da Malta/Museu Mineiro		X			AC/M	OM/FC		X
Reabilitação e musealização das antigas instalações da Tapada do Outeiro			X		M/P	OM/FC		X
Elaboração da carta patrimonial e roteiros turísticos (rotas temáticas)	X				M	OM/FC		X
Dinamização e promoção das praias fluviais		X			AC/M	OM/FC	X	
Estudos e Projetos								
Elaboração do plano rodoviário municipal		X			M	OM		X
Revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	X				M	OM/OE	X	
Revisão da Carta Educativa Municipal	X				M	OM	X	
Elaboração dos planos municipais de redução do ruído		X			M	OM		X

Legenda:
M – Município
IM – Intermunicipal
AC – Administração Central
P – Privado
OM – Orçamento Municipal
OE – Orçamento de Estado
FC – Fundos Comunitários
Fonte: CMG

A execução do PDM encontra-se com uma execução de 11 das 36 medidas, correspondendo a uma taxa de execução de 31%.

Constata-se por temática que:

- Em termos de ordenamento do território e de rede viária/acessibilidades não existem medidas concretizadas;
- Relativamente a atividades económicas/empresariais:
 - Existe 1 medida executada: o Parque Tecnológico do Ouro, localizado na U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim;
 - As demais propostas, que ampliariam as áreas de atividades económicas dos lugares em que foram propostas, não foram executadas – embora, como foi anteriormente analisado, as áreas de atividades económicas tivessem aumentado.
- No que se refere à temática do ambiente/requalificação urbana:
 - Todas as medidas foram executadas;
 - A mesma acompanha a tendência das políticas de investimento dos municípios e dos investidores privados, em termos de mercado imobiliário. Isto é, existe um incentivo assinalável, por parte do município, em concretizar e criar áreas de regeneração urbana sob a forma de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e, no caso de Gondomar, já se encontram aprovadas pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 7 ARU (temática desenvolvida no tópico: Área de Reabilitação Urbana);
 - O Parque Urbano de Rio Tinto foi inaugurado em 2018, sendo um importante projeto de enquadramento paisagístico e urbanístico, na freguesia de Rio Tinto;
 - As redes cicláveis e pedonais, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) do município, encontram-se projetadas e algumas já se encontram em execução (temática desenvolvida no tópico: Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano);
 - No âmbito da construção dos intercetores no Rio Tinto existe o desenvolvimento da renaturalização dos cursos fluviais, na U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim – inclusive, este projeto tem continuidade para o concelho do Porto, onde o Rio Tinto tem a sua foz;

130
P. Ceu

- Tal como se constatou no tópico do **Plano de Gestão da Rede Hidrográfica do Douro** houve intervenções no âmbito das propostas de ampliação e de reforço das redes de abastecimento e de drenagem das águas;
- No turismo/património:
 - **Existe 1 medida executada:** a Dinamização e promoção das praias fluviais, predominantemente na **U.F. de Melres e Medas**;
 - As demais propostas, que **valorizavam o património cultural e mineiro do município**, não se encontram realizadas – muitas das medidas encontravam-se também no *Programa de Valorização Intermunicipal do Rio Douro* e no *Plano de Ordenamento da Albufeira Crestuma-Lever*.
- Por fim, ao nível de estudos/projetos:
 - **Não foi executado o plano rodoviário municipal e os planos de redução de ruído**, o que também aquando de **futura revisão do PDM poderão ser realizados**, integrando nos estudos de caracterização e diagnóstico do PDM;
 - A **concretização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, publicado em 2016**, mas que, na atualidade, **é necessária a sua revisão**, mediante o novo enquadramento legislativo aprovado em 2017, pela **Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto**;
 - A **revisão e recorrente monitorização da Carta Educativa** – a última efetuada em 2017 – demonstra a preocupação que a rede escolar tem nas orientações políticas municipais.

Licenciamentos

Antes de abordar a presente temática, importa fazer um **esclarecimento metodológico** de como será desenvolvido.

De salientar que os serviços municipais têm elencados na sua base de dados, **os licenciamentos por freguesia**, tendo mais informações referentes ao tipo de construção, ao número do processo, ao ano de entrada do processo, ao requerente, à sua morada e ao tipo de utilização.

Assim sendo, por uma **questão metodológica e de sigilo de proteção de dados** só serão analisadas as informações referentes ao **ano, à freguesia e ao tipo de utilização**.

Para tanto, serão desenvolvidos cartogramas que identifiquem, por freguesia, as evoluções temporais dos licenciamentos, bem como uma série de gráficos que permitam perceber o tipo de utilização. Contudo, é ainda pertinente salientar que será feita uma breve contextualização das restrições de utilidade pública, como é o caso da Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN), perante as freguesias.

Importa ainda esclarecer que a informação dos serviços municipais, em termos de tipo de utilização, se encontra compartimentada pela divisão que se encontra na tabela seguinte. Contudo, como se verificará, devido à quantidade de tipos de utilização – 35 – e para o presente REOT serão **agregados para efeitos**

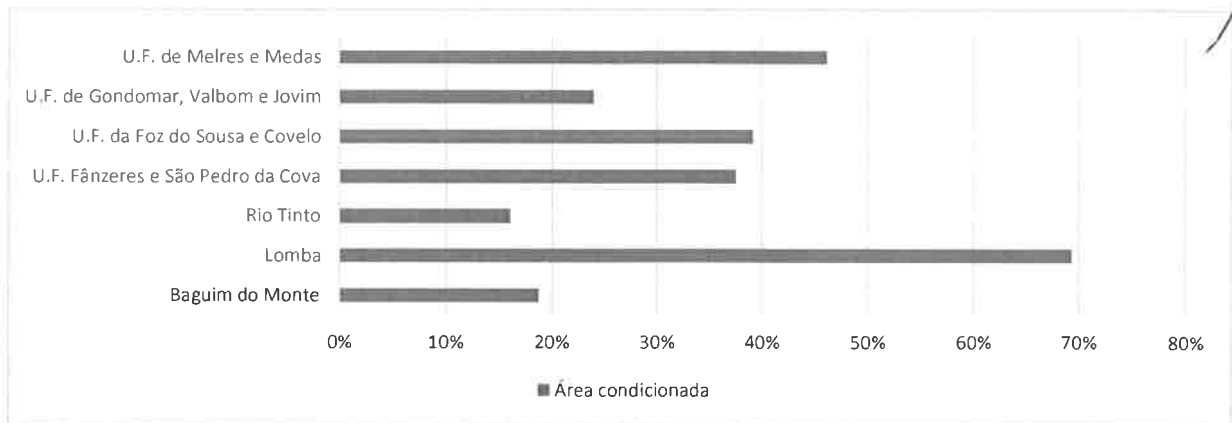
de análise, em 5 grandes grupos, designadamente: **Atividades Económicas, Habitação, Equipamentos, Outros e Usos mistos** (consultar tabela seguinte).

Tabela 36: Tipos de utilização dos licenciamentos aprovados pela CMG

Tipos de utilização aprovados pela CMG	Grandes classes de análise
Agricultura	Atividades Económicas
Armazém, Indústria, Comércio ou Serviços	
Armazéns	
Centros comerciais	
Comércio a retalho	
Comércio e/ou Serviços	
Comércio Tradicional	
Escritórios	
Estabelecimento Hoteleiro e de turismo	
Estabelecimento de restauração e bebidas	
Estabelecimentos	
Horto	
Indústria	
Indústria transformadora	
Prestação de serviços	
Serviços médicos	
Unidades comerciais de dimensão relevante	
Habitação familiar	Habitação
Atividade desportiva de pequena dimensão	Equipamentos
Atividades recreativas e culturais	
Culto e inumação	
Ensino e pesquisa científica	
Equipamento apoio à terceira idade	
Equipamento de apoio à infância	
Parque de estacionamento e interfaces	
Anexo	Outros
Anexo de Alfaías Agrícolas	
Arrecadação	
Comunicações	
Muro	
Outros	
Telheiro / Alpendre	
Habitação + Armazéns	Usos Mistos
Habitação + Estabelecimentos	
Uso Geral	

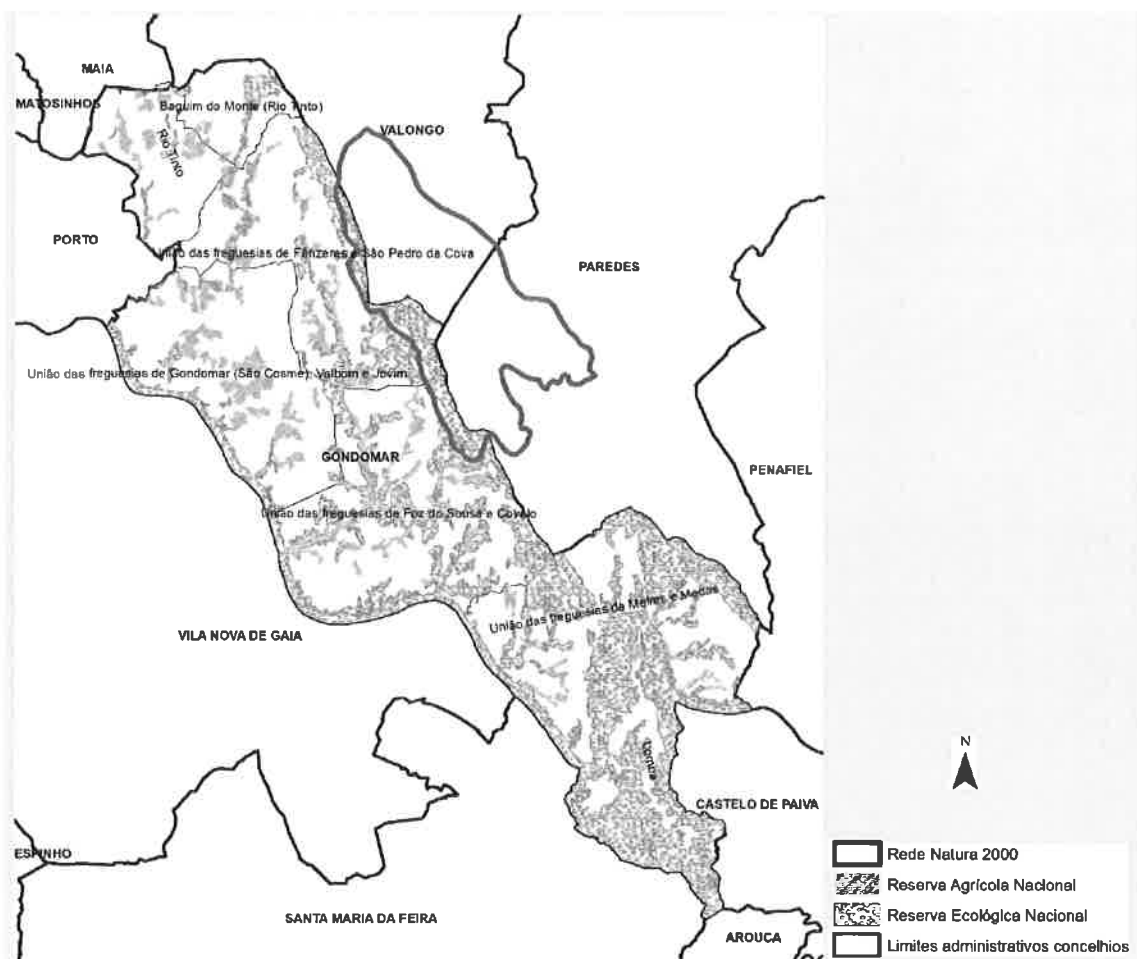
De referir que a **informação existente não se encontra georreferenciada**, obrigando a mesma a ser analisada em freguesias e por dominâncias de usos. Neste caso, faz-se a segregação entre freguesias urbanas e rurais.

A relação entre os licenciamentos e as condicionantes legais existentes, nomeadamente a REN e a RAN, serão caracterizados no presente REOT, não tendo consequências na análise que será efetuada neste subtópico.

Figura 81: Condicionante RAN + REN + Rede Natura 2000 por freguesia

Fonte: PMDG

Gondomar não é um território globalmente muito condicionado em termos de RAN e REN ou de outras servidões ou restrições. A sua distribuição territorial é a constante na figura seguinte.

Figura 82: Freguesias e área condicionada

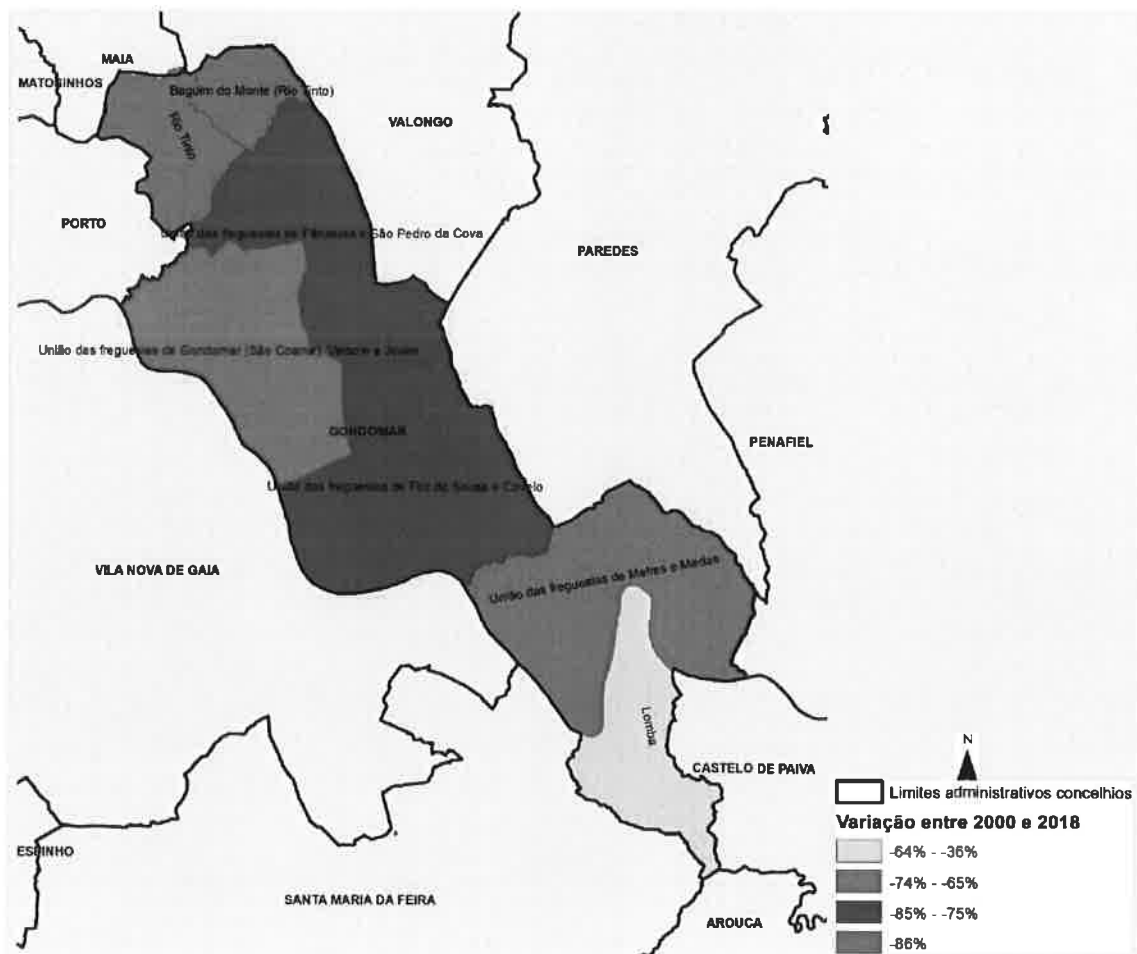
Fonte: PDMG

É de salientar que as freguesias rurais do concelho são as que apresentam o território mais condicionado.

Em média, 52% destas freguesias encontra-se condicionada, sendo a freguesia de Lomba a mais afetada, cerca de 70% do seu território. Isto ocorre, essencialmente, associado ao facto de apresentar uma orografia de grandes pendentes, associada ao complexo litológico xisto-grauváquico que tem o seu prolongamento desde noroeste, via Serras do Porto, e continuação para sudeste em direção a Arouca. Nos restantes territórios face à sua intensa urbanização, consequentemente, apresentam valores inferiores de território condicionado, sendo de destacar Rio Tinto, com 16%.

Em Gondomar, bem como noutros territórios, as áreas de salvaguarda são determinantes quanto ao volume de licenciamentos, pois condicionam a ação da gestão urbanística, bem como, atendendo ao contexto metropolitano em que o concelho se insere, este tipo de territórios procuram equilibrar o serviço de ecossistemas, como salvaguardar espaços naturalizados ou semi-naturalizados de interesse local, em termos de desenvolvimento económico, como em termos metropolitanos, para a usufruição desses espaços de forma lúdica.

Figura 83: Variação do número de licenciamentos entre 2000-2018



Fonte: CMG

06.MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

134
P66

Assim, para medir essa dinâmica imobiliária no concelho, importa avaliar a evolução do número de licenciamentos concedidos. Neste caso e como ponto de partida para a análise a efetuar, constata-se **uma variação negativa de 58%, entre 2000-2018.**

Tal situação é concordante com a **regressão da dinâmica imobiliária nos últimos anos do período de análise**, mas também pela **conjuntura demográfica em estabilização** – factos já abordados no subcapítulo: *População e Edificado e Habitação*. Além disso, o período de licenciamento em análise é coincidente com a **crise económica de 2008**, o que condiciona as conclusões.

Para efeitos de análise segrega-se por períodos os licenciamentos. Neste caso: **2000-2008**, o período de expansão urbana e evolução positiva da economia, **2009-2014**, de crise económica e **2015-2018**, de recuperação e de ação da atual versão do PDM.

Conclui-se, então, o seguinte:

No período de 2000-2008:

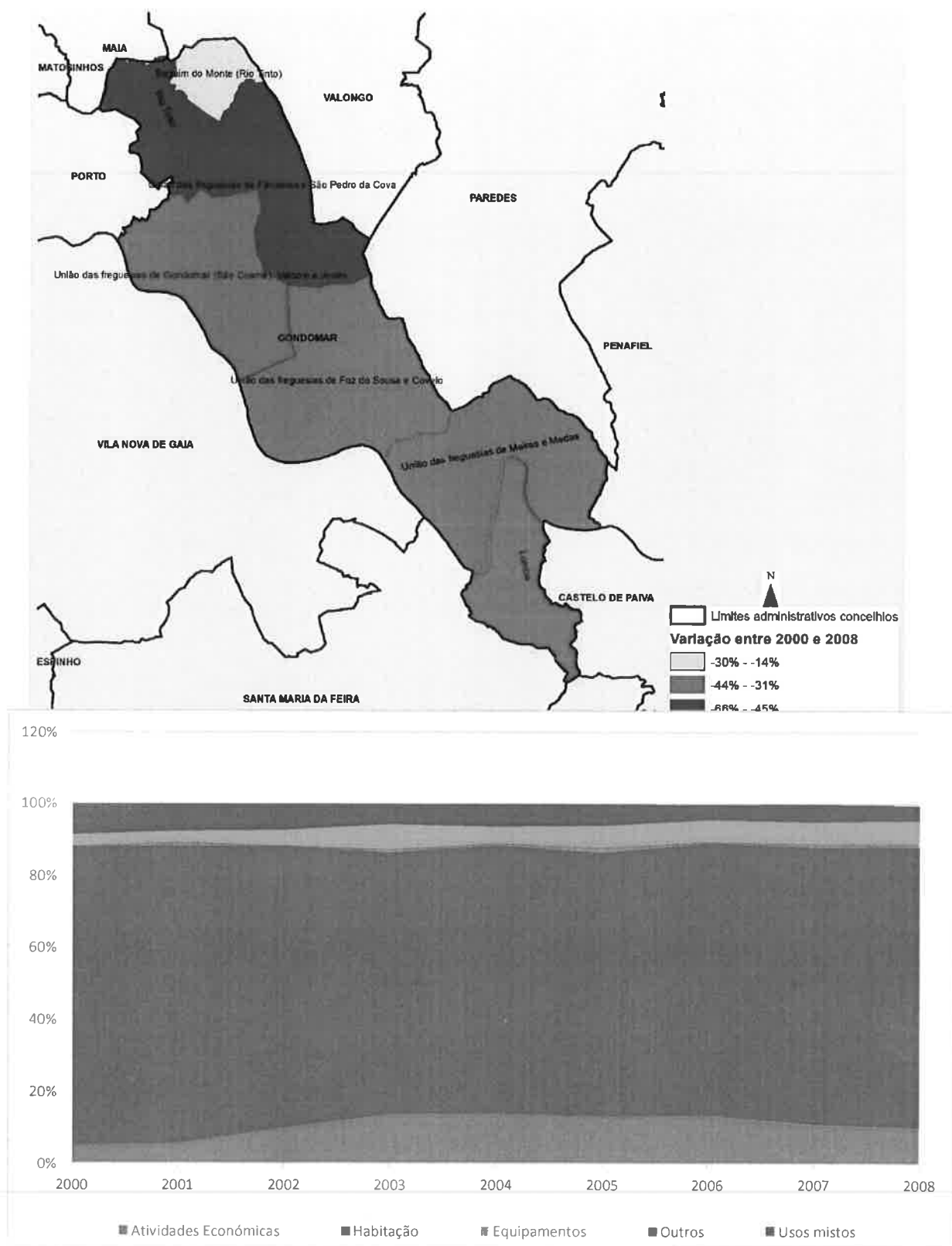
- **É o período de maior licenciamento dos 18 anos em análise** – tendo no total dos licenciamentos um peso de **69%**;
- **É nas freguesias urbanas que, em termos de volume de licenciamentos, se verificam os maiores valores em Gondomar**, sendo de destacar a **U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim**, com **41%**, a U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova, com **26%** e Rio Tinto, com **12%** do total dos licenciamentos.
- Aliado a um período de expansão urbana, de estabilidade económica e de aumento populacional, verifica-se o **crescimento em 3 das 7 freguesias** do número de licenciamentos, curiosamente **nas freguesias que apresentam o menor volume de licenciamentos**, como é o caso de Lomba (2%), U.F. de Melres e Medas (6%) e Baguim do Monte (5%);
- Ao mesmo tempo, as 3 freguesias que crescem são **periféricas e rurais**, na sua generalidade, tal como é o caso de Lomba (182%) e a U.F. de Melres e Medas (10%). A exceção é Baguim do Monte, que ao constituir **uma «periferia» a um dos maiores aglomerados urbanos**, designadamente Rio Tinto, cresce **119%**, sendo a **única freguesia urbana que cresce**;
- Em termos de finalidade do licenciamento, tal como é expectável **a habitação é a que mais ocorre**, tendo uma **cota média de 77% por ano**, apresentando durante este período uma estabilização desse valor. Curiosamente, a partir de 2002, existiu uma ligeira diminuição dessa cota de licenciamento, devido à **ascensão das atividades económicas**, enquanto atividades mais licenciadas, **tendo um crescimento de 9%, entre 2001 e 2003**. Contudo, esse valor regrediu nos últimos anos deste período em análise.

06.MAR.2019

135
Céu

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

Figura 84: Variação relativa e sua distribuição tipológica, entre 2000-2008



Fonte: CMG

R. Álvaro Aurélio Céu Oliveira, 289 - 4470-134 Maia

Tel: 22.9490550

❖ No período de 2009-2014:

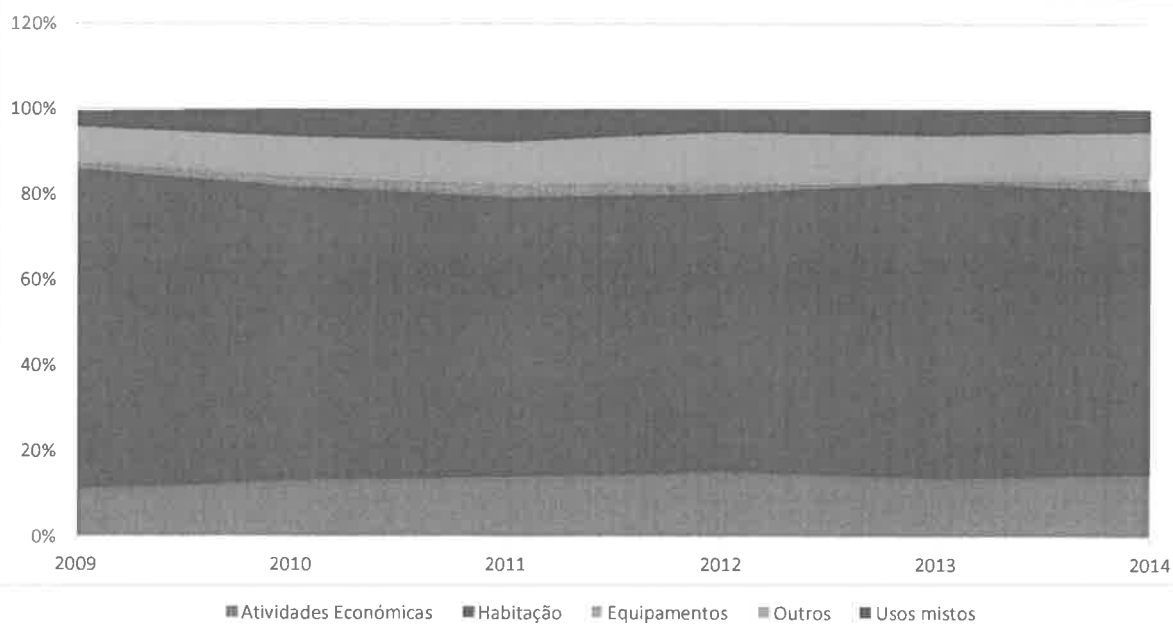
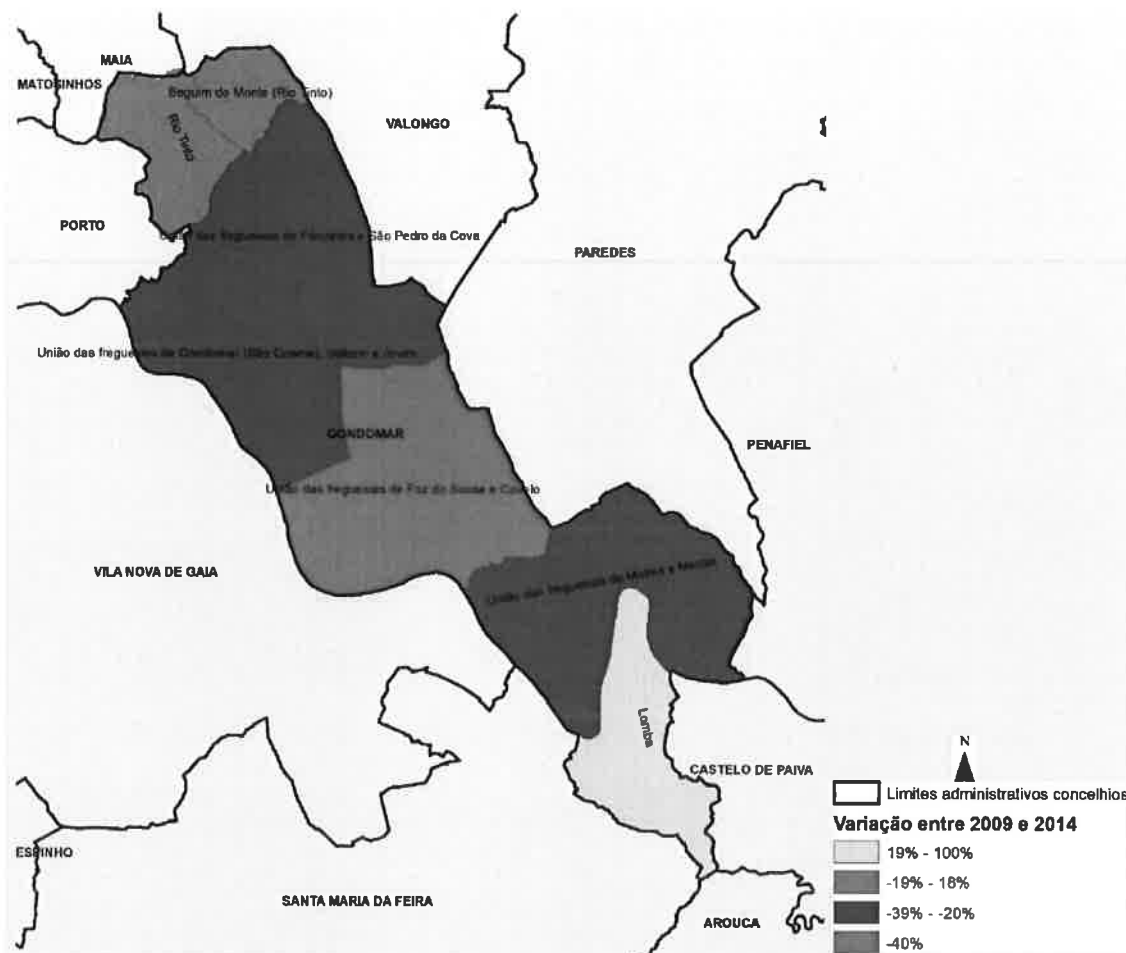
- **É o período de quebra nos licenciamentos**, apresentando variações negativas, com o período anterior, na ordem dos 76%;
- As freguesias onde o número de licenciamentos mais diminuiu foram **U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim**, com 82%, e a **U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova**, com 78%;
- Simultaneamente, neste período, **as freguesias urbanas perdem peso no volume de licenciamentos aprovados**. Registam-se perdas na ordem de 8% para as freguesias rurais, perfazendo um total de 76% de licenciamentos aprovados em freguesias urbanas;
- Verifica-se também que o facto de existir uma crise económica, **os territórios que crescem** são aqueles que apresentam valores de mercado mais reduzidos, como é o caso das **freguesias rurais**, e daí o crescimento das mesmas;
- Das sete freguesias do concelho só **uma é que apresenta um crescimento positivo**, designadamente, **Lomba** (187%) – freguesia que teve a mais baixa variação negativa do número de licenciamentos, entre o período anterior e o em análise, neste caso: 47%. Tal situação reforça a situação de expansão da urbanização para as freguesias rurais.
- Em termos de finalidade do licenciamento, tal como é expectável **continua a ser a habitação a mais licenciada**, tendo uma **cota média de 69% por ano**, apresentando durante este período uma **tendência de regressão** desse valor.
- Importa salientar que o peso da habitação ao regredir, outras finalidades de licenciamento encontram-se em crescimento, tal como é o caso das **atividades económicas que, inclusive, apresenta valores superiores ao período anterior, atingindo no ano de 2012 a cota de 15% dos licenciamentos** – facto que é a primeira vez, durante os 18 anos em análise.

06.MAR.2019

137
Ple

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

Figura 85: Variação relativa e sua distribuição tipológica, entre 2009-2014



Fonte: CMG

06.MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

238
P65

❖ No período de 2015-2017:

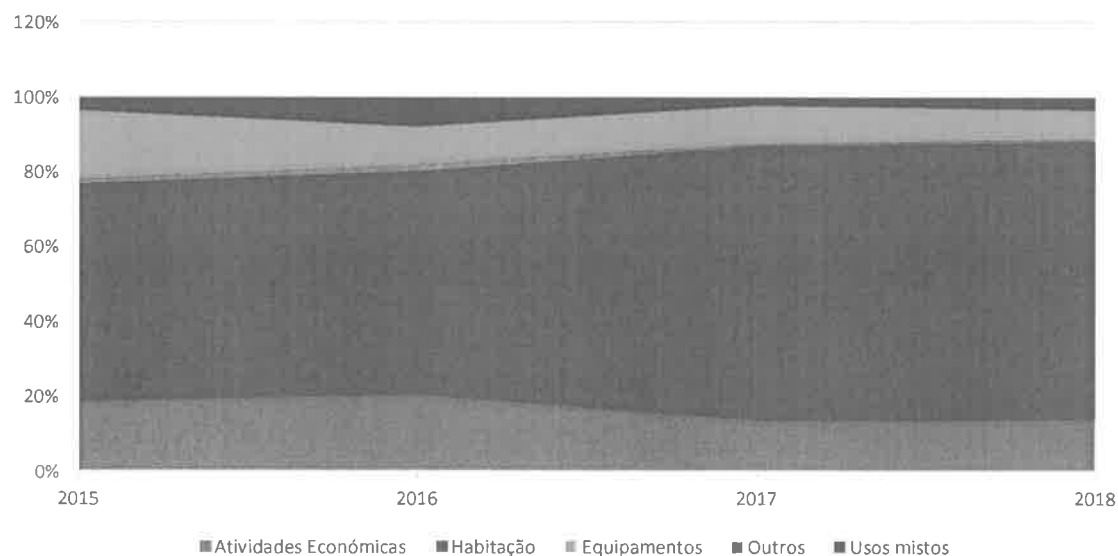
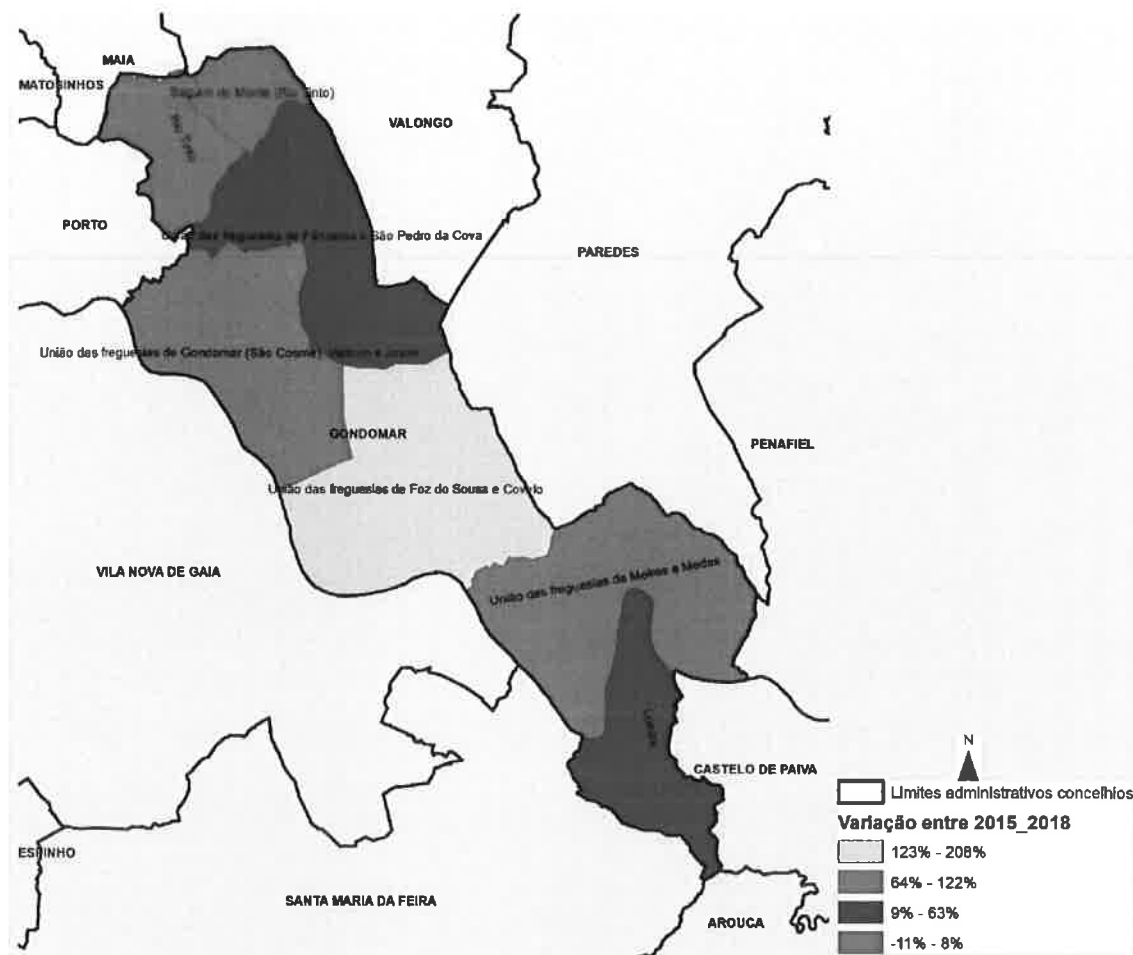
- **É o período de estabilização**, embora apresente ainda uma variação negativa, comparativamente, **ao período anterior de 13%**;
- **Período de estabilização que já apresenta freguesias que tiveram, comparativamente, ao período anterior, um crescimento** – facto que coincide com um período de retoma económica – como é o caso das freguesias lideradas por **Lomba (22%) e Rio Tinto (2%)** – que apresentaram evoluções diferenciadas, designadamente Lomba manteve, mesmo durante o período de crise, crescimentos, e Rio Tinto, que apesar de ter tido um período de intensa regressão do número de licenciamentos – menos 65% ao que era licenciado, entre 2000/2008 – começa agora a recuperar o seu valor no mercado imobiliário, atendendo à sua proximidade ao Porto;
- As freguesias onde o número de licenciamentos diminuiu e que são de destacar, são a **U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e a U.F. de Foz do Sousa e Covelo**, com 22%, em ambas;
- Simultaneamente, neste período, **as freguesias urbanas recuperaram peso no volume de licenciamentos aprovados**. Verifica-se um ganho de 1% às freguesias rurais, perfazendo um total de 78% de licenciamentos aprovados neste território;
- Verifica-se neste período, **o retornar ao período 2000/2008**, em que os territórios urbanos começam a crescer;
- Tal situação é perceptível com o crescimento das 7 freguesias, sendo de destacar as **freguesias rurais**. Lomba apresenta um somatório de crescimentos de 147%, U.F. de Foz do Sousa e Covelo, 189% e U.F. de Melres e Medas de 139%.
- Já as freguesias urbanas apresentam crescimentos de 51% em Rio Tinto, 49% em Baguim do Monte, 79% em U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova e de 68% em U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim;
- Em termos de finalidade do licenciamento, tal como é expectável **continua a ser a habitação a mais licenciada**, tendo uma cota média de **67% por ano**, apresentando durante este período uma **tendência de crescimento** desse valor nos anos em análise.
- Importa salientar que o peso da habitação ao estar a aumentar, outras finalidades de licenciamento invertem o seu crescimento, tal como é o caso das **atividades económicas, que, inclusive, apresenta valores superiores ao período anterior, atingindo no ano de 2016 a cota de 20% dos licenciamentos** – facto que é a primeira vez, durante os 18 anos em análise –, cuja a situação tende em regredir, voltando a valores pré-crise.

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

139
Pleu

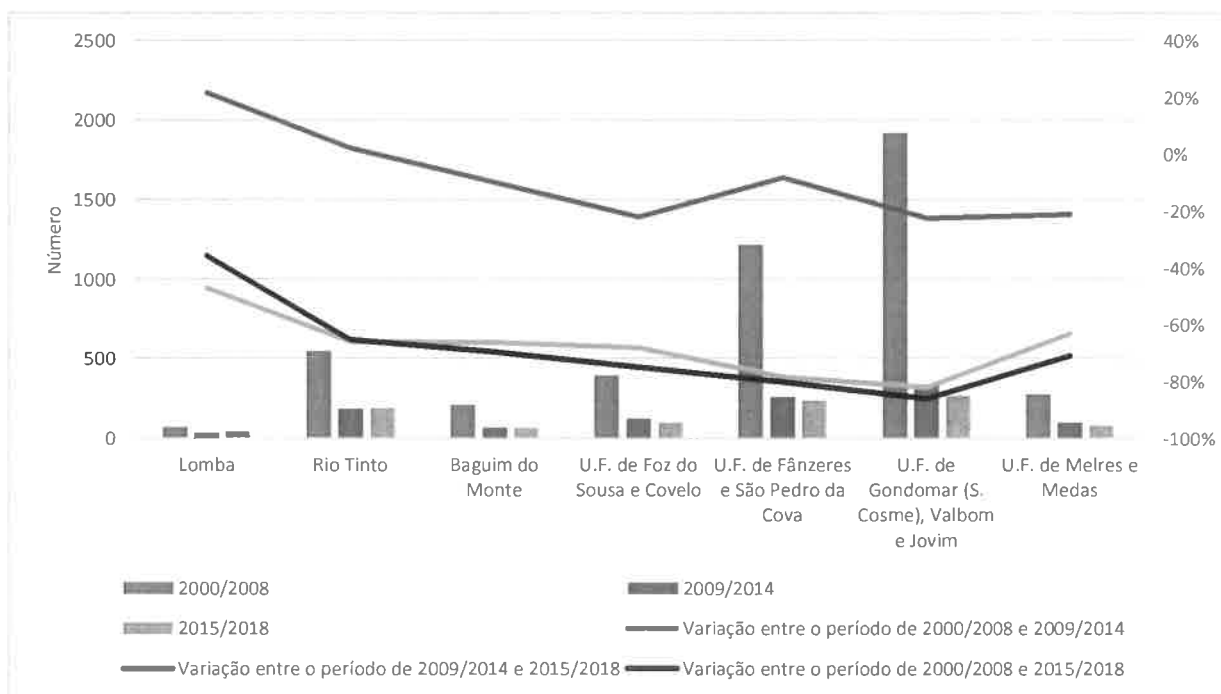
Figura 86: Variação relativa e sua distribuição tipológica, entre 2015-2018



Fonte: CMG

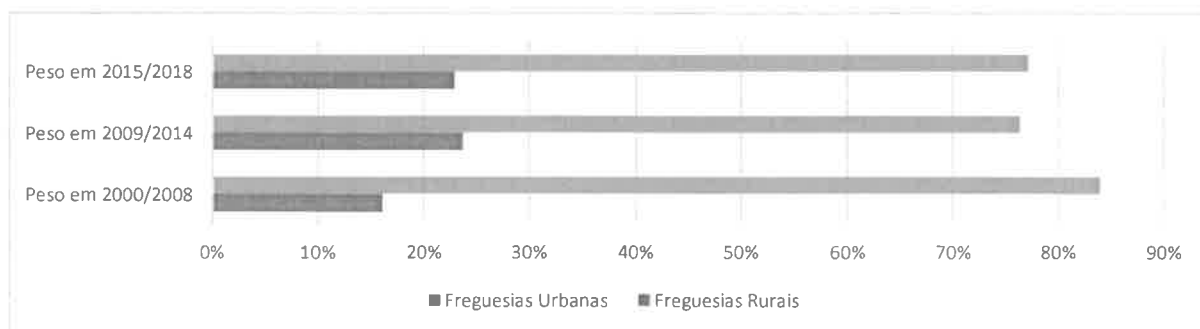
Contudo, no conjunto dos períodos (2000-2018), **as freguesias que apresentam os maiores valores regressivos são as urbanas**, sendo de destacar a U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, com 86% e a U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova, com 80%. **As demais freguesias apresentam diminuições todas elas significativas**, mas inferiores ao que ocorre no concelho, onde se verificou, na sua globalidade, uma variação negativa de 79%.

Figura 87: Contexto global dos licenciamentos (número e variação)



Curiosamente, também tem sido recorrente o facto da questão dos **licenciamentos efetuados, tendencialmente, em áreas urbanas, terem perdido impacto na globalidade dos licenciamentos admitidos**. Pois, o que se verifica entre períodos é o aumento do peso dos licenciamentos nas freguesias rurais (consultar figura seguinte).

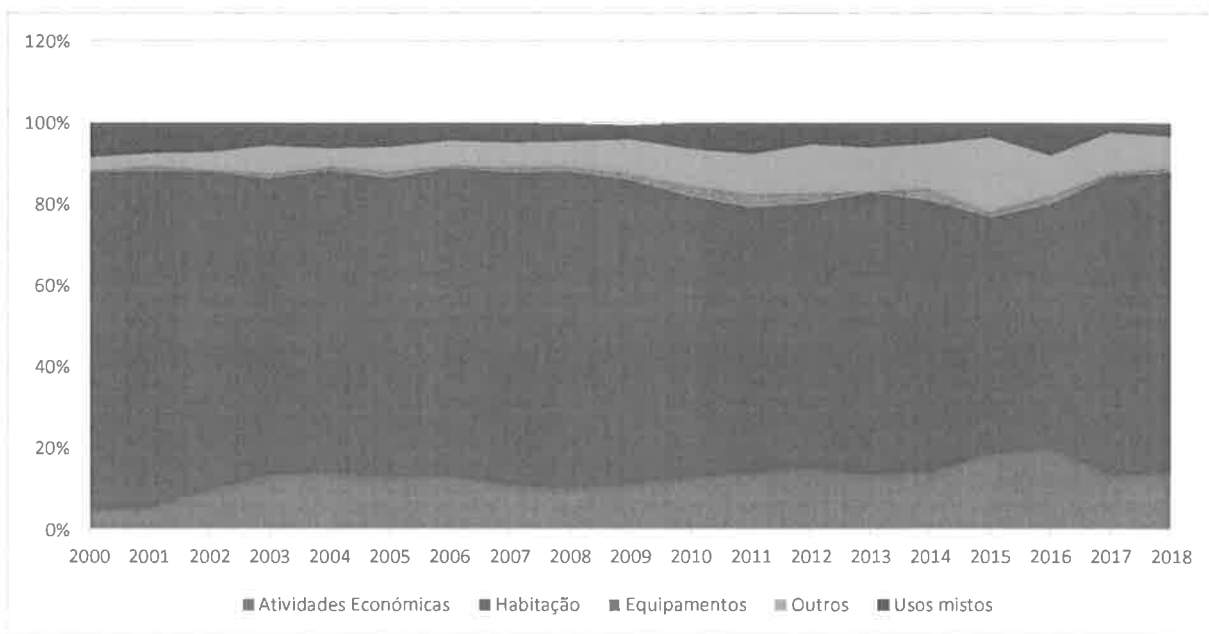
Figura 88: Peso dos licenciamentos distribuído por freguesias



Além dessa situação, importa perceber que apesar de a **habitação** dominar, enquanto grande classe do tipo de utilização dos licenciamentos, a mesma tem evoluído, de forma **estável**, durante o período de análise, tendo uma **cota média de 72% dos licenciamentos**.

Importa também destacar o facto de as **atividades económicas ganharem peso na cota de utilização dos licenciamentos** – tendo em conta, uma **cota média de 13% dos licenciamentos** –, o que evidencia um contexto de recuperação económica e de utilização do concelho, enquanto plataforma estratégica para a rede económica da metrópole. Quanto às restantes classes, **elas não apresentam grandes destaques**, mantendo-se sempre nos valores médios respeitantes às mesmas (consultar figura seguinte).

Figura 89: Evolução das classes de utilização dos licenciamentos em Gondomar



Esta realidade no concelho só é explicada devido à sua **inserção geográfica**. Isto porque, a **volatilidade de movimentos existentes** num enquadramento metropolitano do território, bem como a existência de **dinâmicas imobiliárias**, assentes na procura da melhor aquisição em termos monetários, define a existências desta realidade – não obstante, de se reconhecer que o **fator crise económica marca**, de forma decisiva, o comportamento dos licenciamentos, bem como a sua distribuição no território.

Além disso, esses fenómenos explicam-se também com a **evolução demográfica**. Neste ponto, importa referir que os períodos retratam realidades diferenciadas. No período de 2000/2008 existem **crescimentos demográficos** no concelho de 2%, passando dos 164 844 habitantes, em 2001 (não existe informação referente a 2000), para os 168 337, em 2008; no período de 2009/2014, existe um **ligeiro decréscimo** de 0.92%; e, por fim, entre 2015/2018, a tendência de estabilização é uma realidade, existindo um **ligeiro decréscimo** de 0.42%, havendo 165 626 habitantes, em 2017.

No que respeita à conservação do edificado, no âmbito do presente REOT **não é possível uma análise coerente à questão da reabilitação urbana e respetiva evolução**. Ainda assim remete-se para a consulta do subcapítulo *Edificado e Habitação* para perceber que no concelho não existe ainda grande dinâmica de reabilitação urbana.

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

142
Pleu

CONTRIBUTOS QUE O PLANO/PROGRAMA/POLÍTICA DEU AO MUNICÍPIO:

Aspetos Positivos

- 11 das 36 medidas concretizadas, perfazendo uma taxa de execução de 31%;
- Temáticas como o ambiente/reabilitação urbana tiveram a concretização plena das suas propostas;
- Possibilidade de num futuro próximo os estudos/projetos não concretizados integrarem os estudos de caracterização e diagnóstico da revisão do PDM;
- Intervenções de grande impacto na rede de infraestruturas do concelho, como é o caso do Intercetor do Rio Tinto;
- Concelho que não é muito condicionado, em termos de restrições públicas, como a RAN e REN;
- Elementos paisagísticos de interesse encontram-se salvaguardados, em RAN, REN e Rede Natura2000;
- O crescimento positivo das atividades económicas, em termos de licenciamentos, entre 2001 e 2016 - passando de uma cota de licenciamento de 5% para os 20%, respetivamente;
- Tendência regressiva de licenciamento de habitação, que corresponderia a um tipo de implantação no território de vivenda, na sua generalidade.

Aspetos Negativos

- Nenhuma UOPG foi completamente concretizada;
- Ordenamento do território/rede viária e acessibilidades não tiveram execução, até ao momento;
- Entre 2015/2018, numa lógica de colmatação urbana, o município tem licenciado mais em freguesias rurais, do que fazia entre 2000/2008. Cifrando em valores, entre 2000/2008, o peso de licenciamentos efetuados em freguesias urbanas corresponderia a 84% e, entre 2015/2018, já só era em 77%;
- A expansão urbana e consequente área de artificialização nas freguesias rurais aumenta.

- Carta Educativa

(Adaptado de: Câmara Municipal de Gondomar, 2017 2º Relatório de Atualização e Monitorização da Carta Educativa de Gondomar)

A primeira versão do documento “Carta educativa do concelho de Gondomar” foi elaborada em 2007, constituindo-se como um instrumento estratégico de diagnóstico e planeamento educativo, bem como a implementação de medidas devidamente contextualizadas no quadro do desenvolvimento demográfico, social e económico de cada município, conforme é definido no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro.

Por outro lado, é necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respetivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projetos educativos das escolas.

Assim, em 2015, face às alterações entretanto ocorridas na rede escolar, considerou-se necessário proceder à revisão da carta educativa existente, tendo-se procedido à elaboração do 1º Relatório de atualização e monitorização da Carta Educativa de Gondomar, aprovado em reunião de Câmara Municipal

R. Álvaro Aurélio Céu Oliveira, 289 - 4470-134 Maia

Tel: 22.9490550

06.MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

pg 3
JAL

de 9 junho, com parecer favorável do Conselho Municipal de Educação de Gondomar e aprovado em sessão de Assembleia de Municipal de Gondomar de 22 de junho de 2015.

De salientar que, em termos de ordenamento do território – e tal como foi desenvolvido no subcapítulo de *Equipamentos*, tópico *Escolares*, existiu num passado recente, a reformulação do **número de equipamentos**, em que estes **diminuíram**, como também o **número de alunos matriculados regrediu**, durante o período de 2011 e 2017, sendo de destacar de 2015 em diante, onde as quebras são na ordem dos 3% –, **apresenta uma série de equipamentos dos diferentes níveis de ensino** – tal como consta no subcapítulo de *Equipamentos*, tópico *Escolares* –, sendo de acrescentar a essa rede de equipamentos uma escola de ensino profissional, um centro de formação protocolar com o IEFP e cinco polos de formação profissional.

Importa agora então perceber qual a execução da Carta Educativa de 2007, através da tabela e análise das páginas seguintes.

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameira
Eng.º Civil - U.P.

Tabela 37: Propostas e Execução da Carta Educativa de 2007

PROPOSTAS DA CARTA EDUCATIVA DE 2007	Freguesias	Intervenções	Horizonte Temporal de Execução	Custo	Grau de Execução	
					Executado (X)	Não Executado (X)
Construção de novas salas de pré-escolar	Baguim do Monte	6	2011	- €		X
	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova	18 + 12	2011	3000000 + 750000		X
	U.F. da Foz do Sousa e Covelo	2	2011	400.000,00 €		X
	U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim	18 + 7 + 4	2007 + 2011	700000 + 0 + 260000		X
	Lomba	1	2011	165.000,00 €		X
	U.F. de Melres e Medas	2 + 1	2011	100000 + 105000		X
Requalificação de Jardins de Infância (JI)	Rio Tinto	21	2011	800.000,00 €		X
	Baguim do Monte	Jl de Entre Canelas	2009/2010	100.000,00 €		X
		Jl do Castro	2009	30.000,00 €		X
		Jl de Santa Eulália	2008/2009	800.000,00 €		X
	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova	Jl de Bela Vista	2009/2010	100.000,00 €		X
		Jl de Vila Verde	2009	100.000,00 €		X
		Jl de Jancido	2009/2010	100.000,00 €		X
	U.F. da Foz do Sousa e Covelo	Jl de Zebreira	2009/2010	100.000,00 €		X
	U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim	Jl de Monte Castro	2009/2010	100.000,00 €		X
		Jl de Pinheiro d'Além	2009	100.000,00 €		X
	Lomba	Jl de Laberco	2009/2010	300.000,00 €		X
		Jl de Medas	2008/2010	200.000,00 €		X
	U.F. de Melres e Medas	Jl de Branzelo	2008/2009	50.000,00 €		X
		Jl de Cimo de Vila	2009	100.000,00 €		X
Novas Escolas do 1.º ciclo	Rio Tinto	Jl de Pontelinha n.º 2	2008	100.000,00 €		X
	Baguim do Monte	Construção do Centro Escolar de Baguim do Monte	2008/2009	2.800.000,00 €	X	
		Construção do Centro Escolar de Valbom	2008/2009	3.200.000,00 €	X	
	U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim	Construção do Centro Escolar de Jovim	2009/2010	1.600.000,00 €		X
		Construção do Centro Escolar de Gondomar-Sede	2009/2009	3.200.000,00 €	X	
		Construção do Centro Escolar de Gondomar/Valbom	2009/2010	2.800.000,00 €		X
	Rio Tinto	Construção do Centro Escolar de Boavista-Lourinha	2008/2009	3.200.000,00 €	X	
	U.F. de Fânzeres e S. Pedro da Cova	Construção do Centro Escolar de Venda Nova	2010/2011	2.200.000,00 €	X	
Remodelação e ampliação de escolas do 1.º ciclo		Construção do Centro Escolar de Carvalhal/Mó	2008/2009	2.400.000,00 €	X	
	Baguim do Monte	Escola EB 1 de Tornegrim	2009/2010	800.000,00 €		X
		Escola EB 1 da Bela Vista n.º 1	2009	400.000,00 €	X	
	U.F. da Foz do Sousa e Covelo	Escola EB 1/Jl de Gens	2008/2009	800.000,00 €		X
		Escola EB 1/Jl de Jancido	2008	400.000,00 €	X	
		Escola EB 1 de Ribeira de Baixo	2009	50.000,00 €		X
		Escola EB 1 de Zebreira	2009/2010	300.000,00 €		X
		Escola EB 1 de Chães	2009/2010	200.000,00 €		X
		Escola EB 1 da Bela Vista n.º 2	2009/2010	1.200.000,00 €	X	
	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova	Escola EB 1 de Santa Eulália	2009/2010	600.000,00 €		X
		Escola EB 1 de Montzelo	2009/2010	800.000,00 €		X
		Escola EB 1 de Alto de Soutelo	2009/2010	1.200.000,00 €		X
		Escola EB 1 do Sêxo	2008/2009	600.000,00 €	X	
		Escola EB 1 do Passal	2008	500.000,00 €	X	
		Escola EB 1 de Vila Verde	2009	600.000,00 €		X
		Escola EB 1 de Covilhã	2009	500.000,00 €		X
		Escola EB 1 de Belo Horizonte	2009	400.000,00 €		X
		Escola EB 1 do Taralhão	2009	600.000,00 €		X
		Escola EB 1 do Souto	2009	800.000,00 €		X
	U.F. de Gondomar, Valbom e Jovim	Escola EB 1 de Belo Aguiar	2010	600.000,00 €		X
		Escola EB 1 de Alães	2010	400.000,00 €		X
		Escola EB 1 de Pinheiro d'Além	2009	600.000,00 €		X
		Escola EB 1 da Arroiteia	2008/2009	800.000,00 €	X	
	Lomba	Escola EB 1 de Sante	2008/2009	420.000,00 €		X
	U.F. de Melres e Medas	Escola EB 1 dos Carvalhos	2009	200.000,00 €		X
		Escola EB 1 de Branzelo	2009	300.000,00 €		X
		Escola EB 1 da Lourinha	2009/2010	800.000,00 €		X
		Escola EB 1 de S. Caelano n.º 2	2009/2010	800.000,00 €		X
		Escola EB 1 da Ponte	2009	400.000,00 €		X
	Rio Tinto	Escola EB 1 de São Caelano n.º 1	2008	800.000,00 €	X	
		Escola EB 1 de Cabanas	2009	800.000,00 €		X
		Escola EB 1 da Boavista	2009/2010	800.000,00 €		X
		Escola EB 1 de Boucinha	2010	800.000,00 €		X
Criação de Escolas Básicas Integradas	Rio Tinto	Escola Básica Integrada de Santegãos-Triana	2009/2010	4.400.000,00 €		X
Ampliação e Remodelação do ensino básico e secundário	U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova	Escola EB 2/3 de Fânzeres				X
		Escola EB 3/Secundária de S. Pedro da Cova				X
	U.F. Gondomar, Valbom e Jovim	Escola EB 2/3 de Gondomar			X	
		Escola EB 2/3 de S. Pedro da Cova				X
		Escola EB 3/Secundária de Valbom				X
	U.F. de Melres e Medas	Escola EB 2/3 de Medas				X
		Escola EB 2/3 de Rio Tinto			X	
	Rio Tinto	Escola EB 3/Secundária de Rio Tinto			X	

Fonte: CMG

A Carta Educativa encontra-se com uma execução de 16 das 70 propostas, correspondendo a uma taxa de execução de 23%.

Constata-se por temática que:

- Em termos de **Construção de novas salas pré-escolares, Requalificação de Jardins-de-infância e Criação de Escolas Básicas Integradas** não tiveram nenhuma medida concretizada – correspondia a 31% das propostas;
- Relativamente às **novas escolas do 1.º ciclo**:
 - Existem 6 propostas executadas, o que equivale a 75% de execução desta temática:
 - Curiosamente, foram construídas em todas as freguesias que tinham proposta de intervenção, a exceção foi a U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, em que foram executadas 2/4 propostas;
- No que se refere à **Remodelação e ampliação de escolas do 1.º ciclo**:
 - Foram executadas 7/32 propostas, o que equivale a 22% da execução;
 - Na generalidade, a sua execução foi concretizada em freguesias urbanas (5/25 propostas), neste caso:
 - Baguim do Monte teve a única proposta executada; U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, só teve 1/6 propostas executadas; Rio Tinto, também só teve 1/7 propostas executadas; e, por fim, U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova teve 3/9 propostas executadas, o que equivale a 33% de execução;
 - Nas freguesias rurais foram executadas 2/8 propostas, ambas em U.F. de Foz do Sousa e Covelo.
- Ao nível da **Ampliação e Remodelação do ensino básico e secundário**:

- **Das 8 propostas foram executadas 3** – o que equivale a 38% – uma na U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, e duas em Rio Tinto – tendo esta freguesia tido o pleno da execução das propostas.

Atendendo à **ausência de informação sobre a execução financeira** e atendendo a que esta, por norma, ultrapassa o valor orçamentado – visto que este também é uma estimativa –, importa saber, com a informação disponível, qual a taxa de execução financeira, mediante os valores estimados de custo. Assim sendo, dos 53.370.000€ foram executados 21.700.000€, equivalendo a 41% do orçamento proposto.

CONTRIBUTOS QUE O PLANO/PROGRAMA/POLÍTICA DEU AO MUNICÍPIO:

Aspetos Positivos

- 16 das 70 medidas concretizadas, perfazendo uma taxa de execução de 22%;
- Temáticas relacionadas com 1.º ciclo, como é o caso das novas escolas do 1º ciclo e da remodelação e ampliação das escolas do 1.º ciclo, tiveram as melhores percentagens de execução, neste caso, 75% e 22%, respetivamente;
- Na generalidade, a execução das propostas foram realizadas onde as pressões sociais e a quantidade de massa crítica existente são as maiores. Neste caso, é de destacar a freguesia de Rio Tinto, a U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim e a U.F. de Fânzeres e São Pedro da Cova;
- A constante monitorização do setor da educação, com os dois relatórios de monitorização no setor, desde 2007.

Aspetos Negativos

- A constante perda de alunos matriculados, desde 2013 - em média 316 alunos por ano;
- Ausência de informação da execução financeira;
- Os relatórios de monitorização não avaliaram o programa de execução da Carta Educativa.

- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)

O PEDU, publicado em 2016, enquanto **instrumento estratégico de desenvolvimento urbano**, tem como **objetivo definir prioridades de investimento em três setores integrados**: a reabilitação urbana, através do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), a mobilidade sustentável, através do PAMUS e o apoio às comunidades desfavorecidas, através do Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD). Estabelece uma série de medidas que se baseiam na obtenção de fundos comunitários no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte – Norte 2020. As medidas apresentadas no PEDU são as constantes na tabela seguinte.

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

Tabela 38: PEDU e sua execução

Tipo de Intervenção	Designação da Intervenção	Natureza do investimento		Horizonte Temporal da sua execução	Execução em 2017				Execução em 2018			
		Público	Privado		Executada (X)	Não Executada (X)	Executada (X)	Não Executada (X)	Executada (X)	Não Executada (X)	Executada (X)	Não Executada (X)
Espaço Público	(EF 2.1) Requalificação de espaço público em bairros sociais	612 619,00 €	- €	2016 e 2017		X			Em execução			
Edificado	(EF 2.2) Reabilitação de edifícios de habitação social	9 110 676,00 €	- €	2016/2017/2018 e 2019	X				Em execução			
Iniciativas de Apoio ao empreendedorismo	(EI 1.1) Promoção do Empreendedorismo	54 000,00 €	2 000,00 €	2016/2017 e 2018		X				X		
	(EI 2.1) Apoio à criação do próprio emprego por mulheres	22 500,00 €	2 000,00 €	2016 e 2017		X				X		
	(EI 1.3) Ações de capacitação para a inserção ou reinserção social e profissional	27 000,00 €	- €	2016/2017/2018 e 2019		X				X		
	(EI 1.4) Ações de dinamização de práticas artísticas e culturais para grupos excluídos ou socialmente desfavorecidos com vista ao aumento da coesão social	350 000,00 €	- €	2016/2017/2018/2019 e 2020		X				X		
	(EI 1.5) Ações de promoção da qualidade de vida nas pessoas com deficiência e incapacidade	18 000,00 €	2 000,00 €	2016/2017/2018 e 2019		X				X		
	(EI 1.12) Qualificação do apoio institucional a crianças e jovens	19 000,00 €	1 500,00 €	2016/2017 e 2018		X				X		
	(EI 2.2) Promover competências - Capacitação para a inclusão	83 500,00 €	3 750,00 €	2016/2017/2018 e 2019		X				X		
	(EI 2.3) Ações integradas (inovadoras e/ou experimentais) de promoção local da inclusão social ativa	130 200,00 €	- €	2016/2017/2018/2019 e 2020		X				X		
	(EI 1.15) Apoio à prevenção e redução do abandono escolar	200 000,00 €	- €	2016/2017 e 2018		X				X		
	(EI 1.16) Apoio à promoção da igualdade	100 000,00 €	- €	2016/2017 e 2018		X				X		
	(EI 1.13) Ação Idade é vida	350 000,00 €	- €	2016/2017/2018 e 2019		X				X		
	(EI 1.6) Ações de promoção e valorização do diálogo e a interculturalidade	21 000,00 €	- €	2016/2017/2018/2019 e 2020		X				X		
	(EI 1.2) Promover um voluntariado potenciador de inclusão social	27 000,00 €	- €	2016/2017 e 2018		X				X		
	(EI 1.7) Ações de sensibilização para a promoção de igualdade	24 000,00 €	1 800,00 €	2016/2017 e 2018		X				X		
	(EI 1.8) Ações de proteção das vítimas de violência doméstica	27 750,00 €	2 500,00 €	2016/2017 e 2018		X				X		
	(EI 1.9) Apoio à criação de uma rede de cuidados de proximidade	118 000,00 €	- €	2016/2017 e 2018		X				X		
	(EI 1.10) Saúde à distância	63 600,00 €	- €	2016/2017 e 2018		X				X		
	(EI 1.11) Prevenir +	18 000,00 €	- €	2016/2017/2018 e 2019		X				X		
	(EI 1.14) Apoio à Inovação Social	87 500,00 €	- €	2017/2018/2019 e 2020		X				X		
	(EI 1.17) Apoio à intervenção precoce	109 000,00 €	- €	2017/2018/2019 e 2020		X				X		
	(EI 1.18) Ações de apoio à parentalidade	87 500,00 €	- €	2017/2018/2019 e 2020		X				X		
PARU												
	(A1) Reperilamento da Rua D. Afonso Henriques	1 207 600,00 €	- €	2017 e 2018		X				X		
	(A2) Reabilitação da praça do mercado da Azeiteira	33 273,00 €	- €	2016/2017 e 2018		X				X		
	(A3) Requalificação das vias estruturantes do centro histórico de Valbom	2 415 200,00 €	- €	2017/2018 e 2019		X				X		
	(A4) Requalificação das vias estruturantes do centro histórico de S. Cosme	3 985 080,00 €	- €	2017/2018 e 2019		X				X		
	(A5) Requalificação do Monte Castro	386 432,00 €	- €	2016 e 2017		X				X		
	(A6) Requalificação das vias estruturantes do centro histórico do lugar de Ramalde	357 450,00 €	- €	2018 e 2019		X				X		
	(A7) Requalificação das vias estruturantes do centro histórico do lugar de Aguiar	1 294 547,00 €	- €	2018 e 2019		X				X		
	(A8) Construção do parque urbano e desportivo de Ramalde	3 139 760,00 €	- €	2017/2018 e 2019		X				X		
	(A9) Requalificação das vias estruturantes do centro histórico do lugar do Vinhal	966 060,00 €	- €	2018 e 2019		X				X		
	(A10) Requalificação das vias centrais de S. Caelano/Rio Tinto	1 449 120,00 €	- €	2016 e 2017		X				X		
	(A11) Requalificação dos arruamentos da zona histórica de Medancelhe e Rio Tinto	6 086 304,00 €	- €	2016/2017 e 2018		X				X		
	(A12) Construção do parque urbano do centro cívico de Rio Tinto	1 207 600,00 €	- €	2016 e 2017		X				X		
	(A13) Construção do parque urbano de Campainha	2 173 680,00 €	- €	2017/2018 e 2019		X				X		
	(A14) Requalificação dos arruamentos da zona histórica de Fânzeres	1 690 640,00 €	- €	2017/2018 e 2019		X				X		
	(A15) Requalificação dos arruamentos da zona histórica da Bela Vista e largo da feira	3 139 760,00 €	- €	2017/2018 e 2019		X				Em execução		
	(A16) Requalificação dos arruamentos da zona histórica de São Pedro da Cova/Museu Mineiro	1 159 296,00 €	- €	2017 e 2018		X				X		
	(A17) Construção do parque urbano da Ribeira de Parada	705 227,00 €	- €	2017/2018/2019 e 2020		X				X		
	(A18) Requalificação dos arruamentos da zona histórica de Beló/Ramalho	1 932 160,00 €	- €	2018/2019 e 2020		X				Em execução		
	(B1) Reabilitação do EB1 de Beló	776 945,00 €	- €	2016 e 2017		X				X		
	(B2) Reabilitação do EB1 de Monte Castro	836 710,00 €	- €	2016 e 2017	X					X		
	(B3) Reabilitação do Pavilhão de Fânzeres	286 872,00 €	- €	2016 e 2017		X				X		
	(B4) Reabilitação de edifícios privados	- €	17 212,32 0,00 €	2016/2017/2018/2019 e 2020	X					X		
	(C1) Construção do parque urbano de São Pedro da Cova/Musealização das antigas instalações mineiras	1 792 950,00 €	- €	2018/2019 e 2020		X				X		
	(C2) Reabilitação do espaço envolvente das antigas instalações da tapada do Outeiro	1 195 300,00 €	- €	2018/2019 e 2020		X				X		
	(D1) Medidas minimizadoras do impacto da obras	134 740,00 €	- €	2016/2017/2018 e 2019		X				X		
	(E1) Promoção, sensibilização e comunicação	127 920,00 €	- €	2016/2017/2018 e 2019		X				X		
PAMUS												
Modos Suaves	(I1) Reperilamento da estrada de D. Miguel	907 292,50 €	- €	2017 e 2018		X				X		
Modos Suaves	(I2) Projeto da Circunvalação	7 083 024,00 €	- €	2018/2019 e 2020		X				X		
Modos Suaves	(I3) Avenida da Conduta	485 840,50 €	- €	2016 e 2017		X				Em execução		
Modos Suaves	(I4) Requalificação das vias envolventes da Rua de D. Afonso Henriques	842 904,00 €	- €	2017 e 2018		X				X		
Modos Suaves	(I5) Ligação Barro do Couto Mineiro, Bairro da Bela Vista e Estrada D. Miguel	140 484,00 €	- €	2017 e 2018		X				X		
Modos Suaves	(I6) Reperilamento da Avenida General Humberto Delgado	936 560,00 €	- €	2018 e 2019		X				X		
Modos Suaves	(I7) Requalificação do caminho do Pevidal	175 605,00 €	- €	2016 e 2017	X					X		
Modos Suaves	(I8) Percorso ribeirinho da Archeira	374 624,00 €	- €	2019 e 2020		X				X		
Modos Suaves	(I9) Percorso ribeirinho de Atães	655 592,00 €	- €	2017 e 2018		X				X		
Modos Suaves	(I10) Percorso ribeirinho da Lixa	636 860,80 €	- €	2017 e 2018		X				X		
Modos Suaves	(I11) Percorso da via estruturante norte/sul	901 439,00 €	- €	2016 e 2017		X				X		
Modos Suaves	(I12) Percorso da via nordeste	2 165 795,00 €	- €	2017 e 2018		X				X		
Integração multimodal (bilitética)	(II1) Generalização do Andante a todos os operadores e linhas	439 012,50 €	- €	2016 e 2017		X				X		
Interfaces	(III1) Construção do parque de estacionamento, interface com modo suave e ligação ao metro, no centro cívico de Rio Tinto	234 140,00 €	- €	2018/2019 e 2020		X				X		
Interfaces	(III2) Construção de interface BUS, parque de estacionamento e interface com o modo suave (bicicletas), no Largo do Souto	1 006 802,00 €	- €	2017 e 2018		X				X		
Interfaces	(III3) Criação de interface rodoviário e ligação pedonal Metro/CP, junto à estação da Linha de caminho-de-ferro de Rio Tinto	1 041 923,00 €	- €	2017 e 2018		X				X		
Interfaces	(III4) Criação de interface de ligação metro, no centro do concelho	415 596,50 €	- €	2016 e 2017		X				X		
Interfaces	(III5) Construção do parque de estacionamento da Lourinha em interface com o comboio	327 796,00 €	- €	2016 e 2017		X				X		
Corredores BUS, BRT e LRT	(IV1) Projeto da Circunvalação	2 361 008,00 €	- €	2017 e 2018		X				X		
Corredores BUS, BRT e LRT	(IV2) Prolongamento da linha de metro até à Avenida da Carvalho	11 121 650,00 €	- €	2018 e 2019		X				X		
Soluções DRT	(VI1) Implementação da travessia do Douro, por barco, entre Melres e Lomba	125 264,90 €	- €	2017 e 2018		X				X		
Soluções DRT	(VI2) Reforço da rede interna de transportes para os territórios do alto concelho - veículos ecológicos - transporte flexível	5 092 545,50 €	- €	2016 e 2017		X				X		

Fonte: CMG

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

Handwritten signature and initials

O PEDU tendo como horizonte temporal máximo até 2020 tem um período de execução que ultrapassa o período em análise no presente REOT e, portanto, por ordem de preferência serão analisadas as iniciativas que têm como horizonte temporal até 2017 – não sendo de desprezar o que está a ser desenvolvido, na atualidade, e o que posteriormente será realizado.

Por horizonte temporal importa referir o seguinte:

- **Em 2016, não houve nenhuma medida concretizada;**
- **Em 2017:**
 - Existem **15 medidas** com este horizonte temporal, contudo:
 - **Só 3** é que se encontram realizadas, designadamente a E.I 2.1, B2 e I7. Curiosamente, **uma em cada programa do PEDU.**
 - Os programas mais prejudicados em termos de execução é o **PARU e o PAMUS**, com uma execução de 1/6 e 1/7 medidas executadas, respetivamente;
 - **Existe um atraso de execução previsto para o pós-2017 de 3 medidas**, nomeadamente a EF 2.1, que começa a ser executada em 2018; A10, que teve o seu ano de inauguração em 2018; e, por fim, a I3, que se encontra em execução;
 - Conclui-se pois que, das 15 medidas, 3 encontram-se atrasadas e 3 foram realizadas – o que corresponde a **20%** de execução.
- **Em 2018:**
 - Existem **22 medidas** com este horizonte temporal, sendo que só existe uma medida excetuada, designadamente a A11.
- **Demais anos:**
 - 53% das medidas programadas encontram-se nos três anos supramencionados, sendo que para o futuro do PEDU, as demais medidas, **algumas já se encontram em execução, como é o caso da A14, A15 e A18, todas no âmbito do PARU.**
 - **Prevê-se que o PEDU não tenha a execução plena das iniciativas propostas**, atendendo ao grau de execução que tem existido nos últimos anos.

Atendendo à **ausência de informação sobre a execução financeira** e atendendo a que esta, por norma, ultrapassa, o valor orçamentado, importa saber, com a informação disponível pela Comissão de Desenvolvimento Regional do Norte e os projetos aprovados pelo Norte 2020, qual a taxa de financiamento, mediante os valores estimados de custo (consultar tabela seguinte e respetiva análise na página seguinte).

Tabela 39: Medidas executadas e financiamento

Ano	Medidas	Aprovada pelo Norte 2020	Valor orçado	Valor aceite de fundo aprovado	% do valor aceite perante o valor orçado
2017	EF 2.1	Sim	612.619,00 €	110.067,40 €	18%
	EI 2.1	Não	24.500,00 €	- €	0%
	A10	Não	1.449.120,00 €	- €	0%
	A12	Sim	1.207.600,00 €	2.600.000,00 €	215%
	B2	Sim	836.710,00 €	535.184,65 €	64%
	I3	Sim	485.840,50 €	673.537,32 €	139%
	I7	Sim	175.605,00 €	122.678,52 €	70%
2018	A11	Sim	6.086.304,00 €	178.086,25 €	3%
2019	A14	Sim	1.690.640,00 €	829.427,30 €	49%
	A15	Não	3.139.760,00 €	- €	0%
	A18	Sim	1.932.160,00 €	654.782,20 €	34%
2020	B4	Sim	17.212.320,00 €	2.163.994,59 €	13%
Total			34.853.178,50 €	7.867.758,23 €	23%
Média			3.168.470,77 €	715.250,75 €	23%

Fonte: CMG e CCDD-N

Assim sendo, dos **104.841.122,20€ orçamentados**, no âmbito do PEDU, foram aprovados pelos fundos comunitários, **7.867.758,23€** – equivalendo a 8% dos fundos aprovados pelo Norte 2020 para o concelho.

Além do mais, importa saber que:

- Em média, o valor aprovado pelos fundos comunitários corresponde a **23% do valor orçado pelo PEDU**;
- Existem **dois projetos aprovados onde o peso de fundo comunitário cobre mais de 50% do valor a investir**, designadamente, no I7 (70%) e no B2 (64%).
- Também em **dois casos, o valor orçamentado é ultrapassado pelo valor aprovado pelo Norte 2020**, como é o caso da A12 e I3, com diferenças de 215% e 139%, respetivamente.

CONTRIBUTOS QUE O PLANO/PROGRAMA/POLÍTICA DEU AO MUNICÍPIO:

Aspetos Positivos

- Um conjunto de iniciativas que procuram promover uma nova dinâmica urbana no concelho, valorizando socialmente e urbanisticamente o território;
- Em execução medidas programadas para 2019;
- O PARU é dos programas que mais concretização tem tido, bem como aprovação de apoios comunitários;
- A procura de candidatar essas iniciativas a fundos comunitários, enquanto alternativa de financiamento ao orçamento municipal.

Aspetos Negativos

- 3 das 15 medidas para 2017 encontram-se executadas;
- 3 das 15 medidas de 2017 encontram-se atrasadas;
- Prevê-se a não execução das medidas para 2018, face à inexistência de propostas em execução ou executadas - estando apenas 1 medida executada;
- O valor aprovado pelos fundos comunitários corresponde a 23% do valor orçado pelo PEDU;
- A perda de oportunidade de financiamento comunitário para a execução das propostas;
- Previsão de não concretização do PEDU na sua plenitude, atendendo ao grau de execução que tem existido nos últimos anos.

06. MAR 2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

149
P. C. C.

- Área de Reabilitação Urbana (ARU)

A importância estratégica da reabilitação urbana é patente na aposta que tem sido feita nesta área, nomeadamente ao nível dos incentivos à reabilitação de espaços públicos e do edificado que têm vindo a ser criados. O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana define áreas de reabilitação urbana como **espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justifiquem uma intervenção integrada**, abrangendo áreas e centros históricos, património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas.

Atualmente, o concelho de Gondomar tem **7 ARU**, aprovadas e publicadas pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e no Diário da República:

- ARU Rua D. Afonso Henriques (Aviso n.º 15273/2018, de 23 de outubro) – **Não tem execução, até ao momento;**
 - Tendo **15** propostas e um orçamento de **33.159.380€;**
- ARU Rio Tinto (Aviso n.º 15383/2018, de 24 de outubro) – **Não desenvolveu ainda a Operação de Reabilitação Urbana (ORU);**
- ARU S. Pedro da Cova e Fânzeres (Aviso n.º 15187/2018, de 22 de outubro) – Tem o desenvolvimento de **1 proposta e em execução mais 4;**
 - Tendo no total **19** propostas e um orçamento de **80.807.052.40€;**
- ARU Vinhal (Declaração de Retificação n.º 418/2017, de 26 de junho) – **Não desenvolveu ainda a ORU;**
- ARU S. Cosme e Valbom (Aviso n.º 15186/2018, 22 de outubro) – Tem o desenvolvimento de **2 propostas;**
 - Tendo no total **50** propostas e um orçamento superior a **80.000.000€;**
- ARU Margens do Douro/Atães (Aviso n.º 15384/2018, de 24 de outubro) – **Não desenvolveu ainda a ORU;**
- ARU Margens do Douro/Lixa (Declaração de Retificação n.º 418/2017, de 26 de junho) – **Não desenvolveu ainda a ORU.**

Tal descritivo permite perceber que existe uma série de ARU que não apresentam Operações de Reabilitação Urbana para operacionalizar as ARU. Curiosamente, são **em territórios que não apresentam um contexto urbanístico e demográfico de salientar**, pois apresentam **contextos de regressão e de perda de atratividade** desses territórios ditos rurais, designadamente a:

- ARU Margens do Douro/Atães – localizada na U.F. de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim, mas pertencente à freguesia de Jovim que era a mais rural das três que foram agregadas em 2013;
- ARU Margens do Douro/Lixa – localizada na U.F. da Foz do Sousa e Covelo.

As ARU do Vinhal e de Rio Tinto, ao não se localizarem neste enquadramento territorial, apresentam perante o seu contexto, um importante contributo, não só associado à valorização da qualidade e do envelhecimento do seu edificado, mas também pela dimensão funcional e demográfica que têm na continuidade urbana do concelho.

Atendendo à inexistência de ORU, mas também à execução baixa das que têm, importa salientar que **as ARU foram publicadas no ano de 2018, na sua generalidade, e apresentam um horizonte temporal de execução de 2032.** Portanto, para efeitos de análise, condiciona possíveis efeitos que as mesmas possam ter no território, face à sua recente publicação e entrada em ação na gestão urbanística do município.

Será de referir unicamente que as **medidas executadas**, como é o caso da **ARU S. Pedro da Cova e Fânzeres**, **são as que estão interligadas com o PARU**, tendo executado a *Reabilitação do espaço público do centro histórico de Fânzeres* e em execução a *Reabilitação do espaço público em mau estado de conservação*, o *Alargamento de passeios* e a *Requalificação do espaço da feira da Bela Vista*.

Ao nível da **ARU de S. Cosme e Valbom**, as duas medidas executadas são concordantes também com **as ações definidas pelo PARU** para esses territórios, como é o caso do Bairro social do Monte Crasto e rua D. João de França.

CONTRIBUTOS QUE O PLANO/PROGRAMA/POLÍTICA DEU AO MUNICÍPIO:

Aspetos Positivos

- Um conjunto de iniciativas que procuram promover uma nova dinâmica urbana no concelho, valorizando social e urbanisticamente o território;
- Os valores orçados para a execução da ARU são significativamente elevados;
- Horizonte temporal da execução das ORU até ao ano de 2032;
- A procura de valorização, não só centros urbanos classificados como centralidades, mas também aglomerados populacionais de pequena dimensão.
- A procura de candidatar essas iniciativas a fundos comunitários, enquanto alternativa de financiamento ao orçamento municipal.

Aspetos Negativos

- A expectativa criada pelo volume de medidas e de orçamento que as ARU têm;
- Até ao momento sem ser as ações financiadas pelos fundos comunitários, as demais ações dependentes da iniciativa municipal e privada não se encontram realizadas;
- A perda de oportunidade de financiamento comunitário para a execução das propostas.

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

157
P. C. L.

Síntese

QUADRO SÍNTESE:

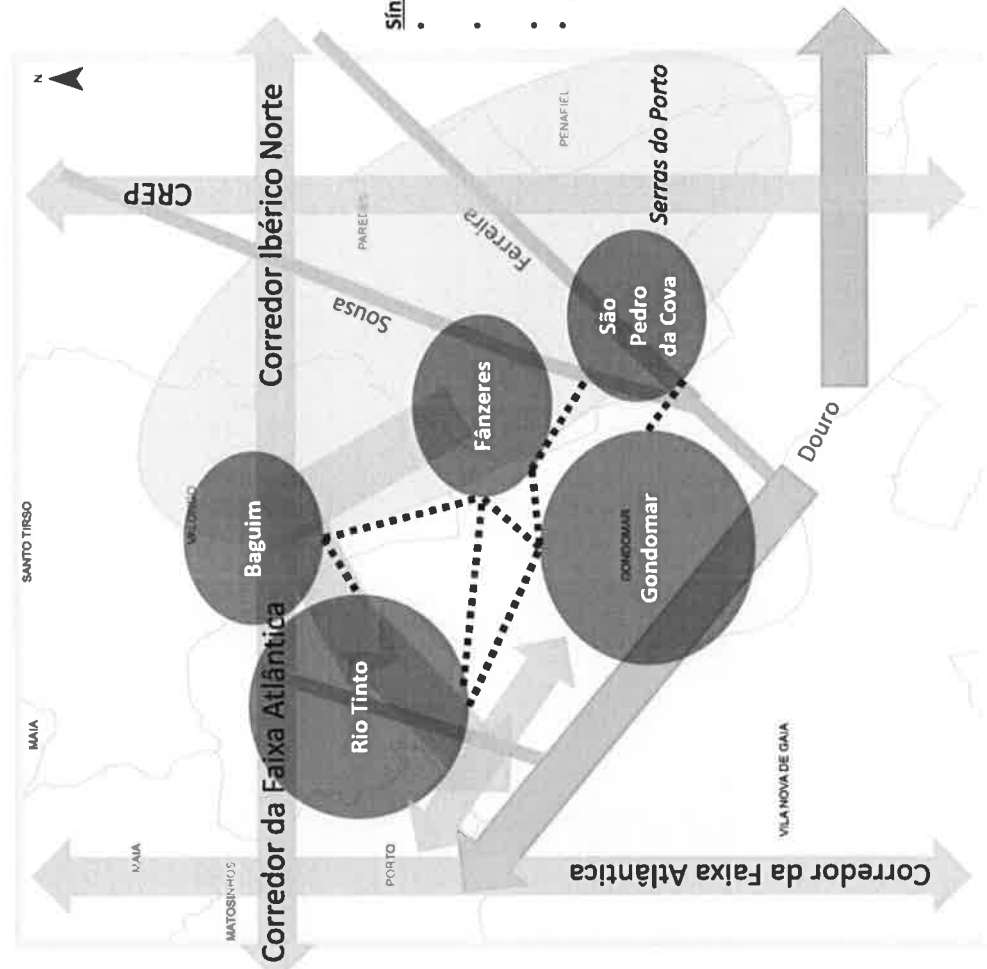
Aspetos Positivos

- O enquadramento metropolitano do concelho contribui para que tenha um interesse relevante na execução das propostas definidas pelos planos/programas/políticas;
- Intervenções ambientais que ocorreram no concelho promovem a qualidade ambiental e urbanística do território concelhio;
- Novas estratégias associadas a novos enquadramentos legislativos motivam a atualização de diferentes planos/programas/políticas, como é o caso da floresta e do ordenamento do território;
- Estão elencadas uma série de propostas/intervenções para o concelho tendo como foco as áreas rurais;
- Importância dos Fundos Comunitários enquanto suporte para a execução de diferentes propostas dos variados planos/programas/políticas.

Aspetos Negativos

- Elementos essenciais para a implementação das estratégias dos planos/programas/políticas aguardam consensos alargados ou encontram-se num estado de conservação defavorável como é o caso da EN12 e da água, respetivamente;
- Desordenamento florestal do concelho;
- Fraca taxa de execução dos planos/programas/políticas, em especial do PDM;
- Desvio das orientações estratégicas dos planos/programas/políticas.

Modelo Territorial



Síntese Regional:

- População diminui e envelhecimento aumenta;
- Aumento da polarização da AMP perante o conjunto regional;
- Balança comercial é positiva;
- Rede viária nacional estabilizada.

Síntese Urbana:

- Diminuição da população e um progressivo aumento do envelhecimento;
- Dinâmica económica em recuperação;
- Importante investimento no ambiente;
- Rede de infraestruturas consolidadas e com margem de progressão;
- Fraca execução das propostas definidas pelos planos/programas/políticas com o horizonte temporal de 2018.

Síntese Rural:

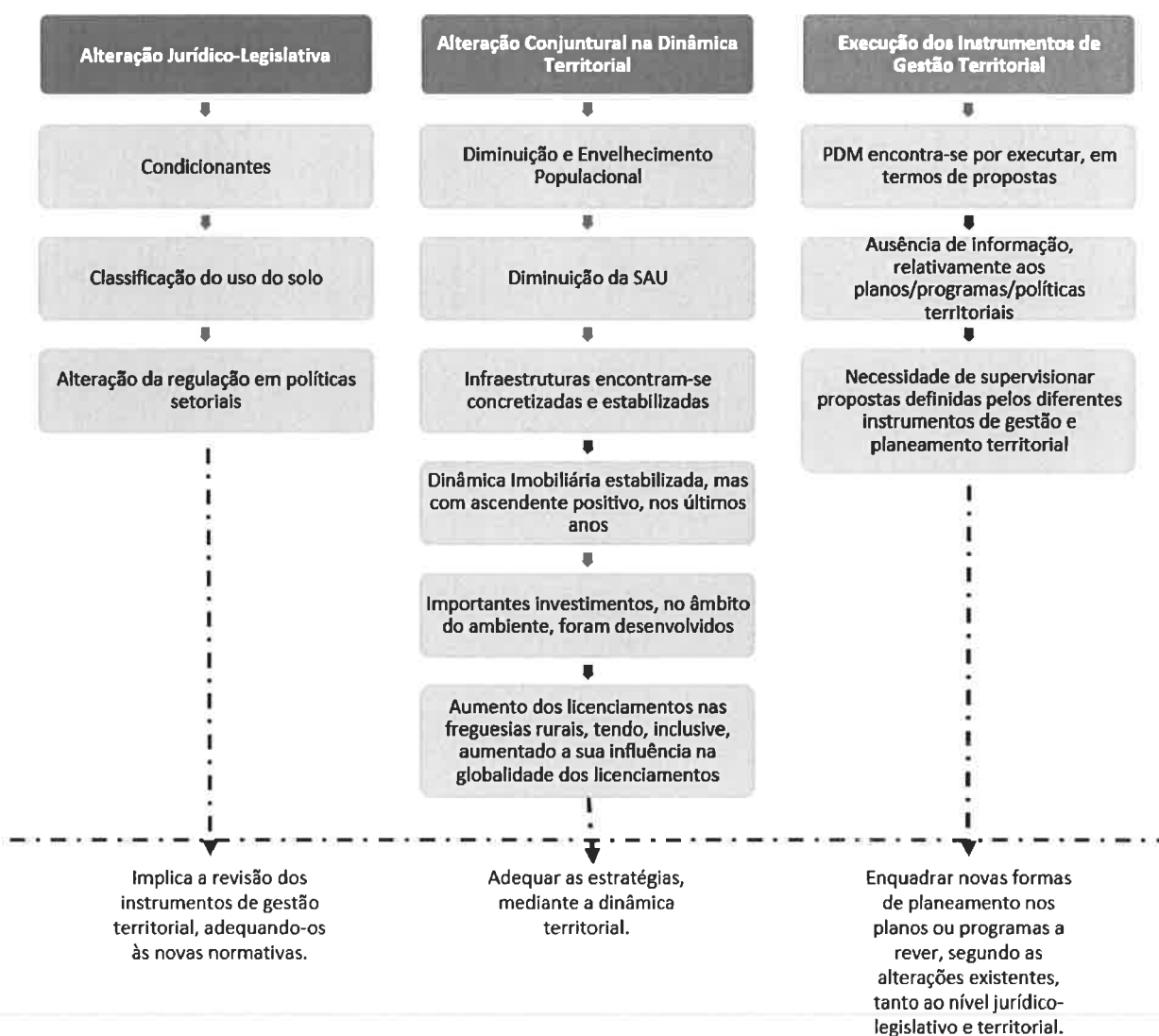
- Regressão demográfica e da atratividade económica;
- Regressão da área de SAU;
- Aumento dos licenciamentos;
- Não execução das propostas dos planos/programas/políticas condiciona a evolução do território;
- Ação do Serras do Porto para breve.

Considerações Finais

O REOT, enquanto instrumento decisivo para apoio da gestão do território do concelho de Gondomar procurou avaliar diferentes planos/programas/políticas territoriais, bem como a dinâmica social, económica e ambiental, com a intenção de identificar os desafios que se colocam à prossecução da estratégia estabelecida, avaliando a sua adequação à conjuntura atual com vista a ponderar as necessidades da sua redefinição e ajuste.

Para Gondomar, este «REOT 0» permite concluir que é necessário ter em consideração novas realidades (sintetizadas na figura seguinte), mas também motivar as estruturas com responsabilidades na gestão do território para a necessidade de adequar, articular e organizar todo o procedimento de gestão e planeamento de forma equilibrada e adequada aos contextos/planos/programas territoriais.

Figura 90: Fatores de mudança



154
V. Ceu

Assim, com a elaboração do REOT são identificados estes desafios supramencionados, os quais deverão ter resposta na redefinição da estratégia territorial nos seguintes níveis:

- Económico: definidos pela necessidade de alternativas às atuais;
- Ambiental: na valorização dos valores naturais, no aumento da eficiência das redes de recolha e tratamentos de águas e resíduos e no desenvolvimento dos princípios de autossuficiência energética;
- Sociocultural: na valorização do património e na identidade do território, na qualificação da população e na aposta do envelhecimento positivo;
- Planeamento: no desenvolvimento de Gondomar, promovendo a compactação do espaço construído, na relação inter-rural e na monitorização do território.

Desta feita, o confronto entre as opções que o PDM procurou induzir no território, com as concretizações efetivas no sistema real aconselha a uma redefinição de estratégias, mediante os pressupostos indicados na tabela seguinte – onde se estabelece a relação com os objetivos propostos, a situação que ocorre no sistema real e as possíveis respostas pelas quais o futuro PDM ou demais IGT, possam orientar o desenvolvimento do território.

Em suma, a definição dos objetivos deve ter em conta estes desafios, estabelecendo estratégias de desenvolvimento realistas e assumidas tanto técnica como politicamente.

Tabela 40: O que mudar

Objetivos do PDM:	O que ocorre no sistema real:
- Reforço da coesão territorial: • Reforço das acessibilidades externas e internas; • Estabelecimento de uma rede de equipamentos e de espaços verdes pública e equilibrada; • Requalificação dos núcleos urbanos e rurais e incentivo à reabilitação; • Acréscimo da dotação infraestrutural básica. - Modernização e diversificação dos setores económicos e produtivos: • Relocalização e estruturação dos espaços de carácter empresarial; • Promoção do turismo fluvial e do turismo no espaço rural; • Promoção e valorização das atividades produtivas em espaço rural, apoiando os uso agroflorestais diversificados e extensivos e as práticas de produção associadas. - Valorização e promoção do património: • Garantia do equilíbrio dos sistemas naturais e da paisagem; • Valorização da multiplicidade da paisagem no desenvolvimento agrorural, promovendo o carácter extensivo das práticas de gestão agrícolas, florestal e silvopastoral;	- A diminuição populacional de 1%, entre 2011 e 2017, e a dinâmica empresarial em crescendo, indiciam a existência de um novo período no concelho <i>post-crisis</i>; - Crescimento positivo da balança comercial, cifrando-se nos 36%, o que corresponde a um aumento de 35 milhões de euros, entre 2016/2017; - Em termos agrícolas, o concelho encontra-se a regredir, em termos de área (-58% da área de SAU, entre 1989-2009), explorações e produtores; - Rácios de equipamentos escolares, sociais e de saúde por população inferiores aos da AMP; - O aumento (embora residual) do edificado é impulsionado predominantemente pela construção nova; - Aumento da dinâmica construtiva nas freguesias rurais; - Concretização plena da rede viária associada ao PRN2000; - Por realizar a expansão do metro do Porto e a requalificação urbana da Estrada da Circunvalação (EN12); - Estabilização das grandes classes de ocupação do solo, tendo uma tendência para a diminuição da área agrícola; - Grau de execução baixo dos diferentes planos/programas/políticas;

06.MAR.2019

José António Marques Salgado Lameiras
Eng.º Civil - U. C.

155
P. Céu

• Preservação e promoção da identidade histórica dos lugares dos elementos e sítios histórico-culturais; • Integração das «Serras do Porto» em área «protegida» e criação de uma estrutura de gestão própria, de natureza supramunicipal que promova a investigação, monitorização, valorização e divulgação dos recursos e valores naturais.	- As ações executadas estão associadas e dependentes de financiamentos comunitários; - Rede de infraestruturas ao nível da água concretizadas; - Importantes investimentos nas áreas ambientais; - Inexistência de estruturas municipais de monitorização e avaliação dos IGT.
Orientações para a revisão do PDM - Ajustamento dos objetivos definidos: • Orientar a classificação e qualificação do solo no sentido da contenção dos perímetros urbanos, contrariando a edificação dispersa; • Rever critérios de localização empresarial e estabelecer em mecanismos adequados à sua concretização, nomeadamente de controlo do custo do solo; • Programação criteriosa e realista de ações estruturantes para a promoção do desenvolvimento socioeconómico do território, tendo por base as linhas orientadoras propostas pelo novo quadro comunitário Portugal 2030; • Definição clara de políticas de habitação social ou a custos controlados; • Reforçar mecanismos de promoção de reabilitação urbana e qualificação do espaço público; • Estabelecimento de indicadores que permitam a monitorização e avaliação da execução do Plano; • Fomentar o esforço de investimento nas vertentes ambientais, nomeadamente na valorização e salvaguarda dos corredores ecológicos à escala metropolitana e concelhia.	

28 de novembro de 2018

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Gondomar apresentado à discussão e votação da Câmara Municipal mereceu uma análise cuidada dos eleitos da CDU. Este documento, cuja elaboração resulta de uma necessidade legal, sendo apresentado como um conjunto de indicadores estatísticos e de natureza imutável não pode deixar de ser analisado numa perspectiva política.

Se este órgão executivo optasse por fazer uma discussão séria e rigorosa do seu conteúdo, o relatório permitiria discutir dois aspectos essenciais para o concelho: i) analisar as opções políticas dos executivos municipais nos últimos anos, os objectivos traçados e os resultados obtidos; ii) planear uma intervenção do município em áreas estruturais para o desenvolvimento do concelho.

Para a CDU não existe nenhuma dúvida que o poder local democrático constitui uma das principais conquistas do 25 de Abril e um elemento indispensável para a melhoria das condições de vida das populações. E se tal opinião decorre de uma visão que vai para lá da análise às opções políticas das forças que têm dirigido o poder local e das respectivas circunstâncias em que o poder é exercido, não é menos verdade que a prática vem demonstrando que as opções de gestão de cada município produzem necessariamente resultados mais ou menos positivos ou negativos.

Para além de um conjunto de aspectos positivos na melhoria das condições de vida das populações, nomeadamente ao nível da infra-estruturação do concelho, o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Gondomar dá-nos alguns indicadores relevantes:

- i) O Concelho de Gondomar tem vindo a perder gradualmente população (menos 456 habitantes por ano entre 2011 e 2017);
- ii) Há um envelhecimento mais acentuado nas freguesias rurais;
- iii) Perda anual acentuada de alunos matriculados nas instituições do concelho;
- iv) Diminuição do peso de Gondomar no número de empresas da Área Metropolitana do Porto;
- v) Diminuição drástica da actividade agrícola;
- vi) Desaproveitamento de espaços abandonados (ex: actividade mineira) para outras dinâmicas económicas;
- vii) Elevado peso automóvel nas deslocações pendulares (60%);
- viii) A não concretização de projectos rodoviários fundamentais, como o projecto da circunvalação;
- ix) Expansão do sistema ferroviário ligeiro por concretizar;
- x) Rácio por habitante de equipamentos escolares, sociais e de saúde inferior à média da Área Metropolitana do Porto;
- xi) Equipamentos que apresentam um risco ambiental elevado;
- xii) Efeito dormitório com tendência para aumentar;
- xiii) Estabilização da despesa gasta em ambiente e uma regressão entre 2014 e 2016;
- xiv) Área ardida a aumentar e do risco de perigosidade também;
- xv) Regressão das áreas agrícolas;
- xvi) Diminuição do peso das áreas de actividades económicas do município na Área Metropolitana do Porto;

- xvii) Património degradado, em particular nas freguesias urbanas;
- xviii) Intensa artificialização do território que poderá colocar em risco a salvaguarda de espaços abertos classificados como património natural e paisagístico;
- xix) Nenhuma UOPG completamente concretizada;
- xx) Muitas das intervenções previstas de ordenamento do território não tiveram execução;
- xxi) Aumento da artificialização nas freguesias rurais;
- xxii) Ausência de monitorização e de informação sobre a execução da Carta Educativa;
- xxiii) Grande parte das acções programadas no PEDU e nas ARU não foram concretizadas ou encontram-se em claro desvio quanto à sua execução;
- xxiv) Baixo financiamento comunitário;
- xxv) Acções programadas nas ARU com financiamento privado ou municipal não se estão a concretizar;
- xxvi) Estado de conservação das massas de água negativo;
- xxvii) Ausência de informação do Plano de Gestão da Rede Hidrográfica;
- xxviii) Desordenamento florestal;
- xxix) Eucaliptização da floresta (69% segundo o COS de 2015)
- xxx) Aumento da dimensão dos problemas florestais;
- xxxi) Baixíssima taxa de execução do Programa Intermunicipal de Valorização do Douro;
- xxxii) Ausência de informação no grau de conservação dos elementos patrimoniais

...

Estes são alguns dos indicadores que nos são apresentados no referido Relatório. Realçamos ainda o nosso desacordo quanto à classificação (síntese) de um conjunto de indicadores e opções do município, bem como manifestamos a nossa apreensão pela ausência de uma caracterização de elementos fundamentais como o adiamento e alteração dos investimentos nos sistemas de águas residuais, os custos da água e saneamento, a concessão e os resultados na recolha dos resíduos sólidos urbanos, a concessão do estacionamento na via pública, etc, etc. De referir ainda que alguns dados já se encontram desactualizados, de que é exemplo a descida do valor médio da habitação social em 2015. Para a CDU, tal como já afirmamos a análise destes dados não pode ser feita de forma meramente estatística e técnica, mas sim enquadrada nas opções políticas que têm sido efectuadas. Mas se o documento evidencia erros cometidos, muitos para os quais temos alertado, o mesmo pode permitir a correcção e a tomada de medidas para a sua resolução.

Apesar de todas as preocupações manifestadas e da análise efectuada pela CDU, a maioria PS nem sequer respondeu ou interveio.

Por tudo isto, os vereadores da CDU votam contra o documento apresentado.

Gondomar, 06-03-2019

Os Vereadores da CDU

Daniel Vieira

José António Pinto